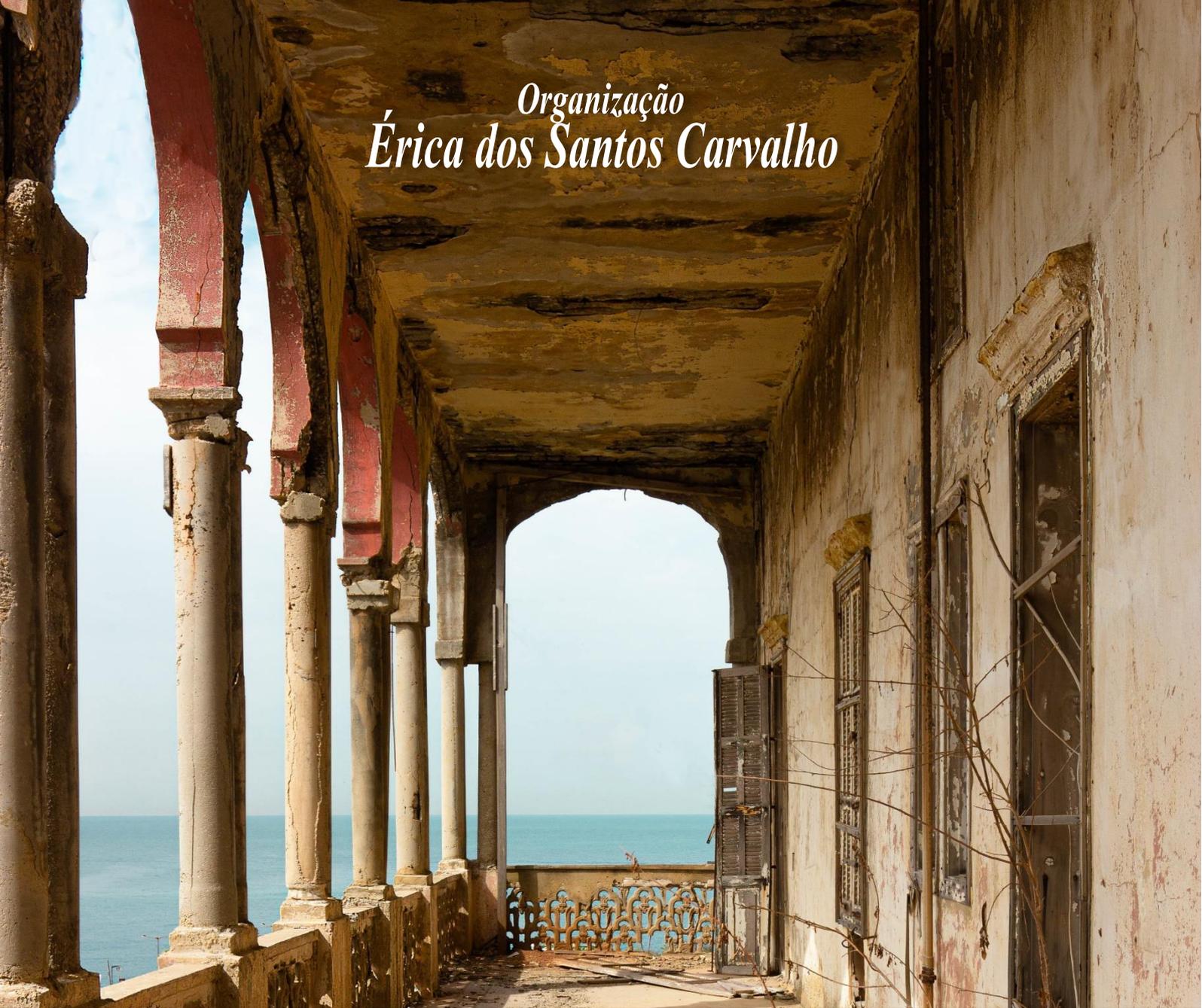


Organização
Érica dos Santos Carvalho

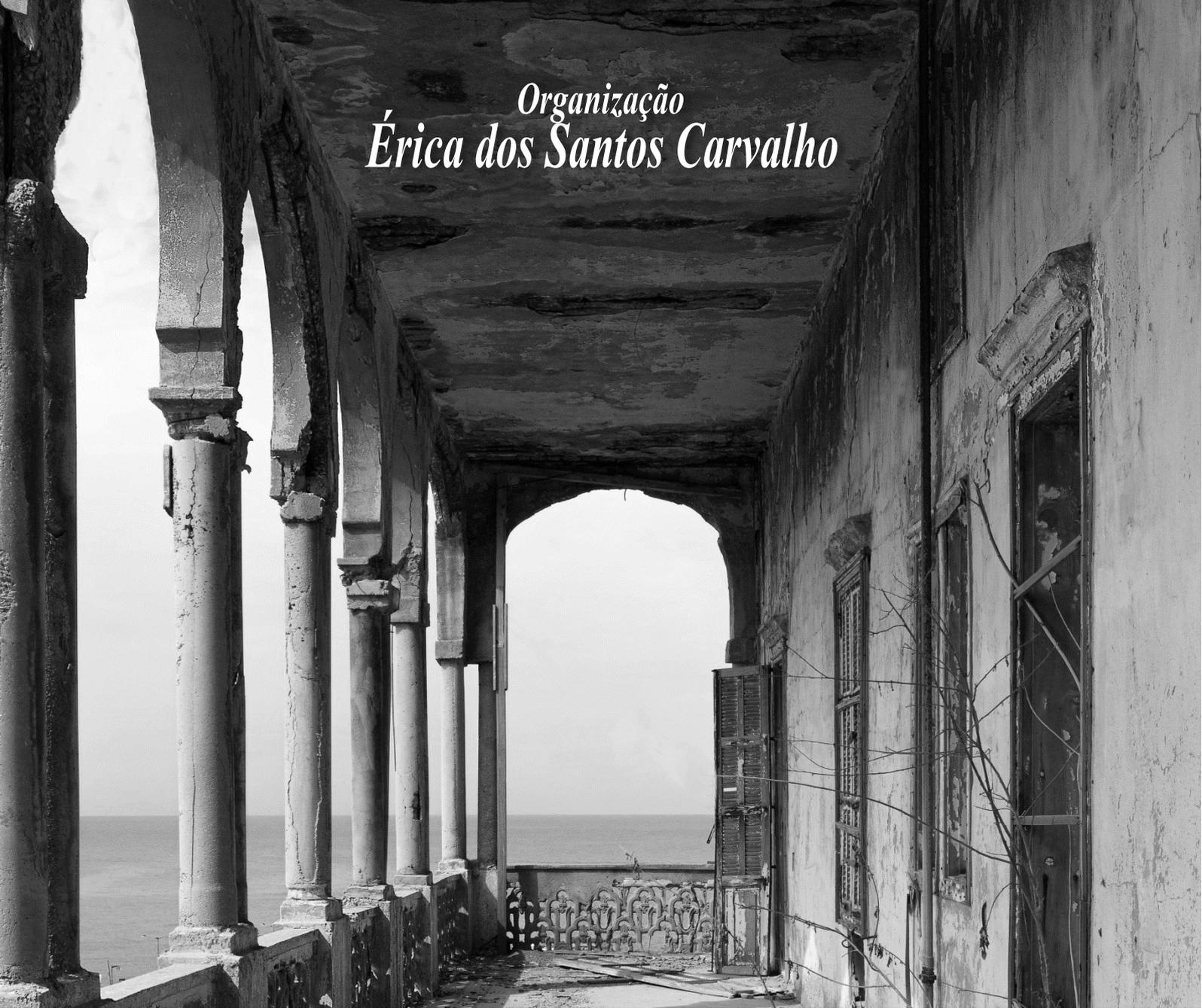


CAMINHOS DA HISTÓRIA:



Editora
MultiAtual

Organização
Érica dos Santos Carvalho



CAMINHOS DA HISTÓRIA:

Sujeitos, Memórias e Transformações



Editora
MultiAtual

© 2021 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizadora

Érica dos Santos Carvalho

Editor Chefe e Organizador: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331c Carvalho, Érica dos Santos
Caminhos da História: Sujeitos, Memórias e Transformações / Érica dos Santos Carvalho (organizadora). – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2021. 259 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-995169-8-6

DOI: 10.5281/zenodo.5240795

1. História. 2. Sujeitos. 3. Memórias. 4. Transformações. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 907

CDU: 93

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Autores

AMANDA MAIA VANNUCCI

ARTEMIO MACEDO COSTA

CAIO CÉSAR GONÇALVES DE SOUZA

CELIA REGINA FERREIRA SILVA

DANIELE CÂMARA VERAS

IGOR DE MATTIA BUOGO

JOSÉ ANSELMO DA SILVA

KAUÊ PISETTA GARCIA

LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA

LUCAS EDUARDO DE SOUZA FERREIRA

LUIS PEDRO DRAGÃO JERONIMO

MARLENE COSTA CAMPOS

NATALIA FERREIRA

PEDRO HENRIQUE NASCIMENTO DE OLIVEIRA

RODRIGO DE MORAIS GUERRA

SILVANA DE ARAÚJO MOREIRA

VALDINA DE OLIVEIRWA SOUZA

WALLACE SOUZA DA SILVA

APRESENTAÇÃO

Este e-book nos apresenta a importância do estudo da História que aborda o seguinte tema: “Caminhos da História: Sujeitos, Memórias e Transformações”, que nos remete a várias linhas de leituras e pesquisas, as quais são fundamentais e que norteiam o conhecimento atrelado a prática. Os trabalhos científicos aqui apresentados, estão todos ligados ao tema, e tem excelentes contribuições de vários autores, que se utilizaram de muitos objetos de estudos para que a obra apresente fatos positivos e com resultados significativos no que tange a área estudada.

A História, produz conteúdos, e utiliza-se de um segmento caracterizado por metodologias apropriadas à produção do conhecimento, à recuperação de informações sobre o passado e à realização de análises e interpretações sobre esse mesmo passado, que não só induz as lembranças registradas pela memória, como ordena os vestígios, relacionando-os à trama de reconstituição do processo histórico em todas as dimensões que lhe são permitidas.

Em suma, a História tem o papel fundamental de contribuir e fazer do saber histórico tanto fundamento do conhecimento do passado, como da projeção do futuro e, trazendo para a sociedade vivências que mudaram e transformaram memórias em grandes acontecimentos históricos.

Assim, a obra “Caminhos da História: Sujeitos, Memórias e Transformações” foi concebida diante artigos científicos especialmente selecionados por pesquisadores da área. Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

O e-book conta com trabalhos científicos da área de História, aliados às temáticas das práticas ligadas aos sujeitos, memórias e transformações que fazem a construção de uma nação, bem como os aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores.

SUMÁRIO

Capítulo 1 RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS <i>Daniele Câmara Veras</i>	9
Capítulo 2 A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA <i>Celia Regina Ferreira Silva; Marlene Costa Campos; Valdina de Oliveira Souza; Ligiane Oliveira dos Santos Souza</i>	19
Capítulo 3 A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO DE HISTÓRIA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM <i>Valdina de Oliveira Souza; Celia Regina Ferreira Silva; Marlene Costa Campos; Ligiane Oliveira dos Santos Souza</i>	28
Capítulo 4 A MISSÃO DOS APÓSTOLOS E A PRESENÇA DOS SERES HÍBRIDOS NA ARTE ROMÂNICA MEDIEVAL <i>Igor de Mattia Buogo</i>	41
Capítulo 5 “PARA QUE NÓS, OS REBAIXADOS NA SOCIEDADE, NÃO DESISTAMOS DE CRESCER”: UM DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA NO COLÉGIO ESTADUAL NILO PEÇANHA- SÃO GONÇALO (RJ) <i>Amanda Maia Vannucci; Pedro Henrique Nascimento de Oliveira</i>	60
Capítulo 6 NOVOS PARADIGMAS E NOVOS SUJEITOS SOCIAIS NA LUTA CONTRA O “NOVO IMPERIALISMO” FRENTE AO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO <i>Artemio Macedo Costa</i>	77
Capítulo 7 ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS: PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A PRÁTICA EM SALA DE AULA <i>Wallace Souza da Silva</i>	94
Capítulo 8 SOBRE VIVÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE AS VOZES FEMININAS NO RÁDIO PELOTENSE <i>Silvana de Araújo Moreira</i>	111

Capítulo 9 AUTORITARISMO E AMÉRICA LATINA EM DISCURSOS PARLAMENTARES BRASILEIROS (2014) <i>Kauê Pisetta Garcia</i>	127
Capítulo 10 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO JR., SÉRGIO B. DE HOLANDA E GILBERTO FREYRE PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO <i>Caio César Gonçalves de Souza</i>	141
Capítulo 11 ANIMALIZAÇÃO NO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA ECOFEMINISTA ANIMALISTA DECOLONIAL <i>Natalia Ferreira</i>	164
Capítulo 12 RESISTÊNCIA À SERVIDÃO: PASSOS DO ESCRAVIZADO LEANDRO, SEU CRIME E APELAÇÃO NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO NO RECIFE (1851-1867) <i>José Anselmo da Silva</i>	184
Capítulo 13 LEITURAS INDICIÁRIAS E ETNOGRÁFIAS: A DITADURA E A CULPA NAS POESIAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (1940-1945) <i>Lucas Eduardo de Souza Ferreira</i>	204
Capítulo 14 A MARCHA PELA DIGNIDADE INDÍGENA, A MARCHA DA COR DA TERRA: DIÁLOGOS E PROPOSTAS POLÍTICAS ZAPATISTAS NO SEIO DA SOCIEDADE MODERNA MEXICANA <i>Rodrigo de Moraes Guerra</i>	220
Capítulo 15 UMA MEMÓRIA E UM ESPAÇO RESTAURADO EM DOIS TEMPOS: O THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO MOMENTO DE SUA CONSTRUÇÃO (1914) E A PARTIR DE SEU RESTAURO, DOS ANOS 1980 AOS DIAS ATUAIS <i>Luis Pedro Dragão Jeronimo</i>	234
Biografias CURRÍCULOS DOS AUTORES	255

Capítulo 1

**RESISTÊNCIAS
INDÍGENAS: A
CONFEDERAÇÃO DOS
TAMOIOS**

Daniele Câmara Veras

RESISTÊNCIAS INDÍGENAS: A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS

Indigenous resistance: the confederation of tamoios

Daniele Câmara Veras

Graduanda do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo traçar um estudo acerca das resistências indígenas no período colonial, com enfoque particular na chamada Confederação dos Tamoios e sua participação pioneira nessa frente de lutas contra o projeto colonizador português no Brasil. Será discutido, portanto, o intervalo entre 1500 a 1567, ano em que se dá o último conflito dos tamoios, resultando também na fundação da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Resistências indígenas. Confederação dos Tamoios. Retratos do Brasil.

ABSTRACT

The present work has as main objective to trace a study about the indigenous resistances in the colonial period, with particular focus on the so-called Tamoios Confederation and its participation pioneer in this front of struggles against the Portuguese colonizing project in Brazil. Therefore, the interval between 1500 and 1567 will be discussed, the year in which the last conflict of the tamoios occurs, also resulting in the foundation of the city of Rio de Janeiro.

Key words: Indigenous resistance. Confederation of Tamoios. Portraits of Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e colonização das terras que formaram o Brasil é muito mais complexo e tenso do que se costuma pensar. O espaço do indígena nesse processo geralmente é apresentado como margem da história e o próprio indígena como sujeito sem voz, e, portanto, passivo. Ainda hoje, essa é a versão que nos é apresentada, ainda que muitos estudos tenham sido levantados sobre essa questão, a nossa história é construída com base nos personagens heróicos portugueses, franceses, holandeses e somente algumas pequenas contribuições paritárias

indígenas e africanas. Uma nação construída com a colaboração, principalmente, do europeu. Ou seja, esse espaço de ocupação e colonização é apresentado como uma ocupação de um lugar natural, vazio, inferiorizando a participação e resistência dos povos indígenas, garantindo a legitimação da expansão colonial, pois não nos é apresentado de fato como uma conquista.

A desconstrução desse retrato do Brasil onde o sangue do negro, do indígena e da mulher foram apagados, está sendo feita de modo gradativo, por isso a importância de estudos como este, pois não se muda 500 anos de história facilmente, trata-se de um processo complexo que trabalha principalmente com as mentalidades e a memória. O resultante dessa reprodução dessa abordagem, seria, segundo Elza Nadai (1993) [...] a construção de algumas abstrações, cujo objetivo tem sido realçar, mais uma vez, um país irreal, mascarando as desigualdades sociais, a dominação oligárquica e ausência da democracia social.

O primeiro passo para construção de um novo retrato do Brasil, talvez seja levantar uma reflexão sobre a ideia de que a nossa história se inicia no ano de 1500 com a chegada dos portugueses, o que já configura lugar de destaque e atenção especial para a figura do colonizador. A historiografia tradicional, se inicia portanto, com a protagonização do europeu. Não existe identidade para os povos que já habitavam essas terras, sendo tratados de maneira generalizante, simplesmente como indígenas.

No entanto, antes da própria invenção do Brasil, já viviam aqui cerca de 2 a 4 milhões de habitantes, como estima John Monteiro (ALMEIDA, 2010 p.29), o que constituía um território muito populoso. Uma população extremamente diversificada, segundo Aryon Rodrigues, contava com mais de mil etnias no tempo da invasão. Possuindo suas formas de organização social, os indígenas souberam lidar estrategicamente com a ação dos colonos, com intuito de fazer falhar o projeto de colonização português. Embora vencidos em grande número, já que não possuíam um poder bélico capaz de manter sua plena defesa, é indiscutível o fato de que esses povos indígenas são agentes de nossa história. Logo, ainda que eles estivessem destinados ao desaparecimento, resistiram e nunca deixaram de existir.

Um dos movimentos de resistência que pode ser apontado como exemplo é o "desbatismo", o qual se constituiu como negação da religião do colonizador, o catolicismo. Esse foi um movimento Guarani, onde os chamados rebeldes, liderados por Oberá, cujo nome em Guarani é *Werá* - luminoso, realizavam rituais para se

desfazer dos nomes cristãos europeus, que haviam sido colocados pelos portugueses e voltavam a usar os seus nomes indígenas. A ideia de um desbatismo era, portanto, a tentativa dos Guarani para retornar às suas antigas origens, mantendo viva sua identidade frente aos esforços do colonizador cristianizador.

Ainda no campo religioso, o movimento também muito importante nesse contexto foi o movimento das santidades, assim denominado pelos portugueses para indicar uma cerimônia exclusivamente indígena, onde o caraíba, o líder, era capaz de manter contato com os espíritos e até encarná-los, segundo a crença nativa. A Caraimonhaga, assim denominada pela língua tupi, representaria esse movimento de resistência anti-colonialista, induzindo a fugas e revoltas indígenas. Assim, de maneira direta ou indireta e por motivos diversos, a reação dos indígenas foi ainda em grande parte, responsável pelo fracasso de muitas Capitâneas que representou uma ameaça ao projeto colonial.

Uma das primeiras e maiores ameaças foi a Confederação dos Tamoios, que está nas margens da historiografia brasileira tradicional. Na língua tupinambá, *tamuya* é apresentado pela figura do ancião, por isso a nomenclatura reproduzida pelos portugueses de Confederação dos Tamoios, caracterizada pela reunião dos *tamuya*, chefes indígenas da região do atual litoral Norte Paulista e Sul Fluminense que ocorreu durante a década de 1500 a 1560. Essa reunião de líderes também nos é apresentada hoje, como movimento, como os demais citados brevemente acima, e deve ser considerado um dos episódios mais importantes da história do Brasil logo no começo da colonização europeia. Com o objetivo de não somente ilustrar as batalhas, as alianças formadas e o sangue derramado, mas na tentativa de contribuir para a construção de um novo retrato do Brasil é que seguimos com este trabalho.

2 . Versos que os livros apagam

Como já exposto, os tamoios representam uma unidade formada a partir da reunião de diversas tribos indígenas, incluindo, principalmente Tupinambás, Goitacazes e Aimorés. Ocupando o território que ia de São Tomé até Ubatuba, os Tupinambás foram a linha de frente desse movimento. Segundo Edmundo Moniz (1994), a Confederação dos Tamoios foi a primeira reação nativista que ganhou uma amplitude inimaginável e deixou os colonizadores em plena defensiva. A história que os livros não contam está imbricada nessas relações entre as comunidades que aqui

habitavam, julgando-se, sem equívoco, donas da terra e, por isso, uniram-se para defendê-la. Ocorrendo entre 1554 e 1567, o principal motivo dessa unificação de forças foi a revolta diante da ação violenta dos portugueses contra os Tupinambás. Após o casamento entre o português João Ramalho, braço direito do governador da capitania de São Vicente, Brás Cubas, e a filha do chefe dos indígenas Guaianazes, Tibiriçá. O casamento resulta, portanto, na aliança entre os portugueses e os Guaianazes. O ataque aos Tupinambás resultou na escravização de boa parte desses indígenas, um dos capturados por Brás Cubas foi o líder Kairuçu e seu filho Aimberê, que após a morte do seu pai consegue organizar uma fuga em massa. Livre, a indireta em um encontro com os líderes Cunhambebe, da aldeia de Angra dos Reis; Pindobuçu, da aldeia Tupinambá; Koakira, da aldeia de Ubatuba e Agaraí, onde surge oficialmente a Confederação dos Tamoios.

Em 1550, está sendo realizada, na França, uma "festa brasileira". A festa contava com atores que apresentavam a identidade daquilo que seria o Brasil, sendo levados, inclusive, os próprios indígenas para a encenação de um Brasil visto sob os olhares dos cronistas. Esse é um dos marcos que irão direcionar os interesses franceses para o território brasileiro, resultando na tentativa de instalação de uma colônia francesa no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Villegaignon líder francês, constrói uma aliança com os Tupinambás como forma de tentar garantir sua permanência naquelas terras e oferecendo em troca parte do seu poder bélico para a luta contra os portugueses. Mas os portugueses também firmaram alianças com indígenas, os temiminós, o que facilitou sua vitória sobre os tamoios. Além do poderio que Portugal possuía, um surto de doenças também dizimou centena dos tamoios, inclusive o líder Cunhambebe. As alianças continuam sendo feitas, e Aimberê busca apoio do Tibiriçá, conseguindo prorrogar por mais algum curto período de tempo as lutas entre os tamoios e os portugueses. Apoiados por Parabuçu, Guaxirae, Okijuba e Cunhambebe II, os tamoios atraem os inimigos pelo litoral, quando já no cansaço deles os encobrem de flechas, morrendo no conflito Fernão de Sá, filho do governador geral, Mem de Sá, que era um dos chefes portugueses e o próprio Tibiriçá. Após a vitória dos tamoios, os portugueses de Piratininga apelando aos Jesuítas conseguem uma conferência com a Confederação dos Tamoios. Assim, Nóbrega e Anchieta partem na intenção de negociar a paz com os indígenas, que exigiam que os líderes traidores fossem entregues além de liberdade para aqueles que haviam sido escravizados, dentre eles estava a noiva de Aimberê, Igassú. Inicia assim, um período de paz, o acordo é

cumprido pelos portugueses enquanto eles se preparam para uma nova batalha. Por volta de um ano depois, Estácio de Sá chega com uma leva de galeões bem armados, disposto a ocupar o Rio de Janeiro, tendo como vanguarda o líder dos seus aliados, Araribóia que será posteriormente batizado como Martim Afonso de Sousa. No auge do que seria a última batalha, Aimberê busca fortificar aldeia de Uruçumirim, que resiste por mais ou menos 48 horas às forças superiores de Estácio de Sá, quando em 20 de janeiro de 1567 sobram somente as cinzas do massacre.

3. As diversas representações da Confederação dos tamoios

No campo da literatura, a famosa epopéia de Gonçalves de Magalhães, *A Confederação dos Tamoios* (1857), ilustra uma luta histórica dos indígenas pela liberdade, sendo símbolo do marco fundador na nação brasileira. A narrativa possui um fundo idealizado e mítico, dando lugar especial à figura de Anchieta, como grande mediador desse conflito, além dele, Nóbrega também possui um papel nobre. Para além de uma mera descrição da natureza, Magalhães insere o tema histórico da colonização, imbuída de elementos até então poucos discutidos, como a escravidão e suas trágicas consequências.

Oh sol, astro propício, que abrilhantas
Do criado universo altos prodígios;
Que aos bosques dá verdor, doçura aos frutos,
E os pétalos das flores vário esmaltas!
Oh sol, vital princípio, que na terra
O tenro germe da semente aqueces,
E o fecundas co'os teus benignos raios:
Luzeiro perenal, nume adorado
Dos inocentes filhos da Natura,
Que mal seu Criador, seu Deus conhecem!
Oh sol, acende-me hoje a mente ousada,
Que asas desprende em mais erguidos voos.
Vós, solitários Gênios dos desertos
Do meu pátrio Brasil, nunca invocados

Té-qui por nenhum vate, a cujas vozes
 Doçura deram do Carioca as águas;
 Gênios, que outrora com choroso acento
 Suspiros repetistes lamentosos
 De tantas malfadas tribos de Índios,
 Que viram do Europeu n'ávida espada
 O sangue gotejar dos caros filhos;
 Gratas inspirações prestai-me, oh Gênios,
 Que aviventem o amor do pátrio ninho.
 Dos Tamoios o intrépido ardimento,
 Tão fatal à colônia portuguesa,
 Do olvido sorvedor hoje exumemos:
 Na mente bafejai-me imagens que ornem
 Dos filhos dos sertões a sorte adversa.
 (1856, pp. 33,34).

Dialogando com as artes, a história dos tamoios também ganha representatividade. O pintor brasileiro Rodolfo Amoedo produz a obra *O último tamoio*, com um título que gerou alguns embates. A obra retrata o cadáver do líder Aimberê encontrado por Anchieta, que mais uma vez é apresentado como um pacifista. Amoedo se inspira no poema de Magalhães citado acima, no entanto, vale ressaltar que a cena pintada trata-se de uma ficção poética. É inegável o traço de romantização que é feito na pintura e que acaba dialogando com a representação da paz feita através da figura de Anchieta. Com esses elementos, no entanto, a obra se afasta da realidade, justamente pelo fato de retratar uma cena fictícia, mas no campo historiográfico deve ser analisada com rigor. A cena em que Anchieta encontra no mar o cadáver de Aimberê é descrita por Magalhães no trecho final, em que Anchieta encontra "com chorosos olhos" dois corpos: o de Aimberê, e o de sua companheira Igassú. Sabendo que a pintura buscou inspiração no poema, é natural que haja certa insatisfação ao notar a ausência de Igassú no quadro, retratando somente dois personagens em seu heroísmo, corroborando com a ideia de uma perspectiva positivista, em que somente os heróis ganham visibilidade, premissa que regeu a construção do retrato do país que vemos hoje.



O Último Tamoio, óleo sobre tela (180,3 x 261,3 cm) de Rodolfo Amoedo, 1883. O catálogo da Academia Imperial assim descreveu a obra: "Padre Anchieta encontra em deserta praia o cadáver de Aimberê, chefe dos Tamoios, e o contempla comovido...". Domínio público, Museu Nacional de Belas Artes

O leque de possibilidades hoje para representar acontecimentos históricos, é, sem dúvidas, uma grande oportunidade de transmitir aquilo que está sendo escuso há séculos. O diálogo entre as mais diversas áreas da ciência se faz extremamente necessário e relevante, olhar um "fato histórico" através de diferentes perspectivas amplia o conhecimento do assunto e dá visibilidade ao que pode ter sido omitido anteriormente. A Confederação dos tamoios também vêm ganhando maior visibilidade devido a isso. Recentemente os Tamoios fizeram parte do samba enredo da Mangueira (2019) intitulado: *História pra ninar gente grande*.

Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato.

O trecho acima faz menção ao que foi exposto durante todo esse trabalho em relação à historiografia tradicional, os tantos versos apagados, esquecidos e até mesmo mascarados. A importância da interdisciplinaridade se dá nesse sentido, de fazer com que esses versos venham à tona, tal qual se propõe fazer o samba enredo. A Confederação dos tamoios, apesar de vencida, viveu, lutou e resistiu por anos até o último homem, contra forças desiguais. Essa é a verdadeira face dos indígenas, capazes de se unir estrategicamente com os próprios colonizadores afim de alcançar seu objetivo. "Mulheres, tamoios, mulatos" formam o novo retrato do Brasil, categorias que sempre aparecem à margem da história. O herói emoldurado geralmente é o colonizador, o europeu, aquele que celebra a vitória, as conquistas em cima do "sangue retinto pisado", a luz que acendem em torno desse herói acaba por desfocar o brilho, e portanto, a atenção dos verdadeiros heróis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A romantização de décadas de luta com milhares de vidas inocentes dizimadas, é fruto do projeto colonizador que rasga páginas do livro tais como a Confederação dos Tamoios, na tentativa de ilustrar seu sucesso e a sua glória. Símbolo desse esquecimento está na própria cidade do Rio de Janeiro, fundada sobre esse sangue derramado. Ao chegar em Niterói nos deparamos com a estátua do líder indígena Arariboia, aquele que tomou a frente dos temiminós aliados aos portugueses colaborando com o projeto de colonização e com extermínio dos tamoios. Algumas cidades em São Paulo homenagearam Aimberê, atribuindo seu nome a algumas ruas, além de reconhecer a importância do primeiro líder da confederação, Cunhambebe. Esse reconhecimento, apesar de insuficiente, precisa ser destacado, para que esse trecho apagado da memória e esses líderes possam ocupar o lugar que lhes está sendo negado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México - séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERRETTI, Danilo J Zioni. **A Confederação dos Tamoios como escrita da história nacional e da escravidão**. In: Historiografia. Ouro Preto, 2015. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/831/537>.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves. **A Confederação dos Tamoios**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, 1994.

MONIZ, Edmundo. Prefácio. In. **A Confederação dos Tamoios**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. 2001. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Bras.de.Hist. São Paulo. Vol.13, nº 25/26. PP. 143-162. Set.92/Ago 93.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. : catolicismo e rebeldia no Brasil colonial –**
São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

Capítulo 2

**A IMPORTÂNCIA DA
CONEXÃO DA
AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM NO
ENSINO DE HISTÓRIA**

Celia Regina Ferreira Silva

Marlene Costa Campos

Valdina de Oliveira Souza

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA

Celia Regina Ferreira Silva

Professora

SMEC.

Marlene Costa Campos

Professora

SMEC.

Valdina de Oliveira Souza

Professora

SMEC.

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Professora

SMEC.

RESUMO

O presente projeto apresenta uma proposta de intervenção que tem como objetivo demonstrar a importância da conexão avaliação da aprendizagem, que poderá contribuir na elaboração e reestruturação de estratégias adequadas para melhorar o ensino aprendizagem dos professores de História de uma escola pública brasileira. Utilizando-se de uma metodologia descritiva com uma abordagem quali-quantitativa ao estudo de caso, possibilitou uma análise através de questionários, documentos bibliográficos e escritos, especificamente o planejamento curricular de História. Assim uma proposta de intervenção poderá favorecer possibilidades pedagógicas de redimensionar o currículo, adotar metodologias multidisciplinares e interdisciplinares, multiplicidade de avaliações, reestruturação de planejamento proporcionando a formação continuada dos professores.

Palavras-chaves: Aprendizagem. Intervenção. História.

INTRODUÇÃO

Os pensamentos que permearam as práticas em sala de aula estavam focados em apresentar de forma continuada as temáticas enfocadas na disciplina de História, refletindo sobre a inserção do ensino desse saber, voltado a ação humana em prol da atividade escolar, tal concatenação consiste em realizar um debate em torno do contexto histórico e do papel do aluno enquanto cidadão e agente de seu tempo. Prática esta indispensável aos futuros profissionais que buscam não apenas cobrar de seus educandos conteúdos estanques, preparando-os para o mercado de trabalho ou para o vestibular, mas sim para a vida em sociedade

Dessa forma, pôde-se observar que a avaliação desenvolvida pelo docente deverá possibilitar o ensino aprendizagem, contribuindo para uma melhor formação do educando. Assim, caracterizou-se que dois aspectos envolvem ensino aprendizagem: planejamento e avaliação. Deve haver a criação de estratégias de ensino para potencializar a conexão com o processo avaliativo dos estudantes desencadeando o interesse para a aprendizagem da disciplina História.

Nesse estudo será oportunizada a reflexão pautada em uma análise de que o professor de História necessita de domínio do conhecimento específico e, principalmente, do pedagógico para ser capaz de facilitar melhor entendimento para o estudante na disciplina, modificando a ideia errônea de que a aprendizagem de conhecimentos históricos se dará através da memorização, e não da interpretação, compreensão dos fatos.

Assim, um processo avaliativo favorecerá uma reflexão contínua da prática pedagógica, contribuindo para a construção de um planejamento que atenda as reais necessidades de aprendizagem do estudante. E, no que se refere ao aluno, a avaliação pode ser vista como uma tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades. Isso se pensarmos que, avaliando a aprendizagem, avalia-se o ensino, levando em consideração, principalmente para a disciplina História, a contextualização dos fatos históricos vividos pelos estudantes, favorecendo a forma de aprender.

O uso de estratégias de ensino pelo professor de História é um desafio a ser enfrentado nas turmas de Ensino Médio. Dessa forma, em sua prática pedagógica, o professor deve possibilitar uma melhoria no processo do ensino aprendizagem utilizando-se de estratégias que proporcionam um desenvolvimento científico, humanístico, tecnológico e sociocultural. As estratégias diante de um processo ensino aprendizagem de História devem estar inseridas em um processo avaliativo significativo que proporcione uma reflexão sobre o percurso da aprendizagem do estudante, em uma perspectiva de aprimoramento na melhoria da qualidade do ensino aprendizagem através de um planejamento prévio e contínuo.

Neste sentido, o professor da disciplina História tem por finalidade desempenhar uma prática pedagógica em sala de aula em que utilize de estratégias e múltiplas formas avaliativas capazes de levar os estudantes a obter um melhor engajamento diante da dinâmica escolar, levando em conta os saberes históricos transmitidos para sua formação integral.

Diante das reflexões acima destacadas, a fundamentação da intervenção educativa foi dividida em três tópicos importantes para o desenvolvimento desta proposta: estratégias de ensino e aprendizagem; ensino da disciplina História; avaliação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As estratégias de ensino do professor de História é uma ação que deve estar voltada à aprendizagem. Isso porque contribui para auxiliar os estudantes à aprendizagem significativa fornecendo uma perspectiva de integralidade, coesão e coerência diante do processo ensino aprendizagem proposto, favorecendo uma melhor aprendizagem. Em relação ao conceito de estratégias de ensino, define-se como:

A estratégia, enquanto concepção global de uma ação, organizada com vista à sua eficácia [...]: o elemento definidor da estratégia de ensino é o seu grau de concepção intencional e orientadora de um conjunto organizado de ações para a melhor consecução de uma determinada aprendizagem. (ROLDÃO, 2009, p. 57).

As estratégias de ensino são métodos ou técnicas desenvolvidas para serem utilizadas como meio de alavancar o ensino e a aprendizagem. A definição do uso de

determinada estratégia de ensino-aprendizagem considera os objetivos que o docente estabelece e as habilidades a serem desenvolvidas em cada série de conteúdo.

Zabala (1998, p.15), o “[...] aplicador de fórmulas herdadas”. O professor deverá ser capaz de condicionar a sua prática educacional a uma dimensão processual e de estudo, além de estar sempre trabalhando com a perspectiva de adotar estratégias de ensino ao trabalho prático para obtenção de uma aprendizagem significativa.

Em síntese, as estratégias de ensino, aprendizagens e avaliação devem fazer parte da proposta de ensino dos professores, principalmente o da disciplina História, articulada com todas as mediações que levam o estudante ao desenvolvimento cognitivo, metodológico e emocional, tendo como foco a sua aprendizagem. Assim, é importante que o professor que leciona a disciplina História, na atual conjuntura educacional, provoque os estudantes com uma nova proposta de ensino de História.

A avaliação da aprendizagem é um processo pelo qual objetivamos recolher e analisar as informações relevantes sobre o processo de aprendizagem dos alunos, a fim de refletir, sem julgamento, e tomar as medidas adequadas e oportunas para otimizar decisões. Assim, avaliar também é observar o conhecimento. Avaliação da aprendizagem:

[...]é uma prática de investigação do professor, cujo sentido é intervir na busca dos melhores resultados do processo de aprendizagem dos nossos educandos, em sala de aula. Em seu conceito, afirma que a avaliação é um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão. (LUCKESI, 1997, p. 17).

É possível conceber uma avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.

Entende-se que, na prática em sala e aula, a problemática acerca de um objeto de estudo de História deve ser construída pelo professor historiador, de forma tal que os estudantes encontrem significado no conteúdo que aprendem para que, dessa maneira, se consiga dos estudantes uma atitude ativa na construção do saber e na resolução da aprendizagem. É necessário que o professor de História, em sua prática pedagógica, no sentido de ensino aprendizagem, não esteja embasado só no currículo explícito pela disciplina, sendo discutido meramente pelo lado factual da visão histórica.

É importante que ele se utilize de recursos materiais didáticos ricos, que disponham de múltiplos significados para desenvolver o contexto histórico capaz de proporcionar uma expressão própria de conceitos, desenvolvendo o senso de preservação da memória social coletiva, com o objetivo de que o estudante construa uma cidadania e identidade pluralística voltada para a formação de uma sociedade mais democrática.

Esta proposta de um projeto de intervenção educacional se dispõe a desenvolver uma análise, verificação e intervenção junto a uma instituição pública estadual de Ensino Médio com estudantes do 1º ano, no sentido de adequar um conjunto de procedimentos e estratégias com o objetivo de promover a melhoria no processo educativo dessa instituição no componente curricular História. Um projeto de intervenção educacional deve ser de identificação das identidades, das necessidades e dificuldades dos alunos, dos professores e da comunidade educativa implementando estratégias e avaliando os resultados.

Para essa proposta de projeto de intervenção, acredita-se que, unindo a pesquisa quali-quantitativa descritiva ao estudo de caso, possibilitou uma análise minuciosa do contexto oportunizando escolhas de instrumentos utilizados para a coleta de dados, que foram aplicados com 108 estudantes de três turmas de 1º ano do ensino médio, compostas por 36 alunos cada, com idades entre 14-17 anos; e três professores de História que atuam com essas turmas. Entre os instrumentos está o questionário do tipo Likert, com total de 24 indicadores, compostos por 06 dimensões: aprendizagem, atitudes, eficácia, significado da avaliação, conhecimento e resultados.

Para ampliar a coleta de dados, houve, ainda, uma pauta de análise de registros escritos, com a finalidade de analisar os planejamentos de cada professor participante da pesquisa para investigar se estão inseridas as matrizes curriculares nacionais, objetivos, recursos, metodologias, as múltiplas formas de avaliações e outras abordagens de fundamental importância para o bom resultado do trabalho educacional, para a realização do trabalho docente. Diante de todos os dados coletados, foi necessária uma pesquisa documental, utilizando bibliografias para fundamentar a pesquisa.

A partir da análise feita através dos instrumentos citados acima, foi possível diagnosticar o problema: inexistência de estratégias mais adequadas para melhorar o ensino aprendizagem de História, através da conexão avaliação

e planejamento para o 1º ano do Ensino Médio. Com as reflexões feitas durante o caminho percorrido por essa pesquisa científica do contexto pedagógico da instituição educacional em estudo, resultou a necessidade da elaboração de uma proposta de intervenção.

Diante desse processo diário e complexo exercido pelo professor, evidenciou-se a importância da escolha das estratégias embasadas nos objetivos traçados durante a elaboração da proposta, que são: a) propor melhores estratégias do processo ensino aprendizagem de História, através da conexão entre avaliação e planejamento, para o 1º ano do Ensino Médio; b) possibilitar a contextualização dos princípios pedagógicos fundamentais para a conexão entre avaliação e planejamento; c) promover outras formas de avaliar a aprendizagem escolar, além de provas e testes; d) desenvolver planejamento entre os professores nos variados componentes curriculares para a interação do planejar em conjunto, favorecendo a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

Os professores de História das turmas de 1º ano do Ensino Médio terão momentos de reelaboração e reestruturação do fazer pedagógico de maneira simples, reflexiva e compartilhada com coordenadores, articuladores de área, durante as atividades complementares de três horas semanais, para que promovam um nível de desenvolvimento e atividades pedagógicas com objetivo de contribuir para o ensino aprendizagem do estudante. Para que isso ocorra com maior eficácia, foram organizadas oficinas quinzenais, com uma carga horária de oito horas aos sábados, totalizando cinquenta e seis horas para serem desenvolvidas em encontros presenciais e semipresenciais. Esses encontros têm como finalidade promover estudos e executar atividades, de maneira monitorada para adequação necessária, de acordo os objetivos desenvolvidos para essa proposta de intervenção do ensino aprendizagem de História, atendendo o contexto dos alunos do 1º ano do Ensino Médio da escola pública brasileira.

Desenvolver entre os alunos um projeto de Monitoria com duas horas semanais em turno oposto, utilizando aqueles que têm facilidade no componente curricular História para ajudar os colegas que apresentam dificuldades. Para ter uma visão aprimorada do que pode ser a avaliação da aprendizagem, o estudante deverá responsabilizar-se pelas atividades propostas em classe e extraclasse e, quando houver dificuldades na aprendizagem com obtenção de resultados insatisfatórios, buscar monitoria com colegas que têm facilidade no componente

curricular História. Para ocorrer a monitoria, o professor deverá: o elaborar um projeto de monitoria com os alunos sendo monitores do ensino aprendizagem; o identificar alunos com bom conhecimento na disciplina História.

Para a viabilização do projeto de intervenção, será necessário o uso de alguns materiais/instrumentos que têm função de suporte no processo de mediação entre teoria e prática no processo intervenção educacional proposto para a melhora da aprendizagem de História nas turmas de 1º ano do Ensino Médio, que são os recursos materiais e bibliográficos :livro didático adotado na instituição; Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN); textos que contemplem as temáticas sugeridas nas oficinas; formulário de planejamento fornecido pela Instituição; papel ofício; piloto. Recursos tecnológicos: data show; computadores. Recursos financeiros: verba para pagar palestrantes.

CONCLUSÃO .

Acredita-se que uma formação científica favorece a obtenção de iniciativas coerentes que possibilitam resolver problemas relacionados ao ensino aprendizagem, abrangentes nas mais diversas áreas do conhecimento. Daí surge o estímulo de realizar reflexões sistematizadas acerca dos problemas que o processo ensino aprendizagem apresenta no contexto contemporâneo.

Diante disso, há outros desafios propostos aos educadores, que é o de Avaliar. A avaliação é uma das problemáticas, na maioria das vezes, desenvolvida de forma errada pelos professores e as instituições de ensino, por voltar-se à ideia de que ela tem por finalidade apresentar dados estatísticos sobre índice de aprovação e reprovação. Na verdade, ela é um caminho para reelaborar, replanejar, reestruturar o processo percorrido para se chegar ao principal objetivo, a aprendizagem significativa.

Reconhece-se o papel do professor de História em desenvolver uma prática pedagógica através do uso de metodologias e avaliações. Demonstrando a necessidade de adotar nas escolas públicas brasileiras projetos de intervenção com o objetivo de fortalecimento do processo ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. Como desenvolver as competências em sala de aula. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FONSECA, S.G. Didática e prática de ensino de História. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar... e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

ROLDÃO, M.C. Estratégias de ensino: os saberes do professor. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão, 2009.

ZABALA, A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Capítulo 3

**A IMPORTÂNCIA DO
CONTEXTO DE
HISTÓRIA PARA O
PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM**

Valdina de Oliveira Souza

Celia Regina Ferreira Silva

Marlene Costa Campos

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO DE HISTÓRIA PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Valdina de Oliveira Souza

Professora

SMEC.

Celia Regina Ferreira Silva

Professora

SMEC.

Marlene Costa Campos

Professora

SMEC.

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Professora

SMEC.

RESUMO

Este trabalho teve como temática verificar a necessidade de discutir e repensar o ensino de História no âmbito educacional, local e social. Nota-se, que o conhecimento histórico deve ser preservado nos diversos contextos sociais, principalmente na escola, onde muitas vezes, o ensino de História é não interpretado corretamente pelos professores. Portanto, a aula de História pode e deve ser preparada com base em metodologias concretas e recursos distintos, na busca do docente ministrar um excelente ensino de História em sala de aula. O objetivo principal da pesquisa é compreender a fragmentação existente no ensino de História e a despreparação dos professores frente ao processo do conhecimento histórico. O procedimento metodológico foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica exploratória. O

assunto investigado oportuniza entender, que o ensino de História deve ser refletido constantemente, assim como, comprometido com o passado e com o presente dos educandos. O desafio analisado contemporaneamente remete-se, a uma falha na formação dos professores de História, há um distanciamento entre a teoria, e a prática docente. É possível perceber, que muitos docentes não se sentem seguros, ao colocar em prática o ensino de História. Contudo, a insegurança dos professores, causa um impacto negativo na vida e no conhecimento histórico dos discentes. Este é um dos motivos, do desinteresse dos alunos pelas aulas de História. Há uma dificuldade em compreender a história e sua finalidade na escola, pois o ensino, na maioria das vezes, não é crítico, não cativa, em muitos casos, não é comparado com a vida dos estudantes.

Palavras-chaves: Historia. Processo de Aprendizagem. Ensino

INTRODUÇÃO

O Ensino de História durante muitos anos foi associado às “coisas velhas e antigas” ou apenas à memorização de datas e vultos nacionais, ainda que as diretrizes educacionais não compartilhem mais desta forma de ensino, os professores continuam abordando o conteúdo desta forma. Desta maneira a formação dos professores na atualidade tem indicado a necessidade de um ensino mais significativo no que diz respeito a essa disciplina. Visto que a proposta do Ensino de História é problematizar e estimular a criticidade do aluno, realizamos um projeto a partir de um estudo de caso junto aos professores, buscando entender quem eram estes educadores e como estavam situados seus conhecimentos acadêmicos e técnicos.

A Didática da História é um campo novo que não envolve só o aprendizado dos alunos, mas também o dos professores. Portanto esse projeto é um estudo de caso junto aos professores, em que elencaremos elementos para que depois sim, algum dia, possam ser pensadas alternativas para tentativas de qualificação das relações ensino/aprendizagem no uso nessa área.

O professor através do Ensino de História conseguirá disponibilizar um aprendizado histórico para os alunos, que por sua vez, interferirá e criará condições para que estes possam perceber a sociedade num todo e as suas transformações no tempo. Oferecendo deste modo elementos para que os alunos consigam entender a Consciência Histórica dos indivíduos. É necessário que o professor faça uma reflexão sobre sua prática em sala de aula, buscando compreender como está repassando o

seu conhecimento bem como quais métodos e estratégias se utiliza não só para ensinar o aluno, mas para aprender.

Desta forma o professor deve pensar como ensina a História e o que entende por Didática da História. Se ele a utiliza só como a metodologia de ensino, ou se tem um entendimento mais amplo relacionado a um campo específico da disciplina, pois corre o risco do professor não relacionar a Didática da História com a consciência histórica, que está ligada à reflexão e à noção de tempo dos indivíduos na vida prática (cotidiano). Contudo, para que isso ocorra o professor tem que conhecer e ter uma aproximação com os conceitos específicos da História.

Professor de História capaz de atuar com postura ética, criativa, reflexiva e crítica, atento às características econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais das realidades regional, nacional e mundial. Capaz de:

- a) refletir, articular e sistematizar conhecimentos teórico metodológicos e empíricos necessários à prática do profissional em História;
- b) trabalhar com fontes históricas variadas;
- c) compreender o processo de construção da historiografia;
- d) analisar as relações e tensões das ações dos sujeitos e as dinâmicas dos processos históricos, percebendo a historicidade das manifestações sociais e culturais;
- e) entender a temporalidade do objeto histórico para além da simples sucessão cronológica: suas continuidades, rupturas e ritmos diferentes;
- f) estabelecer a interdisciplinaridade.

Por meio do domínio dos conteúdos específicos e pedagógicos o professor de História praticará um ensino de qualidade, inclusivo, democrático e de valorização e respeito às diversidades. Estará apto para realizar ações de ensino, pesquisa e extensão, utilizando diferentes tecnologias e linguagens. Deverá ser capaz de aplicar estratégias pedagógicas para a transposição do conhecimento científico em saber escolar na Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e também de intervenções na sociedade e aplicação dos conhecimentos da História em consultorias a setores interessados. Além disso, pode trabalhar no

desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio histórico, artístico e cultural.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Fonseca, as reformas do sistema de ensino nas décadas de 1930 e 1940, foi possível consolidar o ensino de História como disciplina escolar. Porém ainda as orientações metodológicas eram baseadas na construção da nação, tradição, para que a população tivesse o espírito do patriotismo. Somente com a crise do regime militar, começaram ter mudanças significativas no ensino de História deixando os métodos autoritários, em relação professor/aluno e da autoridade do livro didático.

Para a maior parte dos estudantes brasileiros, o estudo de história carece de sentido ou utilidade; não se tem a visão de ciência e sim de uma matéria decorativa, estudo do passado, que só exige como vimos, a prontidão em declinar nomes, datas e fatos. Não é de se estranhar que assim seja, porque ocorre a enorme distância entre a realidade vivenciada pela comunidade e o tratamento dado ao ensino de história, já que o aluno torna mero espectador de fatos, não necessitando esforços no sentido de qualquer reflexão ou elaboração (BARBOSA, 2006, p. 58).

O novo ensino de História sugeria que ocorressem análises críticas, bem como mostrar que as classes menos favorecidas também são sujeitos da História. Mesmo com essas mudanças a disciplina de História continuava com características que surgiram no século XIX, contudo aos poucos foi sendo inserida a preocupação dos professores, dos autores dos livros, de como ser repassado o saber científico e o saber escolar.

De acordo com João Batista Silveira, o currículo da Licenciatura em Estudos Sociais, assim como em História era organizado em disciplinas, que em algumas faculdades possuíam a mesma divisão, sendo História Antiga (Oriental, Grécia e Roma), História Medieval (Alta Idade Média, Baixa Idade Média e Idade Média Ibérica), História Moderna (História Econômica-social e História da Cultura) e História Do Brasil (História do Brasil Colonial e História do Brasil Independente).

“Observando os conteúdos dos livros didáticos de História, OSPB e Educação Moral e Cívica da época, é possível concluir que a História era lecionada sem qualquer contestação, sendo um conteúdo meramente decorativo, que se valia do mito do herói e datas festivas”[...] (SILVEIRA, p.139, 2008).

A consolidação dos Estudos Sociais em substituição à História e Geografia ocorreu a partir da Lei n. 5.692/71, durante o governo militar.

Os Estudos Sociais constituíram-se ao lado da Educação Moral e Cívica em fundamentos dos estudos históricos, mesclados por temas de Geografia centrados nos círculos concêntricos. Com a substituição por Estudos Sociais os conteúdos de História e Geografia foram esvaziados ou diluídos, ganhando contornos ideológicos de um ufanismo nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar implantado no país a partir de 1964.(PCNs,2001,p.26).

Anos depois da Lei n. 5.692/71, em 1976, a portaria nº 790 é criada pelo Ministério da Educação, que determina que as aulas de Estudos Sociais para o 1º grau, só poderiam ser ministradas pelos próprios profissionais formados em Estudos Sociais. Paulo Hipolito chama a atenção, para a qualificação dos professores formados em Estudos Sociais, ressaltando que estes saíam do curso com um conhecimento essencialmente global dos conteúdos a ser ensinado, ou seja, o professor ia para a sala de aula meio que despreparado, o que o levava a se ater unicamente nos livros didáticos em que, na época mais que hoje, constituíam uma forma mascarada da intervenção do Estado no processo de educação dos alunos. “Trata-se do controle ideológico sobre a disciplina em nível de 1º grau na formação dos jovens, na formação dos cidadãos e do pensamento brasileiro”. (FONSECA, 2006, p.28)

Assim, a proposta metodológica para as séries iniciais e finais do Ensino de 1º e 2º graus, estão voltadas para a tendência pedagógica Tradicional ou um ensino factual, que consiste em uma divulgação da história de reis, heróis e batalhas, redutoras do homem a categoria de objeto ínfimo no universo de monstros grandiosos que decidem o caminho da humanidade e o papel de cada um de nós. Do passado só se recordava dos fatos heroicos, a versão que engrandece. Buscando-se desenvolver no educando o sentimento nacionalista.

O programa curricular imposto durante o Regime Militar, com a Reforma do Ensino de 1971, impunha um Ensino diretivo, acrítico, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos, predominantemente políticos e militares, com destaque para os “grandes nomes”, os espíritos positivos que conduzem a História (FONSECA, 2006, p.55)

Esse método de ensino permaneceu durante todo o período militar, passando a ser questionado apenas a partir da década de 80 com a redemocratização do Brasil. Assim, os anos 80 são marcados por discussões e propostas de mudanças no ensino fundamental de História. Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular,

tornando-se quase que fonte “exclusiva” e “indispensável” para o processo de ensino-aprendizagem. (FONSECA, 2006, p.86)

Nesse novo cenário educacional contestava-se a história tradicional, dos grandes fatos, dos heróis. A visão da história como um processo linear, evolutivo, em direção ao progresso, foi denunciada como redutora da capacidade do aluno de se sentir parte integrante e agente de uma história que desconsiderava sua vivência e era apresentada como um produto pronto e acabado. Neste contexto inicia-se a discussão sobre o retorno da História e da Geografia como disciplinas autônomas nos currículos tanto na escola quanto na universidade, uma vez que os problemas enfrentados no ensino são os mesmos, segundo Selva Guimarães Fonseca.

Os problemas do ensino de história no 1º e 2º graus eram também problemas das universidades. (...) uma vez que nelas se formaram o professores, delas saíram os “melhores livros didáticos”, os guias curriculares e os cursos de atualização. Entretanto, a academia não assume estes problemas e, pretendendo-se 14 separar do social, culpa os outros pela “feiúra”, pela “ideologização” e pelo baixo nível do ensino de 1º grau. A função básica de ensino-pesquisa e extensão permanecia circunscrita nos próprios limites da universidade. (FONSECA, 2006, p.122)

Com relação aos professores, não basta apenas apresentar recortes e transmitir parte dos fatos, é necessário mostrar aos alunos caminhos e alternativas que possam conduzir a transformação da sociedade, em uma luta incessante pelo fim da exclusão, os docentes devem se preocupar, também, com a arte do ensinar, não basta ser um bom pesquisador, mas construir um conhecimento que os tornem formadores de opinião. Segundo os parâmetros curriculares nacionais de história e geografia de 1998, as pessoas deveriam:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-adia, atitude de solidariedade, cooperação e repúdio as injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (PCN-1998)

Com relação aos alunos, cabe ao educador comunicá-los sobre o pensamento acima citado, pois se sabe que muitas vezes a família, que deveria ter, no sentido pleno da expressão, o papel de formadora, não possui estrutura para tal, ficando assim, a criança a margem das questões que norteiam os princípios de convivência, de inclusão e de direitos e deveres que ela possui para com o meio em que vive.

Desta forma compreendemos que o ensino deve contribuir com o desenvolvimento das capacidades humanas em intervir na realidade e que os conteúdos de aprendizagem devam ser tratados como meios de conhecer e responder as indagações postas pelos alunos em função da sua realidade experiencial. Os alunos carregam, pela sua experiência, um saber próprio do seu meio, cabe ao professor exercer a sua formação, dando à experiência dos alunos uma contribuição rigorosa e crítica, superando o saber ingênuo do aluno através do exercício da curiosidade epistemológica (FREIRE, 1996). Neste sentido, o pensamento freireano se concretiza no momento em que se delineia a autonomia do ser humano, conquistada a partir da capacidade de entender e compreender a realidade, sendo esta local, global e por vezes complexa.

“A possibilidade de entendimento da sociedade contemporânea, por parte de nossos alunos esta relacionada com nossa posição diante da realidade social e com a forma como oportunizamos, aos nossos alunos, a sua compreensão”. (Carvalho, 2012)

Temos certeza que fomentando ações que desenvolvam cada vez mais nos alunos o sentimento de criticidade perante os absurdos vistos diariamente no dia a dia das cidades, no futuro teremos adultos que conduzirão suas vidas de uma forma diferente daqueles que atualmente se acomodam e não passam de seres passivos no meio em que vivem.

Mas ensinar e aprender história requer uma avaliação profunda do papel formativo da disciplina, ou seja, deve-se pensar a história como saber disciplinar, que possui uma função relevante na construção da consciência histórica do homem. Em uma sociedade tão desigual como a que vivemos, a relação ensino aprendizagem torna-se um desafio devido às fronteiras impostas pelas diferenças entre os diversos grupos sociais existentes.

Dentre as perspectivas que concorrem para esse processo de formação do sujeito conhecedor de sua realidade vinculam-se os estudos sobre o local. Para os estudos do qual fizemos análise o local é tratado numa perspectiva de formação de uma identidade que representa a possibilidade do reconhecimento desse indivíduo como representante de um determinado grupo, ou seja, identificado com o local onde está inserido.

Nos estudos ligados à História local, vivemos na contemporaneidade uma situação paradoxal, pois ao mesmo tempo em que há uma tendência

homogeneizadora em atitudes e costumes, ou seja, uma cultura construída de modo global, onde as fronteiras dos Estados Nacionais não são mais barreiras para incorporar determinados padrões perceptíveis nos mais diversos locais, observa-se o crescimento de particularismos de grupos que pretendem ver suas reivindicações serem aceitas no dia a dia.

O ensino de História é histórico, sendo o mesmo benéfico para quem o adquire, crítico para quem o estuda profundamente, e reflexivo para quem o investiga e analisa-o nos diversos contextos da sociedade. É relevante ressaltar, que História é uma forma de ciência que estuda e investiga os fatos da realidade, a qual busca obter conhecimentos concretos sobre a sociedade e as pessoas que fizeram a história acontecer em cada século passado. A História estuda os fatos, os atos que compõem a existência humana, o ser humano e suas contribuições para a sociedade e as relações sociais ao longo do tempo. A História visa descobrir e identificar, como viviam as pessoas do passado, como os grupos sociais se relacionavam uns com os outros, como eram as instituições políticas, religiosas, a economia, o campo das ideias, os costumes de cada povo, as crenças, vestimentas, as diferenças e semelhanças, etc. Para Bittencourt, (2004):

História é uma ciência que estuda o desenvolvimento do homem no tempo. A história analisa os processos históricos, as personagens e fatos para poder compreender um determinado período histórico: “A afirmação de que a história pode ser concebida como uma narrativa de fatos do passado dos homens é por princípio, uma definição de história. [...]” (BITTENCOURT, 2004, p. 140).

É natural que o ensino de História seja acompanhado de acontecimentos marcantes. Diante disso, o ensino deve ser concebido como um processo que busca uma compreensão articulada em relação ao passado, para transformar e ampliar a compreensão do presente e do futuro de forma construtiva.

Para isso basta verificar a luta de minorias, de grupos distintos na busca de direitos, mesmo que isso cause contestações em parcelas amplas da sociedade, como exemplos podem citar os movimentos negro, feminista, gay, além de diversas manifestações culturais locais, ligadas à tradição cultural que lutam em permanecer vivas no contexto de massificação global da cultura.

Compreendendo que a História tem como um dos seus fundamentos a relação do indivíduo com outros indivíduos, a constituição de uma identidade entre os sujeitos é um dos objetivos da História. Neste sentido, entendemos que a identidade tem como ambiente de desenvolvimento o local, onde as relações do cotidiano vivido pelos sujeitos constroem uma afinidade entre eles, produzindo saberes com características mais plurais.

O desenvolvimento desse processo de ensino de História voltado para as relações locais e desta para outros espaços tem como pressuposto a preocupação de promover um ensino ativo, problematizando situações que estimulem os estudantes a pensar e refletir historicamente, ou seja, dando significância ao processo de ensino da História, tendo o local como polo irradiador desse movimento. Neste processo busca-se uma integração entre os estudantes, levando-os a desenvolver pesquisas, recolhendo materiais e produzindo narrativas sobre determinados temas, assim, passariam a ser agentes na construção de conhecimentos. A ênfase na História local é compreensível à medida que através dela seria possível verificar os diferentes tempos entre diferentes lugares. Não estamos partindo do pressuposto que os eventos históricos são necessariamente originados num ambiente local. O fato da generalização do tempo esconde entre outras coisas as particularidades que só é percebida a partir do momento que se privilegia o local. Desta forma, o estudo local vivifica as experiências diversas e caracteriza o tempo de cada lugar. Ao tratar de orientação temporal, Jorn Rusen argumenta:

As pessoas só podem agir se elas têm o rumo da sua vida, que coordena e orienta as ações e intenções organizadoras de suas experiências, para que todos possam saber o que elas mesmas fazem. Nesta orientação, os ganhos da realização temporal estão relacionados com a experiência de mudança no mundo humano e do seu sentido, na medida em que a experiência está relacionada aos efeitos orientadores da ação que dizem respeito à transformação no tempo. Tempo como um ato intencional e tempo como ato condicional são trazidos para um contexto interior de uma orientação da vida prática humana. Nesta orientação, o tempo é visto como a experiência de mudança do homem e do seu mundo e como a esperança de que estas mudanças estejam relacionadas entre si, para que as pessoas possam se organizar no fluxo do tempo (RUSEN, 2012, p. 37- 38).

Na reflexão do autor, podemos perceber que ao estudar o local nos deparamos com a questão do tempo e assim com um ponto fundamental em História que é exatamente estabelecer parâmetros de mudanças ou de continuidades. Sabemos que nem tudo aquilo que aconteceu no passado pode ser tratado como História, apenas o que se consegue observar de alterações ou continuidades. A História local tem essa dimensão, de comparar, observar e verificar que o tempo não é único e cada lugar tem uma especificidade e tem uma história, construída por aqueles que em um dado momento e num determinado espaço ali estiveram.

Analisa-se, que a aprendizagem do conhecimento histórico sempre foi fundamental nas relações pessoais e interpessoais, ou seja, no campo (educacional, cultural, social, ético, moral, na investigação concreta dos fatos, tempo, espaço, e na

reflexão crítica do passado sobre o presente). É essencial especificar, que o ensino de história vai além do professor/educador conseguir terminar todos os capítulos do livro, ou as atividades elaboradas para aquele semestre, ou de destacar no quadro negro “a linha do tempo” com os acontecimentos históricos que ocorreram na sociedade época após época, como também, de realizar leitura de documentos históricos sem reflexão crítica em sala de aula, pois tais ações, não contribuem para o entendimento oficial dos alunos, e nem mesmo, para o desenvolvimento dos estudantes enquanto cidadãos críticos, que saibam compreender a sociedade em que vivem, isto é, os educandos não saberão fazer interpretações ou ligações dos acontecimentos do passado para com o presente. No contexto escolar os discentes não podem fazer uso de cadernos, apenas para reproduzir escritos meramente tradicionais e isolados da realidade em que vivem, pois nesse caso, o professor/educador apenas transmitirá em sala de aula conhecimentos fragmentados/repetitivos, sem relação alguma para com a vida dos aprendizes em sociedade.

A aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de um esforço e de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento. É também o espaço em que um embate é travado diante do próprio saber: de um lado, a necessidade do professor ser o produtor do saber, de ser partícipe da produção do conhecimento histórico, de contribuir pessoalmente. De outro lado, a opção de tornar-se apenas um eco do que os outros já disseram. (SCHMIDT, 2013, p. 57)

É imprescindível, que a escola, a sociedade e a comunidade escolar em geral, repensem o currículo e a relevância do conhecimento histórico na vida dos discentes que chegam até a escola. Mas, esse repensar sobre o aprendizado de História, deve ocorrer de forma ética, coletiva, com compromisso cultural, educacional e social, na busca de agregar valores ao ensino de História.

É fundamental que haja um entendimento sensato em relação ao ensino de História, aos conteúdos, e ao conhecimento histórico. A História é histórica, construída e escrita pelo homem. Dessa forma, o saber também é histórico, e concretizado pela ação do homem no espaço, desde os tempos primitivos. Diante desse fato, percebe-se o valor da História na vida e na aprendizagem das pessoas em diferentes épocas. O ensino de História é um elemento enriquecedor, que oportuniza compreender a

realidade social dos acontecimentos. É preciso que as futuras gerações tenham acesso ao conhecimento histórico, para então, serem pessoas mais seguras em suas escolhas, assim como, agirem criteriosamente e saberem se posicionar eticamente em diferentes contextos sociais.

CONCLUSÃO

Sendo assim o ensino de História deve estar voltado a valores fundamentais para a vida em sociedade, e para o conhecimento construtivo dos aprendizes. É necessário, valorizar a memória de cada sujeito histórico, que certamente, uma vez com luta ou não, construiu uma história, ou deixou marcas na época em que viveu, seja as marcas boas ou não, é preciso que saibamos respeitar, pois cada pessoa é livre para escolher seu caminho, para viver sua vida, e construir sua história. A aprendizagem de História deve ter como principal pressuposto, formar os discentes para que possam ser cidadãos autônomos, críticos, questionadores das diversas realidades existentes, e atuantes na sociedade na qual estão inseridos.

O professor/educador deve se atualizar constantemente no ensino de História em sala de aula, e buscar explicar aos alunos, à importância da aprendizagem de História no conhecimento da própria história de vida dos estudantes, de suas identidades enquanto cidadãos. É imprescindível, que os discentes obtenham a compreensão das diversas culturas existentes, dos sistemas políticos fixados, das estruturas sociais estabelecidas, econômica, religião, valores, entre outros.

Com base nisso, cabe ao professor/educador do ensino de História, refletir com seus alunos, e fazer debates em sala de aula sobre os conteúdos de história, assimilando os fatos verídicos do passado, com os fatos do presente, envolvendo o cotidiano dos discentes, na busca de incentivar os alunos a pensar historicamente, formando opiniões críticas e diversificadas sobre vários assuntos no ambiente formal, com base em investigação e participação dos estudantes nas atividades propostas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. A. **Influências na escolha do curso superior**. Florianópolis: UDESC, 2006.
- BITTENCOURT; Circe Maria F: **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo. Ed. Cortez, 2004.
- BRASIL/MEC/SEF (1998). **Parâmetros curriculares nacionais**. História, 5ª a 8ª séries. Brasília.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 15.ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. – 2. Ed. 1reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RUSEN, J. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Trad. Historiches Lernen. Curitiba: WA Editores, 2012.

SILVEIRA, João Batista da. **A política de formação de professores durante o regime civil-militar: A criação de Licenciatura curta em Estudos Sociais/ João Batista da Silveira**. – Campinas: PUC – Campinas, 2008.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História. A Formação de professores de história e o cotidiano da sala de aula**. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 2013.

Capítulo 4

**A MISSÃO DOS
APÓSTOLOS E A
PRESENÇA DOS SERES
HÍBRIDOS NA ARTE
ROMÂNICA MEDIEVAL**

Igor de Mattia Buogo

A MISSÃO DOS APÓSTOLOS E A PRESENÇA DOS SERES HÍBRIDOS NA ARTE ROMÂNICA MEDIEVAL

*Igor de Mattia Buogo*¹

Acadêmico de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail:

igor_buogo@outlook.com

Resumo: Este estudo tem por objetivo traçar a historicidade da mentalidade medieval referente aos “seres híbridos”, que viveriam nas regiões do Oriente, da África e Ásia, a partir do diálogo entre autores da Antiguidade e do medievo, como Heródoto, Plínio, Agostinho de Hipona e Isidoro de Sevilha. Busca-se, num segundo momento, interpretar e compreender a presença destes seres no tímpano central da basílica românica de Santa Maria Madalena, em Vézelay, França. No tímpano da basílica, tais temas pré-cristãos foram colocados junto a Cristo numa iconografia bíblica que alude à Missão dos Apóstolos.

Palavras-chave: Arte românica; Antiguidade; iconografia medieval; seres híbridos

Abstract: This study aims to trace the historicity of the medieval mentality concerning the “hybrid beings”, beings who would live in the distant regions of the East, Africa and Asia, through a dialogue between authors from Antiquity to the Middle Ages, such as Herodotus, Pliny, Augustine of Hippo and Isidore of Seville. In a second moment, we seek to interpret and understand the presence of these beings in the central tympanum of the Romanesque basilica of Saint Mary Magdalen, in Vézelay, France. In the tympanum of the church, such pre-Christian themes had been put along with Christ and His followers in a biblical iconography that alludes to the Mission of the Apostles.

Keywords: Romanesque art; Antiquity; medieval iconography; hybrid beings

INTRODUÇÃO

No tímpano central da basílica românica de Santa Maria Madalena, localizada na vila de Vézelay, França, testemunha-se uma iconografia bíblica que configura passagens do Novo Testamento junto a temáticas da Antiguidade e de outras tradições. Patrimônio Mundial da UNESCO desde 1979, a basílica assenta-se na vila de Vézelay, local que foi administrado, na Idade Média, por um monastério beneditino. A localidade tornou-se religiosa e socialmente importante durante os séculos XI e XII,

¹ Acadêmico de História na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, SC, Brasil. E-mail: igor_buogo@outlook.com

pela tradição que ascendeu a partir dos anos 1050, segundo à qual os restos de Maria Madalena estariam sepultados no local.

Reconhecida como um baluarte da arte românica francesa, a basílica possui um tímpano central – o portal esculpido acima da entrada da nave – que comporta uma variedade de iconografias cristãs emolduradas durante o processo de construção, entre 1120 e 1140. A imagem central do tímpano representa, segundo Émile Mâle (1972) e John Friedman (2000), a Missão dos Apóstolos. Este ideal é sintetizado em várias passagens do Novo Testamento, como em Marcos, 16:15: “Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a cada criatura”. É, pois, o momento motriz em que a diretriz da Igreja Católica teria sido definida por Jesus a seus apóstolos, influenciando o ideal do universalismo da Salvação, presente na doutrina católica posterior. Klaas Woortman (2005) bem colocou que a condição de uma humanidade “única” foi fundamental no pensamento cristão, pois, antes que venha o Fim dos Tempos, todos os povos e nações da Terra precisariam, necessariamente, estarem unidos à Providência Divina, através do conhecimento dos Evangelhos. Desse modo, a dispersão dos Evangelhos para todos os cantos do mundo é um ponto basilar para a realização da Salvação da humanidade, definido mesmo como um episódio necessário para que se cumpra a Parúsia, a Segunda Vinda de Cristo.

A audiência das iconografias românicas da basílica, durante os séculos XII e XIII, de fato, incluiu não somente “o público laico, monges e clérigos, mas também viajantes, como peregrinos, que vinham de todos os cantos do mundo” (SULLIVAN, 2016: 31). Vézelay, além de ter sido um ponto de peregrinação próprio por manter as relíquias de Maria Madalena, também é uma vila citada no *Guia do peregrino de Santiago*, elaborado entre 1140 e 1160, como um dos locais em que partiam as peregrinações rumo à tumba de São Tiago, na Galícia.

As esculturas e ornamentações românicas, geralmente em igrejas de áreas rurais, conceituam-se como um amálgama de conhecimentos clericais, baseados nas liturgias e na Bíblia, com reminiscências de imaginários distintos provindos de diferentes fontes, sejam dos folclores camponeses, de tradições bizantinas ou da Antiguidade. Como notou Henri Focillon (1963), a arte românica dos séculos XI e XII mesclou imagens de Deus e dos homens, baseadas nas Bíblia, entremeadas com as mais diversas fantasias da mente humana concebidas no imaginário medieval. No tímpano central da basílica, deste modo, é possível testemunhar temáticas que são

permanências do Mundo Antigo, ressignificadas e realocadas para servir a projeções e visões de mundo inerentes ao projeto de Salvação do Cristianismo.

De modo mais específico, no semicírculo do tímpano central, estão emoldurados diversos seres dentro de compartimentos específicos. Exibindo diferentes características físicas – como cabeças de cães – e gestuais – os gestos são um importante elemento para a compreensão de significados no mundo medieval –, muitos destes seres são exemplos das permanências que remontam a temas pré-cristãos, mas que foram devidamente alocados e ressignificados numa iconografia que exprime episódios do Novo Testamento.

Na esteira desta temática, o presente estudo empreende uma análise histórica, descritiva e interpretativa da permanência deste imaginário da Antiguidade no medievo, envolvendo tais seres híbridos, que se acreditava viverem nas regiões fronteiriças do “mundo”, como a Índia. Compreendendo a presença destes temas na mentalidade cristã como um aspecto de longa duração, a discussão proposta visa traçar a historicidade desta mentalidade, a partir de fontes gregas, romanas e medievais. De Heródoto ao romano Plínio, perpassando o pensamento de Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha, este estudo demonstra como estes autores reproduziram estas tradições e visões referentes aos seres híbridos e exóticos, como os cinocéfalos, que viveriam nos limites do mundo. Num segundo momento, serão analisadas as figurações destes seres em detalhes do tímpano da basílica românica de Vézelay, construída entre 1120 e 1140. Na imagem românica em perspectiva, a tradição dos seres híbridos foi incorporada numa cena estritamente cristã, perpetuando a crença na existência dos mesmos, mas com significados novos intrínsecos ao projeto universalista do Cristianismo.

A TRADIÇÃO GRECO-ROMANA: HERÓDOTO, CTÉSIAS, MEGÁSTENES E PLÍNIO

Desde os tempos de Heródoto, no século V a.C., os gregos tenderam a materializar suas concepções do “Outro” monstruoso não somente em seus mitos, onde criaturas híbridas como o Minotauro estão presentes, mas também “em formas não-religiosas pela invenção de raças e animais monstruosos à qual imaginavam viver à uma grande distância no Oriente, sobretudo na Índia” (WITTKOER, 1942: 159). Neste sentido, a obra *História*, de Heródoto, se caracteriza como uma fonte

importante para apreender o pensamento cultural dos gregos a respeito de uma miríade de assuntos envolvendo guerras, política, o mundo natural e, também, os locais distantes, considerados perigosos, habitados por seres fantásticos. A Índia que Heródoto delineou em sua *História*, por exemplo, é citada como a “mais remota das terras habitadas”, um país em que “os animais, tanto quanto as aves, são muito maiores do que nos demais países, com a única exceção dos cavalos” (HERÓDOTO, 1979a: 202).

Ela é descrita como uma terra hostil, com um clima desértico, contendo, todavia, “uma incalculável abundância de ouro, ouro que se extrai do subsolo, que é arrastado por alguns rios, ou que [...] se obtêm por saques” (HERÓDOTO, 1979a: 203). A Líbia, por sua vez, é exposta como um país repleto de feras. Viveriam ali cobras gigantes, leões, elefantes, ursos, além de seres fantásticos, “seres com cabeça de cães e seres sem cabeça, que (ao menos segundo afirmações dos líbios) têm os olhos no peito” (HERÓDOTO, 1979b: 463).

Outro autor da Antiguidade, cujos fragmentos de suas obras perduraram, foi Ctésias de Cnido, médico que viveu em fins do século V a.C. Ctésias foi um residente na corte persa; tal como Heródoto, não visitou as regiões da Índia e outras localidades consideradas distantes, mas, como residente real do Império Persa, pôde compor sua coletânea de maravilhas, ervas medicinais, e descrições de regiões longínquas, a partir de relatos de viajantes e comerciantes que por tais espaços transitavam (NICHOLS, 2011).

No dizer do historiador da arte Rudolf Wittkoer (1942), Ctésias, em sua obra fragmentada *Indika*, não só se respaldou em estórias fabulosas concernentes ao Oriente que já eram vigentes nos tempos precedentes ao próprio Heródoto, como também adicionou novas maravilhas, relacionadas a povos, climas, paisagens e minerais preciosos. Seus relatos são sínteses de reminiscências e narrativas que abrangiam as regiões fronteiriças do Império Persa, mescladas ao próprio imaginário do autor e sua influência helênica. Ctésias povoou a Índia com pigmeus, ciápodas (pessoas com um único e enorme pé), e cinocéfalos, homens com rostos de cães que latem como cachorros, além de povos cujos olhos ficavam nos ombros e outros cujas orelhas eram tão largas que lhes cobriam todo o corpo (WITTKOER, 1942).

As fontes de Ctésias surgiram, principalmente, de tradições e relatos orais veiculados nas cidades persas por mercadores de Bactria e comerciantes. As

matérias orais vigentes no Império Persa e nas regiões da Índia que influenciaram o grego também deram forma a elementos dos mitos hindu. Assim como ocorreu com Heródoto, seus fragmentos e citações referentes aos povos míticos do Oriente reverberaram por séculos em autores que se dispuseram a escrever sobre a natureza e os seres fantásticos.

Perpetuando ecos destes autores, Megástenes, que teria sido embaixador de Seleuco, um dos generais de Alexandre, no século IV a.C., também compôs uma obra denominada *Indika*. O pouco que se sabe sobre sua vida deriva de citações em Estrabão, Arriano e Clemente de Alexandria (BROWN, 1957). A *Indika* deste autor foi escrita no contexto pós-Conquista Macedônica, quando redes comerciais e contatos com a Ásia foram desenvolvidos de forma substancial, por conta da campanha expansionista de Alexandre. Apesar deste contato com o Oriente ter-se acirrado, a obra de Megástenes não transcende a tradição de povoar as margens do mundo com seres fantásticos, frutos de mitos, imaginação e tradições orais.

Dentre os seres descritos por ele e assentados nesta tradição, por exemplo, estariam os homens do monte Nulo, que nasciam com os pés virados para trás. Existiriam, além disso, povos com faces de cães que se vestiam com a pele de animais selvagens, e outros que, ao invés de narinas, possuiriam apenas orifícios circulares, chamados de *Scyritae*. Os *Astomi*, por sua vez, seriam um povo que nasce sem boca, alimentando-se de perfumes inalados pelo nariz (McCRINDLE, 1877). Por fim, é importante destacar a mais influente das obras que repercutiu até meados do século XVI: a compilação de 36 livros, escritos no século I, pelo romano Plínio, o Velho, denominada *Naturalis Historia*, a História Natural.

No sétimo livro de sua compilação, Plínio escreveu que, para além das terras da Etiópia, existiriam humanos que viveriam em cavernas, capazes de correr mais rápido do que os cavalos, bem como outros etíopes com mais de doze pés de altura, chamados de *Syrbotae* (PLINY, 1961), depois mantidos nos bestiários da Idade Média. Próximo à costa da Cítia, em agrupamentos de ilhas, o autor fala sobre uma raça mítica chamada *Oeoniae*, que se alimentam de ovos de pássaros, e outras ilhas, povoadas por pessoas que nascem com patas de cavalo no lugar de pés. No quarto livro, ele menciona povos que teriam orelhas tão largas que lhes cobrem todo o corpo. Para Plínio, estes seres fantásticos, ou no mínimo curiosos, eram criações da própria Natureza, em sua ingenuidade.

Na esteira da *História Natural*, de Plínio, outros escritos, citados por Umberto Eco (2000), que abarcaram as mesmas fontes e tradições, foram a *Collectanea rerum memorabilium*, escrita no século II por Solino; o *Physiologus*, de autor desconhecido, entre os séculos II-III; *De rebus in oriente mirabilis*, possivelmente do século VII, dentre outras obras.

De modo geral, o conhecimento legado à Idade Média a respeito dos habitantes fantásticos e fronteiriços do mundo, de regiões como a África, a Ásia e o Oriente, foram em sua maior parte baseados nos fragmentos de Heródoto, Ctésias, Megástenes e, principalmente, de Plínio, o Velho. Como colocou Jacques Le Goff, durante o medievo, o Oceano Índico foi fechado aos cristãos; árabes, persas, indianos e chineses “faziam dele um domínio reservado” (LE GOFF, 1979: 266), fator estruturante para explicar a reprodução dos relatos míticos e fantásticos sobre as terras distantes da Europa. Outros fatores apontados para interpretar a perpetuação e o eco destes relatos de seres míticos, pontuados tanto por Jacques Le Goff como pelo medievalista americano John Friedman, é o fato de que a mera crença na possibilidade da existência de seres fantásticos servia de forma profícua à audiência medieval, estagnada pelo cotidiano, preenchendo condições subjetivas e coletivas relacionadas ao escapismo da vida rotineira e o prazer no “medo do desconhecido” (FRIEDMAN, 2000: 24).

A TRADIÇÃO CRISTÃ-MEDIEVAL: AGOSTINHO E ISIDORO DE SEVILHA

Os tratados sobre as *Maravilhas do Oriente* (nome à qual é comumente chamada as sessões dos manuscritos medievais contendo a descrição e locais dos seres fantásticos), cujos materiais primários remontam às fontes da Antiguidade grega, foram enfeitados e embelezados durante a Idade Média (ECO, 2000). Os copistas medievais retrataram, em vivas cores, seres como os cinocéfalos – híbridos entre humanos e cães –, os *panotti*, as mulheres selvagens, os grifos e os gigantes. Este imaginário fantástico foi fértil entre o público medieval, possivelmente compartilhado tanto por clérigos como por leigos. É possível testemunhá-lo, por exemplo, em obras como *As Viagens de Sir John Mandeville*, do século XIV, e nos escritos de Marco Polo. Frente ao mundo cristão estabelecido na Idade Média, o conhecimento legado dos gregos e romanos sobre estas criaturas – humanos ou bestas? – foi ressignificado. Soares (2011), ao analisar tais permanências, pontua

que, no Cristianismo, as categorias do pensamento antigo foram incorporadas e reutilizadas pelos pais da Igreja.

Santo Agostinho (354-430 d.C.), bispo de Hipona, além de fundamental para o pensamento cristão, foi um dos autores que interpretou a ocorrência de tais seres míticos nas bordas do mundo. Frente a ideia da universalização da palavra de Cristo a todas as nações de homens, foi preciso a Agostinho, deste modo, relevar o assunto destes seres, perguntando-se se poderiam ser considerados humanos, e, portanto, dignos da Palavra e da Salvação, ou meros relatos fantasiosos. Dentre os vários grupos de seres fantásticos descritos por ele no livro XVI de *A Cidade de Deus*, é possível perceber as permanências advindas da Antiguidade:

[...] [há] alguns que têm um só olho no meio da frente; outros têm as plantas dos pés voltadas para trás [...] outros não têm boca e vivem respirando apenas pelo nariz [...] outros têm a estatura de um côvado (*cubitum*), pelo que os Gregos lhes chamam pigmeus. (AGOSTINHO, 2000: 1473)

O bispo de Hipona relembra que nascimentos ditos “monstruosos” também ocorrem cotidianamente entre os homens. Deus, neste sentido, jamais poderia ter-se enganado na Criação, pois “mesmo quando surgir um caso mais anormal, sabe bem o que faz aquele cujas obras ninguém pode justificadamente criticar” (AGOSTINHO, 2000: 1474). O empreendimento de Santo Agostinho foi procurar realocar os seres na concepção unitária da Humanidade, para que a Salvação futura pudesse ocorrer. Não surpreende, deste modo, ser um dos fundamentos dos primeiros pais da Igreja o de “conciliar as verdades das Sagradas Escrituras, sobretudo às dos evangelhos, com a filosofia e a visão de mundo ainda marcadamente helenística, então reinante no mundo mediterrâneo” (AMARAL, 2014: 70-71), situação que se verifica ao analisar as concepções de Agostinho e outros personagens históricos da Patrística relacionadas aos seres híbridos, de aparências fantásticas.

Para Agostinho, tais seres, inconfundivelmente, seriam frutos da Criação, caso opta-se por acreditar em sua existência. O autor antigo declara que há a possibilidade de serem espécies de animais tomadas por seres humanos; sendo estes seres, no entanto, humanos, não é possível negar que descendam de Adão, e complementam seu devido lugar na Criação. “Deus”, coloca Agostinho, “que é o criador de todos os entes, sabe em que lugar e quando é ou foi conveniente criar um ser, como sabe de

que partes semelhantes ou dissemelhantes há-de formar a beleza do Universo” (AGOSTINHO, 2000: 1474).

Quase similar à concepção de Agostinho, Isidoro de Sevilha (560-636 d.C.) também preocupou-se em harmonizar as visões cristãs com as tradições existentes e, julga-se, populares, referente aos habitantes fantásticos das regiões longínquas, como a Líbia e a Índia. No décimo primeiro livro de sua obra *Etimologias*, compilada no início do século VII, ele se dedicou a estes seres, em trechos que se assemelham às descrições de autores prévios:

Está escrito que nas terras do Oriente há raças cujos rostos são monstruosos: umas não tem nariz, apresentando a superfície da cara totalmente plana e sem traços; outras ostentam o lábio inferior tão proeminente que, quando dormem, cobrem com ele todo o rosto para se preservar dos ardores do sol (SEVILHA, 2004: 883).

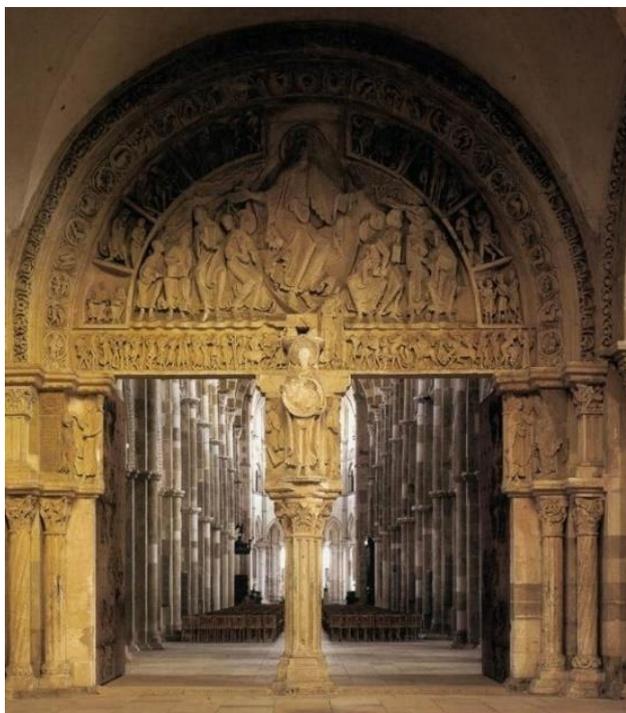
Além destes, Isidoro também cita sobre os *Panotti*, povo com orelhas imensas que lhes cobrem todo o corpo. Os *blemmyes*, criaturas recorrentes em versões ilustradas dos romances medievais de Alexandre, o Grande, apresentam o tronco sem cabeça, tendo a boca e os olhos no peito. “Há outros que, privados de pescoço, têm os olhos nos ombros” (SEVILHA, 2004: 883). Ronaldo Amaral (2014) comenta que Isidoro de Sevilha se esquivou de dar maiores detalhes teológicos aos seres fantásticos, na contramão de Agostinho, limitando-se à descrição de suas características, a origem de alguns de seus nomes, e suas moradas.

Em manuscritos e mapas medievais, ou nos romances ilustrados da Baixa Idade Média, os seres fantásticos estão presentes. A Europa medieval havia se distanciado da prática das viagens marítimas à longa distância. Os autores antigos, como Plínio, continuaram a prover uma fonte de informação bem consolidada sobre as diferentes humanidades e bestialidades que povoariam as regiões do Oriente e da África. Para o público laico da Idade Média, esta tradição perseverou no imaginário, pois este Oriente misterioso foi visto, conforme apontou Le Goff, como o local onde se encontrava a “inesgotável imaginação criadora da natureza e de Deus” (LE GOFF, 1979: 275). Ainda, para o público clerical, a existência destes seres também seria um exemplo do trabalho de Deus, de modo que tal tradição de longa duração encaixou-se bem no ímpeto universalista do Cristianismo.

OS SERES HÍBRIDOS NO PORTAL ROMÂNICO DE VÉZELAY

O tímpano da entrada frontal da basílica de Santa Maria Madalena (imagem 1), em Vézelay, construído entre os anos de 1120 e 1140 – juntamente com a própria basílica, em substituição a uma igreja anterior –, dá vida e presentifica determinadas passagens bíblicas do Novo Testamento, como a Missão dos Apóstolos. No interior do espaço semicircular, um Cristo em Majestade abre os braços a seus 12 apóstolos esculpidos, seus dedos emitindo feixes que rememoram as línguas de fogo na ocasião do Pentecostes, em Atos, 2:1-4. Sob os pés dos apóstolos, no lintel, há uma multidão caminhante, conduzindo animais e demais oferendas em direção ao centro. No espaço semicircular que circunda Cristo e os apóstolos, oito compartimentos retangulares exibem em seu interior diferentes esculturas de pessoas, com as mais variadas características. Por fim, na arquivolta que emoldura a cena, estão representados os símbolos do zodíaco e trabalhos agrícolas relacionados aos meses do ano.

Imagem 1 – O portal românico na basílica de Santa Maria Madalena, c. 1120-1140.



Fonte: GEESE, 1997: 276

Interessa-nos, pois, como parte fundamental deste estudo, detalhes específicos que foram representados na iconografia cristã em pautas: a presença de pelo menos quatro seres fantásticos – os cinocéfalos, os *Panotti*, os *sciritae* e os

pigmeus –, continuidades das tradições antigas analisadas, que se mantiveram no imaginário. De acordo com historiadores da arte medieval, como Peter Low (2003), por mais que haja divergências em relação à interpretação teológica e litúrgica da imagem do tímpano – uns a atribuem à Missão dos Apóstolos, outros ao episódio do Pentecostes, e Low (2003) a analisa com base na Epístola de Paulo aos Efésios –, a grande maioria converge num ponto central: a iconografia em análise exprime a aceção universalista do Cristianismo, a noção de que os apóstolos – e a Igreja após eles – difundirão o Evangelho a todos os povos da Terra.

Os apóstolos de Cristo no portal, assim, se posicionam com as mãos em forma de bênçãos, muitos deles carregando livros, numa alusão ao trabalho de evangelização. Recebendo o Espírito Santo através dos feixes que emanam do próprio Cristo, os gestos dos apóstolos, de fato, sugerem um ímpeto de pregação. Para nossa análise, é importante lembrar, ainda, que dentre os evangelhos apócrifos escritos durante os primeiros séculos do Cristianismo, muitos trataram sobre viagens longínquas e aventuras que teriam sido realizadas pelos apóstolos após a Crucificação, no intuito de pregar a Palavra, cumprindo assim sua Missão. Nestes textos, de tradições copta, etíope e siríaca, narrativas envolvendo figuras como São Mateus, São Bartolomeu, Santo André e São Tomé colocam estes personagens em regiões distantes, como Armênia e Pártia, habitadas por povos ditos monstruosos, que possuiriam inclusive “rostos de cães” (KOUYMJIAN, 2014). No pensamento cristão, o próprio São Cristóvão, já descrito na lenda convencional como um gigante, também teria sido um membro destes povos híbridos que possuem rostos de cães, em determinadas tradições do Cristianismo oriental (JARITZ, 2009).

Na imagem entalhada, no compartimento à direita acima de Cristo (imagem 2), faz-se notar a presença destes seres híbridos, que a tradição antiga nomeou cinocéfalos, possuindo o corpo de homem e a cabeça de um cão. Isidoro de Sevilha havia escrito, nas *Etimologias*, que, pelo fato de latirem como cães, os cinocéfalos mais poderiam ser tratados como bestas do que como homens. Para Isidoro – e baseado em tradições com séculos de duração, conforme visto –, eles seriam um povo que habitariam a Índia (SEVILHA, 2004).

Imagem 2 – Os cinocéfalos esculpidos no tímpano da basílica (detalhe)

Fonte: FRIEDMAN, 2000: 81

Com as mãos dispostas sobre a própria orelha e a garganta, Adolf Katzenellenbogen (1944) interpretou que os cinocéfalos no tímpano seriam uma alegoria visual da mudez. A tradição dispersa no imaginário tornou os cinocéfalos incapazes de se comunicarem pela linguagem; sua oralidade seria limitada ao latido de um cão. Na arte da Idade Média, foi convencional a representação de determinados atributos físicos e imateriais (como o pecado) através da gestualidade, permitindo que a audiência de tais imagens pudessem dotá-las de sentidos inerentes à mentalidade cristã.

Desse modo, reconhecendo que a cultura visual da Idade Média foi fundamentada por simbolismos, como destacou Umberto Eco (2000), os cinocéfalos esculpidos no portal seriam, assim, “mudos e surdos” à palavra de Cristo. Junto a outros detalhes à margem da cena principal do tímpano, os cinocéfalos presentes na iconografia são indícios de uma cultura mítica repercutida desde os tempos de Heródoto. Estes indícios antigos se mantiveram na mentalidade medieval, em relatos de viagens, romances e iconografias, encontrados em esculturas e manuscritos. Hilário Franco Júnior (2010), ao analisar capitéis românicos espanhóis, já assentira que as fontes das iconografias medievais, muitas vezes, provinham de subsídios folclóricos e orais, clericalizados pela Igreja, processo que fundamentou, segundo o autor, uma cultura intermediária.

As evidências destas permanências antigas no imaginário medieval, presentes no tímpano da basílica de Vézelay, não se limitaram aos cinocéfalos. No

compartimento superior do semicírculo, desta vez localizado à esquerda e acima de Cristo (imagem 3), Friedman (2000) identifica dois indivíduos dos povos chamados *sciritae*, que também são encontrados na literatura desde o compêndio de Megástenes, do século IV a.C. Este mesmo autor antigo escreveu que seriam seres com corpos humanos e de face lisa, possuindo orifícios no lugar de narinas. Viveriam próximos ao Rio Ganges, na Índia.

Imagem 3 – Os *Sciritae*, ao lado direito do tímpano (detalhe)



Fonte: Images of Medieval Art and Architecture. Disponível em: <https://www.medart.pitt.edu/menufrance/vezelay/portals/vezportalpeoples.html>. Acesso em 27 de ago. 2020.

O escultor anônimo responsável, cujo patrocínio adveio da riqueza e poderio que o monastério da vila conquistou desde fins do século XI, entalhou outras figuras de povos imaginários que também são ocorrências de longa duração no mundo ocidental, nas compilações enciclopédicas fantasiosas sobre os seres que habitariam os limites do mundo. Elas estão, desta vez, colocadas no lintel da iconografia – o corredor que forma a base que sustenta Cristo e seus apóstolos (imagem 4). Em sua extremidade direita, foram esculpidos três membros dos povos denominados *Panotti* (*Pân* significa “todo” e *óta*, “orelhas”, conforme esclareceu Isidoro de Sevilha).

Imagem 4 – Os *panotti*, povo de orelhas gigantes (detalhe)

Fonte: Images of Medieval Art and Architecture. Disponível em: <https://www.medart.pitt.edu/menufrance/vezelay/portals/vezportalpeoples.html>. Acesso em 27 de ago. 2020.

Desde Heródoto a Plínio, conforme visto, o pensamento grego e romano colocou estes seres como habitantes de regiões como Índia, Líbia, territórios da Ásia e Oriente Médio. Isidoro de Sevilha escreveu que os *panotti* viveriam na Cítia, assim como Plínio escrevera antes dele. Se caracterizam como seres cujas orelhas enormes lhes servem de proteção, podendo lhes cobrir todo o corpo. A representação visual destes e outros híbridos, em bestiários e na imagem de Vézelay, deve-se a subsídios folclóricos e às descrições escassas feitas por autores como Plínio (JARITZ, 2009). São elementos que demonstram, além da já citada permanência de temas no imaginário, também a força do fundamento que os autores, escultores e copistas medievais possuíam nos escritores antigos, compreendidos como *auctoritas* – autoridades importantes e reconhecidas nas diversas áreas do saber que o Mundo Antigo proveu ao medievo.

Por fim, movendo-se um pouco mais adiante dos *panotti*, ainda no lintel da iconografia, o escultor ali modelou uma pequena e curiosa figura, que utiliza de uma escada para poder se assentar no dorso de um cavalo (imagem 5). São alusões aos pigmeus, seres pequenos cuja habitação diverge nos relatos antigos. São mencionados em fontes gregas desde a *Ilíada*, no início do Canto III; Heródoto fala

sobre um povo negro e pequeno que viveria na África, ao que Ctésias e Megástenes os colocam – também lá – na Índia.

Imagem 5 – Os pigmeus no lintel (detalhe)



Fonte: Images of Medieval Art and Architecture. Disponível em: <https://www.medart.pitt.edu/menufrance/vezelay/portals/vezportalpeoples.html>. Acesso em 27 de ago. 2020

Importante no estudo envolvendo a arte, o imaginário medieval e as permanências do Mundo Antigo, as relações que a iconografia analisada estabelece com a realidade sociocultural local promovem uma melhor compreensão das influências e recepções da imagem românica. Desde antes da construção da basílica, a tradição de que os restos mortais de Maria Madalena estariam sepultados em Vézelay consagrou a localidade da vila a um importante patamar religioso na Borgonha. Em 1058, o próprio papa Estêvão IX reconheceu e oficializou esta tradição regional (BERLOW, 1972).

Posteriormente, o contexto da Primeira Cruzada, iniciada em 1095, movimentou peregrinos de diversas regiões da Europa rumo à Terra Santa. Vézelay, neste cenário, foi um local veiculado; o poderio do monastério beneditino que administrava a vila, somado à tradição das relíquias de Madalena, incrementou a riqueza da região, permitindo a construção da basílica. Como boa parte das imagens românicas feitas em igrejas do Ocidente entre os séculos XI e XII, seu tímpano central foi realizado a partir de influências heterogêneas que, de fato, contribuíram para a unidade e variedade da arte românica como um todo (FOCILLON, 1963).

Tradições arranjadas de autores antigos e reproduzidas em manuscritos ilustrados, junto a matérias orais advindas de viajantes embebidos de diversas culturas – peregrinando à Vézelay, à Terra Santa ou à Santiago de Compostela –, foram temas que influenciaram a riqueza dos detalhes marginais da escultura entalhada em questão. As peregrinações medievais, que se sedimentaram durante os séculos XI e XII, por sua vez, atraíram peregrinos em busca de cidades como Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela; tal movimentação de viajantes ajudou à propagar tradições de diferentes localidades e estilos artísticos, fomentando a já citada variedade nos estilos visuais da iconografia românica.

No tímpano da basílica borgonhesa, os seres híbridos, habitantes das margens do mundo conhecido, compartilham as margens da cena cristã, compreendida como a Missão dos Apóstolos declarada pelo próprio Cristo. A imagem, assim, assimila e converge estas diferentes tradições antigas e populares para passar sua mensagem: a universalidade da Palavra e da Igreja, a conversão dos gentios e dos pagãos, a difusão do Cristianismo num contexto europeu cada vez mais conturbado pelo início das Cruzadas e pelas guerras simbólicas e políticas entre poderes clericais e laicos. Para presentificar esta doutrina na imagem, o escultor tratou elementos e temas presentes na mentalidade europeia desde os tempos de Homero e Heródoto, e nas transmissões culturais e orais referentes aos povos distantes e monstruosos – promovidas pelo fato de Vézelay ser um ponto de peregrinos e viajantes –, conciliando esta tradição à cena de Cristo e seus apóstolos, como povos a serem cristianizados pelo ímpeto da Igreja medieval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tímpano central da basílica de Santa Maria Madalena sintetizou a Missão dos Apóstolos – tema definitivamente cristão – com elementos do imaginário popular e da tradição greco-romana associada às *Maravilhas do Oriente*. A iconografia, por si só, é rica em demais detalhes e representações de povos, nos compartimentos que rodeiam a figura de Cristo e de seus seguidores. Objeto de análise neste estudo, o recorte realizado na imagem românica especificou alguns destes detalhes presentes: os seres híbridos, habitantes de regiões distantes dos limites da Cristandade. Neste último aspecto, o tímpano de Vézelay devidamente absorveu em sua cena bíblica a presença destes povos exóticos.

Ao invés de serem colocados num compêndio de curiosidades e *maravilhas*, num mapa que demonstre a concepção geográfica da Idade Média, ou num romance de aventura ilustrado – presentes na cultura visual dos manuscritos –, os seres híbridos foram aqui representados na entrada de uma nave românica, no mesmo espaço de Cristo-Deus e seus apóstolos. Estes elementos evidenciam matérias de cultural oral e tradições greco-romanas, veiculadas pelas rotas de peregrinação, e influenciando não só o escultor da cena, como também os habitantes, os monges e os viajantes, principais receptores da imagem sacra. A iconografia articulou um evento bíblico com tradições sincréticas da Antiguidade, convergindo para sua mensagem simbólica: antes do Juízo Final, as nações e povos da Terra – imaginários ou não – serão abrangidos pela Palavra de Deus, evangelizados, incrementando a influência do Cristianismo no mundo conhecido, e a autoridade da Igreja Católica nos tempos das Cruzadas.

FONTES

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Volume III (Livros XVI-XXII). 2. ed. Tradução de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000

HERÓDOTO. **Historia**: Libro III. Tradução ao espanhol de Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1979

_____. **Historia**: Libro IV. Tradução ao espanhol de Carlos Schrader. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1979

McCRINDLE, J.W. (ed.). **Ancient India as described by Megasthenês and Arrian**. Calcutta: Thacker, Spunk & Co.; London: Trübner & Co.; Bombag: Thacker & Co., 1877

NICHOLS, Andrew (ed.). **Ctesias**: On India and fragments of his minor works. London: Bristol Classical, 2011

PLINY. **Natural History with an English translation in ten volumes**: vol. II (Libri III-VII). 3. ed. Tradução ao inglês de Harris Rackham. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann LTD, 1961

SEVILHA, San Isidoro de. **Etimologías – edicion bilingüe**. Tradução ao espanhol de Jose Oroz Reta e Manuel A. Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ronaldo. Os seres monstruosos no imaginário do cristianismo antigo. **Religare**, v. 11, n. 1, mar. 2014, p. 67-86

BERLOW, Rosalind Kent. **Social and economic aspects of the early history of Vézelay** (ninth to twelfth centuries). 1972. 422 f. Tese (Doctor of Philosophy) - The City University of New York, NY, USA.

BROWN, Truesdell S. The Merits and Weaknesses of Megasthenes. **Phoenix**, v. 11, n. 1. 1957, p. 12-24

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Tradução de António Guerreiro. 2. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000

FRANCO JR, Hilário. **A Eva barbada**: Ensaios de Mitologia Medieval. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010

FOCILLON, Henri. **The Art of the West in the Middle Ages**. Volume one: Romanesque Art. London: Phaidon Press, 1963

FRIEDMAN, John Block. **The Monstrous Race in Medieval Art and Thought**. New York: Syracuse University Press, 2000

GEESE, Uwe. Romanesque sculpture. *In*: TOMAN, Rolf (Org.). **Romanesque: Architecture. Sculpture. Painting**. Cologne: Könemann, 1997. p. 256-323

JARITZ, Gerhard. From the Peripheries to the Centres and Back: Visual Culture and the Edges of this World. *In*: JARITZ, Gerhard; KREEM, Juhan (Org.). **The Edges of the Medieval World**. Budapest: CEU Medievalia, 2009. p. 21-38

KOUYMJIAN, Dickran. Vézelay, the Arabs, and the Armenians. *In*: MUTAFIAN, Claude (Org.). **La Méditerranée des Arméniens, XII-XV siècle**. Paris: Geunthner, 2014, p. 375-388

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**. Tradução de Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1979

LOW, Peter. "You Who Once Were Far Off": Enlivening Scripture in the Main Portal at Vézelay. **The Art Bulletin**, v. 85, n. 3, set. 2003, p. 469-489

MÂLE, Emile. **The Gothic Image**: Religious Art in France of the Thirteenth Century. New York: Harper and Row, 1972

SOARES, Paulo Roberto de Núñez. Os monstros na cultura medieval. **Revista Signum**, v. 12, n. 2, 2011, p. 188-210

SULLIVAN, Alice Isabella. Strategies of Signification in Romanesque Sculpture: The Coiled Man in the Archivolt at Vézelay. **Rutgers Art Review**, n. 31, 2016, p. 20-36

WITTKOER, Rudolf. Marvels of the East. A Study in the History of Monsters. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, v. 5, 1942, p. 159-197

WOORTMAN, Klaas. O selvagem na “Gesta Dei”: história e alteridade no pensamento medieval. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, dez. 2005, p. 259-314

KATZENELLENBOGEN, Adolf. The Central Tympanum at Vézelay. Its encyclopedic meaning and its relation to the First Crusade. **The Art Bulletin**, v. 26, n. 3, set. 1944, p. 141-151.

Capítulo 5

**“PARA QUE NÓS, OS
REBAIXADOS NA SOCIEDADE,
NÃO DESISTAMOS DE
CRESCER”: UM DEBATE SOBRE
A POLÍTICA DE AÇÃO
AFIRMATIVA NO COLÉGIO
ESTADUAL NILO PEÇANHA- SÃO
GONÇALO (RJ)**

Amanda Maia Vannucci

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira

**“PARA QUE NÓS, OS REBAIXADOS NA SOCIEDADE, NÃO
DESISTAMOS DE CRESCER”: UM DEBATE SOBRE A POLÍTICA DE
AÇÃO AFIRMATIVA NO COLÉGIO ESTADUAL NILO PEÇANHA-
SÃO GONÇALO (RJ)**

Amanda Maia Vannucci

Professora da rede privada de ensino, Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF e graduanda em Pedagogia pela mesma instituição, amandavannucci@id.uff.br.

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira

Professor da rede municipal de Itaboraí, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ph_olliveira@yahoo.com.br.

Resumo: Este trabalho trata de uma reflexão sobre uma prática pedagógica antirracista desenvolvida no Colégio Estadual Nilo Peçanha, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Tal proposta foi organizada a partir de um percurso histórico sobre a cidadania da população negra no Brasil. Ressaltando as longas lutas travadas durante o Império e no pós-abolição, perpassando a atuação do movimento negro, culminando nas conquistas significativas da Constituição de 1988 e nas políticas de ação afirmativa do início do século XXI. Enfatizando com os estudantes questões relacionadas às trajetórias individuais e coletivas do povo negro, bem como os enfrentamentos assumidos diante da constante tentativa de marginalização pelos representantes do poder na construção da cidadania e da democracia no nosso país. A atividade teve como referencial teórico o campo da Modernidade/Colonialidade com objetivo de visibilizar a luta de negros e negras em prol da cidadania e na formulação da política de ação afirmativa. A partir desse aporte teórico, articulamos a questão da cidadania do negro no Brasil com o debate sobre a política de ação afirmativa, a fim de problematizar com os estudantes a contínua necessidade de uma luta antirracista que viabilize a garantia dos direitos da população negra no Brasil atual. Ao final são apresentados os resultados a fim de ilustrar as potencialidades de uma prática pedagógica antirracista.

Palavras-chave: Cidadania. Ação afirmativa. Prática pedagógica.

Abstract: This article is a reflection of an anti-racist pedagogical practice developed at Colégio Estadual Nilo Peçanha, in São Gonçalo, Rio de Janeiro. The proposal was organized based on a historical path of black peoples' citizenship in Brazil. Emphasizing the long struggles waged during the Empire and post-abolition periods, permeating the performance of the black movement, culminating in the significant achievements of the 1988 Constitution and the affirmative action policies at the beginning of the 21st century. Emphasizing with students issues related to individual trajectories and collectives of the black people, as well as the confrontations assumed in face of the constant attempt of marginalization by the representatives authorities in the construction of citizenship and democracy in our country. The activity had as theoretical reference the field of Modernity/Coloniality with the objective of making visible the struggle of black men and women in favor of citizenship and in the formulation of the affirmative action policy. Based on this theoretical contribution, we articulate the issue of black citizenship in Brazil with the debate on the policy of affirmative action, in order to problematize with students the continued need for an anti-racist fight that enables the guarantee of the black peoples' rights in Brazil, today. At the end, the results are presented in order to illustrate the potential of an anti-racist pedagogical practice.

Keywords: Cidadania. Ação afirmativa. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Pensar o negro no Brasil é necessariamente pensar sua história de luta à margem da sociedade. Os lugares ocupados pelos negros e descendentes de africanos no Brasil no que tange ao acesso aos bens sociais como educação, saúde e habitação, perpassam por uma reflexão sobre a História do Brasil, pela forma como a Abolição se desenvolveu, e pelas inúmeras tentativas de apagamento da presença da população afrodescendente na cidadania brasileira. Além disso, apesar dos avanços das políticas públicas, os negros ainda continuam a ser vítimas do racismo.

Diante disso, o debate em sala de aula é uma estratégia fundamental na pedagogia antirracista, pois ao propor essas discussões aos estudantes, viabiliza a longo prazo a superação dos preconceitos e da discriminação racial. A partir disso, se cumpre ainda o papel da escola de garantir as condições necessárias aos educandos para o exercício de sua cidadania e o seu pleno desenvolvimento.

Partindo desses princípios, o presente trabalho tem por objetivo apresentar nossa reflexão a partir da prática pedagógica realizada no Colégio Estadual Nilo Peçanha no município de São Gonçalo - Rio de Janeiro, como parte do evento 21 dias de ativismo contra o racismo. Esse evento ocorreu em diversos lugares do estado

do Rio de Janeiro em março de 2020 e contou com uma série de palestras, debates e apresentações culturais.

Nossa proposta foi discutir com os alunos do Ensino Médio do turno da noite sobre a cidadania do negro no Brasil a partir de uma perspectiva histórico crítica. Ressaltando as longas lutas travadas durante o Império e no pós-abolição, perpassando a atuação do movimento negro, culminando nas conquistas significativas da Constituição de 1988 e nas políticas de ação afirmativa do início do século XXI.

Para tanto, desenvolvemos um percurso histórico com os estudantes enfatizando questões relacionadas às trajetórias individuais e coletivas da população negra, bem como as lutas e os enfrentamentos assumidos diante da constante tentativa de marginalização pelos representantes do poder político brasileiro na construção da cidadania e da democracia no nosso país.

Sendo assim, diante das questões supracitadas e também tendo em vista o contexto político em que vivemos, onde os direitos sociais estão sendo fortemente ameaçados, é necessário reconhecer que é tempo de discutir, muito mais do que resultados, mas o quanto a política de ação afirmativa é significativa na construção de uma sociedade mais igualitária, visto que negros e negras tiveram seus direitos suprimidos por sujeitos ancorados na lógica racista estruturante da sociedade brasileira desde o período colonial.

Este trabalho está dividido em três momentos. No primeiro, trataremos da contextualização a fim de situar nossa prática pedagógica. Em seguida, pretendemos articular a questão da cidadania do negro no Brasil e o debate sobre a política de ação afirmativa que estimulou a atividade desenvolvida. Por fim, apresentaremos uma avaliação da nossa proposta com o fito de ressaltar a importância dessa discussão na educação básica com a participação dos estudantes.

UMA PRÁTICA ANTIRRACISTA: PERCURSO HISTÓRICO DA LUTA NEGRA PELA CIDADANIA

Recebemos o convite da professora Eliane Almeida de Souza e Cruz para desenvolver uma atividade com os estudantes das suas turmas do Ensino Médio. Essa atividade integra o evento 21 dias de ativismo contra o racismo, que conta com uma série de eventos organizados de forma coletiva pela passagem do dia 21 de março – Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória ao massacre na cidade de Joanesburgo no bairro de Sharperville, na África do Sul em 1960.

A professora Eliane leciona a disciplina História desde 2008 no colégio e fortalece suas práticas antirracistas por meio do projeto “Africanidades”, atividade que compõe o projeto político pedagógico do colégio com a culminância no mês de novembro que se destina a refletir sobre a história e a cultura afro-brasileira. A professora Eliane Cruz também desenvolve pesquisas na área da Educação e Relações Étnico Raciais, temas da sua tese de doutorado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares-UFRRJ.

O Colégio Estadual Nilo Peçanha está localizado na área central de São Gonçalo, portanto atende estudantes de diversas regiões e realidades díspares, sendo a maioria deles pobres, negros e moradores de periferia. São Gonçalo é um município da região metropolitana do Rio de Janeiro bastante populoso com cerca de 1 milhão de habitantes. Caracterizado pela ausência de políticas públicas no enfrentamento de problemas de saneamento básico, violência, pavimentação de ruas, iluminação pública e falta de escolas.

Diante de tais fatores que afetam a vida da população gonçalense, nos vimos convocados em articulação com a professora Eliane Cruz a elaborar propostas de atividades antirracistas que visem estimular os estudantes a perpassar suas realidades de vida a partir do conhecimento de seus direitos, dos atravessamentos que suas condições sociais e de raça enfrentam, bem como das obrigações do Estado, a fim de que possam reivindicar e desfrutar de garantias em lei como a política de ação afirmativa.

Atividades como essas encontram respaldo nas temáticas que norteiam os conteúdos da Lei Federal nº 10.639/03, e são centrais nas discussões em sala de aula. Por instituir a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis da educação nacional, a Lei nº 10.639/03 amplia a realização de uma educação transformadora, transdisciplinar e antirracista. (CRUZ;PEREIRA, 2018, p. 137).

A justificativa da professora Eliane Cruz para a sua escolha está pautada nos entraves encontrados ao longo de sua experiência profissional:

(...)por ser professora da Rede Pública Estadual há mais de duas décadas e entrar em confronto por anos com o eurocentrismo do saber que me foi/é imposta pelo currículo de História, e que em vários momentos tivemos que fazer um trabalho paralelo, diga-se de passagem, hercúleo, para dar conta de outros interesses, que não eram contemplados e que não são explicitados pelo currículo escolar, além disso, confrontando ainda com uma escassez de tempo disponível na grade curricular. (CRUZ,2015, p.16)

No relato de experiência acima podemos perceber que a opção da professora Eliane por reservar um espaço no cronograma escolar para trabalhar questões sensíveis do cotidiano e da realidade social dos alunos, sobretudo temáticas atravessadas pelas questões de raça e de desigualdade social, pauta-se no que afirma bell hooks:

Os professores progressistas que trabalham para transformar o currículo de tal modo que ele não reforce os sistemas de dominação nem reflita mais nenhuma parcialidade são, em geral, os indivíduos mais dispostos a correr os riscos acarretados pela pedagogia engajada e a fazer de sua prática de ensino um foco de resistência. (hooks, 2017, p. 36)

Partindo dessa premissa, a professora Eliane Cruz ao nos contactar para desenvolver práticas antirracistas ao longo de cerca de cinco anos neste colégio, sempre enfatiza a necessidade de que o debate articule temas relacionados aos direitos básicos que são negados à população negra e temas voltados à ampliação da perspectiva de vida dos jovens estudantes no que tange ao ensino, ao trabalho e a melhoria nas suas condições de vida. A fim de estimulá-los à resistência, desenvolvemos uma prática educativa que contou com uma discussão embasada histórica, social e culturalmente sobre a inserção dos discentes no mercado de trabalho e no Ensino Superior.

Dito isso, a proposta elaborada nos 21 dias de ativismo contra o racismo em março de 2020 estruturou-se com o fim de provocar uma reflexão sobre a cidadania no Brasil com ênfase na população negra. Buscamos conduzir os estudantes a pensar criticamente sobre o papel do Estado na promoção da cidadania e dos direitos básicos; e sobre o nosso papel na luta pela construção de uma sociedade democrática e igualitária. Juntamente a isso, enfatizamos o nosso dever de cobrar políticas públicas de inclusão, bem como a efetivação de direitos previstos na Constituição, como é o caso do acesso ao Ensino Superior.

Buscamos como fundamentação teórica da nossa prática pedagógica o campo de estudos da Modernidade/Colonialidade que parte do princípio de que a modernidade foi uma construção histórica, a fim de legitimar um novo padrão mundial do poder capitalista. A colonialidade se constitui a partir dos eixos do Poder, Saber e Ser que corroboraram para a subjugação de determinadas culturas em detrimento de outras (QUIJANO, 2007). Essa interpretação em muito contribui na percepção e na análise realizada conjuntamente aos estudantes sobre a construção da cidadania no Brasil que contou com a exclusão da população negra.

Tendo em vista que a colonialidade se manifesta de forma subjetiva, isto é, mesmo com os processos de independência não houve rompimento dessa lógica. Notamos a predominância de uma perspectiva eurocêntrica na organização do ensino, levando assim, a escola a ser um espaço onde há a reprodução do sistema ideológico Modernidade/Colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2007).

Ao visibilizar em nossa prática, a luta dos negros e negras pelos seus direitos, trazemos à tona saberes, histórias, experiências e reflexões silenciadas a partir de uma lógica de poder pautada no padrão branco, europeu, enquanto modelo único de leitura de mundo. Tornando possível assim a ampliação da perspectiva de vida dos estudantes, em sua maioria negros, objetivada em nossa atividade.

Iniciamos nossa atividade, apresentando nossas trajetórias de vida enquanto estudantes e professores de periferia com intuito de promover uma aproximação com a realidade dos jovens estudantes. Utilizamos como base para essa discussão a *Cartilha Negro Cidadão: levante e lute pelos seus direitos*. Buscamos ao longo da

nossa proposta, desenvolver uma exposição dialogada, nesse sentido, perguntamos inicialmente aos estudantes o significado da palavra cidadania para eles.

Alguns estudantes responderam sobre poder votar, ter direitos e deveres, sobre conhecer mais os direitos do que os deveres. *Grosso modo* tais associações remetem ao conceito de cidadania, ligadas às Revoluções Burguesas do século XVIII. No entanto, o exercício da cidadania não se restringe aos processos eleitorais, ser cidadão é exigir o direito de igualdade (OLIVEIRA, 2012).

Em seguida, perguntamos se eles acreditariam ser possível existir uma sociedade onde as pessoas teriam igualdade de direitos e deveres definidos por lei. Como é possível imaginar foram múltiplas as falas dos educandos que oscilaram entre sim e não, e comentaram sobre o fato de termos direitos e deveres previstos em lei que precisam ser obedecidos, mas que não se consolidam na prática. A partir dessa reflexão inicial encaminhamos nosso percurso histórico sobre a cidadania do povo negro no Brasil.

Nosso ponto de partida foi a demora da consolidação da ideia de cidadania no caso dos brasileiros afrodescendentes. Dito isso, iniciamos um percurso com objetivo de situar os estudantes sobre as lutas históricas dos negros e negras na garantia de seus direitos. Na Constituição de 1824, por exemplo, garantia-se a liberdade e a igualdade de todos perante às leis, mas a maioria da população era escravizada; havia o direito da propriedade mas a maioria da população escravizada vivia em terras alheias.

Em outras palavras, “todos” não incluía a população negra que neste momento estava majoritariamente sob a condição de escravos. Além disso, ressaltamos o fato de que mesmo os negros libertos estavam fora da cidadania no início do século XIX no Brasil, porque eram excluídos do direito ao voto, os que não tinham nascido no Brasil e não possuíam renda.

Em seguida, percorremos o século XIX apontando uma série de lutas e mobilizações protagonizadas pelos negros e negras por melhorias nas suas condições de vida, exigindo direitos, alforrias, liberdade e cidadania. Entretanto, apenas em 1888 foi abolido na lei os 300 anos de escravidão no Brasil num cenário marcado por contradições, visto que o Estado brasileiro não implementou nenhum tipo de política

pública para a população escravizada ser inserida na sociedade. Vale lembrar que a Constituição vigente era de 1824.

Não houve política de habitação, saúde e educação refletindo em exclusão e aprofundamento das desigualdades sociais e por conseguinte, da discriminação racial, visto que, a cor da pele também era um fator preponderante para se ter oportunidade. Juntamente a isso, problematizamos a questão da política de embranquecimento desenvolvida pelo Estado brasileiro que optou por formar a sua classe trabalhadora com imigrantes europeus. A partir dessa exposição, trabalhamos com os estudantes a dimensão estruturante do racismo à brasileira, que contou com uma política de Estado mesmo após a abolição que reafirmou o lugar de exclusão dos sujeitos negros na sociedade e na economia brasileira.

Após essas discussões sobre a condição dos negros no pós-abolição chegamos às conquistas na República, com ênfase ao papel do movimento negro na Constituição de 1988 e na formulação da política de ação afirmativa de 2003. Também realizamos um breve quiz com os estudantes. Ao interagirem conosco demonstraram conhecimento sobre a lei Maria da Penha, o que é feminicídio, a lei nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que a Constituição brasileira garante educação pública, gratuita e de qualidade, além do racismo ser crime inafiançável e imprescritível.

O que nos chamou atenção foram as respostas que tivemos quando perguntamos se eles sabiam que objetos pessoais não podem ser apreendidos em uma abordagem policial. Muitos estudantes disseram que isso é o que mais acontece, que já foram vítimas da violência policial, de revista vexatória, sendo agredidos e se sentindo impotentes em ter seus direitos respeitados. Essa breve ilustração do quiz que realizamos com os estudantes, visa apresentar neste trabalho o nosso interesse em provocar nos estudantes a consciência da necessidade de conhecer e estar vigilantes com relação aos nossos direitos garantidos e lutar para que sejam respeitados.

Voltando ao percurso histórico sobre a cidadania do povo negro que nos propomos a realizar, ao chegarmos no cenário atual brasileiro e nos depararmos com uma alarmante contradição entre as previsões em lei relacionadas a população negra e a efetivação desses direitos, chegamos juntamente com os alunos a urgência da

reversão desse quadro que provocou a pressão do movimento negro no início do século XXI durante o governo Lula pelas políticas de ação afirmativa.

Interessante apontar ainda, que, para além do desconhecimento da trajetória das lutas do movimento negro que levou a construção dessas leis, muitos estudantes também não sabiam que tinham direito à essas políticas. Esse fato agrega enorme potencial a essa prática desenvolvida, visto que muitos desses estudantes em uma pergunta mais geral mostraram interesse em acessar o nível superior de ensino.

Em virtude do espaço deste trabalho, procuramos elencar somente alguns pontos da nossa prática pedagógica que durou em torno de duas horas a fim de demonstrar brevemente o caminho percorrido em nossa atividade. Ao final do percurso histórico que nos propomos a realizar, procuramos de forma didática sistematizar o que são as políticas de ação afirmativa, quem dispõe do direito previsto nessa lei, de modo a ampliar o conhecimento dos estudantes sobre um importante instrumento a ser utilizado por eles em seu acesso à Universidade.

“PARA QUE NÓS, OS REBAIXADOS NA SOCIEDADE, NÃO DESISTAMOS DE CRESCER”

A atividade desenvolvida contou com a participação de um total de cerca de sessenta (60) estudantes, da 1ª série e da 2ª série do Ensino Médio. Segundo a professora regente, Eliane Cruz, o perfil dos estudantes do turno da noite, se configura por jovens trabalhadores e moradores de bairros distantes da escola. Ao longo da nossa atividade, contamos com a participação dos estudantes por meio de relatos de suas trajetórias dialogando com o debate proposto.

Diante da entrega da ficha de avaliação da atividade ao final da nossa exposição, obtivemos vinte e sete (27) respostas do nosso questionário, o que representa em torno de 50% dos estudantes presentes. Vale ressaltar que a atividade foi desenvolvida dentro do horário regular da escola, entretanto, a finalização coincidiu com o jantar, o que acreditamos ter levado parte dos alunos a não preencher a avaliação.

Dentre as respostas recebidas, selecionamos oito (8), as quais julgamos pertinentes para ilustrar alguns alcances da prática desenvolvida. Escolhemos como

critério de seleção das fichas preenchidas, optar pelas respostas em que foram expostos pontos de vistas, e que não se restringiram somente a “sim” ou “não”, bem como a elogios. Essa seleção foi realizada tendo por objetivo trazer para este trabalho um recorte de análise do que foi proposto na escola sob a ótica dos estudantes, atendendo aos limites impostos a essa produção escrita.

A seguir abordaremos as respostas em conjunto a partir das questões propostas a fim de apresentar e realizar breves considerações, isto é, a cada pergunta apresentada abaixo vamos ilustrar as oito respostas, seguida pela nossa leitura e análise das respectivas opiniões dos estudantes. Seguem as questões e as (oito) 8 respostas selecionadas:

Na questão 1. *Você já tinha alguma noção sobre o que é cidadania, e que todos nós temos direitos e deveres, e devemos conhecê-los, exigí-los e exercê-los? Se sim, você se vê exercendo plenamente a sua cidadania no Brasil? Comente.* Obtivemos como resposta: (1) Não, a cidadania só continua nos livros, poucos sabem e hoje o governo quer isso; (2) Sim, não plenamente, porque posso saber mais. Muitas vezes quando é preciso não boto em prática; (3) Sim, exerço minha cidadania não deixando passarem por cima dos meus direitos; (4) Não; (5) Sim, já tinha. Algumas coisas são relevadas mas o melhor é impor nossos direitos; (6) Sim, porém a palestra de hoje fez eu ter uma visão diferente; (7) Mais ou menos, não muito, acredito que exerceria melhor se eu pudesse subir e ajudar a outros como eu a subir na vida; (8) Sim, eu tenho conhecimento, mas não expresseo de forma direta.

A partir das respostas pudemos perceber que os estudantes já demonstravam um saber prévio sobre cidadania, no entanto, apresentam uma perspectiva de que esse exercício está distante de suas respectivas realidades. Também vale comentar que há um certo consenso sobre o fato de que apesar de conhecer a cidadania, mesmo que seja por ter ouvido falar, muitos apontam que não exercem ou não colocam em prática como deveriam, ou gostariam.

Uma resposta que merece destaque é a (7) “Mais ou menos, não muito, acredito que exerceria melhor se eu pudesse subir e ajudar a outros como eu a subir na vida”, visto que nela podemos perceber a consciência e o desejo do estudante de acessar novos espaços na sociedade a fim de levar consigo outras pessoas. Nisso

notamos o quanto esse discente, mesmo tendo dito não saber muito sobre cidadania, revela uma clara noção da dimensão de coletividade que constitui um dever e uma responsabilidade social de todo cidadão.

Essa interpretação nos remete a Paulo Freire, pois a construção do *eu* está condicionada às forças sócio-históricas e culturais. Sendo assim, homens e mulheres se humanizam na coletividade, no qual a educação tem papel preponderante na construção de uma consciência crítica (FREIRE, 1996). Nota-se, portanto, que ao apresentarmos trajetórias individuais e coletivas de sujeitos negros a fim de pensar a construção da cidadania dessa população em nosso país, o estudante da resposta (7) se viu de alguma forma ocupando esse lugar de um ser social capaz de carregar consigo outros indivíduos por meio de sua luta.

Na questão (2) *Por que ainda hoje a cidadania é uma luta árdua da população negra?*, recebemos as seguintes respostas: (1) Porque ainda existe muito preconceito; (2) Porque ainda tem muitos preconceitos, “tabu” para ser igual ao “branco”; (3) Porque as pessoas ou melhor a sociedade é ignorante; (4) Sem resposta; (5) Porque existe um racismo histórico e um padrão de comportamento na sociedade; (6) Pelo preconceito que tinha antigamente e tristemente ainda tem hoje; (7) Porque muitos não sabem de seus direitos e quem não sabe é oprimido pela sociedade a continuar sem saber; (8) Por conta do preconceito e do conformismo das duas partes.

Nestas respostas podemos destacar que a maioria atribuiu ao preconceito, abordado sob perspectivas diferentes, o fato da população negra ainda hoje lutar arduamente por sua cidadania. Diante disso, é interessante notar que o percurso realizado conjuntamente aos estudantes sobre a trajetória da população negra em nosso país no enfrentamento da discriminação racial e na luta por cidadania e direitos pode ter contribuído na percepção dos estudantes do quanto a manutenção do racismo representa um forte entrave ao exercício da cidadania pelo povo negro.

Já nas perguntas (3) *Você já conhecia a política de ação afirmativa? Se sim, era contra ou a favor?* e (4) *Depois da nossa conversa, você mudou sua visão sobre a política de ação afirmativa? Pra você, por que ainda hoje são necessárias políticas como essa?*, as respostas foram: (1) Não conhecia, mas gostei de conhecer. Mudei um pouco, só que não foi uma conversa pois poucas vezes podíamos nos expressar,

tente ouvir mais pois não conseguimos nos expressar, vocês falaram muito, estão de parabéns; (2) Não. Sim, deu mais voz a nossa opinião; (3) Não conhecia. Aceitei a ideia; (4) Não; (5) Não, agora sou a favor. Sim, são necessárias pois nem sempre a lei é cumprida; (6) Não. Sim, para mudar a opinião ou ensinar; (7) Não, sou a favor. Sim, porque mesmo assim a política se apropria da nossa falta de informação para nos oprimir ferozmente a pessoas pobres; (8) Conhecia sim, eu sou a favor. A aula de hoje serviu para afirmar mais ainda meu conhecimento sobre a ação afirmativa. São necessárias para nos trazer a justiça e chances iguais.

A primeira resposta nos chamou bastante atenção porque apresenta uma crítica ao desenvolvimento da atividade e ao mesmo tempo expressa um ímpeto em participar. Diante dessa resposta notamos a necessidade de que nossas práticas evoquem mais o protagonismo discente, de modo a ampliar o espaço de argumentação dos estudantes que acabou sendo suprimido diante da nossa exposição, por exemplo.

Outro dado importante de ser observado nessas respostas é que muitos relataram que não conheciam sobre a política de ação afirmativa, o que é bastante sintomático, tendo em vista que por volta de um ou dois anos, muitos desses estudantes poderão vir à concorrer a uma vaga na Universidade, sem ter conhecimento de um direito adquirido por meio de uma luta árdua, que muitos deles podem desfrutar por serem jovens negros e estudantes de escola pública.

Isso mostra que não basta existir a lei, é urgente a ampliação do conhecimento de direitos como esse que são fundamentais no combate ao racismo enraizado em nossa sociedade. Vale destacar ainda a resposta (7) “Não, sou a favor. Sim, porque mesmo assim a política se apropria da nossa falta de informação para nos oprimir ferozmente a pessoas pobres” em que é possível perceber que existe uma consciência prévia do estudante sobre a sua condição de oprimido, portanto cabe a nós educadores potencializarmos a subjetividade destes indivíduos deslocando-os, por meio de debates como esse, do lugar subalternizado para um lugar de protagonismo, como propõe Paulo Freire (1996).

Na pergunta (5) *Comente com suas palavras como atividades como essa desenvolvida hoje contribuem na luta e na conscientização da população negra sobre*

sua luta e seus direitos, as seguintes respostas foram: (1) Ajuda muito e incentiva as pessoas a não desistir dos seus direitos; (2) Porque vai ter mais pessoas a apoiar esse movimento; (3) Porque nos dá um toque pra realidade; (4) Amei vocês como na última palestra, vocês são excelentes, continuem assim, para que nós, os rebaixados na sociedade, não desistamos de crescer; (5) Sem resposta; (6) Achei ótima, muito informativa, você deveriam fazer isso em várias escolas, pois tem muitas pessoas que não sabem 1% da luta dos negros; (7) Ajudaram na “concretização” de nossos pensamentos e nos ajudaram a lutar por nossos direitos. Muito obrigado; (8) Contribuem para a consciência e para a iluminação do ser humano menos privilegiado.

Ao partirmos de Paulo Freire para realizarmos uma leitura analítica dessas respostas, observamos a urgência da superação daquilo que ele denomina como Educação Bancária (FREIRE, 1987, p.58), em que o conhecimento é “depositado” sem crítica, sem diálogo e sem interação, a fim de assumirmos uma pedagogia em que o conhecimento é constituído e instituído por um ato dialógico, pois é um ato educativo (FREIRE, 1996).

Dito isso, vale retomar uma resposta que ilustra a dimensão do que o debate com uma participação efetiva dos estudantes — tendo em vista que a atividade esteve pautada no percurso histórico realizado conjuntamente aos discentes — suscita em nós educadores no sentido de nos darmos conta da necessidade de práticas que permitam ao estudante expressar a interpretação que possui do seu lugar social. Trata-se da resposta (4) que traz a expressão “rebaixados da sociedade”. Nessa fala do estudante notamos uma clara crítica a condição em que ele se reconhece, sobretudo porque a forma como o verbo da expressão está conjugado demonstra um apontamento de que a posição em que o discente se vê foi imposta a ele por outrem.

Para além de uma análise sintática, a interpretação que trazemos tem por objetivo enfatizar o sentimento exposto pelo estudante diante das discussões que participou com a atividade desenvolvida. Sem dúvida, afirmações como esta nos levam ao reconhecimento de que os estudantes não são alienados quanto às suas condições sociais e de raça, mas nos sinalizam a importância do estímulo para que vejam na transformação social protagonizada por eles uma alternativa possível, como vemos no texto dessa mesma resposta (4).

Nas respostas selecionadas e apresentadas acima, pode-se perceber o reconhecimento dos estudantes quanto à importância da discussão proposta pela atividade. Além disso, nota-se como a difusão do conhecimento sobre a política de ação afirmativa produz efeitos significativos na leitura do mundo dos discentes que um pequeno recorte das respostas é capaz de ilustrar.

Sendo assim, reafirma-se a necessidade dos professores pensarem e refletirem sobre as suas práticas pedagógicas para que assim seja possível educar para a cidadania e para que os estudantes se assumam enquanto sujeitos históricos conscientes de seus papéis na construção da democracia no nosso país. Ressaltando-se que aos educadores cabe a provocação, o estímulo e a potencialização da subjetividade e do protagonismo dos discentes, pois como pudemos ver nas respostas, muitos estudantes trazem consigo um saber, uma interpretação do mundo e do seu lugar social que é fruto de sua experiência familiar e comunitária, e isso precisa ser respeitado pelo professor em sua prática pedagógica. (FREIRE, 1996, p.15).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Frente às ameaças dos direitos conquistados por meio de muitos anos de luta da população negra surge a urgente necessidade de uma educação antirracista em vista de superar a marginalização social do sujeito negro que se perpetua há quase 500 anos na história do nosso país. A proposta, a atividade propriamente dita e os resultados nos levam a reflexão de que nós educadores por uma postura ética somada a uma decisão política precisamos assumir o quanto antes uma educação antirracista como uma responsabilidade nossa sobre o enfrentamento do passado colonial brasileiro, que nos assombra a partir da manutenção da exclusão, da invisibilização de sujeitos negros e de práticas como o racismo.

Sendo assim, diante das questões supracitadas e também tendo em vista o contexto político em que vivemos, é necessário reconhecer que é tempo de discutir dentro do espaço escolar os impactos de uma estrutura socio-econômica e política que continuamente reafirma que o indivíduo negro/negra deve “ficar no seu lugar, não

ultrapassar os limites”. Essa dimensão da Colonialidade ainda fortemente presente no tecido social, provocando a divisão da sociedade por meio de hierarquizações e condicionamentos precisa ser problematizada entre nós educadores, sobretudo, porque a transformação do currículo é um instrumento potente para positivarmos o corpo negro e seus feitos culturais na História da humanidade (CRUZ; PEREIRA, 2017).

Levando-se em conta que o movimento negro em seus anos de luta nos brindou com a conquista de espaço para essas temáticas no currículo escolar por meio da Lei nº 10.639/03, é urgente que busquemos em nossas práticas pedagógicas ressignificar e politizar a raça negra, como construção social, a fim de que possamos reeducar e emancipar a sociedade e a nós mesmos, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil (GOMES, 2012, p.741).

Reconhecer as práticas pedagógicas antirracistas como uma forma de resistência, construída e exercida tanto pelos educadores quanto pelos educandos engajados nessa luta (hooks, 2013) é fundamental para que possamos desconstruir em nossas escolas e em outros espaços os conteúdos hegemônicos, hierarquizantes, eurocêntricos, descolados da realidade e pré-moldados que se impõe ao currículo escolar. Para isso, os educadores de um modo geral devem ampliar suas perspectivas de atuação pedagógica para além dos limites impostos ao cotidiano escolar. Responsabilizar-se pelo ensino da cultura e da história da África e da cultura africana e afro-brasileira é também assumir uma posição política em combate à subordinação, à alienação, à violência e ao genocídio do corpo negro, a partir de uma desconstrução e de uma desnaturalização da desigualdade social e racial.

Com a prática que buscamos apresentar neste trabalho evidenciamos nossa defesa a uma prática pedagógica antirracista que preza pelo diálogo e pelo reconhecimento da história do movimento negro na luta pela cidadania e pela política de ações afirmativas. E juntamente a isso, a partir dos resultados apresentados visamos contribuir com a divulgação de uma prática pedagógica capaz de mobilizar o papel protagonista do educando bem como sua responsabilidade na construção de um mundo mais justo, humano e igualitário.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Eliane A. S. **Currículo Mínimo de História da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro: Quais são os espaços da África e do Negro? (LEI Nº 10.639/03)**. Rio de Janeiro, 2014, 117p. Dissertação de Mestrado em Relações Etnorraciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ. Disponível em : http://dippg.cefetj.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1610&Itemid=263 Acesso em: 18/09/2020.

_____; PEREIRA, Alda Iza dos Santos. **A luta antirracista é uma ação educativa**. In: XAVIER, Leila da S.; LACERDA, Luciene da S.; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de (org.). 1a Ed. Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana- Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

OLIVEIRA, Dennis de. **Negro cidadão: levante e lute pelos seus direitos**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

Capítulo 6

**NOVOS PARADIGMAS E
NOVOS SUJEITOS
SOCIAIS NA LUTA
CONTRA O “NOVO
IMPERIALISMO” FRENTE
AO PROGRAMA
ESPACIAL BRASILEIRO**

Artemio Macedo Costa

NOVOS PARADIGMAS E NOVOS SUJEITOS SOCIAIS NA LUTA CONTRA O “NOVO IMPERIALISMO” FRENTE AO PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

Artemio Macedo Costa

*Historiador e mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), artemio_designer@yahoo.com.br*

RESUMO

A atual situação do Programa Espacial Brasileiro (PEB) no âmbito da definição do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) assinado entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos da América, trás um precedente em que se discute o paradigma da Soberania Nacional frente ao interesse de manutenção do monopólio espacial estadunidense em detrimento da “invisibilidade expropriadora” na qual as comunidades remanescentes quilombolas do município de Alcântara-MA vêm sofrendo a perda de suas territorialidades ao longo dos 40 anos de instalação e tentativa de expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para assim consolidar o Centro Espacial de Alcântara (CEA) como um Polo Mundial de Lançamento de Veículos Espaciais, que assim se definiria como mero enclave comercial dentro da retomada da corrida espacial, extrapolando para uma estratégia geopolítica desconsiderada com o atual AST não fugindo das características imperialistas do primeiro arquivado no Governo Lula em 2003. As entidades que atuam na defesa das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara-MA, apresentam-se na contemporaneidade não dissociadas de uma luta identitária e de soberania nacional, buscam incorporar uma perspectiva de denúncia de novos paradigmas no que compromete a relação neoliberal do “novo imperialismo” através da “acumulação por desapossamento” caracterizando assim uma metodologia dentro do materialismo histórico e dialético, para além da ortodoxa marxiana, no âmbito da “colonialidade do poder”.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades remanescentes quilombolas, “Novo Imperialismo”, Programa Espacial Brasileiro.

INTRODUÇÃO

Analisar o Programa Espacial Brasileiro (PEB) dentro da atual conjuntura da nova ordem mundial em que a análise da dinâmica contraditória da política espacial

do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) constituída no início da década de 1980 no processo do fim da Ditadura Civil-Militar e redemocratização do Brasil, considera-se a metodologia da história do tempo presente, que surge a partir de uma catástrofe ou de uma grande ruptura, trazendo pistas para sua formação. O fim da Guerra Fria, a dissolução da URSS e a queda do muro de Berlim, demonstraram o desenrolar de uma Nova Ordem Mundial:

A grande ruptura, o Umbruch, que modificou os dados essenciais da situação internacional - fim do mundo bipolar, fim das ideologias (?) -, não aconteceu apenas: aprendemos, há uma dezena de anos, uma situação nova. Aliás, a própria sucessão tão inesperada dos acontecimentos modificou a periodização, ou a percepção de unidades temporais (PÔRTO Jr.: 2007, p. 35-36).

A “nova ordem mundial”, a partir de 1989, anunciou o “fim das ideologias” e busca de novas formas de hegemonização do Capitalismo. Entretanto, a partir do controle do “Complexo Militar-Industrial”², esse domínio se expressa em escala planetária, “globalizando” o capital financeiro que obedece a um modelo de uma aristocracia econômica (MONSERRAT FILHO, 2007, p. 49).

O paradigma do “fim das ideologias” emerge no contexto desta nova ordem mundial neoliberal, proclamando o pensamento único que nega análises críticas às contradições do capitalismo. Esta ideologia tornou-se política, social e economicamente hegemônica. O mundo tornou-se “unipolar” e se expressa ideologicamente pela apologia da democracia liberal e do neoliberalismo: “Tamanho foi a força dessa nova tendência que se cunhou a expressão ‘pensamento único’” (ALMEIDA, 2012, p. 69).

A partir desta análise da nova ordem mundial, podemos identificar a nova corrida espacial que trava em suas consequências locais em Alcântara-MA, novas lutas por direitos sociais, inclusive no sentido jurídico da cidadania em uma relação de “Colonialidade do Poder” segundo Quijano (2005) e a um “Colonialismo interno” conforme Dallabrida (2017). Para o historiador Marc Ferro (2017), na atual “era do imperialismo”, os EUA não se condicionam ao modelo clássico da anexação territorial, e vem enfrentando uma queda de sua hegemonia econômica e militar mundial.

2 Aqui Monserrat (2007) trabalha este conceito pegando como referência na Era Espacial e que foi popularizada como expressão utilizada pelo então presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower. Parte-se do princípio que esta estratégia constituída na Guerra Fria, conduziria “(...) sérios danos aos interesses nacionais” e dessa forma tornar-se-ia fundamental os Estados-Nações promoverem políticas estratégicas sob a égide da Soberania Nacional.

As comunidades quilombolas de Alcântara sofrem na atualidade, possibilidade real de um novo deslocamento compulsório em seus territórios tradicionais étnicos conforme aconteceu na instação do CLA para sua expansão em detrimento do PEB buscar consolidar o Centro Espacial de Alcântara (CEA) para assim formar um Polo Mundial de lançadores de veículos espaciais. Mas tal pretensão dentro da doutrina neoliberal transnacional torna o PEB como mero enclave que visa monolólio espacial dos EUA, tanto no aspecto comercial, quanto estratégico militar. Estas características da geopolítica, Harvey (2005) define como “Novo Imperialismo” a partir da definição de expansão do CLA em território quilombola como “acumulação por desapossamento”.

A luta e resistência das comunidades remanescentes quilombolas estão caracterizadas dentro da metodologia do materialismo histórico e dialético, para além das tradições acadêmicas marxianas através da dialética serial proudhoniana e materialismo bakuninista com a “sociologia das insurgências” (FERREIRA, et al., 2016, p.56). Trata-se da dialética entre a “luta de classes e identidade étnica” de confronto com a propriedade privada - questão fundiária parcelar com as “agrovilas” x “uso comum” (ALMEIDA, 2011) - que condiciona a luta territorial quilombola entre o Estado brasileiro com a expansão do CLA

A “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008), da crítica anarquista à formação das estruturas políticas organizacionais das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara, contrapõe-se à representação do Estado nacional centralizador. Mesmo relevantes estudos gramscianos sobre a disputa de hegemonia do poder da sociedade civil e do Estado, ao se referirem às lutas de classes, defendem a necessidade de uma “vanguarda” marxista, com uma “reforma intelectual e moral” para a formação de uma “hegemonia social” da centralidade política (DIAS, 2014) – o que limitaria a forma da luta identitária étnica territorial quilombola.

A caracterização política organizacional das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara opera na negação desta centralidade, principalmente quando se busca compreender a especificidade étnica para luta territorial contra a “invisibilidade expropriadora” do modelo jurídico/político “histórica e socialmente construídas no contexto da sociedade de classes” (LEITE, 1990, p. 7) recorrente ao modelo de “Soberania do Estado” (DALLABRIDA, 2017 e ALMEIDA, 2014) em oposição à “Autodeterminação dos Povos” (GLASS, et. al., 2019).

1. O paradigma do “Novo Imperialismo” na expansão do CLA.

Os EUA estão vivendo em meio a uma crise de hegemonia em nossa contemporaneidade ocidental, por conta disso busca viabilizar seu retorno nas relações de poder dentro de um processo de reordenamento das relações internacionais que pós 1945 tornaram a multilateralidade entre os Estados-Nação.

As características desse imperialismo resultariam exatamente de sua dilatação em novas escalas. Desde o final da Guerra Fria, os interesses estadunidenses orientam-se por um paradigma hegemônico do capitalismo, com o mercado regulando as necessidades de suas estruturas. Reedita-se um mundo que vangloria o “fim das ideologias” e reivindica a vitória do capitalismo na perspectiva de um modelo de Progresso, numa clara “cruzada” contra povos não civilizados³.

Estratégias geopolíticas de dissolução da hegemonia imperial estadunidense são necessárias para a luta anti-imperialista, uma vez que os EUA buscam o retorno das políticas unilaterais principalmente no campo militar, contrários à política de liderança da ONU após a Segunda Guerra como expectativa na busca de um equilíbrio geopolítico. A legislação dos Organismos Internacionais é atacada e ignorada, como a Convenção 169 da OIT que ampara os direitos quilombolas sobre seus territórios tradicionais. Em total dissonância com esses tratados internacionais.

O Estado brasileiro a partir do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), instituído na gestão Michel Temer, após ao Golpe de 2016 (Impeachment da Presidente Dilma Rousseff) em março de 2018, instaurou o processo de expansão do CLA a partir da assinatura e consolidação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os EUA em 2019:

De fato, a grande estratégia imperial dispensa o "estado de direito internacional como objetivo preeminente de suas políticas", observa uma revisão crítica da Academia Americana de Artes e Ciências, observando que nem o direito internacional nem a Carta das Nações Unidas mencionam sequer na Estratégia de Segurança Nacional. "O primado da lei em vigor, [que] foi um dos principais motores da política externa dos EUA após a Segunda Guerra Mundial", desaparece na nova estratégia. Também "pouco menos que desapareceram" são organizações internacionais "que ampliam o escopo da lei e procuram

3 Aqui cabe dizer que isso se estende, não só no oriente, mas também onde nos países ocidentais, tal homogeneização não alcançou a “luz” desse progresso – Alcântara de maneira indireta em sua escala local do regional e global.

conter os poderosos e dar voz aos fracos". A partir de agora, a força prevalece; e os Estados Unidos exercerão essa força de acordo com sua opinião (CHOMSKY, 2004, p. 44-45).

Sobre a relação entre a luta anti-imperialista do projeto de expansão do CLA pelo Estado brasileiro (que se contrapõe à “vontade soberana da comunidade nacional”), é necessário observar a fragilidade do paradigma de “Soberania Nacional”. A real premissa se dá com o conceito “Soberania do Estado”, apresenta um teor político-ideológico dentro das relações da “soberania da comunidade nacional”; no caso da “cooperação espacial” (PNAE, 2012), mantém o princípio do “igualitarismo burguês” que baliza uma “dominação capitalista” em torno da centralidade política do Estado brasileiro (ALMEIDA, 2014, 40/47).

Quanto ao condicionamento das relações territoriais pela “Soberania do Estado”:

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território, uma mais tradicional e outra contemporânea. Na concepção tradicional, predomina o significado de território como a área espacial sobre a qual um determinado estado tem jurisdição (no caso do Brasil, nas diferentes esferas da federação, municipal, estadual e federal), como área dependente de uma nação, província ou localidade, ou jurisdição, sobre a qual o Estado exerce sua soberania. **A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se expressam relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais** (DALLABRIDA, 2017, p. 139-140). Grifos meus.

É a partir da dialética entre a concepção tradicional e contemporânea que se estabelece entre o Estado brasileiro em atribuir a expansão do CLA para consolidação do CEA em detrimento do interesse e constituição do direito territorial étnico das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara-MA em que o PEB até hoje não conseguiu se definir, principalmente pelo que já se encontra definido em suas estruturas que possibilitariam através de uma autonomia garantir seu pleno funcionamento. No entanto, não se consolida por estar condicionado a um interesse monopolista dos EUA na tecnologia espacial.

O CLA definiu a transição do Programa Espacial Brasileiro endógeno/autônomo de “interesse público” (vinculado ao paradigma de Segurança Nacional) para o modelo de abertura comercial na transição do Regime da Ditadura Militar para a redemocratização do Brasil, especialmente em 1994, quando estipulou-

se uma administração dual, civil e militar⁴. Tornava-se mais agressiva a forma de estabelecer parcerias com uma quantidade seleta de países que possuem o monopólio da tecnologia espacial.

Para se inserir neste mercado seletivo internacional, o Estado brasileiro seguiu uma lógica próxima ao modelo do desenvolvimentismo do século XX, com base numa industrialização baseada no modelo da substituição de importações. Mas, ao contrário daquela política desenvolvimentista, o atual modelo busca uma inserção via “transferência de tecnologia” espacial via ASTs para a reestruturação capitalista dos EUA:

A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder.

Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pode ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais (QUIJANO, 2005, p. 135).

O PEB passou a priorizar acordos internacionais com uma política de “cooperação espacial” (PNAE, 2012), para alcançar o *know-how* por meio de transferência de tecnologia, nivelando as diferenças desta transição tecnológica entre os países detentores do monopólio tecnológico espacial e sob “imperativo de mercado” (WOOD, 2001). Nesse sentido, os ASTs têm como prerrogativas um modelo comercial de “alugar” o território do CLA, uma espécie de “*commodities* tecnológico”⁵ para financiar o PEB.

⁴ O PEB possui um caráter dual (cívico-militar) orientado pelo INPE e CTA, respectivamente. As transformações políticas e econômicas promovidas nas últimas décadas forçaram o Estado brasileiro a privilegiar as pesquisas do INPE em detrimento do CTA: Em 1985 houve redefinição do arranjo institucional a partir da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e a vinculação do INPE a este ministério. Os efeitos desta mudança institucional podem ser observados na retomada das negociações sobre a cooperação internacional para a execução de um programa tecnológico (PEREIRA, 2008, p. 83).

⁵ **Commodities tecnológico:** apresento esse conceito para ampliar seu sentido clássico de *commodities*: do estado de natureza geográfica promissora do território de Alcântara, em proximidade à linha do equador garante o baixo uso de combustível e baixa densidade demográfica, atendendo às políticas macroeconômicas do Estado brasileiro de estrutura de exportações de produção primária (agronegócio, matérias-primas; minério, petróleo), nos moldes coloniais em que historicamente forjamos a “pretensa acumulação primitiva de capital” (MARX, 1979). Esses suportes despertam o interesse de investimento espacial internacional, para um futuro impreciso do desenvolvimento tecnológico, novamente orientado como “acumulação por desapossamento” (HARVEY, 2005), na mesma lógica neocolonial centro-periferia das relações macroeconômicas neoliberais. Assim, a moeda da expansão territorial do CLA funciona como este “*commodity* tecnológico” agregado no mero aluguel de futuras plataformas de lançamento de foguetes. Como commodity (mercadoria), o território de Alcântara é usado para a troca da pretensa “transferência de tecnologia” dentro deste modelo apresentado pelos ASTs, pois: “Nas relações internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial (...) Havendo uma relação de troca desfavorável aos países subdesenvolvidos, Prebisch argumentava que poderia ocorrer um crescimento empobrecedor. Ou seja, cada vez mais precisaria se aumentar a

Esse tipo de acordo cria uma falsa perspectiva de transferência de tecnologia pela “cooperação espacial” (PNAE, 2012), já que os EUA sempre tiveram uma política de austeridade internacional de hegemonia militar e estratégica tecnológica espacial no controle da transferência de tecnologia, promovendo uma política de “embargo tecnológico” (PEREIRA, 2008). Nesse sentido, a expansão do território do CLA pode ser definido como o modelo que Harvey (2005) denomina “acumulação por desapossamento”, assim como estabelecido pelos EUA na tentativa de restaurar sua hegemonia conforme a teoria dos “sistemas-mundo” em que o progresso está inserido no princípio da “modernidade” enquanto o termo “está inserido no contexto conceitual do progresso tecnológicosupostamente infundável e, portanto, da constante inovação” (WALLERSTEIN, 2002, p. 133).

2. A resistência quilombola em Alcântara-MA frente ao “Colonialismo interno” do PEB.

As comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara-MA, desde o processo de instalação do CLA passaram por um processo de ressemantização de luta territorial. Esse processo inicial se deu na década de 1980 tendo como referência de “agentes mediadores” (ANDRADE, 2009) como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara (STTR) onde buscavam questionar seus direitos a partir do modelo fundiário em que inicialmente passaram a sofrer com as primeiras comunidades tradicionais deslocadas compulsoriamente nos anos 1986-1987, formando assim sete (07) agrovilas controladas pelos militares da Aeronáutica: na primeira fase 112 famílias para 05 agrovilas: Espera, Cajueiro, Ponta Seca, Pepital e Só Assim. Na segunda fase, 200 famílias para 02 agrovilas: Marudá e Peru.

A partir da Constituição de 1988, com a definição de direitos quilombolas, com o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), regulamentado pelo Decreto 4.887/2003 e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a qual o Brasil é signatário, a luta por seus territórios passaram da situação de titulação fundiária parcelar individual para o modelo de “uso comum” (ALMEIDA, 2011).

exportação de *commodities*, para continuar importando a mesma quantidade de manufaturados dos países industrializados, favorecendo estes últimos” (DALLABRIDA, 2017, p. 68).

Essa ressemantização deu um caráter de ampliação de seus “agentes mediadores” a partir da formação do I Seminário de Alcântara realizado em 1999 em que surgiu o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE). Outras entidades locais foram se formando na articulação das lutas sociais como a Associação do Território Quilombola de Alcântara/MA (ATEQUILA) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (MOMTRA).

Esta ampliação no sentido de caracterizar a luta territorial para além do modelo fundiário parcelar privado para de “uso comum” trás um novo sentido de propriedade em que o sistema capitalista tenta descaracterizar os territórios quilombolas que são de usufruto coletivo e mesmo que cada comunidade tenha sua autonomia, elas se articulam em redes que poderíamos caracterizá-las como mutualistas e federalistas como uma abordagem libertária características ao que o filósofo anarquista Pierre-Joseph Proudhon denomina sobre as relações sociais para além da mera relação economicista:

Esta abordagem foi então aplicada por Proudhon para estudo da propriedade. A ideia da dialética serial expressa em conjunto de procedimentos aplicados à análise da economia e política. Proudhon para chegar ao que chamou de teoria do sistema das contradições econômicas começou pela compreensão crítica de uma unidade, a propriedade, para enfim chegar a teorias particulares de instituições particulares e à teoria geral do sistema econômico (FERREIRA, et al., 2016, p. 61).

A dialética serial que se passa todo processo de implantação e expansão do CLA para consolidar o CEA, implica em desestruturar todas as relações de “uso comum” que as comunidades remanescentes quilombolas se articulam como forma de autonomia econômica, social, cultural e religiosa dentro de suas tradições territoriais em oposição à centralidade do poder da dita “Soberania Nacional” do Estado brasileiro. Poderíamos relacionar entre elas enquanto “pluralidades de soberanias” (PROUDHON, 2001, p. 12):

O federalismo implica, por outro lado, que seja restituída às regiões e às províncias uma parte da sua autonomia, quer dizer que os grupos naturais unidos por uma comunidade de dialeto, de costumes ou de religião readquirem esta autonomia realtiva que a centralização absorvente lhes fez perder.

A ressemantização da luta social das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara ampliou a dimensão da “luta de classes” para integrar à luta identitária étnica e oscilam entre as propostas de lutas institucionais e as

manifestações de ação direta⁶, com recuos e avanços, mas o arquivamento do primeiro AST entre Brasil-EUA de 2001 e o fim da empresa ACS parecem configurar aquela “dialética entre o velho e o novo” (ALMEIDA, 2007, p. 65). O “*velho*” está associado nas relações de ação direta em que as comunidades quilombolas se organizam e agem frente a um conflito mais austero conjunturalmente, como ocorrido no início dos anos 1980 quando ocorreram os primeiros deslocamentos compulsórios para as “agrovilas” resultando em “barricadas” de protestos na rodovia que dá acesso ao CLA e a novas “barricadas” e “sabotagens” em obras irregulares que ocorreram na primeira tentativa de expansão do CLA com a então empresa binacional (Brasil-Ucrânia) “Alcântara Cyclone Space (ACS) em 2008. O “*novo*” está condicionado aos novos “agentes mediadores” que representam a luta institucional dentro da perspectiva de organizar junto com as comunidades quilombolas horizontalmente o Protocolo Comunitário de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI). Ambos os movimentos necessitam estar dialeticamente articulados, a ação direta e a luta institucional para haver o engajamento de resistência do avanço da expansão do CLA.

O atual modelo de desenvolvimento do PEB se estabelece na expansão do CLA em território quilombola, consonante ao interesse imperialista dos EUA. Devido à clara incompatibilidade entre os interesses, a Constituição faz uma progressiva alusão social de seus efeitos no campo da jurisprudência, ainda que nos “limites históricos da superestrutura jurídica e política” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 92). A ação fisiológica do PEB não altera as estruturas institucionais de indefinição da territorialidade quilombola, favorável aos interesse de mercado internacional e do Estado brasileiro. A grande crítica se faz em não estabelecer uma prioridade na ação de luta institucional somente ao CCPLI sem que haja uma permanente ação direta interna nas comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara em defesa de seus territórios.

⁶ Que, pela definição de Bakunin, seria “uma análise que lança mão de um conjunto de oposições dialéticas que, ao mesmo tempo englobam e materializam suas categorias, indo do abstrato ao concreto e do lógico ao histórico, da unidade à multiplicidade, começando pela dialética autoridade-liberdade e se materializando em oposições como natureza/sociedade e reação/revolução”. Sobre a “natureza” dos conflitos sociais de Alcântara: “O conceito de natureza como mundo material engloba a totalidade das causas, seres orgânicos e inorgânicos que exercem incessantemente uma ação-reação e formam a totalidade concreta, que surge como imperativo racional do método” (FERREIRA; TONIATTI, 2014, p. 41-42; 56).

Mészáros (2011b, p 99) atribui esses “limites históricos da superestrutura jurídica e política” ao “metabolismo social”:

Com efeito, um dos círculos viciosos que podemos identificar nessa esfera é que a superestrutura jurídica e política separadamente articulada implica necessariamente o domínio material da propriedade exclusivística/controlada pela minoria (e a correspondente modalidade de apropriação iníqua em todos os planos) e vice-versa. Portanto, nas sociedades de classes, a forma jurídica e política é tanto um regulador do intercâmbio social quanto um usurpador a serviço dos usurpadores da riqueza social. E até mesmo depois da pretendida ruptura pós-revolucionária com o passado, extricar a nova sociedade dos “produtores associados” das amarras dessas determinações, que tendem a resistir ou subverter precisamente sua autodefinição prática enquanto produtores associados, representa um dos maiores desafios.

A primeira tentativa de assinatura do AST entre Brasil e os EUA, baseou-se em uma articulação local, regional e global de luta contra a primeira tentativa dos EUA em controlar o CLA e que as articulações de várias frentes de luta conseguiram evitar com um grande Plebiscito contra a ALCA ocorrido no Fórum Social Mundial de 2002. O grande mote se deu em nome do paradigma da “Soberania Nacional”. Já em 2019, com a segunda tentativa de assinatura do AST, consolidou-se no governo Bolsonaro, mesmo tendo representantes importantes da esquerda institucional, como o Governo do Maranhão de Flávio Dino do PCdoB assenando para sua base política parlamentar na Câmara e Senado Federal para homologar o AST dizendo não ferir a “Soberania Nacional”.

As lutas de classes e identidades desenvolvem-se no interior da disputa hegemônica da autoridade fundada nos princípios da Democracia Representativa, que definem a “Soberania Nacional” como “consenso” dos cidadãos, amparado pela Constituição de 1988. No entanto, há uma “Soberania do Estado” (DALLABRIDA, 2017 e ALMEIDA, 2014) de fato, em uma ideologia do “consenso” (MÉSZÁROS, 2011a) às convulsões sociais produzidas pela expansão do CLA: um projeto espacial nacional em nome de um pretense “progresso tecnológico”.

Para Rugai (2011),

A primeira crítica proudhoniana à democracia tem uma relação estreita com os conceitos de *progresso* e de *revolução* e um sentido muito preciso. Para Proudhon, da monarquia à democracia há evidente progresso, mas não revolução, porque ambos os regimes se baseiam na soberania: de “um”, no caso da monarquia; da “maioria nacional”, no caso da democracia. Para ele, a questão não está no número, o

problema residiria na própria ideia de soberania como o “poder de fazer leis”, um absurdo oriundo do despotismo.

Para Proudhon, o progresso está associado à descoberta de critérios racionais na aplicação da justiça: assim, a própria ideia sobre o que é justo evoluiu sem cessar, alcançando cada vez maior precisão. Todavia, ele pergunta, “terá chegado à última fase?”; responde que não, ainda restaria um último obstáculo a vencer: a instituição do domínio da propriedade”, cuja abolição seria a condição necessária “para terminar a reforma do governo e consumir a revolução”; por isso a propriedade privada deveria ser atacada. Nessa passagem fica evidente a ideia de continuidade num processo que culminaria na revolução; ao mesmo tempo, fala em “reforma do governo”, ou seja, até aqui ele não sugere nada parecido com a abolição do governo ou Estado (RUGAI, 2011, p. 104-106).

Atualmente, a ação política do Estado brasileiro desenvolve-se no campo ideológico “neoconservador” de extrema direita que acompanha a conjuntura internacional de restauração do paradigma de um Ocidente conservador. Realinha, portanto, a política diplomática que conduzirá a pauta do PEB aos interesses desse modelo ideológico “neoconservador” representado pela política do “novo imperialismo” dos EUA. Como Mészáros (2009b) afirma, estamos vivendo em meio a um “determinismo tecnológico”.

Mas, para Holloway,

A questão fundamental para qualquer pesquisador socialista da tecnologia, nomeadamente nossa relação com a institucionalidade da ‘nova ordem’, não é colocada. Deixar explícitas essas questões fundamentais, significa nadar com o fluxo, flutuando na correnteza do desenvolvimento social. O determinismo, o alvo principal do ataque desse enfoque, entra pela porta dos fundos e retornamos à visão do futuro como um leque de oportunidades (HOLLOWAY, 1998, p. 26).

A retórica do Estado brasileiro de inserção na “nova ordem mundial” atribui ao CLA uma capacidade de homogeneização dos espaços territoriais de conflito em um “bem estar comum”. Por representar esse “interesse público”, o Estado brasileiro considera a resistência das comunidades quilombolas de Alcântara como um entrave à configuração dessa “realidade”, negando a evidente luta de classes e identidade étnica. Mesmo assim, os “conflitos sociais” deveriam se condicionar a esta “nova ordem” da “era tecnológica” espacial (HOLLOWAY, 1998).

As contradições produzidas pela atual fase de capitalismo neoliberal são ignoradas pelo Estado, mas os movimentos sociais local e nacional manifestam-se no refluxo das lutas sociais contemporâneas, com uma tendência a se ampliar devido a essas mesmas contradições.

CONCLUSÃO

Contudo, mesmo diante de um conflito histórico de décadas mediante os interesses antagônicos na questão territorial, as comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara em relação ao atual estágio do PEB, reconheceu em novembro de 2017 em seu II Seminário de Alcântara que poderia conviver com o CLA em seu espaço atual, sem que isso venha a expandir em novos territórios quilombolas. Para alcançar uma política de desenvolvimento territorial regional, o Estado brasileiro deveria assumir uma postura de superação do conflito territorial, promovendo a titulação territorial das comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara. Assim, permitiria um retorno ao PEB autônomo, superando as distorções de dependência pela política de expansão do CLA, determinada pela relação dialética centro-periferia da reestruturação produtiva do capital global. Atualmente baseado no consórcio dinâmico do mercado espacial, impõe-se através dos ASTs:

Apesar da diversidade de posições, poderia se considerar que em termos gerais as teorias do centro-periferia como as da dependência, defendem a existência de uma ordem mundial com uns países centrais, que aliados à elites dominantes dos países da periferia, se enriquecem progressivamente à custa dos países mais pobres.

As análises sobre a teoria da dependência são centradas nas relações entre a economia dos países ricos (centrais) e a dos países pobres (periféricos) e isto não apenas de um ponto de vista econômico, mas principalmente político. Referindo-se aos âmbitos regionais, as relações desiguais de dominação, se reproduziam entre as diferentes regiões e territórios das nações, dando lugar a uma espécie de **colonialismo interno** (DALLABRIDA, 2017, p. 71). Grifos meus.

Para superar as intensas contradições produzidas pelo avanço do AST com os EUA, é necessário promover uma ampla articulação das comunidades quilombolas. A concretização do Protocolo Comunitário de Consulta Prévia, Livre e Informada (CCPLI), é condição *sine qua non* para que o Estado brasileiro conduza qualquer empreendimento em território tradicional de acordo com a própria convenção 169 da OIT, vinculado ao art. 68 da Constituição de 1988 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Toda análise sobre a iminente política de expansão do CLA, apresenta a necessidade de uma abordagem mais voltada ao processo dos “estudos decoloniais, subalternos e pós-colonialismos”, para se localizar os protagonismos dos novos sujeitos históricos que buscam a consolidação de suas identidades e direitos

fundamentais, direito à territorialidade e à vida. A profunda marca do enfoque eurocentrista do progresso técnico defende a perspectiva da competitividade racionalizada do sistema capitalista, principalmente no âmbito da “colonialidade do poder” forjado pelo domínio dos EUA (BROCARD; TECCHIO, 2017, p. 38)

A organização política das Comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara mantém uma disputa jurídico-institucional e a articulação das ações diretas ganharam uma dimensão de “empoderamento”, em momentos cruciais em que o Estado brasileiro buscou avançar no processo de expansão do CLA. No entanto, observa-se um crescente esvaziamento no processo de mobilizações e articulações de denúncias sobre a não definição territorial e, por isso, as comunidades remanescentes quilombolas de Alcântara amparam-se exclusivamente na frágil execução de direito constitucional. Esse processo permanece alienado pelo Estado brasileiro, que converte o PEB de uma política de Segurança Nacional e Soberania de “interesse público” para uma política de mercado internacional espacial através dos ASTs:

O que podemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e o ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005, p. 138-139).

Essa pretensa segurança jurídico/institucional para as comunidades remanescentes quilombolas, garantida pelo direito constitucional “dialógico” de 1988, opera como um falso direito de “cidadania”, ocultando a “invisibilidade expropriadora” que caracteriza a indefinição territorial no processo de expansão do CLA.

Nos momentos de maior capacidade de ação direta dos quilombolas, observa-se a imprescindível retomada da estratégia das “barricadas”:

No plano das crenças, da revolta e dos sonhos políticos trata-se de uma explosão social. A primeira declaração do discurso oculto fala em nome de inúmeros subordinados, diz em voz alta aquilo que historicamente teve ser sussurrado, controlado, reprimido, abafado e suprimido. Se o resultado parece ser um momento de loucura, se a política que ela engendra e tumultuosa, frenética, delirante e por vezes violenta, isso é talvez porque os oprimidos só muito raramente acedem à cena pública e têm muito a dizer quando finalmente conseguem lá chegar (SCOTT, 2013, p. 308).

BIBLIOGRAFIA

a. Livro

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. – Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Entre o Nacional e o Neonacional-Desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 689-710, out./dez. 2012

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Ideologia nacional e nacionalismo**. Livro Digital (Kobo) 2.^a Ed., São Paulo: EDUC, 2014.

CHOMSKY, Noam. **Hegemonía o supervivencia. El dominio mundial de EEUU**. – Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2004.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento – Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CVR, 2017.

FERREIRA, A. C.; TONIATTI, T. B. **De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin**. – Niterói: Alternativa, 2014.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. [et al.]. **Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI**. – Niterói: Alternativa, 2016.

FERRO, Marc. **A Colonização explicada a todos**. Editora UNESP. Livro digital, 2017. <https://livros-gratis-online.com/livro/72115/a-colonizacao-explicada-a-todos>

GLASS, Vera (Org.). **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019.

HARVEY, David. **O NOVO IMPERIALISMO**. 2.^a Edição. – Edições Loyola, São Paulo, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **TERRAS E TERRITÓRIOS DE NEGROS NO BRASIL**. Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas. – UFSC, ano I, n.º 2, 1990

MARX, Karl. **O Capital**. Edição Popular. 5.^a Ed. Edições 70, 1979

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. – São Paulo. Boitempo, 2009a.

_____. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. – São Paulo. Boitempo, 2009b.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epstêmica: a opção descolonial e o significado de identidade.** Cadernos de Letras da UFF. – Dossiê: Literatura, Língua e identidade, n.º 34, p. 287-324, 2008

MONSERRAT FILHO, José. **Direito e Política na Era Espacial.** Ed. Vieira Lent, 2007.

PÔRTO Jr., Gilson. **História do tempo presente.** EDUSC, 2007.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **Do Princípio Federativo.** – São Paulo : Nu-Sol : Imaginário, 2001.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** CLACSO, 2005. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência – discursos ocultos.** 1.ª Edição. Livraria Letra Livre, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** – Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

WOOD, Elen Meiksins. **A origem do Capitalismo.** Ed. Jorge Zahar, 2001.

b. Capítulo de livro

BROCARD, Daniele; TECCHIO, Caroline. **Olhares para a história: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade.** In: Diálogos do tempo presente: historiografia e história. [recurso eletrônico] / Rafael Saraiva Lapuente; Rafael Ganster; Tiago Arcanjo Orben (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

c. Artigo em periódico acadêmico

ALMEIDA, Lúcio Flávio. **Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões.** In: Revista Lutas Sociais. Vol. 17/18, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais – NEILS, 2007.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Artigo: Mediação e conflitos agrários – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado.** 33.º Encontro Nacional da ANPOCS. 2009. Acessado pelo site: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-33-encontro/qt-28/qt41-3/2231-maristelaandrade-mediacao/file> (19/03/2017 - às 13h17)

DIAS, Edmundo Fernandes. **HEGEMONIA CIVITÀ OU DOMÍNIO IDEOLÓGICO?** História e Perspectiva, Uberlândia (50): 89-146, jan/jun, 2014. <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27521>

HOLLOWAY, John. **Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico.** Revista Outubro. Edição 2, John Holloway , Eloína Peláez, 02/1998: <http://outubrorevista.com.br/aprendendo-a-curvar-se-pos-fordismo-e-determinismo-tecnologico/>

d. Trabalho acadêmico (tese, dissertação, monografia)

PEREIRA, Guilherme Reis. **Política Espacial Brasileira e a trajetória do INPe (1961-2007)**. Tese de Doutorado Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica da UNICAMP. Campinas-SP, 2008.

RUGAI, Ricardo Ramos. **O socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847)**. Tese – São Paulo, 2011. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11012012-142123/pt-br.php>

e. Documentos institucionais

PNAE. **Programa Nacional de Atividades Espaciais** – 2012-2021. Acessado pelo link - <http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf> (19/03/2017, às 15h27), 2012.

Capítulo 7

**ENSINO DE HISTÓRIA DA
ÁFRICA NOS ANOS
INICIAIS: PRINCIPAIS
DIFICULDADES PARA A
PRÁTICA EM SALA DE
AULA**

Wallace Souza da Silva

ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS: PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA A PRÁTICA EM SALA DE AULA

Wallace Souza da Silva

Mestre em Ensino de História pela UFRJ. Professor da Educação Básica nas Redes Municipais de Ensino de Queimados/RJ e Rio das Ostras/RJ. E-mail: wallacesouzarj1@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade trazer contribuições acerca da implantação do ensino de História da África nos Anos Iniciais do ensino fundamental, estimulando a reflexão dos docentes que lecionam nesta etapa escolar, sobre respeito a importância da abordagem metodológica na forma como o negro é apresentado nesse primeiro contato com o Ensino de História, pode ser o diferencial no processo de construção identitária da criança negra na escola. Nesse sentido, é extremamente importante compreendermos as principais dificuldades apresentadas pelos docentes que lecionam nessa etapa escolar, encontram na prática diária em sala de aula para aplicabilidade do ensino de História da África, em conformidade com a determinação da lei 10.639/03, que versa acerca da obrigatoriedade do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Além disso, será apresentada como sugestão metodológica, uma discussão sobre a importância do uso dos Contos Africanos infantis como um recurso facilitador para aplicabilidade da lei nessa etapa escolar. Nesse sentido, será proposto reflexões que auxiliem não só nas dificuldades para o trabalho de História da África com os alunos deste segmento educacional específico, mas também sobre a importância do trabalho de representatividade negra na História ensinada para com as crianças por meio dos contos africanos. Pois através desse recurso, veremos neste artigo que é possível abordar um novo olhar para o negro em nossa História, sendo uma excelente proposta pedagógica para o trabalho em sala de aula sobre História da África com o público infantil.

PALAVRAS-CHAVES: ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA; ANOS INICIAIS; CONTOS AFRICANOS.

ABSTRACT

The present work aims to bring contributions about the implementation of the teaching of African History in the Early Years of elementary school, stimulating the reflection of teachers who teach at this school stage, about the importance of the methodological approach in the way black people are presented in this first contact with the Teaching of History, can be the differential in the process of identity construction of the black child at school. In this sense, it is extremely important to understand the main difficulties presented by teachers who teach at this school stage, find in the daily

practice in the classroom for the applicability of teaching African History, in accordance with the determination of law 10.639/03, which deals with the mandatory teaching of African History and Afro-Brazilian culture in Brazilian schools. In addition, a discussion on the importance of using African Children's Tales as a facilitating resource for the applicability of the law in this school stage will be presented as a methodological suggestion. In this sense, reflections will be proposed that help not only in the difficulties for the work of African History with students of this specific educational segment, but also on the importance of the work of black representation in History taught to children through African tales. Because through this resource, we will see in this article that it is possible to approach a new look at black people in our History, being an excellent pedagogical proposal for classroom work on African History with children.

KEYWORDS: TEACHING THE HISTORY OF AFRICA; STARTING YEARS; AFRICAN TALES.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa que desenvolvi ao longo do Mestrado, que buscou compreender a relação intrínseca entre o Ensino de História nos Anos Iniciais e sua respectiva influencia no processo de identificação do aluno negro na escola. Tal pesquisa foi possível através de uma análise investigativa num determinado espaço escolar, uma escola pública municipal localizada no município de Japeri/RJ, na qual foi possível promover uma discussão teórica acerca da aplicabilidade da lei 10.639/03⁷ nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe trazer à luz os resultados obtidos ao longo dessa pesquisa, por meio de uma discussão teórica que dialogue acerca das principais dificuldades para a implantação do Ensino de História da África nesta etapa escolar. Promovendo além de reflexões aos docentes que atuam com este segmento educacional específico, sugestões de metodologias dinâmicas para o trabalho de tal temática na sala de aula.

Partindo do pressuposto que nos Anos Iniciais do ensino fundamental é a etapa escolar em que o aluno tem o seu primeiro contato com o ensino da disciplina História, o professor que atua com este público específico, deve conscientizar-se da importância que lhe é cabível o papel de apresentar-lhe o contato inicial com os

⁷ Lei 10.639/03 que instituiu a Obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira nas Escolas, posteriormente ampliado para a lei 11.645/08 que incluiu a temática indígena.

estudos históricos, haja vista que neste momento ocorre o processo de autoconstrução identitária étnica da criança.

Portanto, pensado no alunado que compõem essa etapa, mais especificamente o aluno negro que são maioria nas escolas públicas brasileiras, temos que reconsiderar a forma como o negro tem sido apresentado nas aulas de História pelo docente, pois o tipo de abordagem pode fazer a diferença, ao influenciar na construção significativa da visão do aluno em relação ao negro como sujeito histórico, contribuindo para uma política de valorização e auto reconhecimento da própria identidade, pois encontrará representação negra na História para que se identifique.

Nesse sentido, é extremamente importante compreendermos melhor as principais dificuldades que os docentes que atuam nesta etapa escolar específica, encontram em sua prática diária na sala de aula para aplicabilidade do ensino de História da África, em consonância com a determinação da lei 10.639/03 que versa a respeito da obrigatoriedade do Ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

Esses professores na verdade acabam sendo a ponte, o elo, entre o aluno e o primeiro contato com o ensino de História, portanto, de grande importância para implantação prática do ensino de História da África e cultura afro-brasileira na sala de aula. Mas pensar nesses docentes especificamente, nos remete algumas indagações importantes: Quem são esses professores? Sua formação? Quais são as maiores dificuldades que encontram para ensinar História da África?

É a partir da busca pelas respostas a esses pressupostos indagatórios acima que está pautado o presente trabalho, haja vista ser necessário um melhor conhecimento a respeito desse docente especificamente, para entender os possíveis entraves e até mesmo formulações de possíveis soluções.

Portanto, torna-se necessário conhecer melhor esses dilemas, para que a partir seja possível propor reflexões para esses docentes que venham de encontro a essas questões apresentadas, no que diz respeito ao trabalho sobre História da África com os alunos deste segmento educacional. Adentrando desta forma, até mesmo no destaque da relevância do trabalho da representação negra na História ensinada, trazendo um novo olhar para o negro no Ensino de História para os discentes nos Anos Iniciais.

Nesse sentido, destacamos como uma das grandes dificuldades encontrada para o ensino de História da África nesta etapa escolar, o fato de que durante apresentação dos conceitos históricos referentes a História brasileira, o aluno acaba se deparando com conteúdos relacionados a escravidão do negro no Brasil, tendo como primeiro contato apenas a ideia do negro como um ser escravizado e inferiorizado, não atribuindo valor a sua imagem enquanto sujeito histórico de importância em nossa formação brasileira. Por isso, torna-se importante a desconstrução dessa primeira imagem do negro ao se ensinar História do Brasil, mostrando a real importância e contribuição do negro em nossa História.

Diante disso, a finalidade do presente trabalho é o de promover reflexões aos docentes que atuam nos Anos Iniciais acerca da importância do Ensino de História da África na sala de aula, a fim de contribuir para a promoção de uma educação antirracista no espaço escolar e de repensar a própria prática do Ensino de História neste segmento educacional específico, no que diz respeito a construção imagética do negro na História ensinada.

O presente artigo será dividido em duas subseções: Na primeira seção será apresentada uma discussão teoria acerca das principais dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nos Anos Iniciais para a prática do Ensino de História da África nos Anos Iniciais; e na segunda seção será apresentada contribuições e sugestões sobre a importância do uso de Contos Infantis africanos para o Ensino de História da África nos Anos Iniciais.

1. DIFICULDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NOS ANOS INICIAIS

Quando pensamos na introdução aos estudos históricos da criança nos Anos Iniciais, nos deparamos com uma pessoa muito importante nesse processo, que é o professor. Porém, é preciso destacar que esse docente apresenta algumas dificuldades específicas para o ensino dessa disciplina quando se trata do ensino de História da África, devido algumas considerações importantes que iremos levar em consideração nesse estudo.

Não podemos desconsiderar inicialmente, o fato de que esses professores são a ponte, o elo, entre o aluno e o primeiro contato com o ensino de História, portanto, de grande importância para implantação prática do ensino de História da África e

cultura afro-brasileira na sala de aula. Mas pensar nesses docentes especificamente, nos remete algumas indagações importantes: Quem são esses professores? Sua formação? Quais são as maiores dificuldades que encontram para ensinar História da África?

Pensando especificamente nessas indagações e nas possíveis repostas as mesmas, será necessária uma discussão teórica sobre esses apontamentos. Primeiramente, precisamos considerar a formação inicial desses docentes, que atualmente em sua maioria possuem nível superior em cursos de Pedagogia e Licenciaturas, porém não podemos desconsiderar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) define no artigo 62 que: "[...] A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior... admitida como formação mínima para o exercício do Magistério na educação infantil e nos cinco primeiros do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal". (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, é preciso considerar que ainda há professores que lecionam nesta fase escolar com formação nível médio; e mesmo aqueles que já possuem nível superior, encontram as mesmas dificuldades, no que diz respeito a defasagem na formação inicial referente ao ensino de História da África na sala de aula. Nesse sentido, não podemos desmerecer que a formação dos professores é uma das dificuldades encontradas para a aplicabilidade da lei 10.639/03 nas respectivas salas de aula nos Anos Iniciais.

Acerca da formação dos professores, alguns teóricos trazem alguns apontamentos importantes a serem destacados, como mostra o 7º capítulo da obra "A escrita da História nas escolas", de autoria da professora e pesquisadora Mônica Lima intitulado: "Aprendendo e ensinando história da África no Brasil: desafios e possibilidades", abordando as principais contribuições para a prática do Ensino de História da África e sua aplicabilidade na escola.

Lima traz a discussão alguns aspectos importantes sobre a formação de professores, primeiramente nos mostrando a ideia do professor e o saber do ofício, pois nas últimas décadas vem fortalecendo discussões no campo do ensino de História que desmistificam aquele conceito que distinguia o professor e o pesquisador; tal conceito para ela está ultrapassado. O professor não pode ser visto apenas como aquele que repassa e reproduz conhecimentos, mas ele também é criador e produtor

do saber próprio do seu ofício; é a ideia do saber escolar "[...] produzido na relação ensino-aprendizagem, tendo o professor o papel intermediador entre os conhecimentos acadêmicos e o universo de compreensão dos estudantes" (LIMA, 2009, p. 152).

Lima defende como ponto fundamental para aplicabilidade da lei 10.639/03 (Obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira) a Formação dos professores; para ela é fundamental essa Formação inicial e continuada dos professores, ou seja, no preparo dos docentes, para que se consiga realizar esse tipo de trabalho na escola, sendo "[...] item fundamental nesse processo de resgate da história africana para os estudantes brasileiros." (LIMA, 2009, p. 152).

Nesse sentido ainda, há um trabalho sensacional de autoria de Anderson Ribeiro Oliva intitulado "A História da África nos bancos escolares", que aponta para o fato de como a Formação dos professores comprometida pode acabar afetando negativamente esse tipo de ensino, inicia com os seguintes questionamentos "[...] Quantos de nós estudamos a África quando transitávamos pelos bancos das escolas? Quantos tiveram a disciplina História da África nos cursos de Graduação? Quantos livros ou textos, lemos sobre a questão?" (OLIVA, 2003, p. 423). O autor defende que a resposta negativa dessas indagações pode provocar um ensino comprometido, que acaba trazendo muitas vezes uma visão deturpada e estereotipada para o aluno sobre o que é África.

Oliva vai além, mostrando que a pouca experiência ou contato que os professores têm sobre a África, acaba construindo imagens negativas sobre o tema "[...] pelas imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da AIDS que se alastra, da fome que esmaga, das etnias que se enfrentavam com grande violência ou dos safáris e animais exóticos." (OLIVA, 2003, p. 423). A preocupação é exatamente com esse tipo de visão sobre o continente que o professor acaba concebendo, já que acaba reforçando estereótipos de inferioridade sobre o lugar e na maioria das vezes repassando tal forma errônea de visão e análise da África para os seus alunos.

Entendemos, que quando o autor se refere aos professores, está se referindo especificamente aos professores de História; porém, fazendo um paralelo para com os professores que lecionem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tal afirmativa também é visível.

Precisamos deixar claro que não é que o professor das Séries Iniciais tenha má vontade em lecionar o tema para os seus alunos, mas a questão é exatamente a formação dos mesmos, que como Oliva mesmo chamou atenção para esses professores, não têm em sua maioria esse tipo de disciplina em sua formação acadêmica sobre tal temática; portanto, é uma questão referente a formação inicial que se torna comprometida, com isso torna-se difícil para que o professor consiga colocar em prática algo pelo o qual não foi preparado; a única solução para esses docentes acaba sendo, buscar por si mesmo, uma formação continuada em cursos de Aperfeiçoamento ou Pós-Graduação que deem conta de auxiliá-los diante dessa demanda.

Outra questão que Oliva destaca, que também podemos considerar como uma das principais dificuldades para o ensino de História da África nos Anos Iniciais, é o fato de que os livros de História utilizado nesta etapa escolar não reserva para a África espaço adequado que lhe é devido, atentando pouco para produções sobre o continente. Portanto, o ensino de História da África com este público realizado de forma errônea, acaba fazendo com que os alunos passem "[...] a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações" (OLIVA, 2003, p. 423). Esse aí é o verdadeiro perigo, pois muitos docentes acabam reproduzindo essa construção imagética da África.

Segundo Oliva, essas representações negativas impregnadas em nosso imaginário, acaba fazendo com que não consigamos imaginar a África de outra forma, por exemplo "[...] com ruas limpas, um povo extraordinário e bela arquitetura." (OLIVA, 2003 p. 423). A África não pode continuar sendo vista nas salas de aula brasileiras apenas como um lugar de miséria e que recebe ajuda humanitária; a parte extraordinária da história, cultura e sociedades africanas, devem sobressair a essas visões negativas estereotipadas, principalmente nas escolas.

Sobre os livros didáticos, o autor traz questionamentos relevantes, ao indagar por que a maioria dos livros insistem em alguns pontos que deveriam serem descartados ao tratar sobre o tema, tais como "[...] Ao escrever um texto sobre a formação dos Estados nacionais europeus e ignorar a multiplicidade étnica da África pré-colonial, ou utilizar imagens de africanos escravizados e brutalizados e não aquelas em que aparecem resistindo ou interagindo ao tráfico." (OLIVA, 2003, p. 423).

Pensando nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na construção que a criança faz sobre a imagem da África e a relação para com a construção da própria identidade étnica, através das contribuições de Oliva, percebemos o quanto é difícil trabalhar com este público específico, pois na maioria das vezes a criança brasileira foi acostumada a estudar e valorizar principalmente, e em alguns casos exclusivamente, apenas valores ou imagens da tradição histórica europeia, fazendo interpretações ou representações influenciadas por tal visão. Exatamente essa é a questão, pois a criança acaba criando estereótipos do conceito de negritude, refletindo de forma negativa até mesmo no seu processo de autoidentificação como afro-brasileira, se assim o for.

Ainda sobre esta questão da formação dos professores e o ensino de História nos Anos Iniciais, Patrícia Karla Santos Dorotéio no artigo intitulado: "ensinar História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental", traz uma importante crítica ao que chama de "herança da formação nacionalista e patriótica"; que no caso específico desta discussão, também podemos considerar como uma das principais dificuldades para o Ensino de História da África nesta etapa escolar.

Segundo Dorotéio, isso deve-se ao papel errôneo que se prestou a História durante muitos anos na escola como disciplina, tendo como foco o ensino em datas comemorativas e impregnação do patriotismo, no qual a maioria dos professores que tiveram esse tipo de formação escolar, acabam reproduzindo tal modelo em suas aulas de História.

Também mostra que uma pesquisa realizada por Azevedo em 2010, indicou que "[...] na memória espontânea de futuras professoras/pedagogas há persistência da História como matéria decorativa, centrada em um nacionalismo marcado pela exaltação dos grandes nomes e das datas cívicas." (DOROTEIO, 2016, p. 211).

Portanto, a experiência negativa desses professores dos Anos Iniciais com relação ao Ensino de História, faz com que acabem reproduzindo e repassando para os seus alunos da mesma forma errônea com que aprenderam; e isso é um grande problema para aprendizagem da disciplina. Dorotéio, aponta que o fato de que esses professores tenham formação superior ou não, não pode ser vista como solução para o problema, pois há "[...] indícios de que a formação superior não foi efetiva quanto à ruptura de uma visão historicamente tradicional da disciplina História." (DOROTEIO, 2016, p. 215).

Crítica ainda, a ideia do ensino de História atrelado exclusivamente a formação para a cidadania, no qual os docentes acham que a disciplina é importante por: "[...] construir a cidadania, criando condições para que se tornem conscientes e críticos, valorizando a si próprios como sujeitos históricos, ou ainda, é importante para o exercício pleno da cidadania." (DOROTEIO, 2016, p. 216).

Outra questão importante que Dorotéo aponta, que também podemos considerar como uma das grandes dificuldades para o Ensino de História da África, é em relação ao pouco tempo que se é destinado nos Anos Iniciais no cotidiano escolar às aulas semanais para ensino de História, o que dirá ao ensino de História da África, devido à pouca relevância que é dada a disciplina nesta fase escolar. Ela chega a esta conclusão, diante de um questionário realizado com professores que atuam com esse público escolar, que indica que a maioria desses professores "[...] ministra de uma a duas aulas por semana apenas, com média de uma hora/aula." (DOROTEIO, 2016, p. 216).

Outra questão fundamental, no que diz respeito às dificuldades sobre a implantação do ensino de História da África no 1º Segmento do Ensino Fundamental, é o que aponta Dorotéo sobre a desvalorização do saber histórico no processo de alfabetização, como determina o currículo escolar nos três primeiros anos desta fase escolar. Isso ocorre, porque vigora a ideia de que o foco neste ciclo escolar deve ser ligado a alfabetização e letramento do aluno, o saber histórico pode ser introduzido nos anos de escolaridades posteriores em que esses saberes estiverem consolidados. Nesse sentido, "[...] concepções e práticas de ensino não inserem o conhecimento histórico no processo de alfabetização e letramento, de maneira que a História apenas é introduzida após a consolidação da leitura e da escrita." (DOROTEIO, 2016, p. 2017).

Além disso, Dorotéo aponta ainda para a concepção errônea com que a maioria desses professores fazem, ao darem a mesma importância e significado das datas cívicas a lei 11.645/08 que torna obrigatório o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena, como ela mesmo afirma "[...] atribuem o mesmo grau de importância entre o trabalho com as 'datas cívicas' e a 'história e indígena', apesar de ser esta última temática de inserção obrigatória." (DOROTEIO, 2016, p. 219).

Dorotéo mostra ainda, que é nos 4º e 5º anos de escolaridade que os conteúdos referentes a disciplina História começam a consolidar de fato, como chama

atenção conteúdos esses referentes assuntos da História do Brasil; no qual segundo ela a presença desses conteúdos se justifica pelo fato de que "[...] nesses anos de escolarização, em parte, se justifica pelo domínio da leitura e da escrita mais consolidados nessa fase, momento em que permite ao docente explorar com mais afinco os textos históricos escritos." (DOROTEIO, 2016, p. 220).

Todos esses apontamentos mostram a importância do papel do professor nos Anos Iniciais para a implantação do saber histórico na sala de aula; e de como a forma errônea ou estereotipada da forma como o negro é apresentado a esse aluno, pode influenciar no processo de construção do papel do negro como sujeito histórico.

2. O USO DOS CONTOS AFRICANOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Primeiramente, precisamos destacar a necessidade da superação do modelo de História positivista que ainda predomina nas escolas primárias, que segundo Maria Aparecida Borges e Jezulino Lúcio Braga apontam no trabalho: "O ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental", como o modelo de História baseado em reis, heróis e batalhas, que acabam reduzindo ao homem a uma característica homogênea dos fatos grandiosos, na qual do passado só se lembrava dos fatos heróicos, versão esta que engrandece; este modo de ver a História predominou nos currículos escolares até pouco tempo.

Ainda temos marcas deixadas desse viés positivista de concepção histórica. Ela destaca, por exemplo, que "[...] da escravidão lembra-se apenas da lei áurea, os seus quase 400 anos devem ser esquecidos. O desaparecimento da população indígena fica sem explicação, mas comemora-se o dia do índio." (BORGES; BRAGA, 2012, np).

Nesse sentido, Monica Lima defende que o conhecimento de História da África no Brasil precisa sobressair no espaço escolar, pois acaba sendo uma ferramenta fundamental no processo de aprendizagem para ultrapassar as barreiras impostas do preconceito e negação; ou seja, muitas vezes o alunado negro sofre com a negação de que o racismo é visível e existente no espaço escolar pela política de conformismo e negação.

Portanto, uma das principais funções do ensino de História da África seria de "[...] agregar valores e contribuir para negar preconceitos e visões deturpadas. Esse é um importante objetivo a atingir." (LIMA, 2009, p. 155).

Outra questão importante que Lima defende, é a crítica a ideia da História da África atrelada ao contexto da escravidão na relação comercial entre Brasil e reinos africanos, como se resumisse a isso. Defende que na verdade a História da África é muito maior e mais profunda que a história do tráfico atlântico de escravos, para ela "[...] a história de nossos ancestrais não se inicia nem encerra na escravidão." (LIMA, 2009, p. 158). Segundo ela, vai muito além disso, temos que considerar as migrações, descobertas, os conhecimentos técnicos que estiveram presentes nas histórias mais remotas dos grupos humanos que viveram do continente africano.

Lima traz uma crítica muito importante nesta discussão, ao defender que "[...] a história do Brasil deveria ser mais negra em sua alma, ou seja, mais próxima do que há de presença africana em todos nós [...]". Nesse sentido, nos traz a reflexão do quanto o ensino de História oferecidos nos bancos escolares ainda é predominantemente embranquecido por uma concepção predominante europeia; sendo que boa parte de nossas raízes é africana, por isso a História da África deveria ser mais valorizada, faz parte de cada um de nós, nossa história. (LIMA, 2009, p. 163).

Nesse sentido, entendemos a preocupação de Lima com a implantação do Ensino de História da África nas escolas brasileiras, no qual podemos resumir a fala e todos os apontamentos feitos por ela com uma única palavra: "resistência". Mostrar formas de resistências da cultura negra na africana no contexto histórico do tráfico negreiro, talvez venha ser uma excelente abordagem didática, para que o professor possa apresentar o negro por um novo viés, um novo olhar, ao introduzir os estudos históricos nos Anos Iniciais.

Pensando nisso, trazemos as contribuições pedagógicas de Verena Alberti trata teoricamente muito bem essa relação entre teoria e prática docente no ensino de História no seu artigo intitulado: "Proposta de material didático para a história das relações étnico-raciais"; em que ela destaca que toda aula ou pesquisa deve haver uma questão problematizadora, pois a partir dessa questão que o aluno irá aprender a pensar historicamente, como ela mesmo afirma: "[...] a pergunta problema deve levar a possíveis respostas, aprendendo a sistematizar o seu conhecimento" (ALBERTI, 2003, p. 64).

Para Alberti são conceitos chaves na pesquisa a questão problematizadora da Pesquisa, o uso de fontes (ou evidências) adequadas ao público e a produção de

resultados que permitam comunicar sobre o passado; pois desta forma será possível compreender como se ocorre o aprendizado em História.

Nesse caso, a questão problematizadora é fazer com que esse professor dos Anos Iniciais, possa refletir e questiona-se a respeito da própria prática e mais do que isso, que possa compreender a importância do trabalho do ensino das relações étnico-raciais com seus alunos em sala de aula, e mais do que o cumprimento de uma lei (10.639/2003), é uma questão de conscientização.

Esse professor além de estimular nesse primeiro contato com o ensino de História um novo olhar na História para o negro, também pode tornar esse momento de aprendizagem para o seu aluno de forma mais lúdica.

Verena Alberti destaca bem o cuidado que o professor deve ter minuciosamente com o uso de fontes, ainda que sejam recursos lúdicos o cuidado é o mesmo, sempre se indagando nas três perguntas principais "[...] Quem as produziu? Por que, quando e para quem?". (ALBERTI, 2003, p. 63). Isso deve ser um cuidado expressivo ao se trabalhar História nos Anos Iniciais, haja vista os alunos estarem num processo de construção de suas ideias e conceitos fundamentais, principalmente identitários, a preocupação deve estar sempre na seleção das fontes mais adequadas a esse público infantil. (ALBERTI, 2003, p. 63)

Diante disso, um bom exemplo de fonte específica e adequada o trabalho do ensino de História e Relações étnico-raciais com o público infantil seria através do uso dos Contos Africanos. Atualmente, há um grupo de autores que tem investido grandemente na publicação dessas obras, antes muito poucas conhecidas.

Por meio do recurso dos Contos infantis, é possível que o professor trabalhe a questão da Resistência negra no Contexto histórico do tráfico de escravos e da escravidão no Brasil; também sobre a cultura de diferentes povos africanos exaltando sua importância em nossa formação; além da exaltação dos guerreiros Quilombolas lutando contra o Sistema escravista; ainda é possível mostrar para o aluno negro na sala de aula, a existência de uma ascendência real africana diferentemente do passado escravista que conheceu. É um recurso pedagógico, que permite de forma lúdica e prazerosa, que o aluno compreenda o real papel do negro em nossa História, que muitas vezes a própria História ensinada insiste em apaziguar.

A obra de Sinara Rúbia é um grande exemplo disso, autora do livro de um Conto Africano lançado recentemente: "Alafiá, a princesa guerreira"; que relata uma linda

história de resistência de uma princesa guerreira que veio para o Brasil capturada e foi escravizada, separada cruelmente de seus pais; mas que cresceu sem nunca abrir mão de suas raízes, permanecendo viva em sua memória sua cultura, seu povo; nunca deixou que o sistema escravocrata escraviza-se sua mente; sempre firme e resistente (RÚBIA, 2019).

Quando teve oportunidade tornou-se livre fugindo para um Quilombo, onde conheceu um lindo príncipe africano que lá vivia, tornando-se uma grande guerreira a proteger o Quilombo a que vivia. São histórias vivas e reais como a do conto de Sinara, que devem ser contadas e recontadas para os nossos alunos, dando a essa aula de História, a ideia de pertencimento e reconhecimento do valor do negro em nossa História. (RÚBIA, 2019).

Exatamente essa é a questão, reformular a imagem que a criança faz sobre a África pensando nessa relação de construção da própria identidade étnica; Anderson Oliva nos mostra apesar do quanto é difícil trabalhar com este tipo de público, pois na maioria das vezes a criança brasileira foi acostumada a estudar e valorizar principalmente, e muitas vezes apenas, valores ou imagens da tradição histórica europeia, fazendo interpretações ou representações influenciadas por tal visão; não podemos desistir. Essa é a questão, pois a criança precisa deixar de criar visões estereotipadas do que entende por negritude, refletindo de forma negativa, até mesmo em sua aceitação como negro, se assim o for.

Oliva argumenta que se as imagens reproduzidas nos livros didáticos sempre mostrarem o africano e a História da África em condição negativa, existe uma tendência da criança branca em desvalorizar os africanos e suas cultura, e por sua vez "[...] as crianças negras sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades." (OLIVA, 2003, p. 443). Portanto, a forma como a África é apresentada a essa criança contribui muito para a desconstrução desse imaginário estereotipado sobre a África e ao mesmo tempo auxilia para a construção e aceitação da própria identidade étnica da criança, pois assim a mesma sente-se pertencente da História de sua origem e se reconhece como afro-brasileiro.

Os contos africanos são portanto, uma excelente proposta didática para o trabalho com a criança nos Anos Iniciais do ensino fundamental sobre a autoconstrução identitária, através desta representatividade histórica no ensino de História. O pensamento de Stuart Hall em sua obra "Identidade e Diferença" vai de

encontro a esta premissa; o qual nos chama atenção o capítulo intitulado com a seguinte indagação: "Quem precisa da identidade?".

Segundo ele, identidade nada mais é do que uma simples construção social, como ele mesmo afirma: "[...] porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas, por iniciativas e estratégias específicas." (HALL, 2003, p. 109). Em outras palavras, a identidade não é algo já pré-definida ou formada desde o nascimento, é algo que vai se construindo no decorrer da vida no convívio familiar e social, e que, portanto, é de extrema importância o trabalho do professor nesse processo de construção identitária da criança ao se reconhecer como negra, se assim o for; pois além de valorização do negro como ser histórico, também estará lutando no combate ao racismo implícito e explícito na sala de aula.

Infelizmente, ainda é uma prática comum nas escolas, onde muitos docentes ainda insistem em apaziguar o racismo recorrente na sala de aula e o papel de destaque do negro na História ensinada, contribuindo dessa forma para a permanência de uma educação antirracista no espaço escolar. Daí percebemos a importância do presente artigo não objetivar apenas metodologias e formas didáticas para o trabalho nos Anos Iniciais sobre as relações étnico-raciais, mas com a finalidade de promover uma reflexão profunda do docente sobre a sua própria prática em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, espera-se que o docente se respalde nas dificuldades aqui apresentadas no presente trabalho, como artifício para justificar o fato de que a lei 10.639/03 não está sendo cumprida em sua sala de aula. Mas sim, pelo contrário, que o docente que atua nos Anos Iniciais possa refletir acerca das seguintes questões: "Como apresento o negro no ensino de História para os meus alunos? O que posso fazer para aplicar de fato a lei em minha sala de aula contribuindo para uma educação antirracista.

Pois exatamente pensado nas indagações acima, o professor passa a refletir sobre a própria prática docente e de como tem contribuído se positivamente ou negativamente, para o ensino de História sobre respeito a valorização e a diversidade

étnica com os alunos deste segmento educacional específico. Passando a compreender a importância do seu papel na introdução dos estudos históricos com o seu aluno nesta etapa escolar tão importante e de como esse momento irá impactá-lo em toda sua trajetória escolar.

Além disso, trabalhar didaticamente com contos africanos com 1º Segmento do Ensino Fundamental é muito importante, pois torna possível que o aluno venha conhecer diversas formas de resistência negra por meio desses contos históricos voltados para o Público Infantil, compreendendo que mesmo durante o processo de escravidão havia resistência da cultura negra, aprendendo a valorizar através dos mesmos a história de resistência e contribuições do negro em nossa formação histórica, mostrando o negro com representatividade para a criança, uma visão diferente da ideia de submissão; auxiliando desta forma no processo de autoconstrução identitária do aluno negro.

Também é possível enfatizar para os alunos a importância da diversidade étnico-racial para formação da sociedade brasileira. Assim, estabelecendo entre educandos e educadores relações mútuas de respeito; dialógicas, que sirvam como instrumentos balizadores de interações entre os sujeitos.

E até mesmo de combate ao racismo de todas as formas, que ainda presente na sociedade, acaba refletindo na escola principalmente com o menosprezo e desqualificação da história e cultura negra; tal prática é possível ser combatida por um modelo como este de uma educação antirracista.

Não podemos esquecer, que por meio da metodologia didática do uso dos Contos africanos, também é possível pautar diálogos permanentes entre o ensino de relações étnico-raciais e os demais conteúdos trabalhados na escola, principalmente por se tratar do professor dos Anos Iniciais que lida diretamente com a questão da interdisciplinaridade em sala de aula, estabelecendo vinculações entre o cotidiano dos educandos e os estudos históricos como forma de combate as desigualdades historicamente construídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Verena. *Proposta de material didático para a história das Relações étnico-raciais*. Revista Historia Hoje, v. 1, 2012.

BRAGA, Jezulino e BORGES, Maria Aparecida. Artigo: **O ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Minas Gerais, Revista História Oral online, 2012.

BRASIL. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

DOROTÉIO, Patrícia Karla. In Artigo: **Ensinar História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: desafios conceituais e metodológicos**. Londrina, 2016.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIMA, Mônica. **Aprendendo e ensinando História da África no Brasil: Desafios e possibilidades**. In: A escrita da História das Escolas: Memória e Historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro, FAPERJ, 2007.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática**. Estudos Afro-Asiáticos, 2003.

RÚBIA, Sinara. **Alafiá, a princesa guerreira**. Rio de Janeiro, Nia Produções, 2019.

Capítulo 8

**SOBRE VIVÊNCIAS: UM
ESTUDO SOBRE AS
VOZES FEMININAS NO
RÁDIO PELOTENSE**

Silvana de Araújo Moreira

SOBRE VIVÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE AS VOZES FEMININAS NO RÁDIO PELOTENSE

Silvana de Araújo Moreira⁸

Jornalista, Doutoranda em História

Resumo: O rádio se estabeleceu no Brasil em 1922 e Pelotas é pioneira com a fundação da Sociedade Rádio Pelotense AM, em 1925. Em seu início, as emissoras receberam muitas mulheres em sua programação, porém elas estavam mais vinculadas às radionovelas e musicais e menos às funções radiofônicas. Mais recentemente, as mulheres conseguiram ampliar a participação, mas ainda há diversos campos da comunicação em que a atuação feminina é pequena. Analisando o exemplo da Rádio Federal FM, vinculada à Universidade Federal de Pelotas, fundada em 1981, é possível ter um panorama sobre a inserção das mulheres no rádio. A emissora teve a participação de cerca de vinte profissionais homens em seu quadro técnico e apenas sete mulheres, mas apenas quatro desempenharam as suas funções como radialistas. Esta comunicação tem o propósito de dar início a uma discussão teórica para compor a pesquisa de doutorado intitulada “[...]e as mulheres vão abrindo espaço meio a fórceps, não é fácil, não foi fácil” - as vozes femininas nas ondas das rádios pelotenses. A pesquisa tem como objetivo principal investigar em que medida a linha editorial e os conteúdos das emissoras de rádio pelotenses influenciaram a inserção de mulheres em sua grade de programação para compreender as desigualdades de gênero neste ambiente. A principal metodologia a ser utilizada é a História Oral.

Palavras-chave: Mundos do Trabalho. Gênero. Rádio. História do Tempo Presente. História Oral.

Abstract: The radio was established in Brazil in 1922 and Pelotas is a pioneer with the foundation of the Sociedade Rádio Pelotense AM, in 1925. At its beginning, the radio stations received many women in their programming, but they were more linked to radio soap operas and musicals and less to functions radio stations. More recently, women have managed to expand their participation, but there are still several fields of communication in which women's performance is small. Analyzing the example of Rádio Federal FM, linked to the Federal University of Pelotas, founded in 1981, it is possible to have an overview of the insertion of women in radio. The radio station had the participation of about twenty male professionals in its technical staff and only seven women, but only four performed their functions as broadcasters. This communication has the purpose of starting a theoretical discussion to compose the doctoral research

⁸ Doutoranda em História – Universidade Federal de Pelotas – sissamoreira@gmail.com

entitled “[...] and women are opening space through forceps, it is not easy, it was not easy” - the female voices in the waves of Pelotas radios. The main objective of the research is to investigate to what extent the editorial line and the contents of the Pelotas radio stations influenced the insertion of women in their programming to understand gender inequalities in this environment. The main methodology to be used is Oral History.

Keywords: Worlds of Work. Gender. Radio. History of the Present Time. Oral History.

INTRODUÇÃO

A temática desta pesquisa surge da minha dissertação de mestrado intitulada “ZYD 579, 107,9 MEGA HERTZ - RÁDIO FEDERAL FM” O PROTAGONISMO DO RADIALISTA COMO SOBREVIVENTE DAS MÍDIAS (1980-2017) defendida em 2019. Entre algumas das atividades de pesquisa foi analisado o quadro de servidores da Rádio Federal FM, vinculada a Universidade Federal de Pelotas que mostrou uma diferença grande entre o número de mulheres e homens que trabalharam na emissora. Durante os 38 anos de história, completados em 8 de janeiro de 2017, cerca de vinte homens trabalharam e/ou trabalham como radialistas e apenas quatro mulheres exerceram funções de radialista na emissora, sendo que, atualmente, apenas uma delas segue na rádio.

Foi assim que as histórias dessas mulheres protagonizaram um capítulo da dissertação com o objetivo de analisar o papel dessas mulheres dentro do rádio e as dificuldades pelas quais elas passaram para iniciar e dar manutenção a suas carreiras dentro do ambiente radiofônico. A metodologia utilizada foi a História Oral.

A história das mulheres é atravessada por diversas formas de opressão. Com as lutas travadas pelos movimentos feministas algumas conquistas estão modificando este cenário de preconceito e discriminação, mas ainda assim há muito o que ser transformado em diversas áreas. No mundo do trabalho, existe alguns ofícios que ainda são ocupados preponderantemente por homens, principalmente os mais valorizados e de maior poder. Além disso, as mulheres precisam dar conta de uma rotina de trabalho e de atividades de casa, muitas vezes recebendo menos do que os homens que exercem a mesma função⁹.

⁹ Em 2018, 52,3% da população em idade de trabalhar era formada por mulheres. Contudo, os homens representavam 56,7% da parcela da população que trabalhava. Enquanto o rendimento médio mensal de todos os trabalhos foi de R\$ 2 234 em 2018, ao analisar a correspondência por sexo, o estudo mostrou estimativas de R\$ 2

Desta forma, para a tese de doutorado, surgiu a necessidade de ampliar a pesquisa realizada com as mulheres da Rádio Federal FM para as demais rádios da cidade de Pelotas tendo como objetivo principal o estudo dos espaços ocupados por estas mulheres, as dificuldades sofridas e o papel destas radialistas dentro dos veículos de comunicação. Nos registros do Diário de Campo que está sendo constituído para essa pesquisa, apenas mais dezenove mulheres foram lembradas, além das trabalhadoras da Rádio Federal FM.

1. METODOLOGIA E FONTES

A pesquisa se enquadra no âmbito da História do Tempo Presente, tendo em vista o recorte temporal e o objeto de análise. De acordo com Fico (2012, p.44) “uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”. Apesar dos questionamentos com relação à subjetividade dos estudos do tempo presente, que influenciariam nas questões de neutralidade e imparcialidade dos historiadores, os relatos testemunhais foram essenciais para compreender os conflitos após as guerras mundiais.

Assim, praticamos, hoje, uma História do Tempo Presente bastante distinta da que prevaleceu na Antiguidade e Idade Média e perdurou de algum modo até a interdição estabelecida por Ranke. Após uma fase de busca de legitimação posterior à Segunda Guerra Mundial, o recurso às fontes orais e à temática dos eventos traumáticos tornou a questão do testemunho proeminente. Muito dessa história se fez a partir do depoimento dos que sobreviveram a aqueles eventos. Frequentemente, isso se deu com o propósito explícito (e político) de se evitar o esquecimento (FICO, 2012, p.47).

A pesquisa utiliza como metodologia principal a História Oral, de forma a buscar a história das rádios e de seus trabalhadores, bem como a pesquisa documental nos acervos das emissoras. Neste contexto, a História Oral torna-se necessária devido à pouca quantidade de material existente nos acervos das Rádios, tendo em vista que

460 para os homens e de R\$ 1 938 para as mulheres, indicando que a proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens era de 78,8%. Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018. Ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

algumas até mesmo perderam seus arquivos em incêndios ou por falta de conservação. Além disso, as experiências vivenciadas pelas mulheres que trabalharam nestas rádios são de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa. Em consonância com Alberti, cabe ainda ressaltar que por ser uma história do tempo presente, vários de seus protagonistas estão disponíveis como fonte:

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Desta forma, torna-se imprescindível entrevistar as trabalhadoras identificadas na pesquisa, algumas delas já nomeadas anteriormente, além de serem construídas narrativas com familiares de trabalhadoras falecidas. Como apoio, poderão ser consideradas entrevistas com profissionais e diretores das rádios.

Alberti (2004, p. 30) pondera que “se o emprego da História Oral significa voltar a atenção para as versões dos entrevistados, isso não quer dizer que se possa prescindir de consultar as fontes já existentes sobre o tema escolhido”. Desta forma, para além das entrevistas, faz-se necessário, como apoio, a análise das fontes documentais produzidas nas emissoras ou conservadas em acervos pessoais. Os jornais Diário Popular e Diário da Manhã também poderão contribuir com informações relevantes sobre as radialistas e o ambiente que estavam inseridas. Para a análise documental se utilizará como suporte, prioritariamente, André Cellard (2008, p.305). Para ele:

A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte das preocupações de ordem crítica tomada pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise. [...] Uma análise confiável tenta cercar a questão recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível, de fontes, pessoas e grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser (CELLARD, 2008, p. 305).

É importante também salientar a relevância da imprensa como registro da história do tempo presente. De Luca (2015) discorre sobre uma hierarquia de qualidade dos documentos estabelecida na década de 1970, na qual os jornais eram

tidos como inadequados para a pesquisa histórica, por conterem fragmentos distorcidos sobre o evento ou fato. Nas décadas finais do século XX, com a terceira geração dos Analles, este cenário foi modificado e a utilização da imprensa como fonte passou a ser considerada e utilizada pelos historiadores. Desta forma, a pesquisa utilizará os jornais como fonte complementar às narrativas, de modo a preencher lacunas.

2. O GÊNERO DO RÁDIO

A história das mulheres no Brasil e no mundo é marcada pela discriminação e pelo preconceito, além da luta, da resistência e de algumas conquistas. Aos poucos, as mulheres foram conquistando espaços antes atribuídos apenas aos homens e incorporando uma atitude de protagonista em relação à história. No momento em que a história passou a existir como ciência, por muito tempo, os historiadores eram homens que escreveram suas pesquisas tendo como base o ponto de vista masculino. Desta forma, as mulheres foram invisibilizadas por muito tempo sendo colocadas à margem dos principais acontecimentos, refletindo o cotidiano hierarquizado que demonstrava uma superioridade do homem em relação à mulher.

Em meados do século XX, enquanto os meninos saíam para brincar com maior liberdade nas vias públicas, nas famílias dos setores médios da sociedade, as meninas auxiliavam suas mães na cozinha e nas tarefas domésticas mais leves, tais como secar louça, tirar o pó dos móveis, passar roupa, bem como cuidar dos irmãos e irmãs mais jovens. A divisão sexual do trabalho começava desde cedo e permaneceria na fase adulta. (AREND, 2016, p.72)

Para Colling (2004), o problema não estava refletido nas diferenças e sim no modo como as relações eram hierarquizadas, mostrando a mulher como diferente e inferior ao homem. A autora acredita que, a partir dos estudos de gênero é possível: “[...] introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada” (COLLING, 2004, p.28).

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que os movimentos sociais se consolidaram, abrindo espaço para as mulheres participarem com mais protagonismo das esferas sociais, políticas e econômicas. Ainda assim, sempre existiram diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres em um mesmo ambiente de trabalho. O

trabalho não poderia atrapalhar os afazeres domésticos das mulheres. Havia funções destinadas exclusivamente ao público feminino que jamais colocavam a mulher em uma posição de competição com o homem, muito menos de autoridade sobre eles. Com salários mais baixos em relação aos salários dos homens que desempenhavam a mesma função, era comum que as mulheres exercessem as profissões de professora, enfermeira, secretária e telefonista, além daquelas que se vinculavam ao mercado mais informal e, muitas vezes, reproduziam suas funções na casa, como lavadeiras, doceiras, costureiras, dentre outras. Essa realidade ainda é comum nos dias atuais.

Atualmente, o setor terciário é o que mais cresce, oferecendo emprego para todos, principalmente para as mulheres, sendo que cerca de 75% das mulheres que trabalham, o fazem nesse setor. A maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso etc. Pelo menos era o que ocorria até os anos 1980/1990 (PERROT, 2008, p.123).

Algumas leis e normas contribuíram para diferenças entre o trabalho masculino e feminino, como o Decreto nº 21.417 de 1932, assinado por Getúlio Vargas, que regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Ao buscar igualar o salário entre homens e mulheres, o decreto vetou o trabalho de mulheres em indústrias e comércios em horários noturnos, locais subterrâneos, construção civil, funções nas quais precisassem carregar peso e atuar em empregos considerados perigosos ou insalubres.

Já a Constituição de 1946 autorizou a diferença salarial de 10% a favor dos homens. A igualdade entre homens e mulheres, como relação aos direitos e obrigações só foi conquistada bem mais tarde, com a Constituição de 1988. Contudo, a atual realidade mostra um cenário bem diferente daquele indicado pela legislação¹⁰.

O movimento feminista no Brasil tomou corpo na década de 1960, sobretudo com a grande resistência das mulheres à ditadura da época. Tal organização buscava

¹⁰ Dados de 2017 do DIEESE que analisam “A inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre”, mostram que a redução no rendimento médio real entre as mulheres foi de 2,9% em relação aos dados coletados em 2015, passando de R\$ 1747 para R\$ 1696. Apesar da redução de 4,8% no rendimento médio real entre os homens, ainda assim há uma grande disparidade, passando de R\$ 2176 para R\$ 2072. Ver: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2018/2018pedmulherpoa.html> . Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

marcar a política, lutar pelos direitos e contra as discriminações e violências vividas por elas. Através do movimento, foi conquistado em 1988 a inserção de um artigo na Constituição que proibia a discriminação das mulheres em seus empregos. Antes disso, a Lei 6.121, de 1962, chamada de Estatuto da Mulher Casada, foi um marco na luta das mulheres pelos seus direitos, tendo em vista que, com o Marco Civil de 1916 a mulher, ao casar-se, tornava-se relativamente capaz, precisando de uma autorização do marido para trabalhar.

Deve-se, ainda, considerar que a mulher casada tinha apenas a autorização presumida para atuar em emprego formal. Caso o marido julgasse que a ocupação de suas funções desestruturava a família, poderia reivindicar o fim do seu vínculo empregatício. Tal situação só foi modificada pela Lei 4.121 de 1962, denominada de Estatuto da Mulher Casada, embora, a partir de 1932, com a criação das juntas, as mulheres que estavam no mercado de trabalho pudessem lutar por seus direitos (GILL, 2019, p. 13).

A resistência masculina contribuiu para as dificuldades encontradas na consolidação da inserção da mulher no mundo do trabalho. Um outro problema é que as próprias mulheres viam o trabalho com preconceito, tendo em vista a construção cultural em que estavam inseridas. De acordo com Lipovetsky (2000), essa realidade foi superada apenas depois que a liberdade sexual deixou de ser percebida como imoralidade.

Na imprensa brasileira, o ano de 1975, marcou o surgimento do primeiro jornal feminista alternativo que se tornou um espaço voltado ao despertar da mulher para as ideologias feministas. O jornal pautava questões como a luta contra a ditadura e a violência doméstica, o direito ao aborto e a manifestação da sexualidade.

O editorial do número zero do jornal, publicado em 9 de outubro de 1975, ao esclarecer seus objetivos, principalmente em sua primeira frase, criou muita polêmica: [...] queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. (LEITE, 2003, p. 238).

As emissoras de rádio brasileiro, desde sua consolidação, receberam muitas mulheres em sua rotina de trabalho, porém tal situação ocorreu nas radionovelas e musicais e não exatamente nas funções da radiodifusão. Nestes programas as mulheres eram retratadas de acordo com as regras de boas maneiras da época. Contudo, as equipes das emissoras eram majoritariamente masculinas.

Atualmente, a mulher conseguiu ampliar a sua participação no mundo do trabalho. Apesar disso, há setores da comunicação em que a atuação feminina ainda é pouco explorada. A televisão abriu as portas para as comunicadoras, mas o universo radiofônico ainda é um ambiente predominantemente masculino, sobretudo, nas cidades do interior. Cabe ressaltar que, apesar da televisão ter um número maior de mulheres, poucas delas conseguem chegar a cargos de maior responsabilidade, como os de direção.

Em artigo que analisa a inserção das mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação europeus, Ross (2017) destaca que, como em várias áreas da vida social, econômica e cultural no século XXI, o número de mulheres em cargos com poder é muito baixo, principalmente quando comparado com a força de trabalho do setor analisado. Em consonância, Abreu & Rocha (2006) analisaram o mesmo fator ao entrevistar para o CPDOC jornalistas que atuam na televisão brasileira:

Se antes a barreira que as mulheres enfrentavam nos jornais era para entrar, não há dúvida de que esse obstáculo foi vencido. A partir dos anos 70, elas se qualificaram com o diploma universitário de jornalismo ou comunicação e com isso tiveram acesso ao emprego. Hoje algumas são secretárias de redação, chefes de sucursal e responsáveis por colunas de prestígio. No entanto, até hoje são raras as mulheres que participam do conselho editorial das empresas jornalísticas e que chegam ao posto de editora-chefe. Em geral não passam do nível de gerência média. (ABREU & ROCHA, 2006, p.11)

Em seu Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo da UFRGS, Luz (2015), ao ponderar sobre as razões que a levaram a pesquisar sobre as mulheres que trabalham na rádio e na televisão nas editorias esportivas, conta que trabalhou em dois veículos de comunicação vislumbrando um espaço nos setores que cobrem esporte. O objetivo era chegar a reportagem, contudo a jornalista não foi além da produção.

Não sou a primeira mulher que encontra barreiras no meio. A redação esportiva no rádio ainda é um ambiente pouco habitado por elas. Na televisão isso, aos poucos, está mudando. Mas as mulheres ainda precisam superar obstáculos, tanto junto às fontes, como no convívio com os colegas (LUZ, 2015, p. 8).

A Rádio Federal FM, por exemplo, foi inaugurada em 8 de janeiro de 1981 com uma equipe composta por homens em sua totalidade. No decorrer da sua história, a

Rádio teve a participação de cerca de vinte profissionais homens em seu quadro técnico e apenas sete mulheres. Dessas sete, três estão ligadas aos serviços administrativos e apenas quatro desempenharam as suas funções como radialistas. Como já citado, para a dissertação de mestrado, essas quatro trabalhadoras foram entrevistadas. Vera Lopes, que entrou na Universidade em 1983, como diretora de produção, foi a primeira diretora mulher da Rádio Federal FM, em 2013, ficando no cargo até a sua aposentadoria em 2014. Sobre as suas experiências em veículos de comunicação, Vera Lopes (2017) diz que geralmente eram ambientes com muitos homens.

A rádio é um ambiente muito masculino, não só da Rádio Federal, mas todas as rádios que eu frequentei, para te falar a verdade, é um ambiente muito masculino e sempre tem aquela imposição do empoderamento do macho e as mulheres vão abrindo espaço meio a fórceps, não é fácil, não foi fácil, porque ninguém dá espaço, ninguém dá poder, isso é uma coisa que tu tens que conquistar, ou porque tu és eficiente, ou porque tu és abusada mesmo, ninguém vai dividir poder contigo.

Já a jornalista aposentada Zari Machado (2018) assumiu como assistente administrativa da Universidade Federal de Pelotas em 1977, trabalhando inicialmente como secretária da Faculdade de Biologia. Em 1983, após formar-se em Jornalismo, a servidora assumiu a função de redatora na Rádio Federal FM.

Teresa Cunha entrou por concurso em 1990 e assumiu o cargo de jornalista, trabalhando por um ano e meio na emissora. Depois deste período, Teresa foi convidada a chefiar a Assessoria de Imprensa, se dedicando um ano a essa função. Após enfrentar problemas dentro da instituição, a servidora acabou saindo da Universidade através do Plano de Demissão Voluntária, já que pensava estar sendo subaproveitada em sua função. Teresa Cunha (2018) também conta, em sua narrativa, que as redações das rádios tinham mais trabalhadores homens, mas declara que não teve dificuldades relativas a isso. Segundo a jornalista, eram “poucas mulheres trabalhando no rádio, se tu comparares com o número de homens é muito pouco. Eu não tenho do que me queixar, para mim sempre foi boa a relação, de respeito...”. Para ela, gostar de trabalhar com homens foi um fator que a ajudou a ter uma boa relação com os colegas.

Um fato revelado em sua narrativa foi a sua participação na equipe de Futebol da Rádio Tupanci, por volta do ano de 1977. Segundo Teresa Cunha, possivelmente

ela foi a primeira mulher a participar da jornada esportiva em uma rádio da cidade. Ao descrever a sua experiência, revela que a participação era muito pequena:

E quando eu trabalhei lá na Tupanci, além de fazer essa parte das notícias, eu também entrei no futebol, então era muito interessante porque a equipe era toda masculina, acho que tinha uns 4 ou 5 e eu de mulher e eu ia para o estádio com eles e era muito legal porque eles conseguiram um banquinho baixinho para eu sentar, ali dentro do campo com eles, na beirada, então eu ficava ali sentada com eles, assistindo ao jogo, na época claro que eu não me animava a falar muito sobre o que estava acontecendo, mas eu ficava ali sentada...

A radialista destaca que à época ainda eram poucas as discussões sobre o feminismo e, por isso, essas questões não eram observadas com a profundidade que o tema alcançou na atualidade.

Porque naquela época não tinha muito essa coisa de feminismo... a gente não fazia essa separação, eu mesmo só fui entender mais o que era isso, quando eu voltei pela segunda vez para Brasília, no ano 2000, que eu fui trabalhar com a senadora que relatou a Lei Maria da Penha, a Lucia Vania, de Goiás e aí é que aquilo me abriu para essa questão da violência contra mulher.

Atualmente, apenas uma radialista integra o corpo da Rádio, a locutora Maria Alice Estrella que ingressou como assistente administrava em 1993, trabalhando na Reitoria da Instituição. Maria Alice, que à época declamava poemas, foi convidada a trabalhar na rádio em 1995, por ter uma boa voz. Estrella lembra como foi o seu teste para a função de locutora da emissora:

Eu ingressei na rádio fazendo um teste para saber se a minha voz era uma voz audível, era uma voz compatível com o microfone. Foi muito interessante porque o meu primeiro teste durou quatro horas, apenas com uma lauda, eu não tinha tido experiência dentro de um estúdio de rádio. Eu já tinha sido entrevistada, em outras ocasiões, mas era uma coisa assim bem mais fácil. Naquele momento parecia assim que eu, fechada numa sala no estúdio, com uma porta à prova de som, só com um telão na minha frente, vendo as pessoas do outro lado e eles me orientando como eu tinha que postar o meu corpo, como eu tinha que pronunciar as palavras, a maneira de falar... foi muito interessante, foi um trabalho exaustivo de quatro horas, tipo assim: não é assim, tá errado, repete... Puxaram muito por mim e eu agradeço muito a esses companheiros e colegas que exigiram de mim esse esforço. E sai dali, daquele estúdio sem saber se eu seria ou não aproveitada na rádio, até que ponto a minha voz serviria à rádio.

Através da narrativa da radialista, fica evidente que o ambiente do teste não era confortável (embora ela não tenha sentido isto), tendo em vista que, de acordo

com o seu relato, quatro homens passaram quatro horas exigindo um esforço da entrevistada.

Em Pelotas, nos registros do Diário de Campo que está sendo constituído para esta pesquisa, foram identificadas desde a inauguração da primeira emissora pelotense, em 1925, apenas dezenove mulheres radialistas. Nas rádios comerciais e educativas foram identificadas: Maria Clara Michels Pinho, da Rádio Pelotense, Fátima Salois, da Rádio Tupanci, Dora Elisa (nome artístico ou codinome), da Rádio Pelotense, Cleusa Pimenta (falecida), da Rádio Universidade, Rádio Pelotense e Nativa de Rio Grande, Cláudia Rodrigues, da Rádio Alfa e Cultura, Heloisa Helena Correa, da Rádio Cultura, Candinha Rocha (falecida), da Rádio Pelotense, Malu Madeira, da Rádio Pelotense, Marlene, da Tupanci, Regina Macedo, da Rádio Cultura, Nara Beatriz, da Rádio Tupanci e Vanda Leite, da Rádio Nativa.

Em contrapartida, uma rádio comunitária da cidade, a RadioCom, inaugurada em 1998, a partir da iniciativa de algumas pessoas e sindicatos de trabalhadores de Pelotas é a única que possui um programa feito exclusivamente por mulheres. Trata-se do programa Lua Sangrenta, produzido por um coletivo de mesmo nome, composto por mulheres do movimento feminista de Pelotas. Outro diferencial é o número de mulheres que emprestam as suas vozes à emissora: cerca de dez mulheres, quase o total de mulheres que trabalham ou trabalharam nas outras emissoras durante toda a história do rádio em Pelotas. Entre as radialistas estão: Heloisa Duarte, conhecida como Dj Helô, Vanessa Silveira, Ediane Oliveira, Betânia Dédalos, Helena Oliveira, Tais Galindo e Jéssica Porciúncula.

Atualmente, verifica-se que a presença de mulheres é quase nula se comparada ao homem. Esta realidade contrasta com o número de mulheres que cursam Jornalismo nas Universidades, que é superior ao de homens.

É difícil avaliar em que medida as mudanças no perfil educacional das mulheres as têm beneficiado em termos de inserção no mercado de trabalho e na geração de renda. Há avanços inegáveis, mas também fortes persistências no que diz respeito às desigualdades de gênero. (ABREU et. al., 2016, p.151)

Em Pelotas, foram identificadas poucas pesquisas que trabalham com o Rádio em geral e nenhuma delas trata de questões de gênero. Já no que diz respeito ao restante do país, em pesquisa sobre a presença feminina no radiojornalismo cearense, Paiva (2017) conta a história da primeira mulher a trabalhar com

radiojornalismo no Ceará, na década de 1980, Adísia Sá, que inicialmente foi impedida de trabalhar por sua mãe pelo fato da emissora possuir apenas trabalhadores homens, depois teve o apoio de seu pai para tornar-se jornalista.

Outro estudo que aborda a presença feminina nas rádios de Chapecó-SC, mostra a mesma realidade. Pagliosa e Hermes (2018), identificaram 80 homens que trabalharam nas rádios da cidade, em contrapartida a apenas 22 mulheres.

A estimativa é que os homens que atuam no rádio têm salários maiores que as mulheres, por desempenharem mais funções ou por possuírem espaços terceirizados. Já as mulheres não conseguem fixar-se em mais de uma função, por dois fatores: poucas mulheres recebem esta oportunidade e, geralmente, a conquista de mais espaço é condicionada a venda de publicidade. (PAGLIOSA & HERMES, 2018, p.14)

Em outro artigo, Schuster & Pedrazzi (2008), pesquisam a presença feminina nas rádios de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul. Na investigação realizada nas duas rádios do município, concluiu-se que na Rádio Comunitária, oito mulheres trabalharam desempenhando a função de locutoras. Contudo, na Rádio Luz e Alegria, nenhuma mulher foi identificada durante os 40 anos de história da emissora. Em suas conclusões, a dificuldade de conciliar a profissão, a vida pessoal e o trabalho na rádio são algumas das razões elencadas pela autora, tendo em vista que não é possível para a mulher manter-se apenas com o trabalho de locutora, devido aos poucos rendimentos.

Em pesquisa que aborda o tema das mulheres no jornalismo esportivo de rádio e televisão em Porto Alegre, Luz (2015) pondera que os movimentos sociais feministas conseguiram importantes conquistas, porém existem barreiras ainda muito difíceis para as mulheres. É o caso do futebol que, segundo a autora, teve a participação das mulheres proibida em alguns momentos da história do país. Em 1941, o Conselho Nacional de Desportos proibiu a participação de mulheres em algumas modalidades esportivas. Já em 1965, a participação das mulheres foi proibida no futebol.

Na televisão a abertura para a participação das mulheres nas coberturas esportivas está maior, mas o rádio segue sendo um ambiente laboral preponderantemente masculino. Contudo, para além da análise quantitativa da inserção das mulheres nos ambientes radiofônico e das diferenças biológicas que associam papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, este projeto de

pesquisa quer também analisar as relações de gênero e de poder que são estabelecidas na sociedade e refletidas nesta área, tendo em vista que:

As mulheres não são passivas nem submissas [...] Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência [...] Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (PERROT, 1988, p.212)

É neste sentido que esta pesquisa busca as contribuições que as mulheres deram para o rádio pelotense, transpassadas por todas as dificuldades, diferenças e discriminações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em fase inicial a pesquisa, para além de analisar a presença das mulheres no ambiente radiofônico, tem o propósito de analisar as trajetórias dessas mulheres, as dificuldades pelas quais foram expostas nestes ambientes, as opressões que precisaram lidar para permanecer na profissão. Além disso, tendo em vista as diferenças de realidades encontradas em rádios convencionais e comunitárias, surge também a necessidade de investigar em que medida a linha editorial e os conteúdos das emissoras de rádio pelotenses influenciaram a inserção de mulheres em sua grade de programação para compreender as desigualdades de gênero neste ambiente.

Para isso, será importante a pesquisa sobre a história das Rádios AM e FM de Pelotas, identificando as linhas editoriais de cada emissora e as trabalhadoras mulheres que desempenharam/desempenham funções de radialista.

A construção das fontes para a pesquisa foi afetada pela Pandemia da Covid-19, devido a necessidade das entrevistas. Contudo, como a sociedade está passando por uma grande transformação, a metodologia de História Oral também está se adaptando e já admite a realização de entrevistas orais à distância, utilizando as novas tecnologias, em casos em que seja a única forma de viabilizar a pesquisa. Desta forma, serão iniciadas as entrevistas no primeiro semestre de 2021.

FONTES ORAIS

Maria Alice Estrella. Radialista. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2017.

Maria Teresa Cunha. Jornalista e Radialista aposentada. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na Câmara dos Vereadores, Pelotas, 2018.

Vera Lopes. Radialista aposentada. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2017.

Zari Machado Gonçalves. Jornalista e Radialista aposentada. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa de sua mãe, Pelotas, 2018

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; OLIVEIRA, Maria Coleta F.A de; VIEIRA, Joice Melo; MARCONDES, Glaucia dos Santos. Presença Feminina em Ciência e Tecnologia no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ABREU, Alzira Alves de; ROCHA, Dora. **Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. FGV Editora, 2004.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: M. N. Strey, S. T. L. Cabeda & D. R. Prehn (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas** (Coleção Gênero e Contemporaneidade, Vol. I, pp. 13-38), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. In: **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012

GILL, Lorena Almeida. **A luta de Olga por seus direitos: imigração, saúde e trabalho de mulheres em Pelotas**, RS (década de 1940). História [online]. 2019, vol.38, e2019003. Epub Jan 31, 2019. ISSN 0101-9074. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2019003>.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234, jan. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2003000100014/8721>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

LIPOVETSKY, G. A. **A terceira mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Laura Becker da. **Em busca de espaço: Mulheres no jornalismo esportivo em rádio e televisão**. Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

PAGLIOSA, Lidiane; HERMES, D. **O Rádio em Chapecó-SC: um mercado ainda predominado por homens diante da frágil participação feminina**. Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2018

PAIVA, Ana Vitória Reis Coutinho. **Presença feminina no radiojornalismo cearense**. Encontros de Iniciação Científica UNI7 v. 7, n. 1, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das Mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSS, Karen. **As mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação europeus**. *Media & Jornalismo*, n. ° 30, vol. 17, n. ° 1, p. 63, 2017.

SCHUSTER, Aline Josiane. PEDRAZZI, Fernanda Kieling. **Mulheres no rádio: uma investigação sobre a presença feminina nos microfones das rádios de Frederico Westphalen**. Anais do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2008.

Capítulo 9

**AUTORITARISMO E
AMÉRICA LATINA EM
DISCURSOS
PARLAMENTARES
BRASILEIROS (2014)**

Kauê Pisetta Garcia

AUTORITARISMO E AMÉRICA LATINA EM DISCURSOS PARLAMENTARES BRASILEIROS (2014)

Kauê Pisetta Garcia

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História – PPGH/UDESC. Bolsista
FAPESC. E-mail: pisettagarcia.hst@gmail.com*

Resumo: Este trabalho propõe-se a discutir a forma como parlamentares brasileiros mencionam a América Latina ao falar sobre autoritarismo e direitos humanos. Para pensar este assunto, parto dos Anais da Câmara dos Deputados, e o recorte cronológico escolhido são os meses de março e abril de 2014. Tal escolha se dá por se tratar do momento no qual o golpe militar de 1964 completava 50 anos e isto, juntamente com o fato de que haveria eleições gerais naquele ano e que a presidenta Dilma Rousseff, que fizera parte de grupos armados de oposição à ditadura, buscava a reeleição, tornava o assunto bastante presente no debate público brasileiro. Não é raro que, ao defender o regime ditatorial brasileiro, parlamentares se utilizem de comparações com outros países da América Latina, em especial aqueles que possuam governos de esquerda. Quando são estes os casos, é comum que sejam feitas acusações de violações de direitos humanos nestes países como forma de relativizar – e até mesmo justificar – os crimes cometidos pelos agentes da Ditadura; também é usual que estas menções sejam feitas de forma a invocar um sentimento de anticomunismo que legitimaria o rompimento da ordem democrática ocorrido em 1964. A compreensão dos usos deste tipo de discurso torna-se ainda mais significativa no momento atual, onde vê-se a ascensão de políticos da extrema-direita, pois permite inferir sobre as possíveis relações Brasil-América Latina em governos comandados por estes indivíduos.

Palavras-chave: Autoritarismo. América Latina. Ditadura Brasileira. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A ditadura brasileira nunca deixa, de fato, de ser tema de debates e discursos no Congresso Nacional, o que pode ser verificado a partir de uma busca superficial nos Anais da Câmara dos deputados, por exemplo. Contudo, é seguro afirmar que existem momentos nos quais este tipo de discussão é mais frequente e o tema é alvo de falas mais contundentes. Um destes momentos, sem dúvida é efeméride da passagem de 50 anos desde o golpe de estado que depôs João Goulart em 1964.

Datas como estas proporcionam fontes interessantes para estudar estes eventos históricos pois, como bem disse Steve Stern (2000), se tratam de momentos e fatos tão marcantes que exigem comentários, interpretações e explicações – mesmo que sejam comentários, interpretações e explicações mentirosas e desinformativas. A análise do que se falava sobre a ditadura neste contexto permite um vislumbre interessante as intersecções entre esta temática e o contexto no qual os autores dos discursos estão inseridos. O que se propõe neste trabalho é a discussão das formas como este interesse público se manifestava no Congresso Nacional e dos temas que tangenciavam o assunto nas falas de parlamentares brasileiros, assim como a relação que se fazia deste tema com discursos sobre outros países da América Latina.

As fontes para fazer tal discussão são os Diários do Congresso Nacional, publicados *on-line* no site oficial da Câmara dos Deputados. Os Diários são os registros institucionais das sessões da Câmara Federal. Neles são transcritos, entre outras coisas, os projetos de leis discutidos, sejam eles originados na própria Câmara, no Senado Federal ou na Presidência da República. Também são registrados nestes documentos, os votos, discursos, debates e homenagens feitas por deputados e deputadas na tribuna. Foram analisadas as transcrições das sessões ocorridas próximas do “aniversário” do golpe militar de 1964: entre 15 de março e 15 de abril de 2014. Dentro destas sessões, foram levados em conta para o presente trabalho discursos que mencionassem a ditadura ou autoritarismo de alguma forma, seja diretamente ou indiretamente, e que mencionassem também países do subcontinente latino-americano.

Para o entendimento do trabalho aqui apresentado, é necessário que se compreenda, ao menos de maneira superficial, alguns dos ritos do Congresso Nacional. Em especial, creio ser importante diferenciar as possíveis definições da palavra “sessão” quando o assunto é Câmara ou o Senado Federal, a fim, também, de facilitar o diálogo entre este artigo e outras obras que venham a se debruçar sobre temas semelhantes. O primeiro destaque importantíssimo a ser feito é a diferenciação entre “sessão legislativa” e “sessão da Câmara”: a primeira é o nome dado ao calendário de trabalho legislativo anual, ou seja, é usada para designar um ano inteiro dos trabalhos da Câmara; a segunda é como se chamam as reuniões plenárias. Vale incluir que nenhuma das duas é sinônimo de “legislatura”, termo que significa o período de quatro anos dos mandatos dos deputados e deputadas. Quando me referir

à “sessão” neste trabalho, portanto, estarei falando sempre das reuniões, aquelas que são transcritas nos Diários do Congresso Nacional. Por fim, outra diferenciação necessária é entre os diferentes tipos de sessões da Câmara: preparatórias, deliberativas e não deliberativas. As preparatórias acontecem no primeiro e no terceiro ano dos mandatos dos deputados, quando são eleitos os membros da mesa diretora e a presidência da Casa. Deliberativas são as sessões “padrão” nas quais acontecem discussões e votações de projetos de lei. E as não-deliberativas são aquelas em que podem ocorrer debates e os parlamentares podem usar a tribuna para discursar, mas não há discussão ou votação de projetos de leis. Estas duas últimas são fontes para o artigo aqui apresentado, podendo ainda serem subdivididas em categorias mais específicas, conforme o Regimento Interno¹¹.

Para a análise dos discursos políticos, apoio-me nas elaborações de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009) acerca do uso de discursos e pronunciamentos como fontes históricas, em que o historiador recomenda uma análise “externa” e uma “interna”. A externa, neste caso, seria considerar o discurso dentro do contexto no qual foi pensado e proferido, como um produto da sociedade brasileira naquele momento, mas também como algo direcionado a esta sociedade específica e aos demais políticos que ouviam tais discursos – e mesmo a população que poderia acompanhá-los por meio da TV Câmara ou ouvir trechos na Voz do Brasil. A análise interna, por sua vez, seria encarar o discurso como algo por si só, também, analisando seu conteúdo, seus temas, suas possíveis intenções e até mesmo a forma como ocorre sua enunciação. Para isso, é necessário que sejam estudados diversos discursos de um mesmo contexto, compreendendo assim as regras que limitam e definem a produção destas falas.

O discurso não é transparente, não é uma lente ou um espelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente. O texto dos discursos tem uma espessura própria, tem uma existência própria, tem regras de constituição e de produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada. Ele não é apenas reflexo de estruturas que o transcendem, mas possui estruturas imanentes que o sustentam e lhe dão inteligibilidade, lógica,

¹¹ Segundo o Artigo 65 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as sessões deliberativas podem ser ordinárias (ocorridas de terça à quinta-feira iniciando às 14h) ou extraordinárias (ocorridas em outros dias e horários); já as sessões não-deliberativas poderiam ser de debates (ocorridas nas segundas ou sextas, organizadas de maneira similar às deliberativas ordinárias, mas sem discussão e votação de projetos de lei) ou solenes (comemorações ou homenagens) (BRASIL, 1989).

coerência, consistência, singularidade. Os discursos e os pronunciamentos não se singularizam, não ganham especificidade apenas por aquilo que lhe é exterior. A temporalidade e a historicidade de um discurso ou de um pronunciamento não se verificam apenas por aquilo que os cerca, mas estão inscritas e permitem a escritura do próprio texto (ALBUQUERQUE, 2009, pp. 237-238).

Paralelamente ao texto de Albuquerque Júnior, o estudo dos discursos políticos também se baseia metodologicamente em Céli Pinto (2006 e 2017). A autora traz elementos e discussões enriquecedoras este debate em específico, assim como faz uma análise de trajetórias discursivas que pode ser comparada às mudanças nos posicionamentos dos parlamentares brasileiros ao longo do tempo. Dentre os conceitos trazidos por Pinto, o de maior importância para a pesquisa proposta seria a ideia de discurso – e em especial a diferenciação do discurso político para outros tipos de discursos.

Diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política. E nele, a prática articulatória é muito mais facilmente identificável, pois, ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades (PINTO, 2017, p. 124).

De maneira complementar, vale notar ainda noções como a de cadeia de equivalência, significante vazio e significante flutuante, trazidos pela autora. A primeira consiste da articulação de diversos termos em uma única cadeia, em que a defesa de um ponto passa a significar, também, a defesa de todos os outros, sendo ignoradas as diferenças entre os diversos pontos encadeados. Trazendo para o contexto das análises dos discursos parlamentares, creio que o exemplo mais notório deste tipo de cadeia seria a resistência contra o governo ditatorial: grupos diversos, com posicionamentos inconciliáveis e mutuamente excludentes acabavam por estar lado a lado no combate ao autoritarismo. Já significante vazio configuraria um termo que, pela profusão de significados simultâneos, acaba por se distanciar do seu significado particular. Seria uma palavra ou frase que passa a significar toda uma cadeia de equivalências, como por exemplo o movimento Diretas Já, que superava o significado de defesa de eleições diretas e passava a significar a oposição ao arbítrio da ditadura e o apreço por valores democráticos. Enfim, significante flutuante seria aquele que por

ser abrangente demais, se descola de uma cadeia, possibilitando sua reivindicação por qualquer dos lados do debate político. Para esta pesquisa, o caso mais notório é o da “democracia”, que é usada tanto por defensores da ditadura (ao afirmar que os militares teriam garantido a democracia ao dar o golpe) quanto por seus críticos (que destacavam os elementos antidemocráticos estabelecidos pelo governo instaurado em 1964).

OS “ESPANTALHOS” DE CUBA E VENEZUELA: DISCURSOS PARLAMENTARES BRASILEIROS SOBRE A ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

No caso do “aniversário” do golpe em 2014, assim como fora em outros momentos marcantes, há uma onda de menções ao regime ditatorial que vigorou no país entre 1964 e 1985. Para compreender os pronunciamentos feitos sobre este assunto no Congresso em 2014, é essencial compreender o contexto político brasileiro deste momento. A presidenta Dilma Rousseff estava no último ano de seu primeiro mandato e buscava a reeleição em outubro. Ela enfrentava uma crise política grave, com uma popularidade que vinha piorando desde 2013, quando ocorreram manifestações generalizadas pelo país. Estes protestos também escancaravam uma crise representativa e uma crescente desconfiança da sociedade brasileira nas instituições democráticas do país. Os opositores do governo Dilma, ainda que em parte também sofressem desconfiança por serem parte da máquina política, viam na presidenta um alvo fácil, e usavam de diversificados artifícios argumentativos para promover suas agendas políticas e criticar decisões de Dilma e dos governos petistas. O governo, por outro lado, vinha em uma situação delicada, buscando maneiras de contornar os obstáculos apresentados e costurar alianças que permitisse uma vitória nas eleições de 2014. Neste contexto, o ambiente é perfeito para usos políticos da memória da ditadura, principalmente ao levar em consideração a associação praticamente imediata que se fazia entre a imagem de Dilma Rousseff e a luta contra o regime autoritário instaurado em 1964. A oposição fazia discursos criticando supostos crimes associados à esquerda armada, enquanto a base governista de esquerda destacava o valor da luta pela democracia travada por Dilma em sua juventude.

O outro tema central deste artigo, os discursos destes parlamentares sobre países latino-americanos, também é explicado pelo contexto corrente do período. Tratava-se de um momento onde dois países da região ganhavam um destaque maior do que outros: Cuba e Venezuela. Os discursos mencionando estes países, de maneira a criticar a esquerda e, em específico, neste momento, os governos petistas, não eram raros antes e nem deixaram de ser comuns após 2014. Contudo, existem alguns eventos ligados a estes países que faziam com que fossem ainda mais lembrados.

Quanto a Cuba são dois fatos principais que incitam o debate sobre o assunto. O primeiro deles é o Programa Mais Médicos, do governo federal, que tinha por objetivo trazer médicos estrangeiros para suprir necessidades em cidades onde não houvesse profissionais brasileiros ou onde estes não tivessem interesse de atuar. Um dos países que enviou médicos ao Brasil foi Cuba, o que gerou revolta em setores da categoria dos profissionais da saúde brasileiros. Outro tema relacionado à ilha caribenha foi o do Porto de Mariel, construído no país por meio de um empréstimo feito pelo BNDES.

Em relação à Venezuela, o tema central era a crise política e econômica que duraria por vários anos e iniciava naquele momento. A partir de fevereiro de 2014 o país foi palco de numerosos protestos, geralmente críticos ao governo de Nicolás Maduro. As motivações principais foram aumentos nos índices de criminalidade e no custo de vida, e também na escassez de produtos básicos de alimentação de higiene. Seria este último ponto o mais usado no parlamento brasileiro.

Alguns personagens se destacam quando o assunto são as menções à Cuba e Venezuela neste contexto. Um tipo de discurso que ocorre bastante, como seria esperado, é o de defesa da ditadura brasileira em contraponto aos problemas observados nos governos de Nicolás Maduro e Raul Castro, citando-os como exemplo do que poderia ter acontecido ao Brasil caso não houvesse a intervenção antidemocrática dos militares. Este tipo de pronunciamento possibilita uma análise que creio ser interessante, a partir dos conceitos elencados por Céli Pinto. Creio que neste tipo de fala, vinda de deputados de uma direita defensora do autoritarismo, configura-se o “comunismo” como um significante vazio. Ao criticar a ideia que chamam por este nome, não se está criticando necessariamente ideias ou grupos

marxistas revolucionários, mas sim pessoas com posicionamentos contrários à ditadura como um todo, ou então simplesmente defensores de políticas de distribuição de renda ou igualdade social. Há até mesmo que se destacar discursos, como o feito por Jair Bolsonaro (PP-RJ)¹² no dia 21 de março de 2014, em que se contrapõe a mera proximidade do governo brasileiro com o cubano para afirmar a defesa do regime ditatorial.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) – [...]

Vivemos agora uma crise de energia. Só no Governo do General Médici, aquele que aniquilou a Guerrilha do Araguaia e evitou que houvesse um massacre no coração do Brasil, construiu 15 hidrelétricas. Geisel e Figueiredo, depois, construíram outras tantas, entre elas Itaipu Binacional.

Que obra o PT fez nessa área até hoje? Nenhuma! A única obra do PT ao longo de 11 anos foi o porto de Cuba. Agora, a outra grande obra que está sendo comprovada é a desconstrução da Petrobras, através de roubalheira praticada...

Bolsonaro é o mais eloquente defensor do regime no período analisado. O deputado tenta obstruir a realização de homenagens às vítimas do regime e faz defesas de aspectos diversos da ditadura, quase sempre como forma de criticar os governos petistas e, de certa forma, exaltar a própria trajetória enquanto militar.

Há de se notar, contudo, que o tema não era monopolizado por esta extrema direita, e nem eram necessariamente todos os discursos que associavam a ditadura ocorrida no Brasil com as situações de países latinos que o faziam de maneira a defender o autoritarismo brasileiro abertamente. É o caso de Augusto Carvalho, do Solidariedade do Distrito Federal no dia 31 de março de 2014.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SDD-DF. Sem revisão do orador.) – [...]

Hoje, 31 de março, faz 50 anos do fatídico dia que nos separa daquela ruptura da ordem constitucional, o golpe militar que, por longos anos, mergulhou o País nas trevas, com uma história de tortura, de assassinatos e de repressão de toda natureza: fim da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião; perseguição aos intelectuais, aos sacerdotes e a todos os que foram

¹² A carreira de Jair Bolsonaro é marcada pela troca de partidos. Ao longo dos anos, já havia estado em agremiações como PDC, PTB e PPR. No momento aqui analisado, Bolsonaro era deputado pelo PP fluminense, mas viria a sair do partido ao longo do mandato, indo para o PSC e posteriormente para o PSL, pelo qual se candidataria à presidência em 2018, mas viria a deixar o partido no primeiro ano de mandato.

demonizados pelos militares naquela fúria anticomunista que se implantou no País a partir de 1964. Essa repressão teve momentos de intensificação a partir da implantação do Ato Institucional nº 5.

[...]

Por exemplo, quando os comunistas, forças ponderáveis da Esquerda ou a única força de esquerda daquele momento proclamavam a necessidade de prorrogação ou de um segundo mandato para João Goulart por cima da Constituição.

Havia segmentos também golpistas dentro da Esquerda, e a Direita – claro – sempre conspirando desde o momento em que não aceitaram a posse do Vice-Presidente João Goulart em substituição ao renunciante, Presidente Jânio Quadros.

[...]

Vemos ainda na América Latina, aqui pertinho de nós, a Venezuela, que se aproxima de um momento muito grave, uma crise sem precedentes, com perseguições, assassinatos, violações dos direitos humanos, que nós imaginávamos que fosse página do passado. Aquelas ditaduras do Cone Sul infelicitaram a vida de brasileiros, de chilenos, de argentinos. Agora vemos um processo de crescente violência do Governo Maduro contra os setores da sociedade que clamam por democracia, que não aceitam a violação sistemática dos direitos humanos[...]

Lamentavelmente, vemos que o Brasil deixa o seu protagonismo, não exerce a liderança que reclama nesse momento grave da vida daquele povo irmão.

São reflexões que nós fazemos sobre esse passado obscuro, que nunca mais queremos ver repetido em nosso País, que, lamentavelmente, pesa sobre o povo irmão da Venezuela. Esse espectro de possibilidades terríveis poderá se consumir caso a escalada de violência, a omissão internacional e a paralisia da diplomacia brasileira não se façam sentir. Devemos agir rapidamente para criar soluções políticas, diplomáticas que levem à superação deste momento em que grupos armados são concitados pelo Presidente da República, o Sr. Nicolás Maduro, para o extermínio de opositores, para o confronto em flagrante desrespeito da legalidade naquele País.

Espero que o Itamaraty, que já tarda em assumir a sua posição, Sr. Presidente, diante desse passado que a nossa própria Presidente Dilma, combatente que foi da luta armada contra os golpistas do Brasil, apelando

inclusive para a sua vida pregressa, possa fazer com que a nossa chancelaria exerça a liderança, exerça os movimentos possíveis para que a Venezuela trilhe o caminho da democracia, busque o caminho da conciliação e possa ser um dos alicerces da democracia, um dos santuários da prática do respeito aos direitos humanos, das liberdades democráticas, da liberdade de imprensa, pilar desse Estado democrático de direito, Sr. Presidente.

Este é um dos discursos mais interessantes para pensar as discussões que se fazem sobre os temas neste momento histórico. O autor faz diversas menções ao regime ditatorial brasileiro, ao governo petista e aos problemas enfrentados pelo país vizinho. Creio ser exemplar para compreender a complexidade dos discursos que se faziam sobre o tema. Ao mesmo tempo em que deixa claro seu rechaço pela ditadura e pelas violações dos direitos humanos, usa do discurso de que haveriam golpistas de todo lado do espectro político, tirando, de certa maneira, o peso da intervenção feita pelos militares. Ao mesmo tempo, que exalta às ações de Dilma Rousseff contra o regime autoritário em sua juventude, é crítico da relação de seu governo com a Venezuela, acreditando que o Brasil estaria cedendo seu protagonismo na região ao se omitir da crise que lá ocorria. Este discurso traz ainda mais um elemento interessante dos discursos analisados: o “paternalismo” brasileiro com seus vizinhos. Ainda que sutil, a mensagem de Augusto Carvalho é perceptível: o Brasil deveria intervir para solucionar a crise venezuelana “de todas as maneiras possíveis”

O último discurso que destaco neste artigo é o de Paulo Foletto, do PSB do Espírito Santo no dia 21 de março de 2014. Nesta fala, o deputado, que não é de um partido normalmente associado à direita¹³, faz duras críticas ao programa Mais Médicos e associa Cuba ao trabalho escravo.

O SR. PAULO FOLETTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – [...] Sou médico e votei contra o programa por dois motivos: nós rasgamos a legislação que permitia o exercício da profissão médica no País; e, na verdade, o Programa Mais Médicos é uma exploração do trabalho humano. O cidadão, no papel, ganha 10 mil reais, só que 9 mil reais são entregues ao Governo de Cuba. E ele fica com uma renda inferior a mil reais.

¹³ O PSB tem divisões geográficas bastante perceptíveis. No Nordeste é normalmente mais próximo da esquerda, possivelmente por influência de Miguel Arraes. No Sul e no Sudeste, se caracteriza por posicionamentos mais fisiológicos e menos ligados a um ou outro campo ideológico. No caso do Espírito Santo, há uma estreita ligação do partido com oligarquias locais.

V.Exa., que é um defensor dos direitos humanos, assim como a grande maioria dos Deputados, há de entender que esse contrato com a OPAS não valoriza o ser humano.

Este discurso explicita, de certa forma, a influência da imprensa nacional nos discursos feitos no plenário da Câmara. A temática dos salários dos médicos cubanos e sobre a sua atuação como um todo era tema de críticas e de notícias falsas ou falaciosas em diversos meios de comunicação nacionais. Esta fala não faz associação direta com a ditadura, mas por se inserir no contexto do “aniversário” do golpe em que menções às violações dos direitos humanos eram frequentes, creio ser seguro deduzir que a referência não era casual.

CONCLUSÕES

O que se percebe facilmente nas análises dos discursos que associam autoritarismo e países latino-americanos é que o tema é apropriado de maneiras diversas para defender posicionamentos políticos completamente diferentes entre si. Há uma inegável efervescência na discussão pública do autoritarismo em 2014, mas não necessariamente uma apreensão do que significou o autoritarismo no Brasil. O que se vê é uma disputa ainda em curso sobre a memória do período, onde defensores e opositores do regime se contrapõem em uma batalha pela versão dominante no debate público nacional.

Quanto às menções a países latinos, percebo dois pontos de destaque: o primeiro em relação a condescendência com a qual se tratam estes países, principalmente a Venezuela, no caso estudado. De certa forma, a impressão que fica destes discursos é de que creem que o Brasil deveria exercer certo imperialismo regional, uma visão que se assemelha até mesmo ao colonialismo, ao defender que o povo venezuelano precisaria ser “salvo” e que seria o papel do Brasil “salvá-lo”.

O segundo ponto é o que permanece presente até o presente: o destes países enquanto “espantalhos”. O uso de um discurso anticomunista para justificar o golpe de 1964 usando Cuba (e Venezuela, nestes casos) é algo que poderia ser encontrado em manifestações da direita nos anos 1960, da mesma maneira que não eixou de ser

extremamente presente nos anos que seguiram o recorte aqui selecionado. Em 2016 este discurso legitimou¹⁴ a deposição de outra presidente eleita democraticamente. Em 2018, uma pesada campanha de notícias falsas foi usada para se fazer acreditar que a democracia brasileira correria risco caso o candidato petista vencesse a eleição, ao invés do defensor de longa data da ditadura, Jair Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel; (Org.); RIDENTI, Marcelo (Org.); MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As Sombras Brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In: VARELA, F.; MOLLO, H. M.; PEREIRA, M. H. F.; MATA, S. (Org.). *Tempo Presente & Usos do Passado*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: Carla Bassannezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. (Org.). *O historiador e suas fontes*. 1ed. São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, p. 223-250.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia* (UFMG. Impresso), v. 32, p. 807-835, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da

¹⁴ Ainda que não seja esta a justificativa técnica, acredito ser seguro dizer que esta ideia estava intimamente ligada ao tipo de discurso que se usou no impeachment de Dilma.

ditadura civil-militar brasileira. *ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE)*, v. 22, p. 115-152, 2015.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan/jun. 2012.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi (Online): revista de história*, v. 14, p. 239-261, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. Porto Alegre: 2004.

JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias?. In: JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*, Espanha: Siglo Veintiuno, 2001.

JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia. Una relación incierta. *Política/Revista de Ciencia Política*, v. 51, nº 2, pp. 129-144, 2013.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha. *PLURAL (SÃO PAULO. ONLINE)*, v. 25, p. 111-134, 2018.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. In: *Varia História*, UFMG, n. 28, dezembro 2012.

MOTTA, R. P. S. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 9, p. 56-70, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, R. P. S.; REIS FILHO, D. A. (Org.); RIDENTI, M. (Org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2004.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses (Londrina)*, v. 8, p. 9-44, 2015.

PINTO, Celi Regina Jardim. *A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015)*. Lua Nova (Impresso), v. 100, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Tempos de pós-democracia: ausência do povo. *TEMPO E ARGUMENTO*, v. 9, p. 472-481, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, no 3, p.3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). O golpe de 1964 e o regime militar. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STERN, Steve J. De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998). In: GARCÉS, Mario et alii (orgs.), Memoria para un nuevo siglo. Chile miradas a la segunda mitad del siglo XX, Santiago: LOM, 2000.

TELES, Edson e QUINALHA, Renan. Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonaroismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Fontes

Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 31, 15/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 32, 18/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 33, 19/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 34, 20/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 35, 21/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 36, 22/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 37, 25/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 38, 26/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 39, 27/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 40, 28/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 41, 29/03/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 42, 01/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 43, 02/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 44, 03/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 45, 04/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 46, 05/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 47, 08/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 48, 09/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 49, 10/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 50, 11/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 51, 12/04/2014.
Diário do Congresso Nacional. Seção I, Ano LXIX, nº 52, 15/04/2014.

Capítulo 10

**BREVES
CONSIDERAÇÕES SOBRE
AS CONTRIBUIÇÕES DE
CAIO PRADO JR., SÉRGIO
B. DE HOLANDA E
GILBERTO FREYRE
PARA A COMPREENSÃO
DA FORMAÇÃO DO POVO
BRASILEIRO**

Caio César Gonçalves de Souza

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO JR., SÉRGIO B. DE HOLANDA E GILBERTO FREYRE PARA A COMPREENSÃO DA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Caio César Gonçalves de Souza

Docente de Sociologia da rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Doutorando em Ciência Política (UBI-Portugal), mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidades (UESB), graduado em Ciências Sociais (UESC), graduando em História (Unicesumar) e especialista em Ensino de Sociologia e Filosofia (Faculdade Alfa América).

Resumo

Neste artigo elaboro breves sistematizações dos pensamentos sobre a formação social, cultural, econômica e política brasileira, por três dos principais intelectuais do século XX. O advogado e historiador Caio Prado Júnior nos traz a ideia de como ocorreu as formações econômica e política do Brasil desde a chegada dos portugueses até o início do século passado. Este agregou ao método de investigação materialista à sua análise historiográfica e política, a partir de sua atuação e vivência no mundo acadêmico e político-institucional. Em Sérgio Buarque de Holanda concentro a análise sobre sua principal obra: “Raízes do Brasil”, de 1936. Como o próprio nome reflete, o intelectual investigou as origens da formação do povo brasileiro, utilizando-se das teorias sociológicas do alemão, Max Weber. Por fim e não menos importante, desenvolvemos de forma breve sobre as contribuições de Gilberto Freyre, tendo construído uma obra inteiramente dedicada à análise das relações sociais no período colonial brasileiro e como essas relações contribuíram para a formação do povo brasileiro no século XX.

1. Introdução

Os pensamentos social e histórico do Brasil tiveram no século XX diversos intérpretes, entre estes, temos o Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, João Ubaldo Ribeiro, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. No presente artigo iremos trazer algumas ideias dos três últimos ideólogos, historiadores, interpretes e pensadores da formação social do povo brasileiro.

Analisar as raízes dessa formação é uma das vertentes mais importantes da História, da Sociologia e das Ciências Humanas no geral. E este aspecto procuramos elencar em breves palavras por aqui, a partir das interpretações dos intelectuais Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., que modificaram para sempre a forma de tentar compreender e como ler as contribuições de diversos povos e de vários acontecimentos históricos nos períodos Colonial e do Império, que fez formar este país e esse povo que o Brasil oferece ao mundo na contemporaneidade.

Não detalharemos aqui a ideia sobre “miscigenação” em si. Contudo, este processo biopsicossocial de misturas de etnias, grupos étnicos ou raças, legou um importante papel de como as diversas contribuições sociais, culturais e políticas destes grupos contribuíram na formação de nossa ideia de Nação. Para diferentes estudiosos e em diferentes momentos, essas análises se modificavam a partir do olhar de quem enxergava a realidade e como distinguia cada contribuição dada por estes indivíduos para a formação do que hoje conhecemos como povo brasileiro.

A ideia de miscigenação foi um conceito pouquíssimo utilizado pelos historiadores até o começo do século XIX, quando se tratava das ideias concebidas acerca das contribuições dos diferentes grupos étnicos sobre a ideia de Brasil independente e como seu povo pensava, agia e se posicionava referente as questões sociais, culturais e políticas locais.

Em 1830 o império brasileiro determinou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que tinha como objetivo escrever a história nacional, estabelecendo assim uma memória e uma visão coletiva e nacional dos fatos ocorridos de 1500 até aquele período, no intuito de estabelecer heróis nacionais, fatos históricos e uma narrativa unificada pelas elites daquele período, no que concerne a história oficial brasileira.

Mas, somente na década de 1930, quando Gilberto Freyre e Sérgio Buarque começam a inverter uma lógica de análise nacional, inaugurado cem anos antes, quando Von Martius vence um concurso do IHGB com a tese “História Geral do Brasil”, onde a ideia de miscigenação era pouco referenciado, e inverte o papel desempenhado pelos povos originários e negros africanos escravizados no país, na formação da forma de pensar e agir de um povo agora ainda mais unificado, ou que pelo menos era essa a ideia dos ideólogos, quando se pensa na miscigenação e seu papel de estabelecer no Brasil um único povo.

Veremos que Gilberto Freyre inicia esta outra forma de ler a miscigenação no país, além de colocá-la em um patamar fora da leitura da população apenas compreendendo as contribuições do povo lusitano em terras tupiniquins. Mesmo lembrando da análise acrítica que o estudioso realizou em sua obra “Casa Grande e Senzala” (1933), principalmente, sobre a colonização, exploração e escravização de povos que os portugueses desempenharam no Brasil.

Freyre ressaltou em suas obras a importância da miscigenação e da falta de orgulho ou, de um certo ar de superioridade da população portuguesa em terras brasileiras, em sua relação sexual, troca de elementos étnicos-culturais e religiosos, que formou uma sociedade miscigenada física e culturalmente.

A obra “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, lançado três anos após a obra de Freyre, o primeiro vai ‘girar a chave’ e emergir uma leitura pouquíssimo feita naqueles tempos: a negatividade das heranças culturais ibéricas no Brasil. Nesta perspectiva ele nos traz a ideia do ‘homem cordial’, aquele que age pelo coração, pela emoção e esquece a razão em seu dia-a-dia. Isso para o historiador serviu, portanto, para atrasar o progresso social, econômico e político brasileiro.

O terceiro grande expoente nessa mudança na análise sobre a formação do povo brasileiro, vem a partir de Caio Prado Júnior e sua obra publicada em 1942, a “Formação do Brasil Contemporâneo”.

Prado Júnior continua a perspectiva de crítica aos portugueses, acerca do caráter de exploração sobre as terras e o povo brasileiro. O historiador com fortes influências marxistas, apresenta que a única função do Brasil no período Colonial era de exportar produtos agrícolas, que hoje chamaríamos de ‘*commodities*’. Assim ele afirma que o Brasil como conhecemos começou com essas características e se arrasta até os dias atuais, tendo seu início com os portugueses e sua chegada em 1500.

Assim a seguir apresentaremos as contribuições destes três teóricos, que mesmo com abordagens diferentes, inovaram a elaboração historiográfica no Brasil no pós-1930.

2. Caio Prado Júnior: o feudalismo e o capitalismo em 1500 que não aconteceram por aqui

Caio Prado Júnior foi um importante intelectual interessado em compreender a história política e social do nosso país tendo sido um dos maiores nomes da historiografia brasileira. O pensador nasceu em São Paulo no dia 11 de fevereiro de 1907, e faleceu em 23 de novembro de 1990. A família fazia parte da elite intelectual e financeira paulistana (uma elite cafeicultora). Em 1928, Prado Júnior se formou em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Em 1942 publicou sua principal obra, o clássico: *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*, divisor de águas da historiografia brasileira. Nesta e nos escritos vindouros visualizamos o desenvolver de duas ideias fundamentais para sua crítica e compreensão da formação do Brasil-nação. A primeira trata-se da fundamentação de que o Brasil surgiu e se desenvolveu da expansão comercial do século XV e que esta teria relação com o capitalismo em formação. A colonização do Brasil, no plano mundial, possuiria aspectos de uma empresa comercial destinada a explorar recursos naturais de um território novo em proveito do comércio europeu. É fundamental entender essa característica porque a captação de recursos naturais do Brasil não vai servir para o desenvolvimento das forças produtivas internas, mas sim para o desenvolvimento das forças produtivas externas, isto é, das metrópoles, Portugal e Inglaterra, principalmente. A segunda ideia é a de que, o Brasil, por conta das marcas da colonização, não teve nenhuma relação com o modo de produção de tipo feudal ou, de modo geral, relações pré-capitalistas, mas que se tratava do desenvolvimento de um capitalismo tipo 'tupiniquim', isto é, da formação de um capitalismo com características próprias. Ao expor essas ideias, Caio Prado Jr. mergulha em diversas polêmicas, tanto no interior do campo político como no campo acadêmico, conforme nos lembram Alcântara; Alcântara (2018).

Então, a primeira herança do Brasil é marcada pelo papel das expansões marítimas comerciais realizadas por empresas comerciais do século XV. A segunda, as pretensões dessas empresas com o território. Inicialmente, segundo Caio Prado Jr., não se tinha a pretensão de povoar o Brasil. Isso quer dizer que, este território tinha como finalidade última apenas o comércio. O povoamento veio por causalidades, pois surgiram novas situações que teriam a ver com a formação de um comércio mais

diversificado e disputas de territorialidade com países também europeus sobre as terras brasileiras.

Sendo assim, logo de início, podemos ver alguns dos aspectos dessa formação: a captação de recursos naturais dos países colonizados para o desenvolvimento das metrópoles pelo intermédio das empresas comerciais (ALCÂNTARA; ALCANTARA, 2018). Compreender essa característica é de fundamental importância porque demonstra que o desenvolvimento do trabalho no Brasil não estará voltado para o desenvolvimento das forças produtivas deste país, mas sim para o desenvolvimento das forças produtivas de outros países – como já apontado, o comércio foi essencial para a expansão do capitalismo (mas não o único elemento) e a dissolução do sistema feudal na Europa.

Sobre a luz dessa exposição e dessas condições, Caio Prado Jr. afirmará que estava se formando um tipo de sociedade inteiramente original. Essa não teria um simples papel de feitorias comerciais, mas terá um forte traço mercantil que pode ser identificado pela unidade de três fatores: o primeiro seria uma empresa do colono branco; a segunda seria um território de produção de recursos naturais de grande valor comercial; e o terceiro seria o trabalho escravo, tanto de negros quanto de povos originários (PRADO JÚNIOR, 2000).

Segundo Souza (2009) a obra pradiana nos revela como o presente se articula com o passado, pois Prado Jr. parte de uma problemática do presente para a reconstituição do passado. Sua tese central seria fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira. Dessa forma, em seu conjunto, destaca quatro pontos centrais nos estudos do intelectual, apresentados resumidamente a seguir:

1 – O sentido da colonização: tema mais constante na historiografia do autor, para ele, o sentido histórico da colonização é resultante de um apêndice do capital comercial europeu a partir do século XVI.

2 – O peso do regime de trabalho escravo na constituição da sociedade brasileira: a escravidão, até o século XIX, determinou a organização do trabalho e da vida, a economia, a política e a cultura. Criou também valores, ideias, padrões, doutrinas, modos de ser, agir e pensar.

3 – A peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado ao: passado não parece ser múltiplo, diversificado, mas presente. A nossa história é, em muitos

casos, uma atualidade, o que é percebida através de heranças do escravismo; das comunidades indígenas, afro-brasileiras e camponesas.

4 – A ideia de revolução: em oposição às interpretações da Terceira Internacional (Comunista) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Prado Jr. negou a presença de um feudalismo no Brasil, ressaltando que o nosso país não necessita de uma revolução agrária e antifeudal para se tornar moderno e capitalista; como foi necessário por exemplo, na Rússia pós-czar.

José Carlos Reis (1999) questiona em sua obra sobre Caio Prado e sua perspectiva acerca da revolução na década de 1960 no país (pré-golpe militar): quando e como começou o Brasil? E responde na esteira da teoria pradiana que o Brasil surgiu no quadro das atividades europeias a partir do século XV; atividade que integrou um novo continente à sua órbita, assim como a África e a Ásia; atividade que acabará por integrar o universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno. A ocupação do Brasil e o seu povoamento só foi um episódio, um pequeno detalhe daquele imenso quadro. A colonização portuguesa na América não foi um fato isolado - é parte de um todo. A perspectiva do historiador é do todo que explica a parte. A parte-Brasil tem um sentido-todo: nossa formação se deu, essencialmente, para fornecer açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e café para o comércio europeu. Nada mais do que isto. Foi com tal objetivo, exterior, para fora, que se organizou a sociedade e a economia brasileiras. A colonização do Brasil foi um problema de difícil solução para Portugal. Faltava-lhe gente e cabedais para se dedicar ao ocasional achado de Cabral. O surto marítimo que ocorreu em Portugal no século XV fora provocado por uma burguesia comercial ascendente sedenta de lucros. Ávida, com o apoio do Rei, esta burguesia começou a sua expansão pela África e a Ásia, em especial as Índias.

O que hoje conhecemos como Índia, séculos atrás se chamavam todo aquele território onde europeus faziam comércio, de as Índias. Este território ocupavam a fantasia portuguesa como uma vaga definição de abundantes riquezas, pois, tinham se tornado a meta principal de Portugal. No meio do caminho das Índias, os lusitanos depararam-se com um território imenso, pouco habitado e de escassas riquezas, inicialmente. Nada havia a ganhar ali nos primeiros olhares. A ideia de povoar veio depois e Portugal foi o iniciador na "colonização efetiva", no povoamento de um novo território. Todos os grandes acontecimentos desta era dos 'descobrimentos ou

achamentos' articulam-se num conjunto que só é um capítulo da história do comércio europeu. A colonização do Brasil é um capítulo dessa história, segundo afirma Reis (1999).

O caráter do início manteve-se dominante através dos três séculos (1500-1700) e acabou ficando gravado profundamente na vida do país. Ter em vista o "sentido da colonização" do Brasil, como Reis (1999) aponta, é compreender o essencial do Brasil desde o seu início. E desde o princípio, integrado à expansão mercantil europeia e exportando para lá os seus produtos primários, produzidos em latifúndios escravistas, o Brasil se configura como capitalista para Prado Júnior.

A economia brasileira nasceu como grande exploração comercial, criada pelo capitalismo mercantil europeu e voltada para o mercado externo. O Brasil sempre compartilhou do mesmo sistema e das mesmas relações econômicas que deram origem ao capitalismo. O escravismo que predominou aqui não é incompatível com o modo de produção capitalista, como afirmava o Prado Júnior (2000). A abolição da escravidão será a culminação de um modo de produção já implantado desde o início. A substituição da mão-de-obra escrava não afetou a natureza estrutural da grande exploração capitalista. No Brasil colonial, predominou a grande propriedade rural que produzia para exportação e não a pequena propriedade explorada por camponeses com uma produção destinada a subsistência e/ou mercado interno. No Brasil não se constituiu uma classe camponesa, que produzisse em pequenas propriedades e em família. O trabalho escravo era coletivo e cooperativo, assim como nas grandes fábricas, e não individual ou familiar, como no feudalismo.

Na exploração comercial colonial, a direção e ocupação na exploração do solo foi exercida pelo grande proprietário e não por um camponês, que não havia. O trabalho escravo satisfaz às exigências do trabalho livre, exceto quanto à liberdade individual do trabalhador de ir e vir e ser contratado e demitido. Ambos, pessoas escravizadas e livres, recebem uma compensação pelos serviços prestados - dinheiro ou concessões várias; e ambos lutam por objetivos comuns: a melhoria desta remuneração. O que significa que o trabalho escravo não foi incompatível, mas "funcional" com a acumulação capitalista na compreensão de Prado Júnior (2000).

Portanto, as relações de produção no campo brasileiro não são feudais. O historiador e advogado afirma que essa relação poderia ser caracterizada como uma

"parceria", isso determina que não seria feudal, então. É uma relação assalariada com remuneração *in natura*. Seria então, uma relação capitalista de produção.

Sua presença não é negativa para a produção - é uma relação capitalista superior e produtiva. O "barracão" e o "cambão" não são feudais, são restos escravistas. No Brasil não existia o que é próprio do regime feudal: a exploração parcelária da terra pela massa camponesa, em que o excedente é extraído através de relações de dependência pessoal do camponês ao senhor. O escravizado aproxima-se do assalariado: é uma força de trabalho que não possui os meios de produção, não decide sobre o produto a produzir, reivindica não os meios de produção, mas melhor remuneração e incentivos. Entretanto, talvez esta arriscada aproximação entre o escravo e assalariado, tentada por Prado Júnior (2000), seja possível a curto prazo; mas, e a longo prazo? O escravo reivindica a liberdade individual, que o assalariado já possui.

A classe dominante brasileira é uma unidade na diversidade, um bloco sem cisões: fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho, usineiros, burguesia industrial e mercantil. Estes homens circulam em várias destas atividades ao mesmo tempo. Não há uma "burguesia nacional", industrial, que se opusesse à burguesia mercantil e ao imperialismo. São aliados, sócios. Mesmo se há tensões e contradições entre estas burguesias pelo mercado, estão unidas fundamentalmente. A burguesia brasileira é heterogênea quanto à sua origem, mas homogênea quanto à natureza dos seus interesses e negócios. Após a Abolição, o sistema capitalista já predominava e se consolidará e uniformizará as relações de produção capitalistas. Integrado, o sistema capitalista leva ao fortalecimento da burguesia - uma classe homogênea, coesa, não cindida por contradições irreduzíveis. Os setores agrário e industrial não se opõem, são ligados. O capital que impulsionou a indústria é de origem cafeeira. Muitos fazendeiros paulistas se tornaram também industriais a partir do século XX. Os setores industrial e agrário não se opõem, mas se entrelaçam e conjugam os seus interesses, como afirma Reis (1999).

Portanto, José Carlos Reis retorna para Caio Prado Júnior para indagar a possibilidade de interpretação da realidade brasileira e traçar o futuro a partir de situações incomparáveis com as nossas. É preciso partir do contexto brasileiro específico para a sua interpretação. Este contexto deve ser considerado dialeticamente, não como eventos exteriores e estáticos, mas como uma transição

dinâmica, um processo que leva do passado ao futuro. Abordada assim, a realidade brasileira atual revelaria uma transição de um passado colonial a um futuro, já próximo, de uma nação estruturada, com uma organização econômica voltada para o interior, moderna. Este fato não deve ser tratado como uma utopia, mas percebido e construído praticamente. Eis o "sentido da história brasileira", que uma teoria especialmente elaborada para abordá-la em sua especificidade revela: da heterogeneidade inicial, da dispersão original, a uma homogeneidade nacional estruturada. Economicamente, o mercado interno deverá superar o externo, o que estimulará a diversificação da produção. Este é o caminho da sociedade brasileira: da sociedade colonial ao Brasil-nação. Realizar esta transição radicalmente é realizar a verdadeira "Revolução Brasileira", que aliás já está em marcha há muito tempo, cravou Prado Júnior (2000).

Esta revolução descrita pelo paulista Caio Prado Júnior, possui quatro etapas: 1ª) a independência política, iniciada em 1808 e consolidada em 1822, quando se começou a estruturar o Estado brasileiro. O país foi articulado em um todo único, individualizou-se em um território unificado. Este foi o primeiro passo da transição da colônia à nação independente político e administrativamente; 2ª) - a supressão do tráfico de africanos (as) em 1850 e a Abolição da escravatura de forma tardia, em 1888, que integraram a grande massa da população trabalhadora à "sociedade brasileira" e a nascente economia de mercado; 3ª) - a partir de 1870, com a imigração europeia e asiática, que trouxe outras experiências técnicas para o trabalho e a distribuição de terras entre os imigrantes, acaba por fim aumentando a produtividade e diversidades nos campos técnico-laboral e cultural dos trabalhadores; 4ª) – por fim, em 1889, com a proclamação da República e a constituição de um Estado e de um Direito burgueses.

Os acontecimentos narrados acima, revelam para Reis (1999) numa análise acerca da elaboração teórica pradiana, o sentido profundo da evolução histórica brasileira: do capitalismo colonial, caracterizado pela produção agrícola exportadora para o mercado externo, pelo escravismo, pelo baixo nível de qualidade de vida e pela ausência de industrialização e mercado interno, ao "capitalismo nacional", caracterizado pelo atendimento das necessidades internas. Da colônia à nação estruturada - é nesta evolução que se incluem, para Prado Júnior, como elos de

ligação de eventos do passado, que explica e desemboca em fatos e na realidade do presente.

Um ponto que gera muita discussão na elaboração pradiana, trata-se da recusa da "tese feudal" e a sua substituição pela "tese capitalista" para o Brasil desde as suas origens. Os defensores da tese feudal afirmarão que a tese capitalista provoca um recuo, uma concessão ao passado brasileiro. É uma tese "atrasada", "reacionária", que privilegia a continuidade do Brasil colonial em prejuízo da mudança socialista. Suas teses protegem a grande propriedade latifundiária da redistribuição.

Alguém pode si perguntar se não é pelo fato de sua família e ele próprio serem grandes proprietários de terras? A tese feudal para alguns teóricos, inclusive Moraes (1991), ela é revolucionária, pois se o Brasil fosse capitalista desde a origem, nenhuma reforma profunda da estrutura agrária brasileira seria necessária. Se o Brasil fosse capitalista, a estratégia política que decorreria dessa tese seria meramente "evolucionista": a agricultura teria necessidade de mecanização e crédito e não de reformas fundamentais. É uma tese reacionária, portanto, afirmam! A tese feudal, a seu turno, teria consequências revolucionárias: o que ela propõe é uma ruptura com um modo de produção vigente e a implantação de um outro, novo; ela propõe a revolução burguesa como uma aceleração do tempo histórico brasileiro, a eliminação do passado, sem concessões aos seus senhores feudais e ao imperialismo, coaduna Reis (1999).

José Carlos Reis subscreve da construção de Moraes (1991), quando este compreende o conceito de "revolução" de Prado Júnior, assentando-se sobre a ideia de "transformação", opondo-se ao emprego da força e da violência para a tomada do poder. Esta concepção "transformista" ou "processual" d'*A Revolução Brasileira*, privilegia a continuidade ao invés de uma ruptura histórica.

Segundo Reis (1999), Caio Prado Júnior desconsidera as relações de produção não capitalistas que predominaram no Brasil durante quatro séculos, para se ater ao sistema capitalista internacional no qual se insere a economia brasileira, já no final do século XIX. A especificidade das relações de produção da sociedade brasileira desapareceu face à perpetuidade do capitalismo desde o início. Sua análise não se refere às condições internas da vida social brasileira, apagando-as no interior das condições externas e internacionais. Daí a compreensão da evolução social do Brasil em termos de continuidade histórica; as mudanças são tratadas como mera superfície

da realidade originária de uma economia colonial articulada em torno do latifúndio exportador.

Costa (2014) nos diz que o subtítulo original de *Evolução política do Brasil* já ressaltava as afinidades teóricas do seu autor: Ensaio de interpretação materialista da história do Brasil. De fato, Caio Prado Júnior promoveu a primeira análise marxista da história brasileira, do período colonial ao fim do Império, no século XIX. O pioneirismo de Prado Júnior consiste em inserir a economia colonial do Brasil no contexto da história mundial.

3. Sérgio Buarque de Holanda: a cordialidade e a diversidade na formação do povo brasileiro

Sérgio Buarque de Holanda, filho de Christovam Buarque de Holanda e Heloísa Gonçalves Moreira Buarque de Holanda, nasceu a 11 de julho de 1902 em São Paulo, no bairro da Liberdade.

Sérgio Buarque de Holanda desenvolveu teorias que mudaram a forma de pensar o Brasil. Escreveu diversos livros e estudos, além de ter prefaciado vários livros e ter colaborado em muitos outros. Exerceu várias funções acadêmicas e ministrou diversas palestras, tanto no Brasil quanto no exterior, como destacam Calais *et al.* (2009).

As teorias históricas e sociológicas de Sérgio Buarque de Holanda, tiveram análises que demonstram o exercício de superar as teorias sociológicas racistas sobre a formação do povo brasileiro produzidas no país até a década de 1930, inclusive com a publicação de *“Raízes do Brasil”* (1936). Este material foi um marco na produção teórica brasileira, ao ponto que outras diversas contribuições para a compreensão da formação do Brasil podem ser retiradas de suas obras e pensamentos.

Nessa o autor identificou uma interessante diferença de migração dos colonos que resultou numa diferente formação dos povos: enquanto os colonos norte-americanos (provenientes do Reino Unido) foram para as terras da América do Norte, especialmente o que hoje conhecemos como Estados Unidos da América, com suas famílias, os primeiros colonos portugueses vieram para o Brasil acompanhados de expedições aventureiras compostas apenas por homens.

Esse fato, segundo Buarque (1978), teria resultado na imensa miscigenação do povo brasileiro: colonos portugueses relacionaram-se com mulheres negras e

originárias (indígenas), formando uma população miscigenada. Essa teoria parece aproximar-se da teoria do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre sobre a miscigenação, porém ambas desconsideram a questão do estupro e do abuso de homens brancos sobre as mulheres negras e indígenas. No entanto, o elemento mais evidente e característico da formação do povo brasileiro realçado pela sociologia de Sérgio Buarque foi a questão da prioridade das relações privadas em analogia às relações públicas.

Outra análise elaborada pelo estudioso foi a perspectiva da população brasileira ser caracterizada como “homem cordial”. O termo cordial vem do latim *'cordis'*, que significa coração. A sociedade nacional que se formou a partir da colonização era formada por homens cordiais nos vários sentidos da palavra: eram cordiais ao aceitar os mandos da colonização e eram cordiais ao sucumbir às prioridades da formação familiar em detrimento do bem público. Segundo Buarque, desde o início da formação do Brasil, havia uma tendência em colocar o âmbito privado à frente do âmbito público. O homem cordial era, conforme afirma Sérgio Buarque, brasileiro nato que preferiria privilegiar os seus em detrimento de contribuir com o público. Essa complicada fórmula teria dado origem ao povo brasileiro: estruturalmente corrupto.

Tendo convivido com outras culturas e em outras nações, Sérgio Buarque atribuiu essa característica não a uma visão etnocentrista europeia, mas ao contrário, como era comum na época, mas como culpa dos colonos portugueses. Os portugueses, segundo o autor, eram desprovidos de qualquer nacionalismo, diferentemente de outros grandes povos europeus, o que fez com que a colônia portuguesa findasse-se de maneira antiética.

Costa (2014) afirma que, quando o livro “Raízes do Brasil” foi publicado na então capital federal, o Rio de Janeiro, em 1936, o Brasil já era independente há mais de cem anos. A escravidão havia sido abolida em 1888, o país era uma república formal desde 1889 e apenas começava a se emancipar da dominação exercida pelas oligarquias agrárias. Com seu ensaio, Sérgio Buarque de Holanda buscava conceber um país livre dos caciques rurais e mostrar que caminho deveria ser trilhado pela antiga colônia para se converter em uma nação democrática e moderna. No entanto, o livro não constitui apenas um projeto normativo, é também analítico. Para articular suas visões, Sérgio Buarque mergulhou profundamente na história brasileira e

desenvolveu um diagnóstico sócio histórico que transcendia enormemente as pesquisas conduzidas à época. É esta propriedade que faz do livro “um clássico de nascença”.

O autor de Raízes do Brasil se opôs a essa noção de que o Brasil deveria ser dirigido por uma elite branca. É neste ponto que Sérgio Buarque e Gilberto Freyre coincidem, já que Freyre também havia destacado a contribuição de indígenas e africanos para a construção do Brasil.

Quanto aos topos de mestiçagem, Costa (2014) afirma que Buarque de Holanda se distingue de Freyre em dois aspectos cruciais – primeiro, na discussão sobre o período colonial e o legado português; segundo, na questão do poder político. Em sua busca por uma justificativa histórica para o projeto de uma nação mestiça, Freyre tende a minimizar as barbaridades do período colonial e da escravidão, para reforçar sua ideia de harmonia sócio racial entre os povos originários e imigrados ao Brasil. Ele ressalta a proximidade social entre colonizadores e colonizados, senhores e escravos, e estiliza os portugueses como bons senhores coloniais. Freyre tampouco tem um projeto político definido que possa transformar o Brasil em uma sociedade menos assimétrica. Segundo sua concepção, a alegada mistura harmônica de etnias já seria por si só justa, como se um povo que vivencia diariamente as virtudes desta alegre mistura racial pudesse prescindir da democracia política e da redistribuição material de riquezas.

Retornando para Buarque de Holanda, podemos elencar quatro temáticas que marcam Raízes do Brasil: o sistema colonial português, o patriarcado rural, o homem “cordial” e as aporias do liberalismo brasileiro, na análise de Costa (2014).

A colonização portuguesa é discutida especialmente nos capítulos 1 e 2. No terceiro capítulo, o autor trata da estrutura de nossa sociedade colonial ter raízes rurais, cujos reflexos são vistos até hoje na sociedade brasileira. Pode não ter sido a rigor uma civilização agrícola, o que os portugueses instauraram no Brasil; mas foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. Quem detinha o poder na época colonial eram os senhores rurais, ou seja, fazendeiros escravocratas que monopolizavam a política da época, pois, a terra era sinônimo de riqueza. As cidades brasileiras passaram a ter uma importância mais relevante apenas no pós-abolição da escravidão, em 1888. No capítulo 4, Buarque de Holanda tenta distinguir mais claramente o domínio colonial português do espanhol, de modo a destacar aquilo que

frequentemente se denomina padrão colonial ibérico. De acordo com este padrão, os espanhóis teriam se esforçado para “vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste” em suas colônias. Para Portugal, contudo, a colônia seria simples lugar de passagem, para o governo como para os súditos (COSTA; 2014).

Em oposição à ética protestante do trabalho constituinte da sociabilidade norteamericana, Sérgio Buarque diagnostica nos portugueses uma moral de trabalho pouco desenvolvida, que se ajusta bem “a uma reduzida capacidade de organização social”. Tal característica seria historicamente condicionada; ela refletiria o fato de que a ascensão da burguesia portuguesa não havia levado simplesmente à destituição da velha elite, mas sim a uma existência continuada e parasitária deste grupo. Este déficit na organização social também teria influenciado o domínio colonial do Brasil. Depois da chegada dos portugueses à costa brasileira, em 1500, a colonização não teria sido planejada ou pensada: ela “se fez apesar de seus autores”, já que “aventureiros” – e não “trabalhadores” – estariam envolvidos em tal processo (COSTA; 2014).

Essa avaliação geral da colonização europeia apresenta-se, em *Raízes do Brasil*, tão bem fundamentada e documentada quanto possível nos limites de um ensaio. A intenção de Holanda não era declarar a colonização como fracassada, mas sim, reconstruir a história colonial analiticamente de sorte a fundamentar, a partir de uma perspectiva de longa duração, sua interpretação da sociedade brasileira. Ele oferece uma introdução profunda às práticas da administração colonial, à performance econômica da colônia e também ao dia a dia de um sistema similar ao de castas, no qual pessoas eram classificadas como brancas, negras ou índias e socialmente posicionadas conforme estas classificações. Ao mesmo tempo, sempre que o sistema ameaçava se desfazer (por meio de “casamentos mistos”, por exemplo), a lei e a burocracia eram empregadas para restabelecer a unidade desta classificação por características sociais e corporais, como Buarque de Holanda reconstrói com precisão.

A convivência entre brancos e negros, senhores e escravos, é detalhada no capítulo 3 por meio da discussão do patriarcado rural. Aqui, as propriedades rurais são descritas como um sistema fechado no qual fazendeiros dispõem de um poder decisório ilimitado. Dentro das fronteiras de um latifúndio, reinava de fato – e muitas vezes também de jure – apenas a vontade do senhor rural, que decidia livremente

sobre a vida de seus familiares, seus escravos e eventualmente também sobre a vida dos trabalhadores “livres” que viviam na fazenda.

Costa (2014) afirma que Sérgio Buarque em sua obra primeira, mostrou que o patriarcado rural marcou o período colonial no Brasil como nenhuma outra instituição social e foi levado ao paroxismo no Nordeste brasileiro, durante os séculos XVI e XVII, nos engenhos de cana-de-açúcar. Quando *Raízes do Brasil* foi publicado, a morfologia e as estruturas do patriarcado rural no nordeste já haviam sido investigadas em detalhe por Freyre. Como o próprio Buarque de Holanda constata, porém, Freyre opta por uma perspectiva voltada para o passado, “o que serve, em suma, para conciliar entre si as mais ásperas contradições” e estilizar, de maneira harmônica, a situação precária nos engenhos. Na obra, no entanto, o patriarcado rural é analisado a partir de uma perspectiva crítica ao poder, segundo a qual este patriarcado não representaria apenas um fenômeno rural como também um padrão contínuo de exercício do poder. Afinal, a hegemonia do patriarcado rural debilita o desenvolvimento de uma burguesia urbana, com sua cultura política liberal.

O autor continua afirmando que, no vácuo político decorrente da inexistência de uma burguesia urbana prospera a ditadura das fazendas com a forma de exercício do poder que lhes era própria; a família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos.

Como sistema abrangente de poder, o patriarcado forma o meio no qual se desenvolve o “homem cordial”. Ele corresponde simultaneamente a um tipo ideal sociopsicológico e a um padrão de sociabilidade. Por meio do “homem cordial”, Sérgio Buarque não buscou destacar nem a generosidade, nem a inocência dos brasileiros. Tampouco se trata de uma gentileza no sentido de uma simpatia ritualizada. O autor entende por “cordialidade” a tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais: em primeiro plano devem estar os sentimentos, não o anonimato da ordem legalizada que promete tratar a todos como iguais. O “homem cordial” quer ser chamado pelo primeiro nome – de preferência, por um diminutivo com “nhô” ou “nhá” – e não quer ser tratado como apenas mais um entre milhões de cidadãos. Ele corresponde a um sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são relevantes, porque as decisões tomadas sob influência das emoções não precisam

seguir uma lei ou uma argumentação universal; sua justificativa é sempre pessoal e particular.

Ao mesmo tempo, a ação do “homem cordial” é a única resposta promissora à incerteza jurídica. Afinal, esta é a única estratégia sensata perante instituições estatais que não funcionam segundo os princípios previsíveis das normas escritas e que, ao contrário, são controladas por funcionários “patrimoniais”, cujo objetivo é implementar os interesses “dos laços de sangue e de coração”. Neste ambiente de instabilidade normativa e institucional, o “homem cordial” busca ofuscar os conflitos, converter desconhecidos em amigos e interpretar os benefícios estatais no sentido de favores e retribuições. Quando assim mesmo surgem conflitos, falta o repertório institucional e pessoal necessário para resolvê-los de maneira pacífica e argumentada, razão pela qual os conflitos, no geral, terminam de forma trágica.

Portanto, a predisposição à violência não é o oposto da cordialidade: a violência é característica necessária e inerente ao “homem cordial” na medida em que qualquer antagonismo é interpretado como ameaça à existência deste modelo de personalidade e sociabilidade.

Valores e discursos liberais não deveriam ter espaço em uma sociedade dominada pela arbitrariedade e pelo ‘familismo’. No entanto, Sérgio Buarque, segundo Costa (2014) considera que em toda a América Latina, e não apenas no Brasil, recorrer à retórica liberal é um instrumento indispensável de legitimação – e este é possivelmente o paradoxo mais ardiloso abordado no livro. Afinal, era necessário imitar os antigos impérios coloniais em seus valores e instituições, para poder libertar-se deles. Segundo Holanda, porém, faltavam à história latino-americana as duras lutas pelo progresso liberal, das quais haviam surgido na Europa tanto os novos atores políticos quanto as consequentes mudanças na estrutura de poder do antigo regime.

Na América Latina, o liberalismo foi transmitido como uma mera fórmula, a ser revestida pelas experiências históricas locais. As ‘palavras mágicas’ proferidas na Revolução francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais.

Neste caso, o liberalismo como discurso se separou da democracia como forma efetiva de governo. Ao fim e ao cabo, uma pequena minoria, que havia liderado os movimentos de independência, até resgatou e fez uso da retórica da liberdade, mas continuou a agir de maneira despótica. O liberalismo como discurso e a democracia

como forma de convivência política só poderiam ser conciliados depois de uma revolução a longo prazo e de uma tomada do poder pelo povo. Segundo Buarque de Holanda *apud* Costa (2014), portanto, a revolução democrática deveria ocorrer a longo prazo na medida em que a ancoragem da democracia em países como o Brasil demandaria tanto a transformação das estruturas de poder assimétricas quanto uma mudança na estrutura de personalidade do “homem cordial”. Por conseguinte, a revolução assim concebida pressupõe mudanças “sociogenéticas” e “psicogenéticas”.

Quando Sérgio Buarque lança seu primeiro livro, ele elabora uma ideia-força, como descreve Souza (2017), que é a inversão da ideia de que a mestiçagem estabeleceu algo positivo e democrático no país, como afirmava Freyre, e agora vai estabelecer uma análise entre a tríade: mercado, Estado e sociedade. Nesta divisão tripartite, Buarque vai afirmar que o Estado é incompetente e inconfiável e o mercado é o lugar da racionalidade e da virtude.

Nesta esteira de inversão de concepção de Freyre por Sérgio Buarque, Jessé Souza afirma que esta “civilização” e seu “tipo humano”, o “homem cordial”, são na verdade o maior problema social e político que o país poderia ter, não uma virtude como o sociólogo pernambucano discorria em sua obra de 1933.

Jessé Souza descreve que

na realidade, Buarque assume todos os pressupostos metateóricos e teóricos da tese de uma sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e pessoalidade como formulada por Freyre. O que Buarque acrescenta de (aparentemente) novo é a transformação da ênfase no personalismo – a emotividade como um dado psicossocial que guia as relações interpessoais de favor/proteção – típica da interpretação freyriana em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja, supostamente patrimonial (SOUZA, 2017; 32).

O patrimonialismo, segue Jessé Souza (2017), se estabelece como uma espécie de amálgama institucional do personalismo, reforçando em Buarque o que Freyre já dizia em “Casa-grande e Senzala”, acerca das questões pragmáticas na construção do “mito” freyriano. Isso, pois, o “o homem cordial” é emotivo e particularista e tem uma predisposição em dividir a sociedade entre os amigos, que merecem todas as “ajudas” do estado, do mercado e da sociedade, e os inimigos, aqueles que só tem o direito de ter deveres, de somente seguir o que está estabelecido nas letras ‘frias’ da Lei.

Jessé Souza para construir a sua obra “A tolice da inteligência brasileira” entrevista diversos personagens de nossa sociedade, de banqueiros a trabalhadores braçais, e identifica de uma forma uniforme a crítica do patrimonialismo brasileiro sempre ligado ao mau uso das funções e dos recursos públicos presentes no Estado. E isso foi percebido pelo autor na obra de Sérgio Buarque, como o dito “homem cordial” mesmo presente em diversos espaços da vida social nacional, era no Estado que este homem emotivo e particularista focava e exercia suas ações questionáveis.

Jessé Souza (2017) traz a ideia central de Buarque, que depois se torna algo de interesse nacional, que é o Estado dominado por este homem cordial e particularista que se tornará um pouco mais tarde, um conceito-chave na análise social, histórica e política brasileira: o “patrimonialismo” e a “elite política corrupta”.

Com as produções teóricas de Sérgio Buarque em “Raízes do Brasil”, intelectuais de diversos períodos do século passado acabaram cristalizando a ideia de que o mercado, que é uma instituição ambivalente, pois tanto pode produzir riquezas, mercadorias e estas serem distribuídas para garantir direitos e dignidade para as pessoas, como pode também produzir estas riquezas e mercadorias e reforçar as desigualdades, o foço entre as classes sociais e o que elas consomem e acumulam. Da mesma forma, podemos tratar do Estado, que também ambivalente, pode estabelecer regramentos e dispositivos que estabeleçam mecanismos democráticos, que garantam direitos fundamentais e inalienáveis a população; como pode da mesma forma estabelecer uma relação ultra hierárquica, reforçando as desigualdades entre os humanos, e assim, estabelecendo um caráter elitista, de uma parcela historicamente privilegiada tanto na ocupação de espaços no Estado como no Mercado.

Enfim, a crítica que se pode fazer aqui para alguns elementos da obra de Sérgio Buarque trata dessa quebra de ambivalência comum entre as instituições e poderes, e a construção de um campo virtuoso, representado pelo mercado, e outro viciado e antiético, como o Estado.

4. Gilberto Freyre: a miscigenação das três raças e o urbano e rural no Brasil colonial

Com Gilberto Freyre, sociólogo pernambucano que iniciou os ensaios publicados nos anos (19)30, que promoveram uma reinvenção intelectual da nação

brasileira e contribuíram significativamente para construir a (auto) imagem até hoje associada ao país. A primeira destas obras é “Casa-Grande & Senzala”, de 1933, na qual Gilberto Freyre dissolve – ao menos em um plano discursivo – o dilema racial do Brasil, como afirma Costa (2014). Contrariando as representações racistas dominantes à época, Freyre mostra que a miscigenação racial não era uma debilidade, e sim um sinal da grandeza do Brasil, já que a mestiçagem é justamente o que constituía a identidade nacional. A segunda grande obra daquela década, foi “Raízes do Brasil” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda que tratamos acima.

A obra de Buarque de 1936, reconstrói a história do Brasil como uma feliz fusão de indivíduos portugueses, africanos e indígenas que teriam dado contribuições complementares à constituição do país. Graças à sua história, que conecta tanto o oriente quanto o ocidente da Europa, da África e da Ásia, os portugueses teriam desenvolvido a facilidade de se misturarem a outros povos, culturas e etnias.

No que diz respeito aos indígenas, segundo Freyre (suas amplas capacidades culinárias e sobretudo seu senso de limpeza, diligência e estabilidade emocional teriam sido incorporados à sociedade brasileira. O indígena masculino, por outro lado, teria marcado o caráter brasileiro de maneira negativa em virtude de sua falta de disciplina, bem como de seu desrespeito à propriedade privada e à ordem da lei. Os negros, por sua vez, teriam dado forma à conduta flexível e casual dos brasileiros. Freyre rejeita decididamente qualquer insinuação de inferioridade intelectual entre negros e opina que sua posição social inferior teria razões meramente históricas.

A figura de Gilberto Freyre é central no tema da “singularidade cultural” no país, pois fundou a forma dominante com o Brasil Contemporâneo percebe a si mesmo, não apenas no “romance da identidade nacional” chamado de “Casa-grande e Senzala”, mas em toda sua obra, como anota o sociólogo Jessé Souza (2017), em sua obra “A tolice da Inteligência brasileira”:

Continua identificando em Freyre - este tendo como bússola a premissa de José Bonifácio em descentralizar o poder dos grandes donos de terras e mandatários da política/economia/justiças locais e de estabelecer uma solidariedade social entre a pluralidade da população, e criando a partir disso uma ideia de “mito nacional” -, para este jovem país que se constituía como nação soberana Souza (2017; 29-30).

A partir dessas ideias deixadas por Bonifácio, Freyre inverte a lógica do racismo científico desenvolvida principalmente no século XIX no Brasil e na Europa que

determinava um futuro sombrio para o país por conta dessa miscigenação, e estabelece agora uma positiva face para a mestiçagem entre as três principais raças humanas na composição do povo brasileiro, estabelecendo a partir daí uma concepção de “identidade nacional” forte e capaz de unificar o país a partir dessa ideia, dando de uma vez por todas uma unidade a nação que por muito tempo tentou estabelecer uma identidade mais comum entre sua população, segundo descreve Souza (2017).

Em Casa-Grande e Senzala, embora não o repudiasse diretamente, Sérgio Buarque contrariava tanto a interpretação do Brasil quanto o projeto de nação de Gilberto Freyre. Em “Evolução política do Brasil”, publicado também em 1933 por Caio Prado Júnior, representa a alternativa marxista que Buarque de Holanda igualmente rejeitava.

5. Considerações finais

Depois de apresentar algumas ideias centrais das obras de Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, podemos perceber que de uma forma ou de outra, como o aspecto do ‘atraso’ do país em suas diversas perspectivas, foi um ponto central na interpretação da formação estado-nação Brasil por estes autores.

Em Gilberto Freyre, percebemos que ele aponta esses atrasos de tipo civilizatório, mas numa dimensão menor, e reforçar o que aquilo que muitos estudiosos antes dele utilizava para explicar esse atraso: a participação do negro na formação social e cultural brasileira.

As pesquisas referentes aos quatro motivos mencionados se desenvolveram distintamente. O debate sobre a colonização portuguesa, por exemplo, oferece hoje – em parte, graças aos trabalhos do próprio Buarque de Holanda – uma imagem do período colonial e da escravidão muito distinta à que tinha o autor em 1936. Especialmente a complexa negociação das hierarquias sociais e de poder, bem como os movimentos de oposição ao regime colonial, são, hoje, muito mais que conhecidos que nos anos 1930. Mesmo assim, a historiografia moderna confirma amplamente as instituições descritas por Holanda no que diz respeito aos diferentes padrões de colonização vigentes nas Américas – exceção feita à representação um tanto atávica dos portugueses como cronicamente desorganizados. O moroso caminho rumo à independência, e daí rumo ao estabelecimento da República, também foi

intensamente estudado nos últimos anos. O grande significado atribuído por Buarque de Holanda tanto à transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 quanto ao império brasileiro (1822-1889) para a formação do Estado foi recorrentemente comprovado e confirmado pela historiografia recente. Igualmente comprovadas e confirmadas são suas impressões sobre o povoamento do interior brasileiro.

Quase um século depois da publicação de *Raízes do Brasil*, o patriarcado rural seguiu, ainda, sendo um tema central da ciência política brasileira que investigou a persistência política e transformação deste fenômeno através de conceitos como coronelismo, clientelismo e caudilhismo. A expectativa de Sérgio Buarque de que o despertar político das classes urbanas e a universalização da participação política enfraqueceriam o poder do patriarcado rural, de algum modo se cumpriu. Hoje, mais de 70% dos brasileiros têm o direito de votar – por volta de 1930, eram apenas 5%. Em termos políticos, o patriarcado rural exerce, no máximo, um papel residual.

Se depois de décadas da publicação de *Casa Grande e Senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, lançamos nosso olhar sobre o país, a conclusão é clara. Entre os ideais de sociedade observados nos anos 30 e ilustrados pelas já mencionadas obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, são as concepções de Holanda que mais se aproximam do Brasil moderno e urbano na contemporaneidade.

No entanto, seu projeto racista de sociedade nunca se concretizou. A nação mestiça idealizada por Freyre teve um papel historicamente decisivo na superação do racismo biológico, e o discurso da mestiçagem continua influenciando a autoimagem de muitos brasileiros. Contudo, no Brasil atual, as etnicidades e raças que o discurso da mestiçagem buscou unir parecem querer encontrar seus lugares particulares no âmbito das representações multiétnicas e multirraciais da nação. Tais grupos enxergam, no discurso da mestiçagem, acima de tudo uma ideologia que legitima a opressão de negros e indígenas. A superação de uma sociedade de classes, que de certa forma está conectada à perspectiva marxista de Caio Prado Júnior, tampouco se concretizou. Mesmo assim, o apelo à superação das desigualdades sociais mais gritantes no âmbito do sistema capitalista – como parecia preferir Buarque de Holanda – tem um espaço destacado na agenda política do Brasil contemporâneo. Como no

caso dos valores liberais do século XIX, trata-se aqui da idealização de um mundo muito distante e alheio à realidade experimentada pelos brasileiros em sua vida diária.

6. Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Rafael dos Santos; ALCÂNTARA, Rodrigo dos Santos. **Caio Prado Jr. e o sentido da colonização: as heranças do atraso brasileiro à luta revolucionária**. Rev. Cadernos de Campo. Araraquara. n. 24. p. 231-245. jan./jun. 2018.

COSTA, Sérgio. **O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Publicado originalmente como posfácio da nova edição alemã de Raízes do Brasil: Sérgio Buarque de Holanda. Die Wurzeln Brasiliens. Berlin: Suhrkamp, 2013, p. 235-269. Tradução de lasmin Góes. 2014.

CALAIS, Samira *et al.* **Análise de Raízes do Brasil: Uma visão sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Revista de Artes e Humanidades, N. 3, Nov-Abr 2009. Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/n3/pdf/sergiobuarque.pdf> Acesso em: 14 de agosto de 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Schmidt, 1936 [1933].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978 [1936].

MORAES, José Q. A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In VÁRIOS AUTORES. **História do Marxismo no Brasil**, vol. II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991 e MANTEGA, Guido. "Marxismo na Economia Brasileira". In VÁRIOS AUTORES. **História do Marxismo no Brasil**, vol. II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

REIS, José Carlos. **Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira"**. Rev. bras. Hist. vol.19 n.37. São Paulo. Set. 1999. Acesso em: 01 de março de 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. **As contribuições de Caio Prado Júnior para a história ambiental no Brasil**. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 97-115, jan./jun. 2009.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**/Jessé Souza. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

Capítulo 11

**ANIMALIZAÇÃO NO
DISCURSO: UMA
PERSPECTIVA
ANALÍTICA
ECOFEMINISTA
ANIMALISTA
DECOLONIAL**

Natalia Ferreira

ANIMALIZAÇÃO NO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA ECOFEMINISTA ANIMALISTA DECOLONIAL¹⁵

Natalia Ferreira

*Mestrade em História do Tempo Presente - PPGH/UDESC. Bolsista
UNIEDU/FUMDES. Contato: nferreira1@ucs.br*

Resumo: Este texto consiste em um pequeno excerto da pesquisa de mestrado que conduz a análise aqui empreendida, expondo alguns conceitos essenciais e fundamentos metodológicos necessários para a compreensão da perspectiva empregada. Nesta pesquisa busca-se analisar em que medida a linguagem atua como máscara que naturaliza violências, com o apoio de um dispositivo analítico aqui brevemente contextualizado. São analisadas três fontes de períodos distintos cujos textos evocam questões relacionadas à cultura do estupro; observam-se aqui as informações presentes nas fontes, as linguagens e enunciações, bem como as ausências e a evidente presença de contra-discursos. A Análise de Discurso aqui empreendida objetiva mostrar a existência de um discurso hegemônico que, através do recurso da animalização, naturaliza e invisibiliza uma série de violências estruturais como o racismo, o sexismo e o capacitismo. Tal recorte, no entanto, representa apenas um aspecto desta estrutura de poder hierárquico imposta pela colonialidade; assim, sem a pretensão de esgotar quaisquer questionamentos, a discussão teórica aqui introduzida evidencia a complexidade da temática. Observou-se que os discursos que invalidam e deslegitimam relatos de vítimas de violências sexuais constituem uma permanência histórica dentro dos espaços de poder, reflexo da reprodução cultural de subjetividades carnofologocêntricas, permissivas sobre o corpo do outro — seja humano ou não-humano. Ademais, são esboçadas aqui algumas propostas que visam uma reconfiguração nestas relações e linguagens aqui problematizadas. Esta é, portanto, uma experiência de produção de teoria engajada, buscando contribuir para o romper do silêncio historiográfico sobre a temática, e ao mesmo tempo valorizar epistemologias fronteiriças capazes de produzir mundos outros.

Palavras-chave: Animalização; Colonialidade; Ecofeminismo; Não-homem.

Abstract: This text consists in a small piece of the master's research that guides the analysis here undertaken, exposing some essential concepts and methodological

¹⁵ Edição revista e ampliada do trabalho publicado em anais do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente — UDESC, apresentado no GT 03 — Relações de gênero, famílias e infâncias sob o enfoque da História do Tempo Presente, sob o título “Pensar a decolonialidade para romper com as dicotomias postas: gênero, raça, espécie e meio ambiente”.

foundations needed for the comprehension of the applied perspective. In this research it is aimed to analyse to what extent the language works as a mask that naturalizes violences, with the support of an analytical device here briefly contextualized. Three sources from distinct periods in which the texts evoke questions related to the rape culture are analyzed; here is observed the information present in the sources, the languages and enunciations, as well as the absences and the evident presence of counter-discourses. The Discourse Analysis here endeavoured aims to show the existence of a hegemonic discourse that, through the resource of animalization, naturalizes and makes invisible a series of structural violences such as racism, sexism and capacitism. This piece, however, represents only one aspect of the hierarchical power structure imposed by coloniality; therefore, not having the pretension to wear out any questionings, the theoretical discussion here introduced highlights the complexity of the theme. It is observed that the discourses that invalidate and delegitimize reports from victims of sexual violences constitute a historical permanence within the spaces of power, as a reflex of the cultural reproduction of carnofalogocentric subjectivities, permissive on the other's body — whether human or non-human. Furthermore, some proposals that aim for a reconfiguration in these relations and languages problematized are sketched here. Thus, this is an experience of production of engaged theory, seeking to contribute to break the historiographic silence about the theme, and at the same time value border epistemologies capable of producing other worlds.

Keywords: Animalization; Coloniality; Ecofeminism; Non-man.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que conduz este recorte fundamenta-se sobre o questionamento de como se articula o discurso da colonialidade (sexista, racista e especista), identificando intersecções entre seus aspectos, e buscando observar em que medida a linguagem atua como uma máscara que naturaliza as violências da Matriz Colonial do Poder. Consideram-se as contribuições do pensamento decolonial como aliadas às do ecofeminismo animalista, visto que compreende-se o especismo¹⁶ como opressão igualmente estrutural e estruturante de uma cadeia de violências e naturalizações sobre o consumo de corpos. A necessidade de tal debate no presente reside, por exemplo, no fato de estarmos vivendo uma pandemia de origem animal —

¹⁶ Hierarquização da vida conforme espécie, antropocentrismo.

assim como cerca de 70% das doenças atuais que acometem seres humanos¹⁷ — onde se verifica, no contexto brasileiro em especial, o aumento da violência doméstica e da desigualdade social; ou também, no fato de feminicídios contra mulheres brancas estarem decrescendo enquanto aumentam as vítimas negras e indígenas¹⁸; na violência policial contra pessoas não-brancas; nos altos índices de violências contra pessoas trans e homossexuais¹⁹, dentre outras questões. Exatamente por esta razão é que a interseccionalidade sugerida pelas feministas negras torna-se uma noção fundamental. Surge então a necessidade da construção de uma nova categoria de análise, que compreenda a interseccionalidade, a colonialidade do gênero, do ser e da natureza, que observe e perceba o recurso da animalização como ferramenta de dominação — é construída, assim, a categoria de não-homem.

Para este trecho foram selecionadas três fontes que serão analisadas pontualmente, conforme as particularidades de seu contexto de produção e conteúdo. A primeira é uma matéria do Jornal Zero, de circulação física na cidade de Florianópolis, de setembro/outubro de 1986, intitulada “Oito por dia, aqui na ilha”, sobre estupros; a segunda, também do Jornal Zero, de julho de 2010, intitulada “Tijoladas na imprensa”, sobre o jornalista “Mosquito”, Amilton Alexandre; a terceira fonte é a matéria do Intercept Brasil, intitulada “Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem”, de 3 novembro de 2020. Destas, apenas a primeira faz parte do corpus documental da pesquisa — foram aqui reunidas precisamente pelo fato de tratarem de formas distintas sobre casos de violências sexuais. Observar fontes de períodos diferentes demonstra as permanências dessa estrutura que sustenta a cultura do estupro. Sendo a intenção do presente excerto uma apresentação concisa de tais questões, não será possível contemplar a complexidade destas como um todo; assim, este trabalho não pretende aprofundar conceitos nem esgotar as possibilidades de questionamento das

¹⁷ ONU NEWS. FAO: 70% das novas doenças em humanos tiveram origem animal. 16 de dezembro de 2013. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2013/12/1460081-fao-70-das-novas-doencas-em-humanos-tiveram-origem-anim>. Acesso em 26 de julho de 2021.

¹⁸ HAJE, Lara. Feminicídio cresce entre mulheres negras e indígenas e diminui entre brancas, aponta pesquisadora. Agência Câmara de Notícias, 07 de novembro de 2018. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/547491-feminicidio-cresce-entre-mulheres-negras-e-indigenas-e-diminui-entre-brancas-aponta-pesquisadora/>. Acesso em 26 de julho de 2021.

¹⁹ BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (orgs). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2021.

fontes. Por fim, este texto aponta algumas propostas que irrompem como potências de resistência que provocam transformações nas relações sociais, trabalhando no cerne das questões levantadas, na própria estrutura da Matriz Colonial do Poder.

A socióloga María Lugones, em seu trabalho, enfatizou que é preciso que falemos das resistências; sua contribuição permite pensar a categoria de não-homem a partir da noção da dicotomia fundadora colonial: humano/não humano (LUGONES, 2014; 2020). Lugones ensinou a produzir potências, epistemologias a partir das fronteiras, das fissuras — a partir dela, Davidson (2020, p. 120) sugere que a decolonialidade e os veganismos²⁰ não podem existir separadamente, que talvez nem mesmo possa existir “a liberdade dos corpos que circulam nas trincheiras sem que se escutem e incluam, afinal, todas as diferenças no que se chama de resistência ao poder colonial”. Se faz necessário, então, refletir sobre as práticas que podem ser empregadas para educar e sensibilizar para o coletivo, para a comunidade, para o cuidado e a reciprocidade, através das quais é possível fortalecer redes de solidariedade e apoio, potências de resistência à colonialidade, essa forma “permanente” da lógica colonizadora que nutre as estruturas racistas, sexistas, capacitistas e especistas da sociedade capitalista. Estas propostas fundamentam-se na ancestralidade de conceitos que sempre significaram resistência à colonialidade, como o ubuntu e o Bem Viver (ACOSTA, 2016). São conceitos como estes que possibilitam a resistência e sobrevivência histórica de povos originários e africanos à violência da colonização.

Esta abordagem objetiva a produção de uma teoria engajada que não se faz nem individual nem isoladamente; este é um processo coletivo que tem, ao longo dos últimos 30 anos, provocado tensionamentos, rupturas, transformações e crescentes inclusões de debates pertinentes à sociedade e à comunidade nos entremeios da academia. É acompanhando este movimento de intelectuais de distintas áreas do conhecimento e lugares de fala que esta pesquisa se forja. No campo da História, no

²⁰ O uso do termo no plural pretende evidenciar as distinções presentes dentro do que se entende como “veganismo”, sendo este marcado por ramificações e correntes não necessariamente concordantes entre si; o uso do termo “veganismo” desacompanhado deste questionamento incorre no subentendimento de um veganismo hegemônico (branco, liberal, elitista) e no apagamento dos veganismos populares, periféricos, negros, dentre outros. Estes últimos configuram resistências políticas efetivamente antiespecistas porque interseccionais, compreendendo a impossibilidade da construção de um mundo não sexista mas racista, da mesma forma que não se pode construir um mundo não sexista e racista, mas ainda pautado na exploração animal (VELASCO SESMA, 2019).

entanto, as questões que dizem respeito à animalidade, aos processos de animalização e ao especismo propriamente dito, ainda não ocupam um lugar de destaque. Poucos historiadores encontram meios acadêmicos profícuos e receptivos para este tipo de debate, frequentemente pouco compreendido e valorizado. É precisamente por esta razão que, convocada pelo compromisso social enquanto historiadora, as abordagens presentes neste trabalho são amplas e interseccionais — os recortes em demasia tendem a fragmentar a realidade, impossibilitando compreensões mais complexas de quem observa. Estas fragmentações que impossibilitam a compreensão de uma mesma estrutura da qual partem todas as opressões separam, por consequência, as lutas sociais e ambientais. Por isso, este trabalho também intenciona provocar, instigar e inquietar; que seja lido, então, como um convite aos colegas de profissão para a construção coletiva deste que tenho chamado “pensamento ecofeminista animalista decolonial”. Como um grito no vazio, que este texto ecoe através das subjetividades — e permita sentir, mesmo que somente por alguns instantes, o gosto da profunda liberdade de entender-se animal e posicionar-se de forma crítica em relação à linguagem.

Animalizando a análise: as linguagens do consumo de corpos

Considerando que “não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista” (ORLANDI, 2009, p. 62), convém compreender o que constitui a animalidade, o que é o recurso da animalização e como este possibilita a criação das ficções de raça e gênero, assim como a produção da dicotomia fundadora colonial, como destacou María Lugones (2020). Para Césaire (2020), a colonização desumaniza até o homem mais civilizado — a ação colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo tende a modificar a pessoa que o empreende; assim, o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, treinar-se para tratá-lo como um animal, tende a se transformar ele próprio em animal, para remover o peso de sua consciência. Césaire entende a colonização como uma coisificação, dialogando com o pensamento de Rita Segato (2018) quanto a uma coisificação da

vida, que ocorre através de atos e práticas que ensinam, habitam e programam sujeitos a transmutar o vivo e a vitalidade em coisas, o que chama de pedagogias da crueldade. Para nos exemplificar esta questão, Césaire recorre ao antropólogo e teórico do eugenismo, Georges Vacher de Lapouge, que ao lamentar o “desenvolvimento numérico dos elementos amarelos e pretos”, lembrou que a escravidão “não tem nada de mais anormal do que a domesticação do cavalo ou do boi” (CÉSAIRE, 2020, p. 36). Achille Mbembe (2004) considera a raça uma ficção útil, e também demonstra em seu trabalho essa animalização, quando diz que

[...] se formos fiéis a uma certa tradição da metafísica ocidental, o Negro é um “homem” que nem é verdadeiramente um entre nós nem é como nós. Se o homem se opõe à animalidade, este não é o seu caso, pois conserva, ainda que de modo ambíguo, a possibilidade animal. Corpo estrangeiro no nosso mundo, é habitado, ocultamente, pelo animal (MBEMBE, 2004, p. 63).

Como tem destacado a afrofuturista e ativista vegana Aph Ko, a supremacia branca trata as pessoas racializadas por intermédio da animalização, e por isso entender e agregar a pauta da luta contra a opressão animal faz sentido para as pessoas que empreendem uma luta antirracista; para ela, o debate acerca da animalidade tem grande potencial de adentrar movimentos negros ou espaços de discussões raciais, porque o recurso ao redor da “animalização” aproximaria os veganismos da decolonização ao admitir que os movimentos antirracistas já têm por si mesmos capacidade de realizar tais discussões, sem a necessidade de políticas intervencionistas brancas ou europeias (DAVIDSON, 2020). O sociólogo decolonial Aníbal Quijano (2002) sugere o uso do conceito de colonialidade do poder, que entende a raça como um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, impregnando todas e cada uma das áreas de existência social e constituindo a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva. Lugones entrecruzou este conceito com o de interseccionalidade²¹ (LUGONES, 2020), percebendo a estrutura de gênero binária como também uma construção, uma ficção da colonialidade. Lugones alertou que os aspectos da colonialidade são

²¹ É importante destacar que o conceito de interseccionalidade tem sido articulado pelas feministas negras desde muito antes de sua definição atual, apropriada especialmente pelas ecofeministas e feministas decoloniais; na pesquisa da qual surge o presente texto são empregadas as perspectivas de Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene.

absolutamente inseparáveis; para ela, “a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (LUGONES, 2014, p. 935).

Embora Segato e Lugones discordem em suas teorias sobre o surgimento do patriarcado, ambas demonstram que as relações de gênero foram profundamente transformadas, hierarquizadas e dicotomizadas pelo colonialismo. Segato nos lembra que a admissão da mudança e caracterização de um corpo dotado de genitália masculina à posição social, sexual e aos papéis e trabalhos femininos foi e é possível nos povos ameríndios, mas a colônia cancela essa liberdade e engessa os gêneros a partir do dimorfismo biológico²² (SEGATO, 2018) — ponto de concordância com o trabalho de Lugones. Ao compreender que a linguagem é transpassada pelos aspectos da colonialidade, percebe-se que essa funcionaria como uma máscara que naturaliza e torna ausentes as violências e opressões desempenhadas por tais estruturas — cabe então identificar de que maneira isso ocorre. Dessa forma, a linguagem poderia ser considerada um meio reprodutor da colonialidade ao mesmo tempo que legitimador da Matriz Colonial do Poder; assim, propor transformações e revisões na linguagem, tomar consciência destes sentidos, do simbólico da colonialidade que permeia o dizer, constitui uma potência revolucionária. Neste sentido, adota-se aqui uma linguagem de gênero neutra ao fazer referência a um grupo de pessoas não definíveis²³, bem como exercita-se o abandono de termos racistas, sexistas, capacitistas e especistas naturalizados (o que requer exercícios de

²² Cabe lembrar do indígena Tibira do Maranhão, tupinambá morto em 1614, considerado o primeiro mártir da homofobia no Brasil, para que não esqueçamos que a transitividade de gênero e as diferentes expressões de sexualidade presentes nas sociedades indígenas foram gradualmente suprimidas, criminalizadas e violadas neste processo histórico. Ver VEIGA, Edison. O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil'. BBC News Brasil, 28 de dezembro de 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em 26 de julho de 2021.

²³ A adoção da linguagem neutra é uma opção política que objetiva a inclusão das pessoas gênero-dissidentes; evidentemente, seu uso subverte o binarismo de gênero — consiste, portanto, numa disputa de poder e narrativa à medida que é frequentemente questionada e invalidada. É fundamental destacar que este texto parte também do lugar da experiência de pessoa não-binária, portanto emerge, aqui, como um ressoar de uma demanda que parte da comunidade LGBTQIAP+ (esta sigla que não cresce à toa). Ademais, a própria compreensão da polissemia, do movimento da linguagem, dos diferentes modos de dizer ao longo da História, fundamentam a pertinência da transformação linguística que ocorre no presente, consolidando o reconhecimento social de um grupo plural de pessoas que tiveram suas identidades historicamente invisibilizadas. Uso de linguagem neutra é, portanto, reparação histórica — nada menos.

revisão e autocrítica constantes, já que esta produção parte do lugar de pessoa branca sem deficiência), como estratégias de resistência à colonialidade da linguagem, desobediências epistêmicas (MIGNOLO, 2008). A partir desta mediação teórica que não renuncia à dimensão prática, considerando que o pessoal é político (KHEEL, 2019), comprova-se que

[...] não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem (ORLANDI, 2009, p. 9).

É este permear do simbólico, do subjetivo, dos sentidos, do político, da ideologia, que provoca efeitos que atingem sujeitos apesar de suas vontades — a escritura deste texto, naturalmente, também é transpassada por esta questão. Como sugere Eni Orlandi, todo dizer é ideologicamente marcado, é na língua que a ideologia se materializa, nas palavras dos sujeitos. Compreendendo a relação entre paráfrase e polissemia proposta pela linguista, persegue-se aqui a tarefa de identificar como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. A saber,

[...] a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação do saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos — e os sujeitos — não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade dos movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico (ORLANDI, 2009, p. 38).

É em razão dessa relação que a linguagem é dotada de movimento, pode sofrer rupturas, pode mudar. A polissemia oferece esse espaço, essa pluriversidade; é na polissemia que se pode fundamentar uma subversão da colonialidade da linguagem. Orlandi lembra que a incompletude é a condição da linguagem — nem os sujeitos, nem os sentidos, nem os discursos estão prontos e acabados, mas sempre se

fazendo, em um movimento constante do simbólico e da história. Assim, conduzir a análise através deste dispositivo que considera a colonialidade, a animalidade e a animalização, possibilita trabalhar numa posição relativizada em face da interpretação, atravessar o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito, investindo na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito, no efeito metafórico, no equívoco, na falha e na materialidade — no trabalho da ideologia (ORLANDI, 2009). Na pesquisa que conduz este excerto tem sido identificado um padrão de linguagem que animaliza mulheres, pessoas racializadas e gênero-dissidentes, que feminiliza animais, e vincula-se a formações discursivas racistas, sexistas, especistas (e carnistas²⁴), capacitistas e gordofóbicas. Estas violências simbólicas são mascaradas através de metáforas e encontradas nos mais diversos textos: desde colunas de culinária, tradicionalismo e cultura, até colunas de humor, páginas policiais e crônicas.

O conceito fundamental que possibilita a construção do dispositivo analítico é o referente ausente, que pode ser qualquer coisa cujo significado original é solapado, absorvida em uma hierarquia de significado diferente (ADAMS, 2012) — a possibilidade de articulação deste conceito foi o principal critério de definição do corpus documental da pesquisa. O referente ausente possibilita perceber a intersecção entre o racismo, o sexismo e o especismo, porque refere-se ao consumo de corpos, que representa a aniquilação da vontade, da identidade separada. Carol Adams pontua que tal ausência ocorre de três formas: literal, conceitual e metafórica. Quando falamos de animais, a forma literal de sua ausência ocorre através do consumo de partes do animal — não há qualquer referência ao animal inteiro que um dia fora; ao falarmos de corpos humanos, sejam feminilizados ou não-brancos, esta ausência ocorre através do comércio do corpo (seja a prostituição ou a pornografia) e da exploração da mão de obra, para dar alguns exemplos. No plano conceitual, as partes do animal são renomeadas, optando por referenciais menos inquietantes que remetem somente à culinária. Em relação aos humanos, opta-se por falar sobre um mercado do sexo, chamar o trabalhador de aplicativo de autônomo, a pessoa que faz

²⁴ Carnismo é uma denominação dada pela psicóloga social Melanie Joy para o sistema de crenças invisível que está por trás da opção de comer carne e condiciona a aceitar que o consumo de animais faz parte da natureza humana; assim, o carnismo seria uma ideologia invisível organizada em torno da violência física contra os indivíduos a que se assassina para comer — não poderia existir sem a violência (VELASCO SESMA, 2019).

bicos de “freelancer”, ou simplesmente apaga-se por completo esta exploração (como no caso de exploração de mão de obra no mercado de chocolates, por exemplo). A dimensão metafórica ilustra esta relação com frieza: pessoas sexualmente violadas frequentemente afirmam terem se sentido “como um pedaço de carne”, uma pessoa explorada trabalha “como um cavalo”, serve de “burro de carga”, torna-se “bode expiatório” de alguém mais poderoso (ADAMS, 2012).

O uso da experiência do animal explorado para referir-se à experiência humana de consumo e exploração frequentemente passa despercebido, naturalizando a violência contra o animal, subentendendo a noção de permissividade do homem sobre o animal e o não-homem, para o qual está também estabelecido o recurso da animalização. Na construção da subjetividade, o não-homem é, para o homem, equivalente ao não-humano. Estas subjetividades permissivas sobre o outro, que animalizam o outro, são definidas pelo filósofo Jacques Derrida como carnofalogocêntricas. Neste sentido, a noção daquilo que é próprio do humano está intimamente ligada ao sacrifício carnívoro; esta perspectiva é investigada pelo filósofo Patrick Llored (2015; 2016) como a expressão da existência de um feminismo animalista no pensamento derridiano. Para esta análise, compreende-se que o carnofalogocentrismo produz o referente ausente, ou seja, as subjetividades carnofalogocêntricas articulam a linguagem de forma a expressar suas noções em torno do domínio do outro, tornando-as naturais e gradualmente as invisibilizando. As ausências (violências simbólicas), neste sentido, são provocadas pelo sujeito falante, pelo enunciador (SEGATO, 2018) — logocêntrico —, que fundamenta seu eu, aquilo que lhe é próprio, no sacrifício carnívoro, no domínio e consumo de animais — carnocêntrico — e, por fim, que é portador de um falo — falocêntrico.

Entre o não-homem e o não-humano: o mandato da masculinidade e a reprodução de subjetividades carnofalogocêntricas

É preciso definir o que se compreende por homem nesta análise; que homem não é sinônimo de pessoa dotada de um sistema reprodutor testicular, já é bem sabido. Assim, entende-se aqui como homem o sujeito cisgênero; da mesma forma,

entendendo a dimensão do não-humano e o recurso da animalização em torno da raça, este sujeito é também branco, pois ocupa um espaço de poder nesta estrutura, diferentemente do homem cisgênero racializado, a quem a humanidade é negada constantemente. Também o homem cisgênero homossexual deixa de ocupar plenamente este espaço de poder, especialmente quando transpassado pela intersecção da classe e/ou raça. Por isso, este sujeito homem é branco, cisgênero e heterossexual. Tal compreensão considera a colonialidade como fundadora de uma dicotomia que animaliza e feminiliza como estratégia de destituição de poder — envolve e está envolta por todos os aspectos da colonialidade (LUGONES, 2020), e exprime a heterossexualidade compulsória e o mandato da masculinidade (SEGATO, 2018) que perpassam tal violência. No entanto, frequentemente deixa-se de perceber que a primeira vítima do mandato de masculinidade são os próprios homens — há uma violência intra-gênero, e a violência contra as mulheres (ou contra não-homens) deriva desta violência entre os homens, das formas de coação que sofrem para que não se esquivem da lealdade à corporação, à sua estrutura hierárquica, seu repertório de exigências e provações, a emulação e modelação do masculino — o homem que não obedece a este mandato corre o risco de perder seu título de participação no status masculino, frequentemente confundido com a própria participação no status da humanidade²⁵ (SEGATO, 2018).

A construção da categoria de não-homem sustenta-se no convite de Ochy Curiel para um desengajamento epistemológico, que afirma exigir que façamos o que chama de “antropologia da dominação: desvendar as formas, maneiras, estratégias, discursos que definem certos grupos sociais como “outros” e “outras”, a partir de certos lugares de poder e dominação” (CURIEL, 2020, p. 135). Segundo Curiel, para fazê-lo é preciso reconhecer e legitimar “outros” saberes subalternizados, identificar conceitos, categorias, teorias que surgem destas experiências, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar. Este desengajamento epistemológico e político na maneira como produzimos conhecimento é conquistado através da criação destas outras categorias, conceitos e teorias que deem conta da complexidade das relações sociais (CURIEL, 2020). O não-homem intenciona remover as identidades não-binárias e as transitividades das margens do gênero, bem

²⁵ Daí que o uso da palavra homens como sinônimo de humanidade vincula-se implicitamente a uma ideologia — o androcentrismo.

como explicitar que o lugar de poder ocupado por este sujeito homem já antes definido não contempla a todos os sujeitos que se identificam como homens na sociedade. Dessa forma, assim como o sexismo, racismo e especis-mo fazem parte de uma mesma investida contra tudo o que este sujeito sacrifica para entronizar-se (SEGATO, 2018). É por esta razão que o carnofalogocentrismo, é tão precioso para esta análise; a subjetividade centrada na linguagem, no falo, e no consumo de carne animal, é a expressão deste poder masculino. Como resumiu Patrick Llored,

o carnofalogocentrismo é esse conceito que nomeia o sacrifício animal pelo qual o homem é responsável quando ele dá cabo da vida dos animais por meio de uma profusão de práticas culturais triviais visando apropriar-se de suas vidas e ingeri-los. Esse conceito fundamenta-se, tal como observado pelo próprio Derrida, em outras duas noções que nele se encaixam: o logocentrismo e o falocentrismo. Ambas designam o fato de que o Ocidente concede um privilégio absoluto à palavra e à razão, sem as quais não é possível fazer parte da comunidade dos viventes, a qual sempre foi, e permanece, uma invenção do poder masculino. O poder político no Ocidente é encampado pelo ser humano do sexo masculino, que se considera racional e que expressa tal racionalidade por meio da palavra considerada como própria do homem por consequência (LLORED, 2015, p. 58).

Através deste conceito, da centralidade da linguagem associada à masculinidade viril, a violação sexual pode ser compreendida como um ato enunciativo, que para Segato (2018), no mundo contemporâneo, é o crime mais difícil de entender porque não é um crime praticado estritamente no plano material, mas que tem a finalidade de comunicar algo a alguém — aos pares, aos outros homens. Essa enunciação não requer palavras — informa nos silêncios, nas ausências, nos apagamentos. A subjetividade carnofalogocêntrica é ao mesmo tempo produtora e produto do mandato de masculinidade, desta busca pela aprovação dos pares, e está absolutamente arraigada, intrínseca à estrutura de poder moderna/colonial. Neste sentido, o mandato de masculinidade definido por Segato é aqui entendido como fomento para a continuidade da reprodução de subjetividades carnofalogocêntricas. Estes conceitos, imbricados e em constante diálogo, conduzem a análise a seguir, propondo muito mais questionamentos do que trazendo respostas. Assim, aqui está ofertada a possibilidade mesma de reinterpretar, de provocar as fissuras do discurso e perseguir outros rumos. Nas fontes estão presentes vozes distintas, provenientes

de lugares distintos, por vezes ressoando um discurso hegemônico, em outras dissonando — todas, no entanto, ideologicamente assinaladas.

Ausências carregadas de significados: silêncios que comunicam violências

Em fins de 1986, Raquel Wandelli escrevia ao jornal Zero sob a chamada de que ocorriam oito denúncias de estupro por dia na ilha de Santa Catarina²⁶. Capta o olhar a espaçosa (e dispensável) imagem ao canto inferior esquerdo da página: Brutus (isso, esse mesmo, do Popeye), apertando com uma mão Olívia Palito — a figura ocupa cerca de 70% da página. Os olhares agressivos de Olívia e Brutus se voltam para o leitor, e um balão de fala que sai dela afirma que estes oito registrados pela polícia são um número que “fica longe dos que ocorrem e são silenciados”; a ausência de quem silencia é marcante. Wandelli afirma que a maior incidência de casos “envolve crianças de 2 a 10 anos, seguidas das empregadas domésticas, donas-de-casa e estudantes”, sendo que “grande parte das violências é premeditada” e parte de conhecidos da vítima. Uma pesquisa de Viviane Remor, à época estudante de Ciências Sociais, é invocada para sustentar que “70% das mulheres agredidas não registram queixa por medo ou vergonha e quando registram, dificilmente os culpados são punidos”. A matéria fala com entusiasmo de um grupo de vizinhos de Rose Mary Aparecida dos Santos que se uniu para exigir punição do agressor que tentou sequestrá-la; o grupo estaria pensando em trazer para Florianópolis o programa S.O.S. Mulher, um “plantão para atender casos de estupros, até brigas entre marido e mulher”. O não uso do termo “violência doméstica” também informa algo — um contexto, um período, e uma subjetividade produto destes.

A autora cita o estudante de filosofia Aldo Litaiff, único integrante homem do grupo, que diz que “esta briga não é só das mulheres” — a escolha de palavras nesta frase mantém oculto o violentador, o que Aldo parece estar ciente: “os culpados

²⁶ WANDELLI, Raquel. Oito por dia, aqui na ilha. Jornal Zero, Florianópolis, setembro/outubro de 1976. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

contam com o anonimato” — o que permanece sendo uma realidade para muitos casos. Um subtítulo na matéria diz “até policial rodoviário” — esse emprego da palavra “até” subentende que forças policiais produziram sujeitos éticos que “servem e protegem”, o que não se verifica na prática. Os casos mencionados adiante na matéria não serão abordados neste recorte. A estudante Viviane é invocada ao final do texto para dizer que quase sempre que a mulher entra na delegacia como vítima, acaba saindo como ré, condenada por sedução. Para ela, “o argumento de que a mulher provoca as investidas ‘com suas atitudes libertinas e roupas decotadas’, cai por terra quando se sabe que os estupradores em sua maioria, são familiares ou conhecidos próximos das vítimas”, afirma. A matéria finaliza dizendo que “Rose, Viviane e Aldo, no entanto, só acreditam na vitória desta luta ‘no dia em que mudarmos toda a estrutura social’”. Realmente.

Passados vinte e quatro anos desta movimentação, o jornalista Amilton Alexandre, conhecido como Mosquito, “tornou-se o blogueiro mais comentado de Florianópolis”, segundo Rafael Balbinotti, autor da matéria “Tijoladas na imprensa”²⁷. Balbinotti diz que “Florianópolis foi abalada por um suposto caso de estupro. O filho de 14 anos de um dos diretores da RBS (...) teria abusado, junto com dois outros garotos, de uma adolescente de 13 anos”, caso que foi denunciado no blog de Mosquito com os nomes dos abusadores. Mosquito demonstra seus porquês ao dizer que “quando é o filho judeuzinho da rede de TV que abusa de uma guria, eles acionam o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente], quando é o filho do servente de pedreiro, eles mandam para a masmorra do São Lucas pra morrer enforcado”. Àquela altura, Mosquito já havia “sido ameaçado de morte por políticos locais”. Amilton afirmou que na hora que recebeu a carta das mães do Catarinense, não teve dúvidas de que devia postar a matéria — Mosquito se referia às mães dos estudantes do Colégio Catarinense, e Balbinotti verificou que “a diretoria da escola já emitiu nota em todos os veículos da RBS desmentindo a existência de tal carta, e negando ainda que os garotos acusados fossem alunos daquela instituição”. O caso Sirotsky — e sua repercussão — foi bastante semelhante ao que ocorreu com Mariana Ferrer em 2020,

²⁷ BALBINOTTI, Rafael. Tijoladas na imprensa. Jornal Zero, Florianópolis, julho de 2010. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

cheio de ausências e demarcações de poder. No ano seguinte, Amilton foi encontrado morto em seu apartamento²⁸.

A matéria do Intercept escrita por Schirlei Alves²⁹ se inicia com a observação de que Cleni Serly Rauen Vieira, juíza substituta da 3ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis, obrigou a equipe a editar a matéria. Alves diz que conforme “o promotor responsável pelo caso, não havia como o empresário saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de consentir a relação, não existindo portanto intenção de estuprar — ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’.” O promotor descartou que a Lei nº 12.015 de agosto de 2009 inclui o tipo penal “Estupro de Vulnerável”, no Artigo 217-A, parágrafo 1º, que envolve a pessoa que “não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”³⁰. A matéria destaca o “sumiço de imagens e mudança de versão do acusado”, o uso de “fotos sensuais” de Mariana, que foram analisadas pelo advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, que as “definiu como ‘ginecológicas’, sem ser questionado sobre a relação delas com o caso, e afirma que ‘jamais teria uma filha’ do ‘nível’ de Mariana” — este caso obteve visibilidade através das redes, mas esta fala do promotor não é uma postura de todo incomum (NIELSSON; WERMUTH, 2018). Ele também repreende o choro de Mariana: ‘não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo’.”. Através da metáfora, a vítima é colocada na posição do animal — este, apesar de selvagem e feroz, é frequentemente caçado/criado para ser comido. Após Mariana tornar público seu caso em suas redes sociais, teve sua conta do Instagram removida pela plataforma “devido a um processo judicial”. André de Camargo Aranha, filho de um advogado conhecido por representar a Rede Globo, é um homem muito próximo do contexto sócio econômico de Sirotsky, assim como o promotor Thiago Carriço de Oliveira.

²⁸ REDAÇÃO ND. Morre blogueiro Amilton Alexandre, o Mosquito, em Palhoça. ND Mais, Florianópolis. 13 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/blogueiro-amilton-alexandre-o-mosquito-aparece-morto-em-palhoca>. Acesso em 27 de julho de 2021.

²⁹ ALVES, Schirlei. Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de ‘estupro culposo’ e advogado humilhando jovem. The Intercept Brasil, 03 de novembro de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em 26 de julho de 2021.

³⁰ BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Dos crimes contra a dignidade sexual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em 26 de julho de 2021.

Nos trechos das alegações finais apresentadas por Oliveira, três citações de homens do Direito fundamentam sua tese, explorando espaços na lei que tornaram possível conferir inocência ao agressor e legitimar tal decisão; o juiz Rudson Marcos “concordou com a tese do promotor e afirmou que é ‘melhor absolver 100 culpados do que condenar um inocente’”, o que não parece se aplicar aos 33,47% dos presos no Brasil, encarcerados mesmo sem condenação³¹. Ademais, apesar de que desde 1986 tenham havido avanços na legislação em relação ao estupro, quando o estuprador é um homem branco que detém poder econômico, a severidade da lei não se aplica; qual a relação entre estes casos e o fato de o Judiciário ainda ser composto majoritariamente por homens (61,2%)³²? O que estas questões enunciam acerca do mandato de masculinidade, dessa subjetividade carnofalocêntrica, de uma estrutura social patriarcal que informa poder e dominância através da violação de corpos não-homens e não-humanos? A existência de uma estrutura social que coloca o poder masculino e branco em uma posição de privilégio que se legitima historicamente através dessa violação é exatamente o que nos leva a chamar “cultura do estupro”; só torna-se cultura porque está enraizada de maneira tão profunda que transpassa subjetividades. Uma cultura fundamentada numa linguagem que apaga, distorce, torna ausente, mascara e legitima violências institucionais como essa que sofreu Mariana.

Como já evidenciado no início deste texto, a cultura do estupro é somente um dos aspectos produzidos pela manutenção e reprodução das subjetividades carnofalocêntricas na sociedade. Sustentada pelo mandato da masculinidade e transpassada pelas questões de raça e classe, a cultura do estupro se forja no seio da branquitude masculina, viril, carnívora. A partir da matéria do jornal Zero, presente no corpus documental da pesquisa da qual decorre este texto, intencionou-se mostrar diferentes abordagens sobre casos de estupro, nas quais discursos e contra-discursos se fazem presentes em constante tensão. O caso denunciado por Mosquito se desenrolou sob sigilo — e não foi o único crime cometido pelo rapaz que veio a

³¹ NASCIMENTO, Luciano. Brasil tem mais de 773 mil encarcerados, maioria no regime fechado. 14 de fevereiro de 2020, Agência Brasil, Brasília. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-02/brasil-tem-mais-de-773-mil-encarcerados-maioria-no-regime-fechado>. Acesso em 26 de julho de 2021.

³² CNJ. Diagnóstico da participação feminina no Poder Judiciário. Poder Judiciário, Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, 2019. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/05/cae277dd017bb4d4457755febf5eed9f.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2021.

público³³. O caso mais recente é deveras imediato, também ainda inconcluso — Mari Ferrer luta judicialmente não contra um sujeito, mas contra toda a estrutura que este sujeito representa. No aspecto da cultura do estupro, esta estrutura está representada pela violação das mulheres indígenas e africanas que resultou na miscigenação do povo brasileiro³⁴. Assim, convém que sejam pensadas propostas capazes de subverter estas linguagens, de estabelecer contra-discursos que deixem de ser marginais, que funcionem em horizontalidade com a comunidade e a sociedade que os produz.

Dimensões práticas da teoria engajada: imaginando possibilidades de transformação social

Foram analisados, neste texto, somente alguns exemplos pontuais dos problemas e questões mobilizados na discussão teórica proposta, a fim de introduzir e apresentar um debate que ainda é bastante incipiente no campo da História. Objetivou-se produzir, a partir desta breve análise, inquietações acerca dos aspectos da colonialidade que moldam a estrutura de poder vigente em nossa sociedade atual. Tais percepções auxiliam a construir relações mais críticas com o real e com a linguagem, com o simbólico. O trabalho que conduz este excerto tem tensionado também a dicotomia real/simbólico, provocando a construção de uma perspectiva outra. Esta perspectiva é forjada através do diálogo entre intelectuais de diferentes áreas e lugares de fala, construindo o dispositivo analítico aqui brevemente apresentado. É entendendo o recurso da animalização como uma linguagem que institucionaliza a dominância deste homem na estrutura de poder social, e o mandato de masculinidade como ferramenta legitimadora das violências intra-gênero e contra

³³ Embriagado, Sirotsky atropelou quatro pessoas em 2017, uma das vítimas morreu; o processo ainda tramita.

³⁴ ESCOBAR, Herton. DNA preserva história de populações escravizadas no genoma dos brasileiros. *Jornal da USP*, 04 de novembro de 2020. Disponível em <https://jornal.usp.br/?p=367910>. Acesso em 27 de julho de 2021; ALVES, Gabriel. Diversidade genética no Brasil é igual à soma de 54 populações no mundo. *Folha de Londrina. Folhapress*, São Paulo, 27 de setembro de 2020. Ver aplicação destes dados em análise no texto: FERREIRA, Natalia. Intersecções decoloniais: gênero, raça, espécie. *Anais do XVIII Encontro Estadual de História: Direitos humanos, sensibilidades e resistências*. UNESCO, Criciúma, ANPUH/SC. 10 a 13 de novembro de 2020.

o não-homem, que passa a ser possível desvendar a subjetividade carnofologocêntrica que produz esses sujeitos violentos através de pedagogias da crueldade. Não somente nas dimensões humanas da questão, mas no sentido mais amplo que estas noções impactam, sendo a dicotomia cultura/natureza fruto desta mesma estrutura de poder patriarcal moderno/colonial. É por essa razão que tenho defendido que a compreensão da interseccionalidade possibilita uma ampliação das potências de resistência, para que seja possível construir uma alternativa viável de transformação desta realidade.

Se nos saberes ancestrais encontramos conceitos em torno da ideia de comunidade como ubuntu e o Bem Viver, assim como estruturas sociais ginocêntricas ou a compreensão das possibilidades de expressão de gênero e sexualidades, é a partir destes saberes que torna-se possível pensar o novo, a subversão, a transgressão do poder hegemônico. Estas são as bases da resistência à colonialidade do poder — já estão prontas, sempre estiveram; delas é que podemos nutrir a pluriversidade de potências de resistência, em todo e qualquer espaço, pensando suas particularidades e valorizando-as, além de compreender a interdependência entre todo o coletivo, do qual todes fazemos parte — e que não está separado da natureza. Resistir à colonialidade é, historicamente, uma batalha de muitas frentes. Quando nós, que fazemos parte deste não-homem, desta parte da humanidade que nos é negada, percebemos coletivamente que somos interdependentes, que todes somos transpassades pela colonialidade em seus distintos aspectos e intersecções, emerge o povo que é capaz de colocar um fim à estrutura moderna/colonial do poder — que a desafia com a sua própria existência. Enquanto houver opressão, enquanto houverem hierarquias e dominações, o não-homem resistirá; diante dos espinhos que esse caminho da dissidência apresenta, é importante saber que não estamos sós. Desde as margens, as fissuras e as fronteiras, o não-homem implode a colonialidade. Que este seja um alento, mas também uma convocação.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ADAMS, Carol J. **A política Sexual da Carne: A relação entre o carnivorismo e a dominância masculina**. 1. ed. bras. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª reimpressão, 2020. p. 120-138.
- DAVIDSON, Martina. María Lugones e o pensamento de trincheiras: decolonialidade e veganismos. In DIAS, Maria Clara, et al (org.). **Feminismos decoloniais: homenagem a María Lugones**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020, p. 109-122.
- KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, Daniela (org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku, 2019. p. 29-42.
- LLORED, Patrick. Carnofalogocentrismo. **Revista Diversitas**, ano 4 n.5 (out2015/mar2016) FFLCH, USP, São Paulo.
- LLORED, Patrick. O outro feminismo (a inventar) de Derrida: As implicações éticas e políticas do carnofalogocentrismo. **Revista Trágica**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 61-76, 2016.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1ª reimpressão, 2020. p. 52-83.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, p. 935-952, setembro-dezembro/2014.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Portugal: Antígona, 2014.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade**, nº 34, p. 287-324, 2008.
- NIELSSON, Joice G.; WERMUTH, Maiquel A. D. A "Carne Mais Barata do Mercado": uma análise biopolítica da "cultura do estupro" no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ** — Rio de Janeiro, nº 34. Dezembro de 2018. p. 171 - 200.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, Editora Pontes, 8ª edição, 2009.
- PULEO, Alicia H. Ecofeminismo: una alternativa a la globalización androantropocéntrica. In: ROSENDO, Daniela (org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku, 2019. p. 43-62.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**. p. 4-29. Ano 17, nº 37, 2002.
- SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- SESMA, Angélica Velasco. De la lógica de la dominación al respeto y la empatía. In: ROSENDO, Daniela (org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku, 2019. p. 63-94.

Capítulo 12

**RESISTÊNCIA À
SERVIDÃO: PASSOS DO
ESCRAVIZADO
LEANDRO, SEU CRIME E
APELAÇÃO NO
TRIBUNAL DA RELAÇÃO
NO RECIFE (1851-1867)**

José Anselmo da Silva

RESISTÊNCIA À SERVIDÃO: PASSOS DO ESCRAVIZADO LEANDRO, SEU CRIME E APELAÇÃO NO TRIBUNAL DA RELAÇÃO NO RECIFE (1851-1867)

José Anselmo da Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco. Artigo apresentado como resultado do Relatório de Pesquisa em andamento, produzido no âmbito de Pós-Graduação de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, tendo como orientador o doutor Paulo Henrique Fontes Cadena. Servidor Público, com 35 anos de experiência no Tribunal de Justiça de Pernambuco, área de arquivamento de processos físicos na 2ª Vara da Comarca de Olinda, Graduado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, no Curso de Engenharia de Pesca e Pós-Graduado MBA em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, pela Universidade Joaquim Nabuco. E-mail: jads.anselmo@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa investiga parte da trajetória de vida do pardo Leandro Aprígio da Purificação, escravizado do senhor Bernardo Damião Franco, que ficou registrado no Arquivo Memorial de Justiça de Pernambuco, através da Ação de Homicídio, decorrente do assassinato do preto Jacinto de Nação, cativo de João Pedro de Jesus da Motta. O crime ocorreu em Recife, no dia 14 de outubro de 1851, tendo se passado a primeira e a segunda fase de conhecimento dos autos, dentre os anos de 1851 a 1867. Portanto, essa pesquisa versa sobre um processo criminal que retrata dois escravizados, brigando fisicamente numa taberna, onde o pardo Leandro atentou contra a vida do preto Jacinto e se ausentou por quase dez anos. O senhor de Leandro apesar de ter tido ciência e levado os autos em 1852, devolveu-o em 1854 sem defesa no transcurso do processo. Ademais, emitiu uma certidão de liberdade para Leandro sem data, reconhecendo-a nos autos em junho de 1860, o que agravou sua condenação. A análise da documentação selecionada para esta pesquisa demonstra as estratégias de resistência e o cotidiano de Leandro na sociedade escravocrata, ao retratar suas conquistas e frustrações no espaço urbano. Além disso, a vida deste cativo nos conduzirá a perceber, através de sua prisão na Casa de Detenção, o processo da sua atuação em uma das oficinas como mestre sapateiro, no exercício da sua função social, conforme Ofícios do Administrador do presídio, Rufino de Almeida. No procedimento metodológico, foi utilizado à micro-história, seguindo o exemplo de Carlos Ginzburg, reconstruindo o fio da história do cativo citado, por meio

da narração do seu cotidiano e trajetória na parte Oeste do Recife, que integra fatos singulares e a compreensão mais ampla e maior poder interpretativo, do julgamento e testemunhos, assim como as tensões, as alianças, as condutas e enganos, refletida nos comportamentos e atitudes dos diversos agentes históricos, que participaram diretamente ou indiretamente, além das autoridades, que decidiram o destino do escravizado, onde houve a transcrição do processo de Leandro como sujeito histórico, bem como os procedimentos técnicos documentais com a abordagem qualitativa e bibliográfica do problema – a escravidão emergente das relações sociais de poder, a qual estrutura um grande abismo de desigualdade. Logo, nossas fontes são um aglomerado de leis, perícia, testemunhos, relatórios do Tribunal da Relação de Pernambuco e do Ministério Público, petições, libelos acusatórios, mesmo existindo fraude processual, sentenças proferidas pelos juízes, acórdão, apelação, ofícios na Casa de Detenção, pesquisas bibliográficas, abordando os elementos científicos, sociais, políticos, temporais e espaciais deste fenômeno social.

Palavras-chave: Escravidão. Resistência. Crime. Recife Oitocentista.

ABSTRACT

This research investigates part of the life trajectory of the brown Leandro Aprígio da Purificação, enslaved by Mr. Bernardo Damião Franco, who was registered in the Pernambuco Memorial Justice Archive, through the Homicide Action, resulting from the murder of black Jacinto de Nação, captive of João Pedro de Jesus da Motta. The crime took place in Recife, on October 14, 1851, having passed the first and second phases of knowledge of the records, between the years 1851 to 1867. Therefore, this research is about a criminal case that portrays two former enslaved, physically fighting in a tavern, where the brown Leandro tried against the life of black Jacinto and was absent for almost ten years. Mr. de Leandro, despite being aware of and taking the records in 1852, returned it in 1854 without defense in the course of the process. In addition, he issued an undated certificate of liberty to Leandro, recognizing it in the file in June 1860, which aggravated his conviction. The analysis of the selected documentation for this research demonstrates Leandro's resistance strategies and daily life in the slave society, by portraying his conquests and frustrations in the urban space. In addition, the life of this captive will lead us to realize, through his imprisonment in the House of Detention, the process of his performance in one of the workshops as a master shoemaker, in the exercise of his social function, according to the Official Letters of the Prison Administrator, Rufino de Almeida. In the methodological procedure, micro-history was used, following the example of Carlos Ginzburg, reconstructing the thread of the story of the aforementioned captive, through the narration of their daily life and trajectory in the western part of Recife, which integrates singular facts and more understanding. broad and greater interpretive power, judgment and testimonies, as well as tensions, alliances, conduct and mistakes, reflected in the behavior and attitudes of the various historical agents, who participated directly or indirectly, in addition to the authorities, who decided the fate of the enslaved, where there was a transcription of Leandro's process as a historical subject, as well as technical documental procedures with a qualitative and bibliographic approach to the problem – the emerging slavery of social power relations, which structures a great abyss of inequality. Therefore, our sources are a cluster of laws, expertise, testimonies, reports from the Court of Appeal of Pernambuco and the

Public Ministry, petitions, accusatory indictments, even if there is procedural fraud, sentences handed down by judges, judgment, appeal, letters at the House of Detention, bibliographic research, addressing the scientific, social, political, temporal and spatial elements of this social phenomenon.

Keywords: Slavery. Resistance. Crime. 19th century Recife.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma discussão teórica, que tem como base a pesquisa realizada sobre a resistência e cotidiano: o escravizado Leandro, seu crime e apelação no Tribunal da Relação no Recife (1851-1867), a respeito de uma ação criminal de homicídio e apelação, que ficou registrado no Memorial da Justiça de Pernambuco. Trata-se do cotidiano histórico perseguido do escravizado Leandro, ao mostrar a importância do processo criminal, por meio de suas estratégias de sobrevivência e resistência na escravidão, algumas de suas conquistas e frustrações em Recife, o crime pelo qual foi denunciado na taberna da Madalena e sua apelação, decorrente do assassinato do preto Jacinto de Nação, evidenciando sua proeminência na ação educativa para as relações étnico-raciais, a partir da micro-história, seguindo o exemplo do historiador Ginzburg, em “O nome e o como” (1989), propondo uma discussão a respeito da fragmentação da história de vida do cativo entre os leitores interessados de hoje, no estudo da percepção de sujeito histórico na perspectiva de Carvalho (2002) e Chalhoub (2011), em um processo de transformações sociais contínuas, que investiga a consciência crítica destas, que retrata uma trajetória da época da escravidão, orientando o público sobre a cidade em que vive, a partir do conhecimento de vivência das gerações passadas, contribuindo para formação da cidadania, conforme citado pelas historiadoras Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Vianna Dantas:

“A inclusão da história da África e dos afro-brasileiros nos currículos escolares está ancorada, sem dúvida, num projeto de afirmação do Brasil como uma sociedade multicultural e de reconhecimento do importante papel dos negros na formação da sociedade brasileira, em todos os aspectos, muito além da escravidão ou da submissão” (MATTOS, ABREU, DANTAS e MORAES, 2010).

A presente pesquisa é fruto de um esforço coletivo, simultâneo a experiência profissional adquirida no Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao ser responsável pelo

arquivamento de todos os processos da 2ª Vara Cível da Comarca de Olinda, que despertou o interesse de aumentar os meus conhecimentos. Nesse sentido, o estudo dos autos do escravizado Leandro, foi escolhido de um acervo de 200.000 processos (cíveis e criminais), que estão arquivados no Arquivo Memorial da Justiça de Pernambuco.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A micro-história no processo funciona como uma forma de investigação, em que se valorizam as percepções da realidade social dos indivíduos. Assim como Carlo Ginzburg (1987) perseguiu e investigou o moleiro Menocchio, aqui nesta pesquisa foi perseguido e investigado, o escravizado Leandro Aprígio da Purificação, na parte Oeste da cidade de Recife, banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe, formando verdadeiras ilhas.

Através do auxílio do historiador Marcus J. M. de Carvalho, o qual afirma que “ciência é, em grande parte, integração” (CARVALHO, 2002, p. 5). O cotidiano de Leandro estava integrado ao espaço escolhido, localizado na parte Oeste de Recife. E, por causa dessa necessidade de integração, que o ponto de partida para o estudo do escravismo no Recife é ter sempre em mente o contexto da primeira metade do século XIX. “Não há como isolar a história do escravismo desse panorama mais amplo” (CARVALHO, 2002, p. 5). Por outro lado, Marcus J. Maciel de Carvalho, nos mostra a situação do escravizado em Recife, no contexto urbano e o seu relacionamento com os diversos agentes históricos.

Marcus J. Maciel de Carvalho, em sua obra “Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850”, apresenta a realidade do cotidiano da sociedade escravista, na cidade de Recife, anterior ao tempo do ocorrido com o personagem indicado nesta pesquisa Leandro Aprígio da Purificação (CARVALHO, 2002, p. p. 3, 4). Carvalho afirma que a história da escravidão em Recife, entre a independência e o ano de 1850, se subdivide em três partes. Primeiramente, o espaço e a distribuição das pessoas na cidade, assim como a reprodução do sistema, com o comércio de escravizados, e, por fim as estratégias silenciosas de sobrevivência e resistência, no caminho da liberdade (CARVALHO, 2002, p. 11-13).

Para Sidney Chalhoub, na obra “Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte”:

Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isso ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, esse campo de possibilidades”, como em (CHALHOUB, 2011, p. 318).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

No procedimento metodológico, foi utilizado à micro-história, seguindo o exemplo de Carlos Ginzburg, “o fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental, é aquilo que distingue o indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG, 1989, 174). Por meio dos autos judiciais de Leandro, foi possível fazer uma viagem no tempo, reconstruindo o fio da história de resistência do cativo, através da narração do seu cotidiano e trajetória na parte Oeste do Recife, dos fatos singulares com maior poder interpretativo, que não esgota os seus mistérios e profundezas, onde houve a transcrição do processo de Leandro como sujeito histórico, aplicando a abordagem qualitativa do problema. Bem como os procedimentos técnicos documentais, com a abordagem bibliográfica.

O escravizado Leandro nasceu, no ano de 1820, filho de Antônia da Cunha Granco, traficada da África, como consta nos autos. Neste período, as relações dos escravizados eram pautadas nas resistências diárias ao conturbado cenário existente da escravidão. Marcus Carvalho, diz que os escravizados “estavam atentos ao que acontecia ao seu redor, sendo capazes de criar alternativas, para si próprios, a partir das brechas abertas pelos reajustes por que passou o sistema escravista [...] entre a Independência e 1850” (CARVALHO, 2012, p. 12).

Os autos contam que, em 14 de outubro de 1851, na Taberna do português Bento Joaquim Gomes, situada na Travessa dos Remédios, que faz esquina para passagem da Madalena, o pardo Leandro Aprígio da Purificação, escravizado do senhor Bernardo Damião Franco e o preto Jacinto, escravizado do senhor João Pedro de Jesus da Motta, se desentenderam, desencadeando uma briga física, o que resultou na morte do preto Jacinto. Um processo criminal foi instaurado, mas Leandro se ausentou por quase dez anos. Seu senhor apesar de ter tido ciência e levado os

autos em 1852, devolveu-o em 1854 sem exercer o amparo legal de defesa no transcurso do processo. Ademais, emitiu uma certidão de liberdade para Leandro sem data, reconhecendo-a nos autos em junho de 1860. (Memorial da Justiça de Pernambuco - MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. p. 60, 98).

Inicialmente a pesquisa reflete à resistência escravocrata, frente aos ideais dos dirigentes sociais, diante das legislações brasileiras, que estavam em vigor na época, que era a primeira Constituição Brasileira, outorgada de 1824 (BONAVIDES, Paulo. 2000), que garantiu a criação e reformas no sistema judicial, como explanado por Coda:

A primeira delas foi a criação dos juízes de paz, com atividades conciliatórias, porém após atribuí-lhes competências judiciárias, policiais e administrativas, que foram ampliadas ou diminuídas, conforme o governo legislava e consolidava a ordem institucional vigente (CODA, 2012, p. 92).

Logo após veio a publicação do Código Criminal (BRASIL, 1830), e do Código de Processo Criminal do Império (BRASIL, 1832), ambos estabeleciam normas que regulavam o sistema judicial.

Assim, na segunda parte, o estudo do cotidiano, por meio da transcrição do processo físico, nos possibilitou mostrar parte da trajetória, do escravizado Leandro, na parte Oeste de Recife, bem como ofícios do administrador Rufino de Almeida da Casa de Detenção, nos permitiu a análise das tensões, que envolviam o escravizado e a sociedade na época, além de identificar a sua função social exercida dentro da Casa de Detenção.

A penitenciária Casa de Detenção, atual Casa da Cultura era segundo os historiadores, Clarisse Nunes Maia e Flávio de Sá Cavalcante de Albuquerque Neto:

Um espaço em que as barreiras entre escravizados e livres eram tênues, da mesma forma que, no mundo das pessoas comuns, cativos e a população livre se confundiam no dia-a-dia das grandes cidades, beneficiados ainda pelas redes de solidariedade e de pertencimento. [...] Entretanto, pelas dificuldades na boa condução da disciplina da instituição, bem como devido aos casos que iam além do previsto no Código Criminal e no Código de Processo Criminal, as condições de vida das duas categorias eram bem parecidas no interior da prisão (MAIA; NETO. In CABRAL et al, 2012, p. 183).

Desse modo, no curso da ação judicial de Leandro, o magistrado Manoel Felipe da Fonseca, em consonância com o delegado Delfino Gonçalves Pereira Lima e o Promotor Tavares da Silva, sentenciou à prisão de Leandro por meio do art. 193º Código Criminal, determinando que fosse colocado o nome do réu no rol dos culpados,

em 1854, permanecendo os autos cinco anos sem movimentação. Em 1860, o mesmo Juiz, Municipal Suplente da Primeira Vara, Manoel Felipe da Fonseca, que o sentenciou sem defesa inicial e sem intimação da sentença, mandou que reinstaurasse o competente processo de responsabilidade por falsificação contra o serventuário, escrivão João Maurício de Serra (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 78).

Leandro chegou a morar em Afogados, onde exerceu a sua profissão de sapateiro, e nos últimos três anos antes da prisão morou no Engenho Sítio do Meio de Bernardo José da Câmara (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. p. 95, 114). Dois anos depois de sua prisão casou-se no Oratório da casa de Detenção, com sua amásia, que lhe deu filhos e tornou-se mestre sapateiro (APEJE, CDR, Ofício, José Rufino Augusto de Almeida, 1862, p. 4.1/3), empregando dez (10) presos, que sustentavam financeiramente suas famílias, influenciando o Setor Terciário pela prestação dos Serviços, pois adquiriu a confiança do Administrador da Casa de Detenção Rufino de Almeida, que prestava serviços às Repartições Públicas, na confecção de Coturnos para a Soldadesca do Estado. (APEJE, CDR, Ofício, José Rufino Augusto de Almeida, 1870, p. 65).

O ato de qualificação foi realizado, em 19 de agosto de 1860, na Casa de Detenção do Recife com a presença do Doutor Francisco de Araújo Barros, Juiz Municipal da segunda vara, preparador dos processos do Júri, além do Escrivão nomeado, e réu presente do processo. Ao réu Leandro Aprígio da Purificação, escravizado de Bernardo Damião Franco, foram feitas as seguintes perguntas com suas respectivas respostas:

Qual o seu nome? Leandro Aprígio da Purificação; De quem eras filho? De Antonia da Cunha Granco, ignorando quem seja seu pai; Que idade tinha? Quarenta anos; Seu estado civil? Solteiro; Sua profissão? Sapateiro; Sua nacionalidade? Brasileira; Lugar de nascimento? No lugar dos Afogados; Se sabia ler e escrever? Disse que não sabia; Se era livre ou escravo? Declarou ser livre, apresentando erro certidão de liberdade sem data. (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 95-97)

Por fim, o auto de Leandro, foi lavrado após não haver mais perguntas e como o réu não sabia ler ou escrever, o advogado Alexandre Joaquim Coelho da Silva assinou em seu rogo.

4. ANÁLISE DE DADOS

O réu em questão, Leandro Aprígio da Purificação, escravizado de Bernardo Damião Franco, ocupava o banco dos réus por crime de assassinato contra o preto Jacinto, escravizado de João Pedro de Jesus da Mota. A justiça pública moveu o processo contra o escravizado Leandro pelo assassinato do escravizado Jacinto (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 13). Tal ato foi praticado com instrumento perfurante, causando um ferimento em cima do estômago, conforme vistoria do corpo de delito, no escravizado Jacinto pelos peritos, os cidadãos Félix Neves Cavalcante e Augusto Carlos da Fonseca. O réu foi preso e notificado na Casa de Detenção, quase 10 anos após o fato ocorrido.

Depois das averiguações realizadas pelo subdelegado e perícia médica, era a vez de ouvir o agressor, o que não aconteceu por quase 10 anos. Entre os anos 1851 a 1852, foram ouvidos sete testemunhos, mas há de se destacar que, as testemunhas interrogadas pela justiça limitam-se a responder, apenas aquilo que lhe fora perguntado, não havendo liberdade de pronúncia. Dois meses depois da qualificação de Leandro nos autos, em novembro de 1860, deu-se início a fase de instrução processual e juntada de documentos, na presença dos doze jurados, quando estava presente o Leandro Aprígio da Purificação, que foi submetido a um interrogatório para prestar o seu depoimento perante o juiz de direito, mas só responder o que lhe fosse perguntado. “[...] Perguntado se com efeito sabia que esse preto de nome Jacinto fora assassinado? Respondeu que veio saber disso depois que está preso, porquanto lhe contaram que a sua prisão era por causa dessa morte” (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 115).

Na medida em que a leitura do documento processual foi progredindo, ficou claro que Leandro era sim um escravizado, mas que no andamento do julgamento apresentou uma carta de alforria sem data de validade, servindo apenas para um álibi do seu senhor, deixando-o isento de qualquer responsabilidade, conforme citado pelo advogado Dr. Joaquim de Souza Reis (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 138-140). Importante destacar que, o seu senhor foi nomeado pela justiça para ser seu curador e desde o início do processo o réu é apresentado como escravizado, embora o mesmo alegue em alguns momentos ser um homem livre.

As inquirições naqueles dias começaram com a oitiva das testemunhas, e são de sete depoimentos que possibilitam uma visão mais aproximada do que pode ter acontecido naquela tarde, precisamente às três horas da tarde, do dia 14 de outubro de 1851. Bem como de algo muito maior, que vai além do crime: a visão de mundo e o cotidiano daqueles personagens, sendo evidente que pessoas simples, perante a justiça falam o menos possível.

No Brasil oitocentista, essa restauração do flagrante delito poderia se dar por testemunhas que sabiam apenas “por ouvir dizer” ou, “por ser voz pública”, isso já era o bastante para a denúncia e a condenação dos réus, segundo César Múcio Silva (SILVA, 2004, p. 60). O relato da testemunha Vicente José da Costa não difere e nem contradiz o de Felix Monteiro Castro, os quais afirmaram que ouviram dizer que, no dia 14 de outubro às três horas da tarde, fora morto um escravizado de nome ignorado por um mulato, que diziam ser de Bernardo Damião Franco e que, tal acontecimento tivera lugar na porta de uma venda na passagem da Madalena (Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: p. p. 24, 25).

A testemunha, Bernardo de Barros Barreto, alegou que conhecia Leandro, que ele era um morador no Lugar de Remédio e vivia uma vida de forro. Mas, não tinha conhecimento se o mesmo seria alforriado ou, como diziam, era cativo do senhor Bernardo Damião Franco. Que no dia 14, pelas três horas da tarde, estando na varanda viu em frente da sua casa o crime. E, a testemunha, Firmino de Jesus Ferreira, informou que, estando em sua casa, foi chamar o dono da venda para ver se o preto Jacinto, escravo de João Pedro de Jesus da Motta estava morto (Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: p. p. 28, 29; 40, 41).

Assim, nos autos traz a declaração de Bento Joaquim Gomes, Português, proprietário da venda onde ocorreu o assassinato, tendo o mesmo informado que não presenciou o fato por não encontrar-se dentro do estabelecimento, mas ao chegar no local, confirmou o ato consumado (Memoria de Justiça, processo-crime: p. 31-33).

No depoimento de Luis Thenório de Mello Albuquerque, o qual afirmou que soubera às sete horas da noite, daquele dia 14 de outubro de 1851, que tinha ocorrido uma morte no lugar da Passagem da Madalena e que, no dia seguinte quando falava sobre o assunto, tomou conhecimento que o morto era escravizado e o matador não sabia quem era. Pelo depoimento de Luis Thenório de Mello Albuquerque observa-se

que ele não tinha conhecimento do fato e nem tinha visto o ocorrido, diferente da versão do Firmino de Jesus Ferreira que ao saber do ocorrido foi chamar o dono da venda e esteve no local do fato ocorrido (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 33-35).

No depoimento da sétima testemunha, Emiliano Antonio Moreira, teve duas versões, inicialmente disse que:

Ouviu dizer por diversas pessoas que tinha sido assassinado com uma facada um escravo, cujo assassino se dizia ter sido um escravo de Bernardo Damião Franco, morador do lugar dos remédios, porém na segunda versão informou que depois de alguns dias do fato referido, segundo suas lembranças, ouviu dizer por diversas pessoas que não tinha sido o escravo de Bernardo Damião Franco, o assassino, sem, todavia, ter havido imputar se aconteceu (Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: p. 51-53).

Em 11 de agosto de 1854, na freguesia dos Afogados, na casa de audiência, foi entregue os autos ao escrivão Manoel José Maurício de Lima com o despacho de pronúncia contra o réu ausente, Leandro, pardo, escravo de Bernardo Damião Franco, proferido pelo Subdelegado Suplente em exercício, Francisco de Alcântara Barros, com determinação para emissão do mandado de prisão, o qual foi expedido no dia seguinte (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. p. 66, 67).

Ao analisar parte da trajetória de aventuras e desventuras vividas pelo escravizado Leandro, algumas questões puderam ser levantadas: Por que Leandro se ausentou por quase dez anos? E se Leandro fosse realmente livre antes do crime? Por que Leandro não conseguiu outro curador em sua defesa? Leandro não sabe que é livre? Será que não foi o senhor de Leandro que mandou dar uma punhalada no Jacinto? Ou Será que foi uma emboscada preparada pelo senhor Bernardo Damião Franco contra os dois escravizados? Existia um confronto entre os senhores dos escravizados?

Neste contexto, convido o leitor para construir comigo algumas respostas a essas questões, e com ajuda da visão Machadiana em sua Crônica “Bons Dias”, transcrita e comentada no livro de John Gledson, segundo Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 2011, p. 116-125), sobre a decisão de Machado de Assis, oferecer um jantar na sua casa, no intuito de alforriar o escravizado molecote chamado Pancrácio, podemos conseguir três (03) possibilidades, que ele chama de verdade “[...] Mas, dirás tu, como é que podes assim discernir a verdade daquele tempo, e exprimi-la depois de tantos anos? [...]” (ASSIS, 1881, p. 98): a primeira o senhor Bernardo Damião

Franco, ressentido pelo fato de o Estado estar interferindo nas suas relações com o seu escravizado, Leandro Aprígio da Purificação e, achando que ia perdê-lo, um bem de alto valor econômico, refletindo na sua vida social e na impossibilidade de mudar as coisas, sua ação estava alinhada na tentativa de salvar sua aparência perante a sociedade, por isso resolve se antecipar à lei, o enviando para o mato, colocando o pardo Leandro no limiar entre o cativo e a liberdade e, para atender os seus interesses ocultou o processo por dois anos.

Na segunda hipótese, a alforria como parte de uma política de domínio, como estratégia de produção de dependentes, como forma de manter o escravizado liberto dependente do seu proprietário, foi um dos pilares dessa política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores. Nesse sentido, o senhor de Leandro concede ao cativo uma certidão de liberdade sem data, que diz ser: “ele livre há anos”, declarando isso formalmente nos autos que, reconhecia a certidão de tê-lo libertado há anos, isso já nas vésperas do final do julgamento de primeira instância, através desta declaração de liberdade, o senhor de Leandro ficou livre de qualquer reponsabilidade nos autos de defender o seu escravizado, que se encontrava privado de sua liberdade por está preso e que, essa alforria não implicava qualquer alteração na vida de Leandro, tendo em vista a continuidade de sua prisão, pois o que tinha ocorrido foi apenas à passagem de Leandro de um tipo de relacionamento social e econômico injusto e opressivo do senhor para ficar à disposição da justiça.

Na verdade, a alforria de Leandro trata das discontinuidades do processo de mudanças e rupturas efetivas, que os acontecimentos evidenciavam, quando Leandro some e aparece depois de anos. Enquanto que, o processo criminal tem seu seguimento normal nos anos de 1851 até 1852, quando foi interrompido por ter sido levado os autos pelo senhor de Leandro, até sua devolução por terceiro no ano de 1854, ano em que foi dado a sua sentença e colocado o seu nome no rol dos culpados, depois passa cinco anos sem movimentação processual, até que em 1860 com o cumprimento do mandado de prisão, Leandro fica preso na Casa de Detenção e o processo volta a prosseguir.

A terceira possibilidade o escravizado, Leandro Aprígio da Purificação, como os demais escravizados em geral nos últimos 40 anos, haviam assumido atitudes mais firmes no sentido de obter a liberdade nesse período, foi essa mudança significativa

nas décadas de 1850 e 1860, que se inclui na linha de força do processo, as transformações nas atitudes das próprias pessoas de cor, ou pelo menos a percepção por parte dos senhores de que algo estava mudando entre os escravizados, então o senhor de Leandro se rende e concede a sua liberdade.

No Libelo Acusatório, a Promotoria por meio do Promotor Público interino, Francisco Leopoldino Gusmão Lobo, pede ao Juiz Municipal Francisco de Araújo Barros, da Segunda Vara Criminal, a condenação no grau máximo no art. 193º por serem as circunstâncias agravantes nº 4 e 6 do art. 16º do Código Crime, contra o réu preso. Leandro, escravizado de Bernardo Damião Franco, estava sobre Custódia, pelo fato criminoso ocorrido na porta da venda de Bento Joaquim Gomes, freguesia dos Afogados, no dia 14 de outubro de 1851, pelo assassinato do preto Jacinto, escravizado de João Pedro de Jesus da Motta (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. p. 79, 80).

No dia da audiência, às dez horas da manhã, em 16 de novembro de 1860, na 5ª sessão do Júri, o processo de Leandro foi apresentado, pelo Juiz Municipal da Segunda Vara Criminal, Francisco de Araújo Barros e recebido pelo Doutor Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal e Presidente do Tribunal do Júri, Bernardo Machado da Costa Doria, que após averiguar a presença e exclusão dos Jurados de Sentença, declarou aberta a sessão, onde o escrivão interino Antonio Joaquim Pereira de Oliveira convocou os 48 jurados, dos quais estavam presentes 42.

Havendo sido feito o pregão em alta voz, pelo Porteiro Francisco João Honorato Serra Grande, que tocou a Campainha, e nesta ocasião as partes tomaram assento nos seus devidos lugares, estando presentes o Promotor Público Francisco Leopoldino Gusmão Lobo, como representante da parte autora a Justiça Pública e o Réu Leandro Aprígio da Purificação (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 110-116), por seu advogado o bacharel Augusto Elísio de Castro Fonseca, não compareceram as testemunhas, pois já tinham sido ouvidas anteriormente (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 24-53). Assim, procedeu-se o sorteio dos 12 juízes, Jurados de Sentença, pelo menor Galino Augusto Pires, tendo o 1º como Presidente dos Jurados, que com a mão direita, sobre o livro dos Santos Evangelhos, proferiram o seguinte juramento: “Juro pronunciar bem e sinceramente nesta causa, lavre-me com franqueza e verdades, a tudo diante de meus olhos, e Deus, e a Lei e proferir o meu voto, segundo a minha

consciência, e depois dizendo sucessivamente os demais juízes de fato, com a mão direita o juro”, perante todos e na ocasião foi estipulado multa para os 06 jurados faltosos, sendo anotado em livro próprio e logo em seguida, deu-se início ao interrogatório de Leandro Aprígio da Purificação (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 114-116).

O autor José Murilo de Carvalho afirma que “uma elite homogênea possui um projeto comum e age de modo coeso” (CARVALHO, 1996, p. 30). Assim, além das leis imperiais terem sido traçadas por uma elite aristocrática, escravista e culta:

[...] quem definiu o que era e o que não era crime, e toda legislação penal foram os condutores da sociedade, os detentores do poder político a partir das suas relações com o restante da sociedade. A criminalização de qualquer ação, desde a simples desobediência ao trabalho compulsório, até o assassinato de alguém, ocorreu a partir dos interesses que essa elite tinha para o Brasil. Desse modo, as leis penais do século XIX tinham no escravizado sua principal presa, representando nitidamente o que era útil para os escravocratas (SANTOS, 2015, p. 3 apud CARVALHO, 1996, p. 81).

Após o interrogatório, no Tribunal do Júri, foi dada a palavra ao Promotor Público Interino, que mostrou os artigos da lei e o grau da pena em que pelas circunstâncias entendia estar o réu incurso, leu outra vez o libelo e as palavras do processo, expôs os fatos e razões que sustentavam a culpabilidade do réu. Na dedução da defesa, foi dada a palavra ao Defensor do réu, este ao mostrar a lei, provas, fatos e razões quis convencer a inocência do réu. Então houve a réplica, sobre os argumentos em contrário e a tréplica. (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 117-118).

Nesse sentido, os 12 jurados foram da sala pública para sala secreta e vice-versa, acompanhados por dois Oficiais de Justiça, Francisco Manoel de Almeida e Pedro Ferreira das Chagas, a fim de ser feita a votação em secreto, conforme resultado das votações dos quatro quesitos expostos nos autos (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 126).

Desta maneira, o Dr. Juiz de direito, da Primeira Vara Criminal, Machado da Costa Dória, atendendo a resposta do Júri de Sentença, sobre o fato principal e nas circunstâncias das questões propostas, condenou o réu, Leandro Aprígio da Purificação a 12 anos de prisão no grau médio do artigo 193º do código penal, e a pagar às contas do processo. Deste julgamento coube recurso, na segunda Instância, em 12 de março de 1861, que foi feito através dos dois advogados do Leandro, porém o Desembargador Relator julgou improcedente a sua apelação, por ter apresentado

certidão de liberdade e declaração do seu senhor nos autos, alegando o fazer liberto há anos, não obtendo assim o ganho de causa.

Leandro ficou preso na Casa de Detenção, contudo só tomou ciência do resultado da apelação, quando o processo foi devolvido da segunda para primeira instância, em 16 de fevereiro de 1867. Desta forma, restava agora cumprir o tempo remanescente de sua pena até completar os 12 anos, em junho de 1872.

Assim, esta documentação processual, nos ofereceu a oportunidade de reconstruir parte da trajetória de Leandro, narrando sua história de vida no cotidiano de Recife, como também revelando personalidades individuais de sujeitos históricos, tendo em vista que todas elas possuíam um desejo ininterrupto de domar o escravizado, conforme foi exemplificado na crônica de “Bons dias!”, do autor Machado de Assis, ao revelar as tentativas de controle de poder (CHALHOUN, 2011, p. 121-123).

Nos autos judiciais se torna possível olhar o passado e entender um pouco melhor o presente, através da interação verbal do Leandro por meio dos questionamentos das autoridades e o registro das transformações culturais e históricas. Neste cenário, foi possível buscar e localizar o maior número de evidências possíveis por meio das respostas do réu e testemunhos para entender o passado de Leandro. Em seguida, conferir essas evidências e interpretá-las de modo a relacioná-las ao estudo das resistências e cotidiano do escravizado, no processo em tela, observada na transcrição do mesmo no tempo real constante do inventário post-mortem e recriando isso em um texto narrado no espaço escolhido de Recife, que nos abrem perspectivas e pontos de vista.

Nesta Ação Judicial, cento e quarenta e sete laudas puderam ser transcritas, formando este conjunto de arquivos, que permitiram a construção desta pesquisa. E, houve catorze folhas indecifráveis, em um total de cento e sessenta e uma páginas amareladas, principalmente devido ao tempo, que acabaram se desgastando. Cronologicamente, trata-se do período de 1851 a 1867, que teve início o processo do escravizado Leandro.

No caso concreto de Leandro, o processo revela uma reviravolta. Pois, o mesmo se tornou agente da apelação criminal, por seus advogados, enquanto a Justiça Pública passou a ser ré, mas, o julgamento permaneceu inalterado em decisão de grau médio. Portanto, houve um momento ímpar no processo, em que Leandro por

seu advogado, Joaquim de Souza Reis, alegou que a certidão de liberdade provava apenas que o seu senhor o abandonou, por não precisar ela à época em que foi passada, ou seja, solicitou a desconsideração da declaração de alforria entregue pelo seu senhor, embora esse fosse o maior sonho dos escravizados (MJPE. Processo-crime: Escravizado Leandro Aprígio da Purificação, p. 128, 138 e 139).

O processo não informa por quanto tempo Leandro Aprígio da Purificação ficou preso. Entretanto, foi utilizado como fonte de pesquisa, a biblioteca da Unicap, Hemeroteca Digital, pesquisa bibliográfica e o acervo do Arquivo Público Jordão Emerenciano de Pernambuco, Fundo Casa de Detenção da Cidade do Recife (CDR), analisando ofícios, relatórios e correspondências do diretor da Casa de Detenção do Recife, José Rufino Augusto de Almeida, em que foi possível evidenciar que o escravizado ficou por mais tempo na prisão, do qual havia sido condenado (APEJE, CDR, Ofício, José Rufino Augusto de Almeida, 1874, p. 120). Esses documentos eram possíveis de ler, apesar de existirem algumas páginas fragmentadas.

Ademais, foram analisados os seguintes arquivos: Biblioteca Pública do Estado – BPE e Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Portanto, sobre o escravizado Leandro, fora produzido um avultado número de fontes que, entre fichas de entradas em cadeias e prisões, interrogatórios, libelos acusatórios, autos processuais, leis e matérias jornalísticas mostraram fragmentos do passado, o cotidiano de um escravizado de Recife, que se tornou condenado pela justiça por crime de homicídio. Ou seja, sua mobilidade em Recife e depois dentro da Casa de Detenção do Recife e seu destaque com a profissão de sapateiro (APEJE, CDR, Ofício, José Rufino Augusto de Almeida, 1862, p. 4 1/3).

No cenário construído pela micro-história, seguindo o exemplo de Carlo Ginzburg, foi considerado a realidade histórica de parte da trajetória do Leandro Aprígio da Purificação, onde constam locais percorridos no Recife Oitocentista, o comércio na taberna, as ocupações, que retratam o cotidiano e a vida dos escravizados, olhando com intensidade analítica, aspectos dessa realidade em escala reduzida, por meio de um processo judicial, que deixa rastros para compreensão de fragmentos da vida de Leandro Aprígio da Purificação.

E, assim, pretende fixar-se como instrumento que relata a necessidade da construção, desconstrução e reconstrução da identidade negra, propondo uma didática pedagógica que promova uma nova consciência transformadora. Logo, o

produto propõe um formato de texto narrativo, com perguntas e respostas, norteando os leitores ao período em questão, permitindo qualificar a nossa compreensão do processo de homicídio/apelação, que são o objetivo de toda investigação do passado de Leandro Aprígio da Purificação, que poderá chamar atenção dos interessados em investigar e conhecer melhor continuamente os limites do saber histórico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das fontes de pesquisa obtidas, por meio da transcrição do processo criminal de Leandro, encontrado no Museu MJPE, acrescida da leitura bibliográfica do historiador Marcus J. M. de Carvalho e Chalhoub, dentre outros, procuramos ao máximo o diálogo com as mesmas, nunca as tomando por inocentes, desarraigadas de seu tempo. Assim, foi possível acompanhar o cotidiano e parte da trajetória de Leandro no espaço urbano, localizado na parte Oeste de Recife, que se conduziram através de uma viagem feita nos autos judiciais, das leis e das normas locais, como forma de controle social.

A polícia e a justiça observadas nos autos do processo pelos sujeitos de direito, possibilitou identificar, padrões de comportamento e julgamentos, que serviram para entender melhor a estrutura social e política da sociedade, destacando a visão da situação do escravizado no contexto urbano em Recife e o seu relacionamento com os diversos agentes históricos. Nesse sentido, observou-se no processo, que o subdelegado usou a mesma norma que o juiz e o desembargador do Tribunal da Relação de Pernambuco para justificar a sentença e deixar o cativo Leandro na prisão.

Nessa pesquisa, foram encontradas algumas das profissões exercidas pelo escravizado Leandro, entre as alternâncias dos locais em que viveu e trabalhou destacam-se: escravizado com o seu senhor Bernardo Damião Franco, na Madalena; em açougue, na Taberna do Português na Madalena – conforme o dono da venda, Bento Joaquim Gomes; como sapateiro, em Afogados; e por fim na agricultura com outro senhor Bernardo José da Câmara, no Engenho Sítio do Meio.

O seu destaque depois de preso na Casa de Detenção, como mestre sapateiro, ensinando a profissão a dez presos, além da sua importância de oportunizar o espaço à sua voz e a outros cativos, frente ao aparelhamento de normatizações das ações

dos escravizados e da sociedade no Brasil, que permitiram a construção desta pesquisa e entendermos os ideais dos dirigentes sociais. As tensões nas relações entre os escravizados, nessa ação judicial possibilitaram ver diversos aspectos da vida, vivenciados pelos personagens históricos, inclusive, revelando a fraude processual cometida pelo servidor Manoel José Maurício de Serra, que deu origem a outra demanda judicial pelas falsificações cometidas nos autos. Mesmo assim, a sentença da prisão do Leandro permaneceu inalterada.

Os testemunhos tinham uma importância essencial, nesse estudo de categoria isolada de crime, para o desfecho do sumário, o entendimento dos jurados e a enunciação do veredicto, abrindo espaços para diálogos e debates sobre a situação servil, tanto no período, quanto na atualidade. Assim, tal processo aconteceu nas décadas de 1850 e 1860, sendo encontrado no acervo do Memorial da Justiça de Pernambuco, constante no Tribunal da Relação de Pernambuco, na caixa 2346A.

O poeta Rainer Maria Rilke, referindo-se às palavras de crítica às obras de arte, afirmou que: “As coisas estão longe de ser todas tão tangíveis e dizíveis quanto se nos pretenderia fazer crer; a maior parte dos acontecimentos é inexprimível e ocorre num espaço em que nenhuma palavra nunca pisou.” (PEDROZA, 2015, p. 137-176 apud RILKE, 2001, p. 25). Logo, embora todas as coisas não sejam tangíveis e dizíveis, é possível notar que o escravizado Leandro assume o papel singular, por meio da sua luta durante os anos para conseguir sua liberdade, tanto da sua alforria, que no fim, restou sem data, por um motivo ainda inexplicado, quanto ao buscar o desencarceramento. Assim, a sua existência, na reconstrução dos fragmentos passados, relembra a necessidade de valorizar o negro e as pessoas de cor, que deram as duras penas, sua enorme parcela de contribuição para o progresso do Recife.

6. ACERVOS E FONTES

ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE).

FUNDO CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE (CDR).

MEMORIAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (MJPE).

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**: Capítulo XXVII. Editora Moderna, 1981. Rio de Janeiro.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe e DANTAS, Carolina Vianna. **Em torno do passado escravista**: as ações afirmativas e os historiadores. *Antíteses*, Vol. 3, n. 5, JAN.-JUN. DE 2010, p. 21-37. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

BONAVIDES, Paulo. **A evolução constitucional do Brasil**. *Estud. av.* vol.14 no.40 São Paulo Sept./Dec. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000300016>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Código Criminal (1830). **Código Criminal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Código de Processo Criminal (1832). **Código do Processo Criminal de primeira instância**, com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Editora UFRJ; Relume-Dumará, 2.ed. rev. Rio de Janeiro: 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

CODA, Alexandra. **Os eleitos da justiça**: a atuação dos juizes de paz em Porto Alegre (1827-1841). Dissertação de Mestrado na UFRS, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56015>. Acesso em 20 de abril de 2021.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

MAIA, Clarisse Nunes; NETO, Flávio de Sá Cavalcante Albuquerque. **Escravidos e encarcerados**: a presença de escravos na Casa de Detenção no Recife. In. CABRAL, Flávio José Gomes et al. *História da Escravidão em Pernambuco*. Editora Universitária, UFPE, Recife, 2012.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. **Tramas do Direito e da Justiça Social**: A luta de Hypolita pela sua liberdade e de seus filhos em Crato (Ceará) e em Exu (Pernambuco) no século XIX. *Afro-Ásia*, 51 (2015), 137-176 175.

SILVA, César Mucio. **Processos-crime**: escravidão e violência em Botucau. São Paulo: Alameda, 2004.

Capítulo 13

**LEITURAS INDICIÁRIAS
E ETNOGRÁFIAS: A
DITADURA E A CULPA
NAS POESIAS DE CARLOS
DRUMMOND DE
ANDRADE (1940-1945)**

Lucas Eduardo de Souza Ferreira

LEITURAS INDICIÁRIAS E ETNOGRÁFIAS: A DITADURA E A CULPA NAS POESIAS DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE (1940-1945)

Lucas Eduardo de Souza Ferreira

Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

E-mail: lucaseduardoferreira1998@gmail.com.

RESUMO: O presente trabalho busca analisar 3 obras poéticas de Carlos Drummond de Andrade, que são *Sentimento do Mundo*, *José* e *A rosa do povo* sob a luz dos conceitos de “paradigma indiciário” e “história etnográfica”, trabalhados respectivamente por Carlo Ginzburg e Robert Darnton. Tais conceitos são ferramentas teóricas que possibilitam resgatar a riqueza da poética de Carlos Drummond de Andrade, ao olhar para os detalhes ínfimos de seus poemas, e tentar recompor sua experiência de vida e entendimento de mundo. Os três livros foram publicados durante o regime ditatorial brasileiro conhecido por Estado Novo (1937-1945), respectivamente em 1940, 1942 e 1945.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade; Culpa; Ditadura; História etnográfica; Paradigma indiciário.

ABSTRACT: The present work seeks to analyze 3 poetic works by Carlos Drummond de Andrade, which are *Sentimento do Mundo*, *José* and *A rosa do povo* under the light of the concepts of “indicative paradigm” and “ethnographic history”, worked respectively by Carlo Ginzburg and Robert Darnton. Such concepts are theoretical tools that make it possible to rescue the richness of Carlos Drummond de Andrade's poetics, when looking at the smallest details of his poems, and trying to recompose his life experience and understanding of the world. The three books were published during the Brazilian dictatorial regime known as *Estado Novo* (1937-1945), respectively in 1940, 1942 and 1945.

Keywords: Carlos Drummond de Andrade; Guilt; Dictatorship; Ethnographic history; Indicative paradigm.

Introdução

Carlos Drummond de Andrade foi um importante poeta e intelectual brasileiro. Definido por muitos escritores e críticos literários, a exemplo de Manuel Bandeira, como o maior poeta brasileiro do século XX, possui uma longa obra em verso e em prosa, que perpassa grande parte do século. De 1930 a 1986 Drummond publica cerca de 23 livros de poesia mais 19 de prosa (pode variar de acordo com as edições). Somado a essa longa faina literária, Drummond também trabalhou praticamente a vida inteira no serviço público e no jornalismo. Foram 35 anos na carreira de funcionário público, nas esferas estadual e federal, e 64 anos de trabalho no jornalismo.

De Minas Gerais, ele se muda para o Rio de Janeiro em 1934. Na capital do país ele vai ocupar principalmente o cargo de chefe de gabinete de Gustavo Capanema, que era o ministro da educação, entre 1934 e 1945. Nesse momento de sua vida o poeta escreve três livros de poesia que são fundamentais dentro do conjunto de sua obra. São eles: *Sentimento do Mundo*, publicado em 1940; *José*, em 1942 e *A rosa do Povo* de 1945. Nesses livros o poeta dá um rumo novo as suas reflexões. Se antes, na primeira metade da década de 1930 o poeta itabirano escrevia sobre coisas do cotidiano, situações fortuitas, burlescas e triviais da vida em Itabira, como exemplificado em trecho do poema *Cidadezinha qualquer*: “Casas entre bananeiras/ mulheres entre laranjeiras/ pomar amor cantar. / Um homem vai devagar. / Um cachorro vai devagar. Um burro vai devagar. Devagar... as janelas olham. / Eta vida besta, meu Deus.”³⁵ Ou no poema *Igreja*: Tijolo/ areia/ andaime/ água/ tijolo. / O canto dos homens trabalhando/ mais perto do céu/ cada vez mais perto/ mais/ – a torre.”³⁶ Agora, nesta nova fase que se inicia com a publicação de *Sentimento do Mundo*, em 1940, o poeta quer expressar cada vez mais o mundo. Se outrora fora individualista, cosmopolita, doravante o poeta quer lutar com palavras - “Preso à minha classe e algumas roupas, / vou de branco pela rua cinzenta. / Melancolias, mercadorias espreitam-me./ Devo seguir até o enjoo? / **Posso, sem armas, revoltar-me?**”³⁷ (ANDRADE, 2002, p. 118-119).

O ferramental teórico que buscamos jaz sobre os trabalhos de Carlo Ginzburg e Robert Darnton. Ambos, cada um à sua maneira, cada um provindo de uma matriz

³⁵ “Cidadezinha qualquer” – *Alguma poesia* (1930).

³⁶ “Igreja” – *Alguma poesia* (1930).

³⁷ “A flor e a náusea” – *A rosa do Povo* (1945). Grifo nosso.

teórica distinta, mas com muitos aspectos em comum – o primeiro, italiano, ligado à micro-história, e o segundo, norte-americano, vinculado a História Cultural estadunidense – nos fornecem grandes possibilidades de análise e interpretação da vida e obra de um poeta tão grandioso e pujante como Carlos Drummond de Andrade. Do ponto de vista da história da historiografia suas produções acadêmicas constituem um amplo amálgama de relações profundas que se estabelecem com a Antropologia Cultural. Esse fenômeno é algo que ocorre dentro da historiografia, mas não apenas, entre os anos 1960 e 1990. Ambos buscam em seus trabalhos, dentre outros objetos, o regaste da cultura popular dos séculos XVII e XVIII.

Entre as décadas citadas há uma enveredada significativa para o domínio da cultura nas pesquisas acadêmicas, sendo ela agora a base para explicação do mundo político e econômico, não mais vista como pura “superestrutura” do mundo econômico e material (BURKE, 2003, p. 47). Isso significa que pelo menos nos últimos 30 anos, a palavra ou conceito de cultura não mais esteve associado necessariamente a alta cultura, ou cultura das elites como outrora, mas passou a abarcar também a cultura popular e um arranjo simbólico mais complexo, que incorpora a cultura cotidiana, costumes, valores, modos de vida dos sujeitos no tempo.

Do trabalho de Carlo Ginzburg precisamos reter a ideia de que cada texto ou fonte, possui uma dimensão mais visível, por conseguinte captável de imediato, e outras mais recônditas: “Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007, p. 11). Embora ele formalize conceitualmente apenas em um texto específico a ideia de paradigma indiciário³⁸, todo seu trabalho está alicerçado nessa proposta. A metáfora sobre os rastros que os registros históricos deixam atrás de si é brilhante, e muito nos serve na presente proposta: “Essas zonas opacas são alguns dos rastros que um texto (qualquer texto) deixa atrás de si.” (GINZBURG, 2007, p. 12).

Robert Darnton através da história etnográfica é relevante por exortar-nos a pensar que as mentes humanas do passado são diferentes das nossas. As mentalidades mudam com o tempo, e imaginar que personagens nos séculos XVIII, XIX ou XX pensam como nós é incorrer no erro do anacronismo. Darnton nos permite perguntar: como Carlos Drummond de Andrade entendia seu mundo? Quais são suas

³⁸ Texto de nome: “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, pertencente ao livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*.

influências culturais, intelectuais? Como entendia isso? Como entendia a guerra, o comunismo? Assim, por meio das fontes nós podemos desbravar um universo mental diferente, estranho, e ver com outros olhos as relações entre os intelectuais e as esferas de poder, ou com o modernismo, entre outros temas. Para o presente trabalho, cabe apenas o mergulho na poética, com essas perguntas mobilizadas. Ademais, não cabe aqui uma análise total das poesias, mas sim a busca etnográfica de alguns “rastros” que Drummond deixou ao escreve-las. Passemos o olhar, portanto, para a obra de Carlos Drummond de Andrade.

Sentimento do mundo: A ditadura

Dentre a amplitude temático-formal que caracteriza tais obras, com destaque maior para *A rosa do Povo*, selecionamos para o presente estudo fitar melhor dois aspectos que despontam de modo indiciário nas três obras: o tema da ditadura e um possível sentimento de culpa que o poeta sentia por, justamente, ser um funcionário público, e que em alguma medida contribuía para o funcionamento da máquina estatal ditatorial do Estado Novo (1937-1945)³⁹. Destacamos imediatamente que tais análises são experimentais. Selecionamos poemas onde o tema principal não necessariamente é a censura, a ditadura ou o sentimento de pesar do poeta. Consideramos esse caráter como uma própria estratégia de Drummond para não ser identificado como um crítico da ordem vigente, o que poderia lhe render problemas.

O arranjo político e institucional existente na época é fruto dos projetos introduzidos por Getúlio Vargas e outros revolucionários, que se iniciam com a Revolução de 30 e continuam de 1937 em diante, com novas formulações, a partir do golpe do Estado Novo. Esse novo regime instaura uma nova ordem política no país, com uma nova constituição, e com um novo ordenamento de forças. Para Angela de Castro Gomes, a projeção de um novo Estado significava buscar legitimidade, e para

³⁹ É importante ressaltar que em todas as ocasiões em que Drummond foi questionado – em entrevistas dadas, e mesmo em correspondência trocada com amigos escritores – sobre seu papel no regime Vargas ele sempre dizia que estava no ministério a serviço de Capanema, seu amigo. Era, segundo ele, apenas isso que fez. Entretanto sabemos perfeitamente, também por meio das correspondências, que Drummond mantinha uma inclinação intelectual pela esquerda, e execrava o autoritarismo, ou o fascismo. Nesse sentido que nosso argumento toma corpo. A partir do resgate de minúcias, de palavras que se repetem em contextos adversos, é possível resgatar “vozes incontroladas” no texto drummondiano.

isso era necessário reescrever a história do país. A Revolução de 30, e a continuação de seu projeto durante o Estado Novo (1937-1945) traduzia, segundo ela, a retomada de nossa vocação histórica, a continuação da construção de uma nacionalidade, investindo naquilo que seria as raízes nacionais: a terra, o homem, a natureza e a cultura brasileira. Essa nova forma de governar, fruto da revolução, criou algo inaudito no Brasil, que Gomes chamou, como diziam os ideólogos do Estado Novo, de democracia social, questão completamente ignorada durante toda nossa história (GOMES, 2005).

Com essa nova agenda política tivemos o encontro do Estado brasileiro com o povo. Essas transformações se corporificam na legislação trabalhista, em uma valorização da cultura popular brasileira, na legislação eleitoral, no direito de voto concedido às mulheres, e em uma profunda reformulação das bases educacionais, associadas à um bom desenvolvimento da saúde coletiva, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, por exemplo.

O historiador Jorge Ferreira defende que para os trabalhadores o Estado nos anos 1930 e 1940 tornou-se produtor de bens materiais e simbólicos, a fim de obter deles consentimento e aceitação do novo regime. Para isso, o governo criou uma política pública voltada exclusivamente para os operários, inaugurando novas relações entre Estado e classe operária. O trabalhador foi elevado a condição de cidadão, com direitos, e assim o Estado conseguia ser visto como o guardião dos interesses materiais e simbólicos dos trabalhadores (FERREIRA, 1997, p. 22). Todos os ganhos obtidos pelos trabalhadores durante a Era Vargas (salário mínimo, regulamentação do trabalho infantil e feminino, horas extra, férias, repouso semanal remunerado, Justiça do Trabalho, e tantos outros benefícios) tiveram uma penetração profunda no imaginário popular, e não seriam tão cedo esquecidos.⁴⁰

⁴⁰ A percepção da complexidade do arranjo institucional, da relação de Getúlio Vargas com os trabalhadores é fundamental. É necessário romper com o maniqueísmo, com as dicotomias rasas. Drummond não foi um comunista combatente, bem como não foi um intelectual “cooptado” pela máquina ditatorial. O poeta participa do regime de Getúlio Vargas, e sua poética em muitos aspectos não contradizem as diretrizes oficiais. Todos os ganhos sociais citados acima certamente eram vistos com ótimos olhos pelo poeta, como diversos poemas publicados no período podem indicar. As críticas que o mineiro faz em inúmeros poemas à ordem liberal, capitalista, também era propugnada por Vargas e por diversos ideólogos do Estado Novo, como por Francisco Campos, Azevedo Amaral, Almir de Andrade, entre outros. Logo, se por um lado nós temos um poeta com sede de mudança e de luta por um mundo e país melhor, por outro nós temos uma realidade complexa, que precisa ser observada sobre diversos prismas, para que nós não simplifiquemos a obra e participação de um escritor da envergadura de Carlos Drummond de Andrade.

Sentimento do Mundo foi publicado em 1940, pela Irmãos Pongetti Editores, no Rio de Janeiro, com uma tiragem de 150 exemplares. É um livro onde o tema da guerra – Guerra civil espanhola, e a Segunda Guerra Mundial –, da morte e do medo conformam a tônica fundamental. Vemos nessa obra um poeta que ora pensa poder superar seus conflitos internos, subjetivos e representar o outro, e ora um poeta que prevê o fim do mundo: “[...] é preciso ter mãos pálidas/ e anunciar o FIM DO MUNDO.”⁴¹ (ANDRADE, 2002, p. 69). Destarte essa questão central, o poeta se aproveita dessas mesmas imagens para criticar o regime brasileiro, e a realidade que o cerca. As fugas ao império: “[...]Os olhos magnetizados, escutam/ e no círculo ardente nossa vida para sempre está presa, está presa.../ Os tambores abafam a morte do Imperador”⁴², são maneiras de falar de política brasileira contemporânea por meio de subterfúgios, jogando-a ao passado (2002, p. 76).

O tema do medo é central. O Medo dos ditadores, medo dos soldados, medo, medo, medo... “[...] o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas, / cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas, [...]”⁴³ (2002, p. 73). Essa é uma das poucas vezes que Drummond usa a palavra ditador, ao longo da obra. Prefere evitar. Aqui, ele contrasta com “democrata” de modo a amenizar, o que não quer que seja amenizado. Criticar ambos é igualá-los. Logo, demonstra não tomar partido por nenhum. Seu inconformismo aparece em “Poema da Necessidade”: “[...] é preciso substituir nós todos. / É preciso salvar o país.” (2002, p. 68).

A questão da polícia, da repressão também desponta, se perscrutarmos poemas onde o tema central é assaz diferente. “[...] Tua violenta ternura, / tua infinita polícia[...]”⁴⁴ (2002, p. 77). Aqui temos uma ode ao cinquentenário de Manuel Bandeira, grande poeta brasileiro e amigo de Drummond. Ainda assim, os signos da morte, da polícia jazem lá. Um regime ditatorial precisa de ordem. Do mesmo modo, o poeta precisa seguir ordens em sua azáfama. Em “Os ombros suportam o mundo” ele funde ambas ordens: “[...] Chegou um tempo em que não adianta morrer. / Chegou um tempo em que a vida é uma ordem. [...]” (2002, p. 80). Este, “[...] O triste mundo fascista se decompõe ao contato de teus dedos, / teus dedos frios, que ainda se não modelaram [...]”⁴⁵ (2002, p. 84). Antes “[...] As crianças olhavam para o céu: não era

⁴¹ “Poema da Necessidade” – *Sentimento do mundo* (1940).

⁴² “Bolero de Ravel” – *Sentimento do mundo* (1940).

⁴³ “Congresso Internacional do Medo” – *Sentimento do Mundo* (1940).

⁴⁴ “Ode no cinquentenário do poeta brasileiro” – *Sentimento do Mundo* (1940).

⁴⁵ “A noite dissolve os homens” – *Sentimento do Mundo* (1940).

proibido. [...]”⁴⁶ (2002, p. 86). Agora, por outro lado, vários domínios da vida pública são cerceados. Não há mais liberdades civis e políticas.

Os problemas envolvendo a ditadura se intensificarão na medida em que o poeta se sentir mais confiante em tecer suas críticas. A exacerbação da Guerra, a entrada do Brasil nela, o próprio recrudescimento da ditadura internamente são outros componentes somados ao arsenal lírico de Drummond, que terá uma expressão mais pujante em *A rosa do povo*.

José: A culpa

O livro *José* foi publicado em 1942, no volume “Poesias”, que reunia o conjunto da obra de Drummond publicada até o momento, mais o livro *José*. Publicado pela José Olympio Editora, a obra contém apenas 12 poemas. Nesse trabalho, mais do que em qualquer dos outros dois livros, a temática do indivíduo, o individualismo, o subjetivismo e o memorialismo são muito fortes. Nesse sentido, Drummond faz uma revisão profunda de seu passado. Busca compreender seu momento de vida atual, o que está fazendo com sua vida e sua poética. Assim sendo, temos uma brecha para a reflexão sobre as atividades no Ministério da Educação. O poema “A mão suja” é muito sintomático nesse aspecto:

Minha mão está suja.
Preciso cortá-la.
Não adianta lavar.
A água está podre.
Nem ensaboar.
O sabão é ruim.
A mão está suja, [...]

A princípio oculta
no bolso da calça,
quem o saberia? [...]

E vi que era igual
usá-la ou guardá-la.
O nojo era um só. [...]

E era um sujo vil,
não sujo de terra,
sujo de carvão,
casca de ferida,
suor na camisa

⁴⁶ “Lembrança do mundo antigo” – *Sentimento do Mundo* (1940).

de quem trabalhou.
Era um triste sujo
feito de doença
e de mortal desgosto
na pele enfarada. [...]

Depressa, cortá-la, [...]. (ANDRADE, 2002, p. 108-109).

Como Lady Macbeth na peça de Shakespeare, suas mãos estão sujas, e lavar não é suficiente. A conspiração e o assassinato do rei Duncan da Escócia perpetrada por Lady e por seu marido Macbeth deixaram suas marcas indeléveis nas mãos de ambos: “Sai, mancha maldita! Sai, eu disse! [...] – Mas como, estas mãos não ficarão limpas nunca? [...] Aqui ainda há cheiro de sangue: nem todos os perfumes/ da Arábia hão de adoçar esta mãozinha. [...]” (SHAKESPEARE, 2017, p. 590-591).

É através das mãos de Carlos Drummond de Andrade que a máquina burocrática do Ministério da Educação vai adiante. A importância do poeta para o funcionamento desse eixo do regime não foi ainda devidamente ressaltada. A própria biografia do poeta se confunde entre as letras e os ofícios burocráticos que desempenhou durante toda a vida. Em entrevista dada em 1941 para *A gazeta* Drummond resalta a importância do trabalho burocrático na sua vida:

“Mas a grande produção, aquela que será a suma e a explicação de minha vida consiste nos milhares de ofícios, cartas, cartões, papeletas, ordens de serviço, despachos e telegramas, com que, desde 1929, venho inundando os arquivos das repartições onde tenho trabalhado... Eis aí um traço fundamental da minha biografia. Um bom resumo estaria nas seguintes palavras: “Este foi burocrata”.” (RIBEIRO, 2011, p. 28).

O sentimento de culpa que Lady Macbeth carrega vai levá-la a acabar com a própria vida. O sentimento de culpa de Carlos Drummond de Andrade o leva a lutar com palavras, a usar sua poesia como uma forma privilegiada de acesso ao real, de crítica e de denúncia.

Enquanto isso, nas ruas do Rio de Janeiro, a luta prossegue: “[...] Cerradas as portas, / a luta prossegue / nas ruas do sono.”⁴⁷ (2002, p. 101). As possíveis cenas de tortura, conjeturadas a partir de “Noturno Oprimido”⁴⁸ são:

[...] Os móveis continuam prisioneiros
de sua matéria pobre, mas a água parte-se,

⁴⁷ “O Lutador” – José (1942).

⁴⁸ “Poema da coletânea José” (1942).

a água protesta. Ela molha toda a noite
com sua queixa feroz, seu alarido. [...]

Mas não é o medo da morte do afogado,
o horror da água batendo nos espelhos,
indo até os cofres, os livros, as gargantas.
É o sentimento de uma coisa selvagem,
sinistra, irreparável, lamentosa. [...] (2002, p. 107-108).

Em certo sentido, podemos afirmar que todos os temas levantados em *Sentimento do Mundo* e em *José* aparecem também em *A rosa do povo*. Antonio Candido defende que as “inquietudes”⁴⁹ de Drummond, trazidas em *Sentimento do Mundo* e em *José* (o primeiro livro com profunda preocupação social, e o segundo assaz interessando na questão do indivíduo) são fundidas em *A rosa do povo*, formando uma culminância lírica (CANDIDO, 1977, p. 98). Agora com uma linguagem mais complexa, ampliando os temas sociais, tecendo um canto mais forte, abrangente. Para os dois temas que estamos escavando por aqui, a ditadura – juntamente com seu aspecto de censura e tortura – bem como o seu suposto sentimento de culpa – o segredo que Drummond carrega, suas mãos rudes e sujas que tecem seu lancinante trabalho, também se aplicam.

A rosa do povo: A ditadura e a culpa

A rosa do povo é o maior dos três livros: possui 55 poemas. É uma das obras mais importantes da poesia brasileira, talvez mundial do século XX. Publicado no final de 1945 pela José Olympio, traz poemas escritos por Drummond desde 1943. Em diálogo com “A mão suja” do livro *José*, “Carrego Comigo” é o poema de *A rosa do povo* que melhor nos permite investigar o peso, a culpa que Drummond sente e carrega com ele:

[...] Ele arde nas mãos,
é doce ao meu tato.
Pronto me fascina
e me deixa triste.

Guardar um segredo
em si e consigo,

⁴⁹ Esse conceito é desenvolvido pelo autor no texto “Inquietudes na poesia de Drummond”. Não nos cabe aprofundar nele nesse momento. Entretanto, Candido quer destacar as dificuldades que o poeta encontra para lidar com o mundo social, seu caráter “torto”, “retorcido”, isolado, que marca seus escritos (1977, p. 98).

não querer sabe-lo
ou querer demais.

Guardar um segredo
de seus próprios olhos,
por baixo do sono,
atrás da lembrança. [...]

Vem do mar o apelo,
vêm das coisas gritos.
O mundo te chama:
Carlos! Não respondes?

Quero responder. [...]

Mas o embrulho pesa. [...]

Ai, fado sutil
que antes me carregas
do que és carregado,
para onde me levas? [...]

Se agora te abrisses
e te revelasses
mesmo em forma de erro,
que alívio seria! [...]

Perder-te seria
perder-me a mim próprio.
Sou um homem livre
mas levo uma coisa.

Não sei o que seja.
Eu não a escolhi. [...]

Não estou vazio,
não estou sozinho,
pois anda comigo
algo indescritível. (ANDRADE, 2012, p. 15-18).

O que carrega é algo dentro. Algo que o constitui. Que precisa se livrar. Perde-lo, é perder-se. Somente ele sabe. Essa ideia de segredo vai aparecer em muitos contextos distintos dentro da presente obra. Em poemas com temáticas mais sociais e de classe, poemas de guerra, memorialistas e metapoéticos. O único jeito de se livrar – como ele pensa – deste fardo, destas mãos sujas é cortá-la: “Estamos quites, irmão vingador. / Desceu a espada / e cortou o braço. / Cá está ele, molhado em rubro. / Dói o ombro, mas sobre o ombro / tua justiça resplandece. [...] minha dívida está paga. [...]”⁵⁰ (ANDRADE, 2012, p. 55).

⁵⁰ “Movimento da espada” – *A rosa do povo* (1945).

A culpa, a mão suja, o segredo. Todos só são inteligíveis se buscarmos compreender como Drummond via seu trabalho. Como entendia a censura, a ditadura, a tortura. Robert Darnton mostrou em seu trabalho “Censores em Ação: como os Estados influenciaram a literatura” que a censura e os censores nos três contextos estudados – França Bourbon do século XVIII, a Índia Britânica no século XIX e a Alemanha oriental no século XX – variam, são mais complexos do que imaginamos *a priori*, e ainda, que eles possuíam um entendimento da censura e de seu ofício de modo muito idiossincrático (DARNTON, 2016). Em praticamente todos os casos os censores se consideravam agentes da criação, isto é, intermediadores sem os quais as obras não seriam aquilo que eram.

Sabemos que constituição de 1937, a constituição do Estado Novo não censurava explicitamente a literatura. A grande preocupação do regime era com o controle sobre os periódicos, pois eles tinham uma penetração maior na sociedade, e possuíam uma mensagem mais direta e objetiva. Entretanto os livros também ameaçavam o predomínio do discurso oficial, e por isso mesmo preocupavam as autoridades. Em suma, embora a ditadura não censurasse diretamente o trabalho literário, o aparato policial e punitivo estava sempre montado para recolher obras subversivas. O que acontecia de fato era um processo de “autocensura” (GRECCO, 2021, p. 53). Em outras palavras, os próprios escritores dissimulavam determinados assuntos, ou simplesmente não os mencionava preocupados com a retaliação do regime. Exatamente por isso é imprescindível o olhar indiciário e etnográfico do historiador. As perguntas antropológicas e etnográficas são fundamentais. Voltemos então para a análise da censura, da ditadura, ao modo como aparece em *A rosa do povo*.

No longo poema “Nosso tempo” onde Drummond faz uma espécie de mapa de lugares e situações de seu cotidiano no Rio de Janeiro, as questões políticas e sociais também o acompanham. Um poema com muitas cifras, códigos a se desvendar.

[...] É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso
na esquina. Tempo de cinco sentidos
num só. O espião janta conosco.
É tempo de cortinas pardas,
de céu neutro, política [...]

No beco,
apenas um muro,

sobre ele a polícia.
No céu da propaganda [...] (ANDRADE 2012, p. 25-26).

Algumas questões precisam ficar claras sobre *A rosa do povo*. Este livro foi publicado ao final de 1945. Drummond já tinha se demitido do Ministério da Educação e estava engajado na militância junto a ABDE – Associação Brasileira de Escritores. No mesmo período trabalhou por alguns meses como redator do jornal “Tribuna Popular” do Partido Comunista. O Estado Novo já estava claudicante, demasiadamente fraco para frear a sociedade civil que se engajava pedindo a abertura política. Diversos grupos se formaram em torno desta pauta, como a UNE (União Nacional dos Estudantes); a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), organizada pelos comunistas; as “oposições coligadas”, que aglutinavam setores liberais; banqueiros e financistas que organizaram o “Manifesto dos Mineiros”, entre outros grupos (FERREIRA, 2005, p. 89). Naquele momento o DIP e o ditador se mostravam pusilânimes, assim mídia, de uma maneira geral, entrou também em um combate virulento contra regime.

Os poemas de *A rosa do povo* são escritos desde 1943. Assim é possível perceber a mudança dentro da própria obra: “Que fazer, exausto, / em país bloqueado [...]”⁵¹ (2012, p. 45). Há poemas onde o autor se sente mais confortável para usar palavras do vocabulário marxista, para criticar a ordem vigente – poemas que provavelmente foram escritos quando o Estado Novo já estava enfraquecido e sua queda era iminente. E há outros onde ele constrói sintaxes mais rebuscadas e embusteira sua crítica. “Manhã cedo passa / à minha porta um boi. [...] Para à minha porta / sua lenta máquina. / **Alheio à polícia** [...]”⁵² (2012, p. 51).

A preocupação com o sigilo, a agudeza e presteza do olhar aparece em “O elefante”:

[...] no campo de batalha,
à procura de sítios,
segredos, episódios
não contados em livro,
de que apenas o vento,
as folhas, a formiga
reconhecem o talhe,
mas que os homens ignoram,
pois só ousam mostrar-se
sob a paz das cortinas
à pálpebra cerrada. [...]”⁵³ (2012, p. 83).

⁵¹ “Áporo” – *A rosa do povo* (1945).

⁵² “Episódio” – *A rosa do povo* (1945). Grifo nosso.

⁵³ Grifo nosso.

Os homens que vivem nesse regime, portanto, “[...] estão menos livres[...]⁵⁴ (2012, p. 13). Em uma cidade onde “[...] há vozes no rádio e no interior das árvores, / cabogramas, vitrolas e tiros. / Que barulho na noite, / que solidão! [...]”⁵⁵ (2012, p. 124). Por último, outro grande e importante poema de Drummond. Em “Com o russo em Berlim” vemos o poeta que precisou esperar. Que segurou seu canto quando não podia declama-lo. Entretanto, sua hora chegou. Antes fora proibido de dizer. Agora não mais:

Esperei (tanta espera)
mas agora,
nem cansaço nem dor. Estou tranquilo. [...]

O tempo que esperei não foi em vão. [...]

Minha boca fechada se crispava.
Ai tempo de ódio e mãos descompassadas. [...]

**Pois também a palavra era proibida.
As bocas não diziam. [...]**

Eu esperei com esperança fria,
calei meu sentimento e ele ressurgiu [...]”⁵⁶ (ANDRADE, 2012, p. 139).

Considerações finais

Este estudo não é uma análise completa de três livros escritos por Carlos Drummond de Andrade. Tampouco um estudo do regime ditatorial varguista. Menos ainda uma “história da vida” do poeta. O que se tentou fazer aqui é descortinar conceitos, ideias, temas que aparecem na obra de Drummond, mas que de maneira alguma são os principais, ou aqueles que saltam aos olhos nas leituras e análises incipientes. O foco foi dirigido aos detalhes ínfimos, que quiçá os leitores mais apressados não demorariam a atenção sobre. Fomos atrás dos rastros, e não dos fios.⁵⁷ Assim, buscamos erigir um raciocínio que demonstrasse como o poeta sentia a ditadura, como a representava de maneira disfarçada, e como estar no bojo desses processos teria lhe tolhido a consciência, e o levado a essa inflexão lírica.

⁵⁴ “A flor e a náusea” – *A rosa do povo* (1945).

⁵⁵ “América” – *A rosa do povo* (1945).

⁵⁶ Grifo nosso.

⁵⁷ Metáfora que Ginzburg usa para defender a importância do olhar atento do historiador ao detalhe e a complexidade que cada fonte guarda em si.

Acima de tudo, destaca-se o caráter experimental do estudo. Trouxemos dois grandes historiadores, que cada um à sua maneira, contribuem gigantescamente para o debate historiográfico na atualidade. Embora provenham de tradições historiográficas distintas, possuem muito em comum. A obra de Carlo Ginzburg, bem como de Robert Darnton tem muito a oferecer em termos teóricos, analíticos, investigativos, a todos aqueles que busquem estudar o passado de modo qualitativo, fora dos dogmas do racionalismo ou do estruturalismo. Que queiram entender os indivíduos na sua experiência de vida e em suas visões de mundo, e não os suplantarem com conceitos duros, fechados. Esta foi nossa tentativa. Se exitosa ou não, dirá o leitor!

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Guilar S.A, 2002.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1977.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular: 1930-45. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, c1997.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRECCO, Gabriela. **Palavras que resistem**: censura e promoção literária na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2021.

RIBEIRO, Larissa Pinho Alves (Org.). **Encontros|Carlos Drummond de Andrade**. Rio Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SHAKESPEARE, William. *Grandes obras de Shakespeare: volume 1: tragédias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

Capítulo 14

**A MARCHA PELA
DIGNIDADE INDÍGENA, A
MARCHA DA COR DA
TERRA: DIÁLOGOS E
PROPOSTAS POLÍTICAS
ZAPATISTAS NO SEIO DA
SOCIEDADE MODERNA
MEXICANA**

Rodrigo de Morais Guerra

A MARCHA PELA DIGNIDADE INDÍGENA, A MARCHA DA COR DA TERRA: DIÁLOGOS E PROPOSTAS POLÍTICAS ZAPATISTAS NO SEIO DA SOCIEDADE MODERNA MEXICANA

Rodrigo de Moraes Guerra

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desenvolve pesquisa acerca do Movimento Zapatista, emergências indígenas e diálogos interculturais no cenário global. Possui interesse nas áreas de História da América Latina, História do Tempo Presente, Teoria da História e Epistemologias Insurgentes. E-mail: rodrigo.morais.guerra@gmail.com

Resumo: Assumindo a *colonialidade* como uma construção histórica que perpassou as diferentes temporalidades e se instituiu na sociedade ocidental moderna enquanto um poder hegemônico, fomentando, assim, *colonialismos internos* na formação dos Estados-nação latino-americanos, diversos países foram palco de conflitos e disputas políticas em seus territórios, dentre eles, o México com a ascensão do movimento zapatista, no ano de 1994 – movimento este que alegou ser produto de mais de 500 anos de lutas. Destarte, no ano de 2001, após um levante armado e contínuos diálogos, o Exército Zapatista anunciou para o dia 24 de fevereiro, data em que se comemora o Dia da Bandeira Nacional no México, o início de uma grande mobilização em defesa da *dignidade indígena: a Marcha da Cor da Terra*. Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo investigar alguns dos processos histórico-sociais que culminaram com a insurgência zapatista e, por conseguinte, com o acontecimento da Marcha. Compreendendo o ato comemorativo diretamente relacionado com os usos sociais, culturais e políticos da memória, em suma, reconhecemos a *Marcha da Cor da Terra* como um importante movimento de contestação da memória histórica hegemônica colonial construída no México moderno, bem como um espaço de disputas políticas e constituição de resistências ao colonialismo interno que assola os povos indígenas, camponeses e minorias, em geral, no cenário moderno mexicano.

Palavras-chave: Colonialismo; Zapatismo; Movimentos Soiais; Cultura; História do Tempo Presente.

Abstract: Taking coloniality as a historical construction that permeated different temporalities and established itself in modern Western society as a hegemonic power,

thus fostering internal colonialism in the formation of Latin American nation-states, several countries were the scene of conflicts and political disputes in its territories, including Mexico with the rise of the Zapatista movement in 1994 - a movement that claimed to be the product of more than 500 years of struggle. Thus, in 2001, after an armed uprising and continuous dialogues, the Zapatista Army announced for February 24, the date on which the National Flag Day in Mexico is commemorated, the beginning of a large mobilization in defense of indigenous dignity. : the March of the Color of the Earth. That said, this work aims to investigate some of the historical-social processes that culminated with the Zapatista insurgency and, consequently, with the event of the March. Understanding the commemorative act directly related to the social, cultural and political uses of memory, in short, we recognize the March of the Color of the Earth as an important movement to contest the colonial hegemonic historical memory built in modern Mexico, as well as a space for political disputes and constitution of resistance to the internal colonialism that devastates indigenous peoples, peasants and minorities, in general, in the modern Mexican scenario.

Keywords: Colonialism; Zapatism; Social Movements; Culture; History of the Present Time.

“Lo que acabamos de ver significa que estos siete años de lucha (del EZLN) han sido apenas un prólogo de lo que ahora va a comenzar.”

José Saramago

“Somos y seremos uno más en la marcha. La de la dignidad indígena. La del color de la tierra. La que develó y desveló los muchos méxicos que bajo México se esconden y duelen.”

Subcomandante Insurgente Marcos

INTRODUÇÃO

No dia 1 de janeiro de 1994, um novo capítulo da história recente mexicana foi iniciado com a *insurgência zapatista*⁵⁸, em Chiapas. Ainda, afirmar que este foi apenas um novo capítulo na história recente do México não está de todo certo. Na verdade, se tratava de um novo capítulo da *longa história mexicana*, da história que

⁵⁸ Na literatura especializada é comum encontrarmos o termo “neozapatista”, ao invés de “zapatista”, para se referir ao levante de 1994, de modo que os “zapatistas” seriam aqueles que lutaram diretamente na Revolução Mexicana de 1910, ao lado de Emiliano Zapata. Ainda, optamos por trabalhar neste texto com o termo “zapatista”, haja vista que em suas próprias fontes primárias o movimento se apresenta desta forma.

permeou as disputas e narrativas na constituição do *México moderno*, na história, em suma, de um *poder hegemônico colonial*.

Junto à insurgência na madrugada do 1 de janeiro, os zapatistas logo lançaram a sua Primeira Declaração da Selva Lacandona, onde expunham de maneira clara o caráter histórico de suas lutas, frente aos colonialismos que subjugaram os povos indígenas e demais minorias na construção do Estado-nação mexicano:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos. Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad [...]. (Comandancia General del EZLN, 1994).

Denunciando e combatendo, portanto, esta *colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005) que formulou as bases da sociedade moderna mexicana, os zapatistas fizeram de seus comunicados uma verdadeira arma de combate. Atraindo para si os holofotes do mundo, através da divulgação de suas declaração na ainda incipiente *internet*, os zapatista trouxeram à tona questões profundas que subjugaram e segue subjugando a vida dos povos indígenas, apontando para o que o sociólogo mexicano Pablo González Casanova denunciou como *colonialismo interno*:

Concluído o período de independência, os valores coloniais permaneceram em vigor, o que levou a teoria social a chamar esse processo renovador do colonialismo como colonialismo interno. A análise sobre este conceito não se limita às relações estabelecidas entre a metrópole e as colônias (criolos e indígenas), mas às relações que aconteciam no interior dos países, de forma “intra-nacional” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1969, p. 224).

Dessa forma, mais do que denunciar estas relações coloniais enraizadas no seio da nação mexicana, a insurgência zapatista também propôs novas formas de enfrentamento a estas problemáticas históricas. Nos capítulos seguintes aos conflitos armados da madrugada de 1994, o Exército Zapatista recolheu as armas e passou a

dialogar diretamente com a sociedade mexicana e internacional, trazendo à tona reivindicações cara à *dignidade* indígena, *autonomia* e *reforma política*, na busca por uma *libertação nacional* e um México plural.

DESENVOLVENDO A PROBLEMÁTICA

Ao almejarem o direito de escolher livre e democraticamente suas próprias autoridades, os zapatistas anunciavam uma das suas principais bandeiras para a luta por um México plural e plenamente democrático: a *autonomia indígena*. Após o período inicial da guerrilha armada, os zapatistas voltaram para as montanhas, consultaram seus povos, e partiram para a resolução dos conflitos através do diálogo. Entre o dia 20 de fevereiro e 2 de março, do ano de 1994, aconteceu na cidade de *San Cristóbal de las Casas* o primeiro encontro entre o governo federal e o EZLN, o que ficou conhecido como “Diálogos da Catedral”.

Nestes diálogos, o EZLN reiterou a ambição do movimento de não querer a tomada do poder, mas em obterem “*el derecho a vivir con dignidad de seres humanos, con igualdad y justicia como nuestros antiguos padres y abuelos*” (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 1994a) e apresentaram como razões e causas do levante armado a fome, a miséria e a marginalização que os povos indígenas sofreram desde sempre; a total carência de terra para trabalhar e sobreviver; a repressão, o despejo, encarceramento, torturas e assassinatos, como respostas do governo frente às demandas dos povos indígenas; as injustiças insuportáveis e violações aos direitos humanos dos indígenas e camponeses; a exploração sofrida na venda de seus produtos, nas jornadas de trabalho e na compra de mercadorias de primeira necessidade; a falta de todos os serviços indispensáveis para a grande maioria da população indígena; as mentiras, enganar, promessas e imposições dos governos há mais de 60 anos, concomitante à falta de liberdade e democracia para decidir seus próprios destinos; e o não cumprimento das leis constitucionais por parte do governo, enquanto que todo o peso da lei recaía para os povos indígenas, com o agravante de ter sido “*una ley que nosotros no hicimos y que los que la hicieron son los primeros en violar*” (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 1994a).

Após este primeiro período de diálogos, o EZLN terminou os encontros com o governo federal mexicano demandando a convocação de uma eleição verdadeiramente livre e democrática, pois “*la democracia es el derecho fundamental de todos los pueblos indígenas y no indígenas. Sin democracia no puede haber libertad ni justicia ni dignidad. Y sin dignidad nada hay*” (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 1994); exigindo a renúncia dos titulares do Poder Executivo Federal e dos poderes executivos estatais, para que houvesse eleições, de fato, livres e democráticas; o reconhecimento do EZLN como força beligerante e de suas tropas como autênticos combatentes, sendo aplicados todos os tratados internacionais para regular conflitos bélicos; um novo pacto entre os integrantes da federação para que se acabasse com o centralismo e permitisse às regiões, comunidades indígenas e municípios autogovernarem-se com autonomia política, econômica e cultural; e que fossem respeitados os direitos e dignidade dos povos indígenas, levando em conta sua cultura e tradição, deixando-os se organizarem e se autogovernarem com autonomia própria.

Isto posto, os zapatistas trouxeram para o cerne da discussão política-nacional uma problemática densa e que se estendeu, ainda, por anos a fio: o reconhecimento da *autonomía indígena*. Porém, do *indígena* enquanto *mexicano*:

Así, los zapatistas demandan que se reconozca su derecho de autogobernarse y su autonomía, frente a un proceso histórico de explotación y exterminio contra los olvidados de la patria. Dejan claro que no es su deseo, ni intención, separarse del país, sino todo lo contrario, continuar siendo indígenas y mexicanos, que puede resumirse en el gesto simbólico de los zapatistas que, durante el evento, presentaban dos banderas: la zapatista (con un fondo negro y con una estrella roja en el medio) y, a un lado, la bandera de México (FUENTES SÁNCHEZ, 2019, p. 135-136).

Deste modo, a problemática da *autonomía indígena* foi ganhando cada vez mais corpo nos discursos e na *forma* do EZLN, ratificando o caráter étnico e estético do movimento.

Pouco depois dos “Diálogos da Catedral”, os zapatistas lançaram para o México e para o mundo a sua Segunda Declaração da Selva Lacandona, na qual, novamente, trouxeram à tona a discussão acerca de uma profunda *reforma política*:

El problema del poder no será quién es el titular, sino quién lo ejerce. Si el poder lo ejerce la mayoría, los partidos políticos se verán obligados a confrontarse a esa mayoría y no entre sí. Replantear el problema del poder en este marco de democracia, libertad y justicia obligará a una nueva cultura política dentro de los partidos. Una nueva

clase de políticos deberá nacer y, a no dudarlo, nacerán partidos políticos de nuevo tipo (Comité Clandestino Revolucionario Indígena-Comandancia General del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, 1994b).

Tratando-se, portanto, não de uma *revolução*, mas da “antessala do novo México”. Com isso, a partir da clara manifestação do EZLN em buscar as transformações sociais através de uma reforma política – apesar de também terem manifestado na Segunda Declaração não quererem mais nada do “mau governo” –, os processos de diálogos em busca de uma conclusão para a questão da autonomia continuaram.

Com o avanço desta discussão, novos episódios surgiram nas tentativas de tratativas entre o EZLN e o governo mexicano. Com os *Diálogos de San Andrés Sacamch'en de los Pobres*, que se converteriam nos Acordos de San Andrés, uma possível reforma constitucional foi suscitada e, com ela, a resolução dos conflitos, reconhecendo os direitos indígenas em termos de suas autodeterminações e autonomias. Neste contexto, próximo à firmar os primeiros acordos, o EZLN promoveu entre os dias 3 e 8 de janeiro de 1996, em San Cristóbal de las Casas, o Foro Nacional Indígena (FNI) “*con la finalidad de afinar los temas que serían negociados con el gobierno, en especial el que correspondía a la autonomía*” (FUENTES SÁNCHEZ, 2019, p. 141). Assumindo o Foro, portanto, uma condição de reunião nacional dos povos indígenas e se convertendo na semente para uma maior organização política indígena no México e, de mesmo modo, as bases para o que viria a ser o Congresso Nacional Indígena (CNI).

Conforme os diálogos seguiam, nenhum acordo, de fato, era firmado por ambas as partes. Em 1995, o EZLN descartou a proposta da Assembleia Nacional Plural pela Autonomia (ANIPA), convocada por deputados e senadores indígenas do Partido da Revolução Democrática (PRD), que propunha a instauração de um “Regime de Autonomia Regional”, como marco constitucional para a criação e funcionamento das autonomias no país e como parte integral da organização federal, por não haver compreendido a complexidade do tema da autonomia nas diversas etnias, histórias e geografias indígenas que havia no México, de modo que, não era condizente à realidade a proposta de uma “autonomia regional”, uma unificação do que seria essa autonomia. Em 1996, o EZLN se retirou dos diálogos e, no mesmo ano, surgiu a CNI, que, segundo Waldo Lao Fuentes Sánchez, “*funcionaría como un espacio de*

encuentro y acción de los pueblos indígenas del país, en forma de red y asamblea, de forma horizontal y sin dirigentes” (FUENTES SÁNCHEZ, 2019, p. 148).

Os debates em torno de um acordo sobre a problemática da autonomia findaram em 2003 com acordo nenhum, e sim com os zapatistas rompendo com as tentativas e tomando a decisão de colocar em prática a *autonomia rebelde*, com a conformação de suas próprias territorialidades nas terras tomadas pela insurgência de 1994, no estado de Chiapas. No meio do caminho, todavia, houveram diversas fases de amadurecimento deste processo, e uma delas fez com que as palavras dos zapatistas marchassem sobre o território mexicano, uma marcha pela vida, justiça, liberdade, democracia, memória e pela bandeira mexicana, uma marcha *da cor da terra*: “*Dignidad es el nombre de esa flor primera y mucho debe caminar para que la semilla encuentre el corazón de todos y, en la gran tierra de todos los colores, se nazca por fin ese mundo que todos llaman mañana*” (Comité Clandestino Revolucionario Indígena - Comandancia General del EZLN, 2001).

A MARCHA DA DIGNIDADE INDÍGENA, A MARCHA DA COR DA TERRA

No dia 24 de fevereiro de 2001, ante ao longo processo de tentativas da resolução dos conflitos por meio de acordos com o governo mexicano – e, por conseguinte, a falha nessas tentativas –, os zapatistas organizaram não mais um encontro ou convenção para reunir os povos indígenas e discutir sobre os seus direitos, como foi realizado com o FNI e a CNI. Desta vez, os zapatistas apostaram no diálogo direto com a população indígena dos mais diversos estados mexicanos; apostaram na construção de suas demandas, ideias e proposições a partir da palavra daqueles povos que sentiam na pele e nos corações os efeitos da história de colonização e desprezo dos povos indígenas na formação do Estado moderno mexicano; apostaram, em suma, por *marchar* de Chiapas à capital federal mexicana, ouvindo e dando voz aos esquecidos e calados da história, dando nome ao passo e palavra à voz: “*tiene nombre este nuestro paso, palabra tiene la voz que nos habla: esta es la marcha de la dignidad indígena, la marcha del color de la tierra*” (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 2001).

A *Marcha del color de la Tierra* iniciou em *San Cristóbal de las Casas*, com festa e cerimônias de caráter simbólico – já tradicionais na forma política zapatista. Iniciando com uma breve cerimônia de entrega das armas, os zapatistas abandonaram os fuzis e se armaram com as palavras⁵⁹ e partiram com uma delegação formada por um núcleo principal de 24 delegados do EZLN, acompanhada por homens e mulheres de vários grupos étnicos (tzotziles, tzeltales, choles, tojolabales, zoques, chinantecos, mixes, zapotecos, mazatecos, huicholes, yaquis, tarahumaras, seris) e por personalidades como o escritor ganhador do Prêmio Nobel José Saramago, Alain Touraine e um grupo de parlamentares europeus (CHIHU AMPARÁN, 2002, p. 63), com o objetivo de percorrer mais de 3.000 km do país dialogando e (re)elaborando suas demandas diretamente com os povos *de abajo*. Ao todo, a *Marcha* percorreu 12 estados da república: Chiapas, Oaxaca, Veracruz, Puebla, Tlaxcala, Hidalgo, Querétaro, Guanajuato, Michoacán, Estado de México, Morelos, Guerrero, incluindo diversos municípios e povoados e a realização de atos, festividades, discursos e conversas aproximando a população da causa e, de mesmo modo, aproximando os zapatistas da população⁶⁰.

Mais do que uma resposta à frustração frente aos acordos que não foram firmados nos diálogos com o governo mexicano, a *Marcha* surgiu como uma manifestação e ilustração do que os zapatistas compreendem como democracia, ou, como os mesmos afirmam, como uma *política de abajo*. O tema da democracia é recorrente no discurso zapatista desde a sua insurgência em 1994, mas não por não existir um sistema de eleições, ou uma organização política formalmente democrática no México, e sim por, justamente, esta democracia não ser efetivamente inclusiva e representativa dos reais interesses da população desfavorecida, incluindo os indígenas. Como vimos, as demandas zapatistas correspondem, em suma, ao combate do colonialismo e da colonialidade velada e perpassada ao longo das

⁵⁹ Dentro da retórica zapatista, as armas compreendem apenas mais um elemento da luta, de seus discursos e de suas cerimônias. Os zapatistas dizem que recorreram às armas para que haja mais a necessidade de se recorrer às armas; que se formaram exército para que não haja mais a necessidade de exércitos. Na Convenção Nacional Democrática, celebrada em agosto de 1994, em Chiapas, as tropas zapatistas desfilarão com seus fuzis no alto e um laço branco amarrado na ponta, enquanto que o porta-voz do EZLN explicava que eram “armas que aspiravam a ser inúteis”. GONZÁLEZ, Eva Antón. Las paradojas del movimiento zapatista en la construcción de paz: “El ejército que nace para que no haya más ejércitos”. **Revista de Paz y Conflictos**, Granada, v. 3, p.140-153. 2010.

⁶⁰ Todo o trajeto detalhado, incluindo os municípios e atos programados, está disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/01/24/el-ccri-cg-del-ezln-da-a-conocer-los-detalles-de-la-ruta-que-seguira-a-la-ciudad-de-mexico-en-los-meses-de-febrero-y-marzo-del-2001/>>. Acesso em 21 de mar. 2021.

épocas, desta forma, reivindicar a democracia é ir além do reconhecimento da sua existência formal, mas, sim, buscar efetivá-la enquanto este modelo que permite dar voz para os povos que reivindicam demandas básicas e participações efetivas no seu exercício cidadão. Isto posto, a *Marcha del color de la tierra* traz à superfície a existência dos povos cor da terra, um dos tantos que colore o México, e oferece aos olhos da classe política mexicana um outra forma de se pensar e exercer a democracia.

No ano de 2000, um ano antes da *Marcha*, os zapatistas já manifestavam esta posição em relação aos processos democráticos vigentes no país. Nas eleições gerais daquele ano, a Comandância Geral do EZLN, em nome do Subcomandante Insurgente Marcos, manifestou uma clara posição de que diante da “guerra inominável” como plano de fundo, que se passa no México contra os povos indígenas, o processo eleitoral mexicano não respeita o lugar do cidadão como eleitor e que o cidadão não toma sua decisão frente às distintas opções políticas, mas sim diante dos meios de comunicação, ou melhor, diante à imagem que os meios de comunicação apresentam das propostas políticas, de modo que, a modernidade não tem significado para o México um caminho para a democracia, ao governo do povo, pelo povo e para o povo (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 2000). Destarte, visando não reproduzir esse sistema democrático eleitoral fajuto, o EZLN propôs o que seriam as bases para uma democracia, de fato, plena e efetiva:

El tiempo electoral no es el tiempo de los zapatistas. No sólo por nuestro sin rostro y nuestra resistencia armada. También, y sobre todo, por nuestro afán en encontrar una nueva forma de hacer política que poco o nada tiene qué ver con la actual. Queremos encontrar una política que vaya de abajo hacia arriba, una en la que el "mandar obedeciendo" sea más que una consigna; una en la que el poder no sea el objetivo, una en la que el "referéndum" y "plebiscito" sean más que palabras de difícil ortografía; una en la que un funcionario pueda ser removido de su cargo por elección popular. De los partidos políticos decimos que no nos sentimos representados por ninguno. No somos ni perredistas ni panistas, mucho menos priístas. A los partidos les criticamos su distancia de la sociedad, su existencia y actividad sólo de acuerdo al calendario electoral, el pragmatismo político que confunde en sus direcciones, el malabarismo cínico de algunos de sus miembros, el desprecio hacia el diferente. Democracia es que, independientemente de quién está en un puesto, la mayoría de la gente tenga el poder de decisión sobre los asuntos que le incumben. Es el poder de la gente para sancionar a quien está de gobierno,

dependiendo de su capacidad, honestidad y eficacia. En la idea zapatista, la democracia es algo que se construye desde abajo y con todos, incluso con aquellos que piensan diferente a nosotros. La democracia es el ejercicio del poder por la gente todo el tiempo y en todos los lugares (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 2000).

A *Marcha*, assim, materializa essa concepção de democracia, defendida pelos zapatistas, ao exercitá-la nos diferentes momentos da formação do movimento, do exército e das tomadas de decisão; nos diálogos referentes aos direitos à autonomia e à autodeterminação, promovendo Foros e Congressos – como o FNI e a CNI – e ao percorrer o território mexicano em diálogo com a gente *de baixo*. Subvertendo, portanto, a lógica da democracia que eles denunciam e elevando o povo à última instância de poder, fazendo com que a democracia não seja um recurso estático a serviço das classes políticas e dos poderes hegemônicos coloniais, mas um sistema, sentimento, forma e palavra que caminham o território mexicano.

No dia 13 de março do mesmo ano, a delegação zapatista chegou até o seu destino final: Cidade do México. Representando todos os grupos e etnias indígenas que compuseram o diálogo ao longo da *Marcha*, representando o FNI, o CNI e as ideias debatidas no processo dos últimos anos, os zapatistas discursaram na Cidade do México, reiterando o caráter do movimento de ser uma voz ativa a mais neste contexto de reivindicações históricas dos povos indígenas ao Estado:

Quienes deberían estar aquí son las comunidades indígenas zapatistas, sus siete años de lucha y resistencia, su oído y su mirada, los pueblos zapatistas, los hombres, niños, mujeres y ancianos, bases de apoyo del Ejército Zapatista de Liberación Nacional que son los pies que nos andan, la voz que nos habla, la mirada que nos hace visibles, el oído que oídos nos hace. Quienes debería estar aquí son las insurgentas y los insurgentes, su persistente sombra, su callada fortaleza, su memoria levantada. [...] Nosotros no deberíamos estar aquí, y sin embargo, estamos. Y estamos junto a ellas y ellos, ellos y ellas que pueblan los pueblos indios de todo México; los pueblos indios, nuestros más primeros, los más primeros pobladores, los más primeros palabreadores, los primeros oidores, a los que siendo primeros últimos parecen y perecen (Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN, 2000).

A *Marcha*, desta forma, culmina com a chegada não somente dos zapatistas e de suas siglas para se dirigir ao povo do México e ao governo mexicano, mas trazem consigo as palavras, demandas e histórias dos povos indígenas que embarcaram na caravana e caminharam junto o território.

CONCLUSÃO

Os zapatistas, ao integrarem em sua marcha e em seus discursos os povos indígenas que compõem a diversidade humana da população mexicana, não tomam para si a palavra e se assumem como os portadores da verdade, trazem à tona a discussão por e a partir das histórias desses povos, assumindo uma condição de um espelho no qual não são a realidade, mas um reflexo dela; não são a luz, apenas um feixe; não o caminho, mas apenas alguns passos, dentro de tantos rumos, que conduzirá até alcançarem as demandas históricas de combate ao *colonialismo interno* que rege as relações sociais neste cenário político-econômico.

Em suma, esta marcha que leva o nome dos povos *cor da terra* e que luta pela *dignidade*, levanta questões fundamentais para a compreensão das facetas coloniais de longa duração na história do México e que permeiam a luta e as demandas zapatistas. Trazer a “cor da terra” como o elemento que colore esta marcha é trazer a discussão central que os zapatistas carregam consigo desde a Revolução Mexicana de 1910: terra e liberdade. É trazer consigo as resistências históricas de povos que almejam a liberdade de viver conforme suas culturas e tradições ditam suas formas de viver, não conforme os índices do Produto Interno Bruto do país ou da cotação da Bolsa de Valores. Resistir, portanto, conforma-se numa manifestação de *dignidade* desses povos, que não esquecem e não querem que seja esquecida suas memórias, logo, suas existências. Nas palavras de Marcos, uma marcha que desvelou os muitos mexicanos que sob o México se escondem e se magoam.

Em entrevista ao Subcomandante Marcos, no dia 25 de março de 2001, o escritor ganhador do Prêmio Nobel de literatura, Gabriel García Márquez questiona Marcos se, mesmo em meio a todos esses problemas, ele ainda tem tempo de ler, e Marcos lhe responde: “*sí porque si no... ¿qué hacemos? En los ejércitos de antes, el militar aprovechaba el tiempo para limpiar su arma y rehacerse de parque. En este caso, como nuestras armas son las palabras, tenemos que estar pendientes de nuestro arsenal a cada momento*” (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2001). E é nesse cuidado constante à palavra e ao diálogo que a temática da dignidade indígena, que as vozes dos povos da cor da terra ecoam junto aos sons da marcha que pelo território caminharam e caminham os muitos *méxicos rebeldes*.

REFERÊNCIAS

- CHIHU AMPARÁN, Aquiles. La marcha del color de la tierra. **Araucaria**, Sevilla, v. 8, p. 63-79. 2002.
- Comandancia General del EZLN. **Primera Declaración de La Selva Lacandona**. México, 1994. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena - Comandancia General del EZLN. **El CCRI-CG del EZLN da a conocer los detalles de la ruta que seguirá a la ciudad de México en los meses de febrero y marzo del 2001**. México, 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/01/24/el-ccri-cg-del-ezln-da-a-conocer-los-detalles-de-la-ruta-que-seguira-a-la-ciudad-de-mexico-en-los-meses-de-febrero-y-marzo-del-2001/>>. Acesso em 21 de mar de 2021.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena - Comandancia General del EZLN. **En San Cristóbal de las Casas, comienza la Marcha de la Dignidad Indígena, la Marcha del Color de la Tierra**. México, 2001. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/24/en-san-cristobal-de-las-casas-comienza-la-marcha-de-la-dignidad-indigena-la-marcha-del-color-de-la-tierra/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN. **Al pueblo de México: las demandas del EZLN**. México, 1994a. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/01/al-pueblo-de-mexico-las-demandas-del-ezln/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN. **Segunda Declaración de La Selva Lacandona**. México, 1994b. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.
- Comité Clandestino Revolucionario Indígena – Comandancia General del EZLN. **Sobre el próximo proceso electoral**. México, 2000. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2000/06/19/sobre-el-proximo-proceso-electoral/>>. Acesso em 21 de mar. 2021.
- FUENTES SÁNCHEZ, Waldo Lao. **Autonomías indígenas: resistencias y luchas por el reconocimiento en Nicaragua y México**. Buenos Aires: El Colectivo, 2019.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **Sociología de la explotación**. Siglo XXI, México, 1969.
- GONZÁLEZ, Eva Antón. Las paradojas del movimiento zapatista en la construcción de paz: “El ejército que nace para que no haya más ejércitos”. **Revista de Paz y Conflictos**, Granada, v. 3, p.140-153. 2010.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In.: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber - Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- SARAMAGO, José. **La lucha del EZLN, sólo un prólogo**: Saramago. México, 2001. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2001/03/12/006n1pol.html>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.
- SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Habla Marcos**: Gabriel García Márquez y Roberto Pombo lo entrevistan en México. México, 2001. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/25/entrevista-con-gabriel-garcia-marquez/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Zócalo, Subcomandante Marcos:** es la hora de los pueblos indios. México, 2001. Disponível em: <<https://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/11/zocalo-subcomandante-marcos-es-la-hora-de-los-pueblos-indios/>>. Acesso em 21 de mar. de 2021.

Capítulo 15

**UMA MEMÓRIA E UM ESPAÇO
RESTAURADO EM DOIS
TEMPOS: O THEATRO
MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA
BOA VISTA NO MOMENTO DE
SUA CONSTRUÇÃO (1914) E A
PARTIR DE SEU RESTAURO, DOS
ANOS 1980 AOS DIAS ATUAIS**

Luis Pedro Dragão Jeronimo

UMA MEMÓRIA E UM ESPAÇO RESTAURADO EM DOIS TEMPOS: O THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA NO MOMENTO DE SUA CONSTRUÇÃO (1914) E A PARTIR DE SEU RESTAURO, DOS ANOS 1980 AOS DIAS ATUAIS

Luis Pedro Dragão Jeronimo

Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP);

luis.jeronimo@alumni.usp.br ; <https://orcid.org/0000-0003-0863-8351> ;

<http://lattes.cnpq.br/7965225380384268>

RESUMO: Nesta pesquisa foi realizado um estudo que expôs as características e os valores atribuídos ao Theatro Municipal de São João da Boa Vista, construído no início do século XX, no momento de sua construção e cerca de oito décadas mais tarde, a partir de seu restauro e atuais usos. Objetivamos produzir um estudo que refletiu aquele edifício em suas dimensões sociocultural, identitária, material e utilitária dentro da comunidade em que se insere.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Cultura Material; Teatro; Primeira República; Estado de São Paulo.

ABSTRACT: In this research, a study was carried out that exposed the characteristics and values attributed to the Municipal Theater of São João da Boa Vista, built in the beginning of the 20th century, at the time of its construction and about eight decades later, after its restoration and current uses. We aimed to produce a study that reflected that building in its sociocultural, identity, material and utilitarian dimensions within the community in which it operates.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Material Culture; Theater; Brazilian First Republic; State of São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq⁶¹, visou examinar um patrimônio cultural específico, o Theatro Municipal de São João da Boa Vista, no interior de São Paulo, como marco

⁶¹ Processo nº 165106/2018-2.

sociocultural, material, histórico, arquitetônico e identitário dentro da comunidade em que está inserido, refletindo-o em dois tempos. No primeiro tempo, o período em que foi construído e seus primeiros anos de funcionamento e, no segundo tempo, o período que se segue a partir de seu longo processo de restauro, que duraria quase duas décadas, até sua atualidade, como local de cultura, memória e pertencimento. A partir destes dois recortes temporais e dos valores que foram atribuídos ao edifício, visamos entendê-lo a partir de sua materialidade e dos significados imateriais que lhe são atribuídos, tratando desde suas características construtivas e decorativas, detentoras de uma mensagem, até seus significados dentro do sentimento de parte da comunidade sanjoanense - que hoje nutre por seu Teatro Municipal um profundo respeito e admiração - nos momentos de seu salvamento, na década de 1980, e nos seus múltiplos usos atuais.

Buscamos, então, realizar um estudo que abordasse questões materiais e simbólicas, questões sociais e econômicas e questões da gênese do espaço e dos seus mais recentes usos. Ao elegermos dois tempos tão distantes, visamos compreender o contexto de sua criação e a forma como as características e valores estabelecidos naquele período inicial puderam ser retomados, interpretados e ressignificados no processo que definiu o tombamento do edifício no âmbito estadual e direcionou sua restauração. Também nos debruçamos sobre os usos de um mesmo edifício tanto no início de sua história quanto no seu período atual, nos seus 11 primeiros anos (1914-1925) e nos seus 11 últimos anos de funcionamento (2004-2015).

Dessa forma, a despeito dos contextos históricos distantes, um fio condutor da primeira à última página pode ser entendido por uma pergunta bastante simples: “O que o Theatro Municipal representa para São João da Boa Vista?”. Fazendo dessa pergunta a questão norteadora do estudo, pudemos delinear os contornos de um lugar de valor inestimável no plano Histórico, Memorial, Cultural. Visando explorar o início de sua história e seu momento atual, foram feitos diversos questionamentos que contribuíram para a compreensão daquele espaço. Esses questionamentos podem ser divididos em 4 eixos de análise: “qual contexto da construção/restauro”, “quem participou da construção/restauro”, “como foi construído/restaurado” e “quais foram os usos em 1914-1925/2004-2015”.



Figura 1 – A fachada do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c.1920). Arquivo “Memória Sanjoanense”.

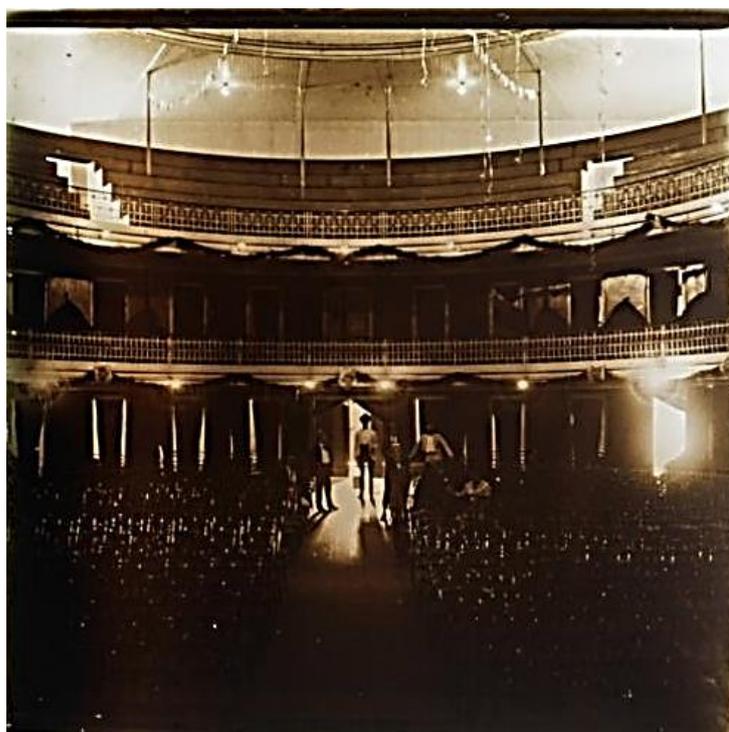


Figura 2 – Vista interna do Theatro Municipal de São João da Boa Vista (c. 1915). Arquivo Instituto Moreira Salles.

Esse estudo, então, pretendeu contribuir para a História da Cultura, no campo do Patrimônio Histórico e Cultural, na perspectiva da Cultura Material, associada à História Sociocultural, ao refletir sobre a relação que a sociedade sanjoanense

mantém com o edifício nos diferentes *tempos* explorados. Muitas sociedades sanjoanenses passaram desde o ano de 1914 e estabeleceram com o edifício relações e essas passam por modificações ao longo de sua história e é nesta perspectiva que todo esse esforço de investigação se justifica.

Assim, estudando um bem que foi restaurado em sua materialidade e imaterialidade, ou seja, em sua dimensão simbólica – ele é símbolo de um passado glorioso, de uma “civilização” sanjoanense passada que demonstraria uma espécie de “predestinação” do local em se desenvolver como centro em sua região e é também símbolo de uma “sanjoanidade” construída em meio à dissolução paulatina de diversos marcos de identidades locais -, restauramos também sua *história* e a *memória* de seus usuários. A pesquisa também visou constituir, para além de um estudo sobre a relação da comunidade com o seu bem, uma revisão de teses a respeito do Teatro.

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

Partindo da hipótese de que o Teatro Municipal é um importante local para a história, a memória, a cultura e a identidade sanjoanense, tivemos como objetivo geral o estudo do edifício enquanto importante marco histórico e cultural de São João da Boa Vista e, como objetivo específico, a reflexão sobre a relação desse edifício com a sociedade sanjoanense tanto no período da sua construção e primeiros anos de funcionamento, quanto no período de sua restauração e usos atuais.

O recorte temporal escolhido foi, na primeira parte, o período entre os anos de 1914 até 1925 e, na segunda parte, o período entre os anos de 1980 a 2015. Ainda foram feitos breves apontamentos sobre o contexto histórico do período da construção, que diz respeito aos anos de 1890 a 1910, e dos usos físicos do edifício entre os anos de 1930 a 1970. Dessa forma, pode-se perceber que a história do edifício foi tratada de forma bastante abrangente, porém sendo pormenorizada naqueles períodos de maior interesse para a pesquisa. Assim, pudemos cobrir desde o tempo referente ao surgimento da ideia de construção de um edifício teatral de grandes proporções até o momento atual, delimitado pela comemoração do Centenário do edifício, findada em janeiro de 2015.

Como forma de respondermos à questão norteadora do estudo, utilizamos uma abordagem quanti-qualitativa, numa pesquisa de caráter exploratório. Nela,

estabelecemos um diálogo entre uma ampla bibliografia com diferentes temáticas relacionadas ao estudo do edifício, e um vasto número de documentos, composto sobretudo de fontes primárias e em grande parte inéditos. No levantamento bibliográfico, foram analisados textos das seguintes temáticas: Referencial Teórico- Metodológico (com 67 textos); História do Café e Primeira República Brasileira (com 32 textos); História de São João da Boa Vista (com 10 textos); História do Theatro Municipal de São João da Boa Vista e Outros Teatros (com 22 textos); Memória e Identidade (com 53 textos); e Patrimônio, Cultura Material, Preservação, Restauro, Direito do Patrimônio e Educação Patrimonial (com 168 textos). Essa farta bibliografia, com 352 textos, foi posta em diálogo com uma vasta quantidade de documentos direta ou indiretamente relacionados ao Theatro Municipal, coletados em 21 acervos, 26 almanaques e anuários, 1 documentário e 2 manuscritos, além de dois processos de tombamento do edifício (IPHAN nº 1.190-T-86 e CONDEPHAAT nº 23125/ano 1984) e 26 sítios eletrônicos.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS

Em se tratando do Primeiro Tempo, ofereceu-se primeiramente uma visão sobre a sociedade sanjoanense do início do século XX, com todas as permanências e rupturas características daquela época. Naquela cidade, enriquecida pelo café e ligada aos grandes centros pela locomotiva, a ideia de um teatro é gestada em meio à adoção de valores de progresso e civilização (tanto pelas elites econômicas quanto por uma classe urbana remediada) traduzidos em melhoramentos urbanos tais como a macadamização de ruas, o alargamento de avenidas, a implantação de praças e a construção de edifícios que fariam uma cidade enriquecida pelo café se figurar moderna, sendo o Theatro Municipal o ápice da modernização urbana sanjoanense. Dessa forma, a partir das considerações de Azevedo (2009) e Andrade (1973; 2003), apontamos que o Theatro Municipal não era uma construção isolada no contexto urbano sanjoanense, mas parte de um cenário da modernidade, sendo o principal, mas não o *único*, representante do período⁶². Abaixo, a planta cadastral sanjoanense

⁶² Nesse período, o sanjoanense viu a construção dos edifícios da Santa Casa de Misericórdia (1899), do Grupo Escolar Joaquim José (1903), do Matadouro Municipal (1914), do Mercado Municipal (1917) e do Fórum e Cadeia (1918). Além disso, viu seu cotidiano modificado pela introdução de diversos melhoramentos: os serviços telefônicos foram implantados em 1896 (SALOMÃO E SILVA, 1976, p.451); os serviços de água e esgoto seriam estabelecidos em 1901 e 1909 (AZEVEDO, 2009, p.110); e a energia elétrica seria instalada em 1903 (AZEVEDO, 2009, p.147). Ruas foram retificadas e

de 1903 com os melhoramentos urbanos implementados entre c.1890-1920 (círculos azuis e brancos), o trajeto de sociabilidade sanjoanense (linhas em amarelo) e os bairros periféricos (polígonos vermelhos):

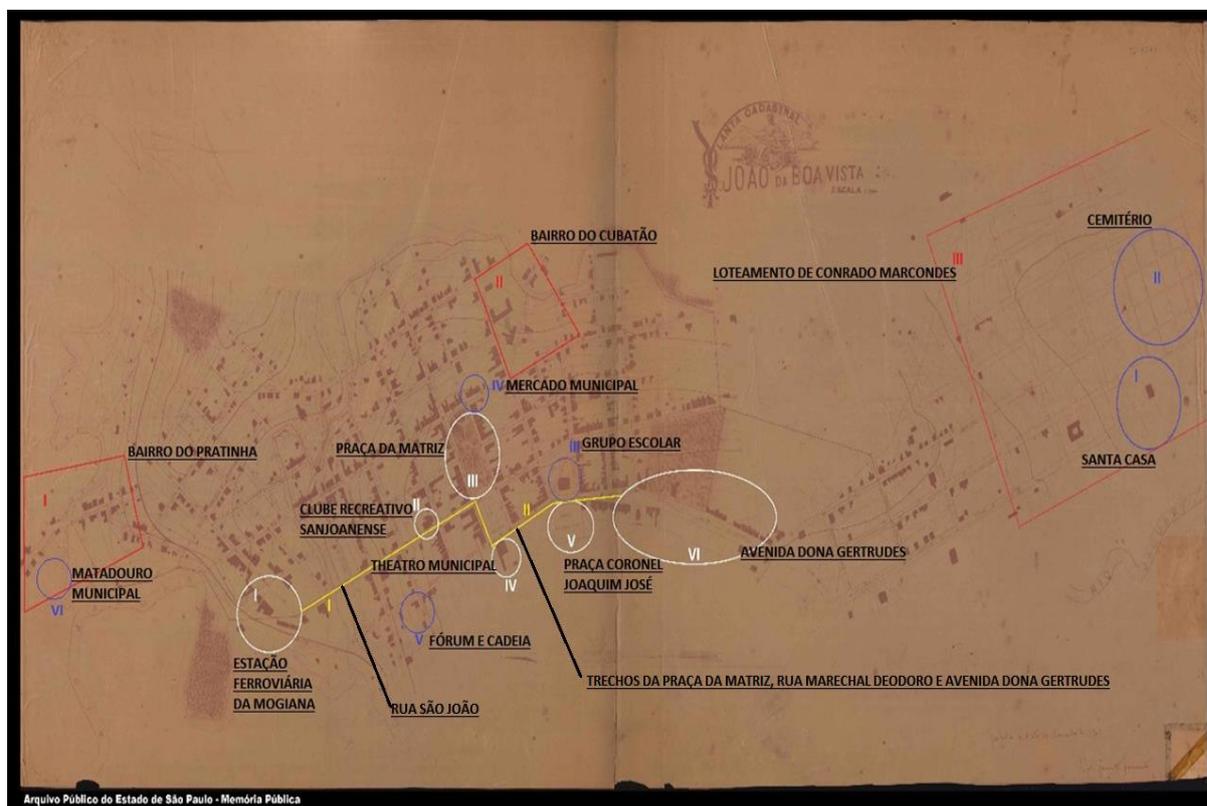


Figura 3 – Os melhoramentos sanjoanenses. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Outras importantes contribuições para a historiografia foram apresentadas e se relacionam diretamente com o edifício. Ao se analisar os documentos da Companhia Theatral Sanjoanense - CTS, proprietária do teatro, expôs-se um número maior de acionistas (de 113 para 191 acionistas) e, nesse aspecto, uma heterogênea composição acionária, denotando uma dimensão prática da construção do teatro enquanto empreendimento⁶³ e não apenas “monumento” à uma elite (com a análise do teatro enquanto empreendimento, surge a faceta prática da construção, em grande parte encoberta por explicações que só levavam em conta a dimensão simbólica do lugar). Essa heterogênea composição acionária só foi possível ser conhecida porque

prolongadas (ANDRADE, 1973, p.215) e avenidas seriam abertas e macadamizadas, ainda recebendo especial atenção a criação de praças nas áreas centrais.

⁶³ A tese dominante colocava na figura de jovens da elite agrária a explicação para a construção da casa de espetáculos: segundo Beraldo (2004), “a história do Theatro Municipal começou em 1911, quando jovens sanjoanenses retornaram dos estudos na Europa e nos Estados Unidos dispostos a incentivar a cultura em sua terra” (BERALDO, 2004, p.5).

foi determinada a ocupação desses acionistas, nome por nome, através da pesquisa em periódicos, almanaques (Martins 1901; 1910), livros de impostos da Prefeitura Municipal e também pela História Oral, além de estudos genealógicos sanjoanenses (Falconi (2010) e Spletsstoser Júnior (2003)). Abaixo, o gráfico 1 demonstra a cotização da CTS por diferentes grupos sociais e a participação acionária de imigrantes:

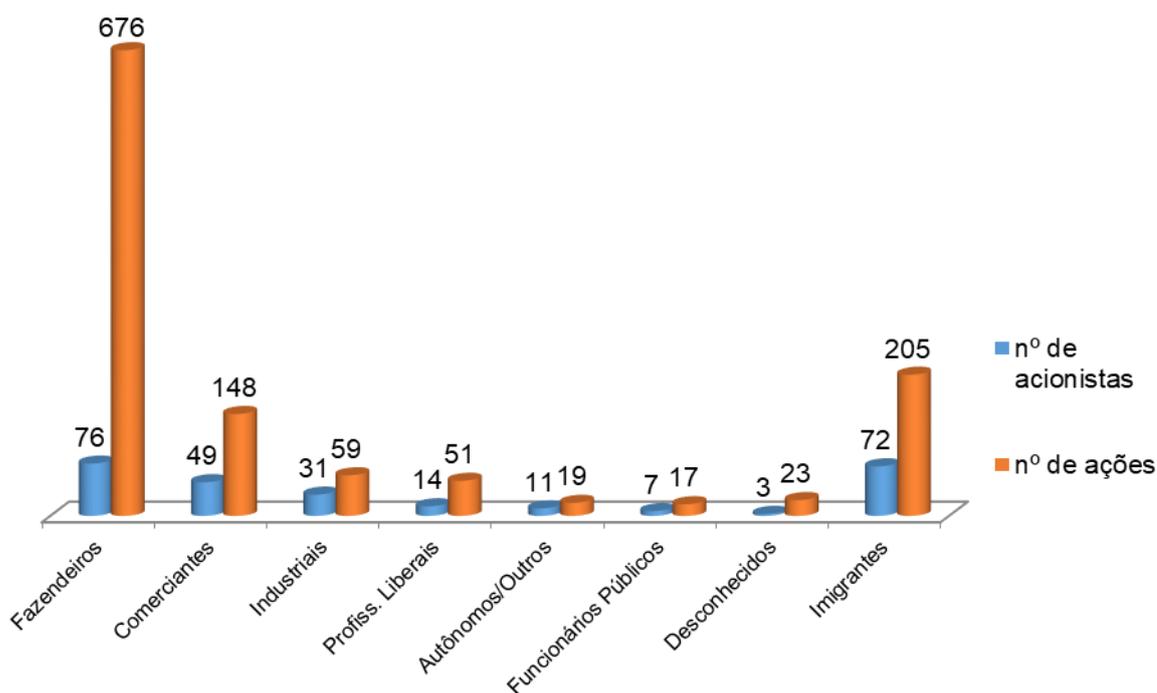


Gráfico 1 - Participação acionária CTS por grupo. Elaboração do autor.

Depois, na questão da ocupação pregressa do terreno do edifício teatral, tratamos brevemente da urbanização da cidade e do desaparecimento de símbolos de potentados locais dos tempos imperiais, dando lugar ao mais novo e destacado melhoramento da cidade. Nesse aspecto, contestou-se uma antiga tese (presente nos importantes trabalhos de Salomão e Silva (1977), Beraldo (2004) e Menezes (2014)), de que naquele local, antes da construção do teatro, teria funcionado um hospital, um hotel e uma escola⁶⁴. Para contestar essa tese, demonstramos farta documentação

⁶⁴ Salomão e Silva (1976) afirmavam que “o lançamento da pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia foi em 13 de maio de 1891, no local onde está hoje o Teatro Municipal; ali funcionou até 6 de agosto de 1899” (SALOMÃO E SILVA, 1976, p.394) e Menezes (2014) indicava que “Nesse local [do Theatro Municipal] existiu um sobrado antigo, onde funcionou a primeira Santa Casa de

que indicava apenas a existência de uma antiga casa de morada, outrora sede de uma antiga fazenda dum dos pioneiros de São João da Boa Vista.

Após estas análises iniciais, examinou-se a construção do edifício. Foram apontadas as dificuldades financeiras iniciais, e, depois, a construção em sua materialidade. Nesse aspecto, a partir das considerações de Fabris (1993), Lemos (1987) e Reis Filho (2000), analisou-se o edifício enquanto documento, onde as modernas técnicas da sua estrutura se uniam com a linguagem tradicional e ao mesmo tempo moderna de sua fachada e do seu interior, e de onde os itens importados se misturavam com elementos nacionais, produzindo uma alegoria daquela sociedade onde tradição e modernidade compunham o discurso cosmopolita de então.

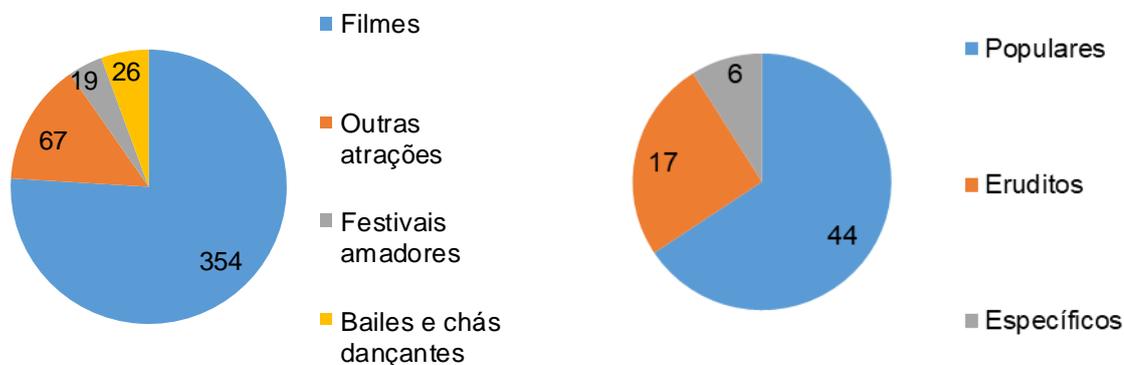
Concluindo a pesquisa sobre o primeiro tempo, foram analisados, por meio de periódicos, os primeiros anos de funcionamento daquele espaço tanto no que se refere aos usos utilitários quanto simbólicos. Eventos que impactaram o funcionamento do teatro também foram apresentados, tais como a Gripe Espanhola e a Revolução de 1924, demonstrando uma centralidade do edifício nesses eventos. Depois, foram determinados os eventos que ocorreram no espaço, entre os anos de 1914 a 1925, a partir dos anúncios presentes no Jornal *A Cidade de São João* e *O Município*⁶⁵ e de apontamentos de Menezes (2014). Chamando a atenção para o seu uso enquanto cinema e da relativamente baixa realização de espetáculos de palco, apresentamos uma realidade de programação variada e, sobretudo, popular, daí surgindo novas considerações sobre os usos utilitários do espaço e do seu caráter de *politeama*⁶⁶. A seguir, os gráficos 2 e 3 demonstram a agenda de apresentações do

Misericórdia, depois o primeiro Grupo Escolar e, por último, o Hotel dos Viajantes, de Bartolo Singale, de origem italiana (MENEZES, 2014, p.38).

⁶⁵ Foram analisados 17 números e 100 páginas do primeiro periódico e 576 números e 3.000 páginas do segundo periódico, totalizando 593 números e 3.100 páginas analisadas.

⁶⁶ Pelas suas características físicas (palco italiano, sala de espetáculos em formato de ferradura e plateia setorizada com 4 níveis (plateia, frisas, camarotes e galerias)), difundiu-se a tese, provavelmente na década de 1980, quando do início da restauração do edifício, de que o Teatro Municipal tinha recebido, durante seus primeiros anos de funcionamento, vários espetáculos eruditos de grande porte, principalmente óperas. O que se comprovou na pesquisa foi que a casa de espetáculos foi usada em raras ocasiões como local de apresentações eruditas, que por sua vez se resumiram a apresentações de tenores e sopranos e pequenos grupos de músicos. O estudo apontou para um uso sobretudo popular, com espetáculos cênicos e musicais, exibição de filmes, realização de bailes e chás dançantes, além de local de exposição de pinturas e palestras para públicos específicos, desfazendo, assim, o mito de um lugar construído pelas elites e gozado apenas pelas mesmas.

teatro sanjoanense entre 1914 e 1925, a partir da análise de periódicos sanjoanenses do período:



Gráficos 2 e 3 – Apresentações do Theatro Municipal entre 1914 e 1925 e apresentações do Theatro Municipal entre 1914 e 1925 – grupo “Outras atrações”. Elaboração do autor.

Já no que se refere ao Segundo Tempo, inicialmente foram apresentados os usos variados do espaço entre os anos de 1926 e 1982, quando do seu fechamento, e do estado de conservação da estrutura naqueles últimos anos de funcionamento. Nesta altura, apontamos que aquele edifício, então denominado *CineTheatro*, embora fosse uma quase ruína no centro da cidade nos anos de 1980, entre os anos de 1930 a meados dos anos 1970, foi um lugar importante na cena cultural sanjoanense⁶⁷. Depois, foram expostos os esforços empreendidos no início dos anos de 1980 (no contexto da redemocratização do país e de crises econômicas) pelos cidadãos contrários ao seu desaparecimento e da equipe de restauro no que se refere à mobilização popular visando sua preservação e nas obras de restauração, respectivamente.

⁶⁷ Contrariamos, nesta altura, uma tese que relacionava a longa decadência física do edifício com o paulatino enfraquecimento de seu lugar enquanto centro cultural sanjoanense: malgrado o estado lastimável das instalações, as reformas sem qualquer critério e o desgaste do tempo em sua estrutura, o edifício ocupou longamente um lugar central na vida cultural da cidade por décadas – prova disso é que foi o único de seu gênero a receber massivo interesse da comunidade pela preservação. Nessa parte da pesquisa, então, apontamos para a necessidade de se analisar o edifício não apenas a partir da sua realidade material, mas também a partir do valor simbólico conferido pela comunidade naquele período. Somente assim se pôde encontrar a conjunção entre as razões materiais e simbólicas (a iminência de sua perda e os valores que a construção abarcava) que fizeram surgir e que reforçariam o movimento popular pela sua preservação e restauração.

Analisando essas obras e seu tombamento na esfera estadual, apontamos que o restauro foi operado tanto na dimensão material do edifício quanto na sua dimensão imaterial, ressignificando-o e tornando-o novamente representativo para parte importante da sociedade sanjoanense. Essa retomada da representatividade e a preservação do edifício só foram possíveis, conforme apontamos, a partir do envolvimento da população no processo de salvaguarda desse bem, o que impulsionaria a resolução política de determiná-lo como “Bem de Utilidade Pública” pela Prefeitura Municipal e o seu reconhecimento enquanto bem cultural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo –CONDEPHAAT, em 1987 (Processo nº 23125/84).

Por fim, expôs-se os usos atuais do Theatro Municipal entre os anos de 2004 e 2015. Tal como foi feito no primeiro tempo da pesquisa, analisou-se a muito heterogênea realização de eventos e a presença de crônicas sobre o edifício nas páginas do periódico sanjoanense *Jornal O Município*, estabelecendo relações entre essa realidade atual e aquela do início de operações da casa de espetáculos, entre os anos de 1914 a 1925. Nesse estudo sobre os atuais usos, foi feito um levantamento que abrangeu a série de periódicos dos dias 1º de maio de 2004 a 31 de janeiro de 2015⁶⁸. Tal levantamento foi fundamental para entendermos os usos físicos do Theatro Municipal, a partir da análise de sua agenda de apresentações, entre os anos de 2004 a 2014, e dos usos simbólicos naquele período.

Neste levantamento, pudemos ver um espaço com um uso utilitário bastante democrático, recebendo em seu interior formaturas, peças teatrais, concertos, festivais, apresentações de filmes etc., se constituindo num polo de cultura e entretenimento regional. Além disso, se viu um espaço simbolicamente importante que é projetado em questões referentes à identidade, ao pertencimento, à memória e à história da comunidade e da cidade como um todo, se comportando como um lugar-símbolo da “sanjoanidade”. Se viu, ainda, uma potencialização desses valores a partir das comemorações referentes ao Centenário do edifício, celebrado a partir de outubro de 2013 e estendendo suas comemorações até janeiro de 2015. Abaixo, o gráfico 4, base dessas análises, referentes aos usos físicos e simbólicos, respectivamente, do Theatro Municipal entre os anos de 2004 a 2015, a partir do *Jornal O Município*:

⁶⁸ Foram analisados 1.123 números e 17.000 páginas.

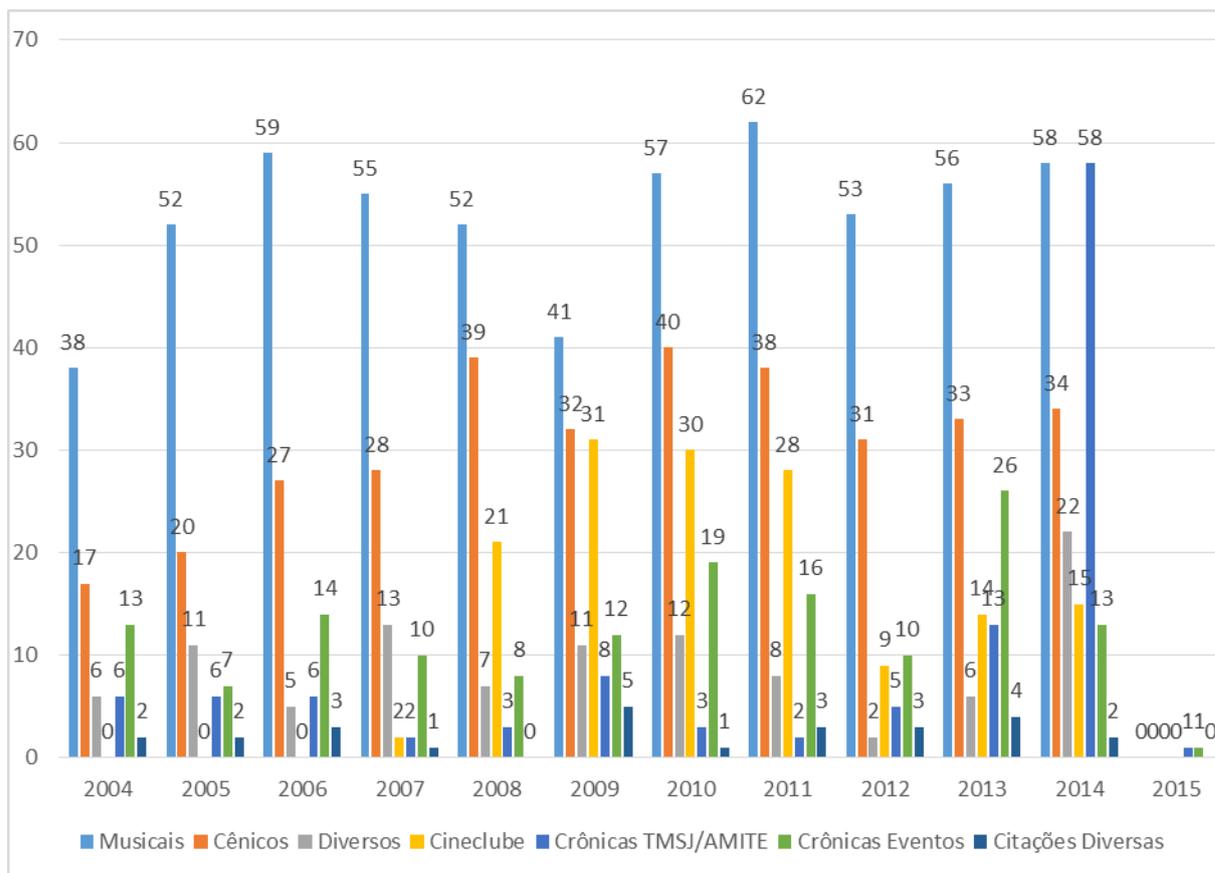


Gráfico 4 - Crônicas, textos e a participação de eventos no Theatro Municipal por sua natureza, a partir do Jornal *O Município* – 2004 a 2014. Elaboração do autor.

Também foi analisada a frequência de público pagante a partir dos registros do *Borderô de Eventos* da associação mantenedora do Theatro Municipal, Associação dos Amigos do Theatro - AMITE, entre os anos de 2004 e 2014, apresentando as preferências de público a partir das categorias de espetáculos analisadas. Essa pesquisa, inspirada nas considerações de Durand (2013)⁶⁹, visou complementar os apontamentos referentes ao uso do espaço cultural pelo público sanjoanense realizados com base no *O Município*. Dessa forma, fornecemos dados consolidados de utilização que não eram conhecidos pela própria instituição mantenedora, oferecendo àquela instituição e aos interessados do campo da cultura e das políticas culturais uma exaustiva análise da forma como o sanjoanense utiliza a sua principal

⁶⁹ Durand (2013) afirma a necessidade de "(...) montar pesquisas que retratem a 'paisagem cultural' do lado da população, isto é, estudos metodologicamente consistentes, sensíveis o suficiente para captar traços de comportamento cultural até mesmo em grupos minúsculos e repetidos regularmente a cada década ou quinquênio" (DURAND, 2013, p. 28).

sala de espetáculos. A seguir, as tabelas 1 a 6, referentes aos dados consolidados do *Borderô de Eventos* da AMITE:

ANO	REAL. EVENTOS MUSICAIS	REAL. EVENTOS CÊNICOS	REAL. EVENTOS DIV./DESC.	PÚBLICO EVENTOS MUSICAIS	PÚBLICO EVENTOS CÊNICOS	PÚBLICO EVENTOS DIV./DESC.
2004	11	6	3	704	915	754
2005	36	31	3	2.979	5.707	88
2006	23	16	---	2.496	5.289	---
2007	19	20	2	2.534	3.941	167
2008	21	36	---	2.552	7.582	---
2009	22	30	---	3.156	7.058	---
2010	24	31	---	4.185	7.129	---
2011	33	35	---	5.915	7.736	---
2012	26	29	---	4.687	9.188	---
2013	27	35	---	5.113	9.951	---
2014	22	27	---	5.162	6.095	---
TOTAL	264	296	8	39.483	70.591	1.009

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 1 – Concentrações de realização e público nos espetáculos por sua natureza – 2004 a 2014.

ANO	Nº DE ATRAÇ. C/ PÚBLICO ACIMA DA MÉDIA	MÉDIA DE PÚBLICO POR ATRAÇ./ANO	% DE PARTICIP. ATRAÇ. C/ PÚBLICO ACIMA DA MÉDIA	TOTAL DE PÚBLICO ATRAÇ. ACIMA DA MÉDIA	% DE PARTICIP. PÚBLICO ATRAÇ. ACIMA DA MÉDIA
2004	7	118	35%	1.809	76,6%
2005	27	125	38,6%	6.676	76,1%
2006	14	199	35,9%	5.822	74,8%
2007	17	162	41,5%	5.093	76,7%
2008	25	178	43,8%	7.650	75,5%
2009	18	196	34,6%	6.958	68,1%
2010	22	205	40%	7.882	69,6%
2011	28	200	41,1%	10.250	75,1%
2012	22	252	40%	9.263	66,8%
2013	26	243	41,9%	10.240	68%
2014	18	229	36,7%	7.504	66,6%
TOTAL/ MÉDIA¹	224	191	39%	79.147	71,2%

Fonte: JERONIMO (2020).

¹ Médias dos anos do levantamento, inclusive do ano de 2004, com dados iniciados em maio.

Tabela 2 – Atrações com público acima da média entre os anos de 2004 e 2014: participação na realização total e no público geral.

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	QTDDE. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTDDE. PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS	QTDDE. PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.
2004	1	5	1	261	915	633
2005	6	21	1.676	5.000
2006	5	9	1.452	4.370
2007	4	13	1.355	3.738
2008	5	20	1.421	6.229
2009	6	12	1.993	4.965

Continua

2010	8	14	2.774	5.108
2011	11	17	3.841	6.409
2012	5	17	1.657	7.606
2013	7	19	2.769	7.471

Continuação

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. C. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	QTDDE. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTDDE. PARTICIP. DE PÚB. – CÊNICOS	QTDDE. PARTICIP. DE PÚB. – DIV./DESC.
2014	7	11	3.108	4.396
TOTAL	65	158	1	22.307	56.207	633

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 3 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público acima da média – 2004 a 2014.

ANO	% REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	% REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	% REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	% PARTICIP. DE PÚBLICO – MUSICAIS	% PARTICIP. DE PÚB. – CÊNICOS	% PARTICIP. DE PÚB. – DIV./DESC.
2004	14,3%	71,4%	14,3%	14,4%	50,6%	35%
2005	22,2%	77,8%	25,1%	74,9%
2006	35,7%	64,3%	24,9%	75,1%
2007	23,5%	76,5%	26,6%	73,4%
2008	20%	80%	18,5%	81,5%
2009	33,3%	66,7%	28,6%	71,4%
2010	36,4%	63,6%	35,2%	64,8%
2011	39,3%	60,7%	37,5%	62,5%
2012	22,7%	77,3%	17,9%	82,1%
2013	26,9%	73,1%	27,1%	72,9%
2014	38,8%	61,2%	41,4%	58,6%
MÉDIA	28,5%	70,2%	1,3%	27%	69,8%	3,2%

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 4 – % de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público acima da média – 2004 a 2014.

ANO	Nº REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	Nº REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	Nº REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	QTDDE. DE PÚBLICO – MUSICAIS	QTDDE. PARTICIP. DE PÚB. – CÊNICOS	QTDDE. PARTICIP. DE PÚB. – DIV./DESC.
2004	10	1	2	443	121
2005	31	9	3	1.488	527	83
2006	18	7	1.044	919
2007	16	6	2	881	501	167
2008	16	16	1.131	1.353
2009	19	15	1.494	1.762
2010	16	17	1.411	2.021
2011	24	16	2.125	1.276
2012	20	13	2.661	1.951
2013	21	15	2.424	2.400
2014	14	17	1.638	2.115
TOTAL	205	132	7	16.740	14.946	250

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 5 – Nº de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público abaixo da média – 2004 a 2014.

ANO	% REAL.	% REAL.	% REAL.	% PARTICIP.	% PARTICIP.	% PARTICIP.
-----	---------	---------	---------	-------------	-------------	-------------

	ESPETÁC. MUSICAIS	ESPETÁC. CÊNICOS	ESPETÁC. DIV./DESC.	DE PÚBL. – MUSICAIS	DE PÚBL. – CÊNICOS	DE PÚBL. – DIV./DESC.
2004	76,9%	7,7%	15,4%	78,5%	21,5%
						Continua Continuação
ANO	% REAL. ESPETÁC. MUSICAIS	% REAL. ESPETÁC. CÊNICOS	% REAL. ESPETÁC. DIV./DESC.	% PARTICIP. DE PÚBL. – MUSICAIS	% PARTICIP. DE PÚBL. – CÊNICOS	% PARTICIP. DE PÚBL. – DIV./DESC.
2005	72,1%	20,9%	7%	70,9%	25,2%	3,9%
2006	72%	28%	53,2%	46,8%
2007	66,6%	25%	8,4%	56,9%	32,3%	10,8%
2008	50%	50%	45,5%	54,5%
2009	55,8%	44,2%	45,9%	54,1%
2010	48,5%	51,5%	41,1%	58,9%
2011	60%	40%	62,5%	37,5%
2012	60,6%	39,4%	57,7%	42,3%
2013	58,3%	41,7%	50,2%	49,8%
2014	45,2%	54,8%	43,6%	56,4%
MÉDIA	60,5%	36,7%	2,8%	55,1%	43,6%	1,3%

Fonte: JERONIMO (2020).

Tabela 6 – % de realizações de espetáculos e a participação de público em atrações com público abaixo da média – 2004 a 2014.

Depois de apresentar de forma mais detida as principais revisões apresentadas na pesquisa, apresentaremos resumidamente todos os principais resultados, divididos entre o Primeiro Tempo (1914-1925) e o Segundo Tempo (c.1980-2015).

No Primeiro Tempo, podemos apontar, como principais contribuições desse estudo para a historiografia, que:

1) o Theatro Municipal não foi um edifício isolado no contexto de sua construção, mas parte de uma reestruturação urbana muito mais ampla da qual ele é o exemplo mais longo;

2) a Companhia Theatral Sanjoanense - CTS não era constituída apenas pela elite política, econômica e social da cidade, mas também por uma classe urbana remediada, apresentando essa companhia um variado quadro acionário que reflete aspectos importantes da sociedade do período;

3) o número de acionistas participantes da cotização da CTS era consideravelmente superior àquele apontado pela historiografia, trazendo à luz nomes que jamais foram referenciados em outras publicações;

4) a ocupação anterior do terreno foi a de uma simples casa de morada de uma família que não mais gozava de prestígio político em meio àquela sociedade

republicana e cosmopolitizada, revendo hipóteses amplamente difundidas nesse tema;

5) ainda que o Theatro Municipal tenha sido construído num estilo eclético importado, mas já com elementos do *Art Nouveau*, viu-se na sua materialidade um diálogo entre aqueles estilos e os materiais importados com os elementos nacionais e locais, compondo uma amálgama entre os ideais e ideias de fora com o contexto local, não compondo o edifício sanjoanense mera cópia, mas interpretação do discurso cosmopolita do qual faz parte;

6) o teatro sanjoanense se relacionava com diversos casos de outros teatros em estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, partes de um mesmo discurso cosmopolita, mas que carregam traços particulares, tal qual o exemplar sanjoanense;

7) o Theatro Municipal não teve seu uso apenas como casa de espetáculos, mas se constitui num centro de decisões nos momentos em que a cidade era impactada por eventos exteriores com consequências locais importantes (Gripe Espanhola e Revolução de 1924);

8) a realidade de programação da casa de espetáculos era muito mais ampla que o esperado, com o cinema se constituindo na principal fonte de lucro do empreendimento, porém dividindo espaço com espetáculos de palco, em sua maioria populares e, em menor número, eruditos;

9) o valor simbólico do Theatro Municipal estava presente desde antes mesmo da conclusão de sua construção, constituindo-se num símbolo de cultura, de civilização, de modernidade e de inserção da localidade num grupo de localidades enriquecidas e suficientemente desenvolvidas para ostentar tal construção;

10) se deve tomar aquela construção moderna como um empreendimento, como um “*Theatro Municipal*” no nome e na fachada, um *teatro lírico* em sua forma arquitetônica, mas de fato se constituindo num *politeama* pelo seu uso, onde as expressões culturais e de entretenimento daquela sociedade se davam de forma multifacetada.

Já no Segundo Tempo, podemos apontar, como principais contribuições desse estudo para a historiografia, que:

1) o que determinou a sobrevivência do espaço não foi a declaração do Poder Público (de que o edifício seria um “Bem de Utilidade Pública”), mas a mobilização social de artistas e cidadãos em meio a um momento muito importante dos anos de 1980 em que se dava a redemocratização e o povo se tornava parte ativa dos processos de preservação, obtendo-se, por isso, a referida Declaração;

2) a preservação do edifício não foi uma unanimidade, pelo menos no que se refere ao emprego de altas somas de verbas públicas para a recuperação de uma propriedade privada, mas se tratou de um processo relativamente longo de convencimento da maioria da opinião pública sobre a viabilidade e importância da conservação;

3) o instrumento do tombamento, ainda que não tenha sido suficiente para a preservação, contribuiu para que houvesse uma maior sensibilização da sociedade sobre a importância daquele bem, inclusive transformando o processo de tombamento do edifício num paradigma para outros processos de tombamento na cidade e na região;

4) a atitude de respeito da equipe nas obras de restauro pela materialidade do edifício foi determinante para que o Theatro Municipal subsistisse enquanto documento material da história sanjoanense;

5) a demora em se concluir as obras de restauro se deveu não à incompetência de administradores públicos ou da equipe de restauro, mas sim ao longo período de crise econômica generalizada dos anos de 1980 e início dos anos de 1990;

6) a criação de entidades independentes do poder público produziu importantes resultados no caso sanjoanense, seja para angariar fundos para as obras de restauro, como a FON, seja para administrar tão importante bem cultural, como a AMITE;

7) a AMITE representa não apenas uma entidade que organiza a agenda de eventos do teatro, mas se constitui numa das guardiãs de sua existência (juntamente com o Poder Público e usuários), sendo responsável pela conservação material e pela definição de parte de seu uso utilitário, que tem relação direta com seu uso simbólico pela comunidade;

8) o evento que tem lugar no Theatro Municipal se reveste de uma ampla importância simbólica, o que determinaria que algumas das principais ocasiões da vida de parte importante de um grupo de cidadãos tenha lugar naquele edifício;

9) mesmo em contextos históricos diferentes, a posição do Theatro Municipal é sempre central quando o tomamos como um lugar dotado de valores, ainda que apresente significados diferentes ao longo do tempo, primeiramente como principal marco civilizacional e de modernidade, depois, mais recentemente, como principal marco identitário, histórico, cultural e memorialístico;

10) há muito mais permanências que rupturas se comparados os dois tempos tratados, com a conservação da centralidade do edifício tanto nos discursos que produzem valores simbólicos quanto na sua importância como palco de cultura e entretenimento, quando, neste último aspecto, se viu como característica principal, nos seus primeiros anos assim como na atualidade, uma utilização multifacetada.

Outra contribuição dessa pesquisa à historiografia, além da ampla documentação inédita mapeada e apresentada, foi a série de “Estudos Incidentais”, que visaram complementar análises e oferecer importantes e inéditas considerações sobre assuntos variados referentes ao edifício e à sociedade sanjoanense. O primeiro estudo incidental, dedicado às questões sobre o autor do projeto do Theatro Municipal, José Pucci (que encontra homônimos atuando no mesmo campo profissional), visou esclarecer equívocos que circulam sobre relações desse projetista com outros teatros paulistanos (não comprovadas) e sobre a identidade do mesmo, levantando a hipótese documental bem embasada sobre ser o projeto do teatro sanjoanense de autoria de um bem-sucedido engenheiro de São Paulo, um dos que se chamavam José Pucci. No segundo estudo incidental, foram feitos apontamentos relacionando a grande capacidade de público do edifício com o movimento de turistas na região, mais precisamente em Poços de Caldas – MG e no então distrito sanjoanense da Prata.

No terceiro estudo incidental, foi demonstrado que o Theatro Municipal sanjoanense pode ser relacionado com outras casas de espetáculos paulistas, fluminense e paraense, fazendo parte de um conjunto mais ou menos semelhante de edifícios com a mesma linguagem arquitetônica e construídos sob o mesmo discurso modernizante e civilizatório, ainda que com particularidades que os definissem como partes e símbolos de suas sociedades. O quarto estudo incidental consistiu na análise

detida dos periódicos *O Município* e *A Cidade de São João*, tratando desde temas como os caracteres utilizados, passando pelas suas dimensões, até o tema de suas inclinações políticas.

O quinto estudo incidental consistiu da análise do impacto da Gripe Espanhola no aumento dos óbitos registrados no município, entre os meses de janeiro de 1918 a dezembro de 1919, indicando forte impacto dessa epidemia na agenda de eventos do Theatro Municipal. O sexto estudo incidental analisou o impacto da Geada de 1918, entre os dias 25 e 27 de junho, na economia do município. Já o sétimo estudo incidental analisou os impactos da Revolução de 1924 no município e o oitavo estudo incidental consistiu na análise da recuperação das fachadas do edifício no momento de sua restauração, em 1992, pelo artista plástico sanjoanense Romeu Paulucci Buzon. Por fim, o nono estudo incidental analisou os custos envolvidos no restauro do Theatro Municipal, em valores corrigidos, a partir de informações na bibliografia e nos documentos levantados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, se pode perceber que a pesquisa possibilitou a revisão de teses até então existentes na historiografia sobre o tema, surgindo dessas linhas um Theatro Municipal muito mais complexo, mais significativo e mais real, portanto. A pesquisa ainda lançou bases para futuras investigações em diversos temas que apenas foram introduzidos ao longo do trabalho, além de fornecer dados para a implementação de políticas culturais da AMITE, a partir do mapeamento das tendências de preferência de público por mais de dez anos, entre os anos de 2004 e 2014.

Assim, conseguimos atingir os principais objetivos propostos e responder à questão norteadora do estudo. O Theatro Municipal de São João da Boa Vista não é apenas um palco de apresentações, mas é um importante lugar de memória, de cultura, de identidade e inestimável documento histórico, não de um período apenas, mas de mais de um século de mudanças e de permanências. Ele é, de fato, um edifício que parte da população sanjoanense tem orgulho de possuir e é integrante importante de suas identidades e de seu passado, passado esse materializado nas suas paredes e presente nas memórias daquelas pessoas que o frequentam. Nesse aspecto, as

considerações de Ruskin (2008) são angulares na determinação do *valor* daquele inestimável edifício teatral:

Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está nas suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão (...) [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e do nascimento de dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, das nações. É naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz, a cor e o valor da arquitetura; e somente quando um edifício tiver assumido esse caráter – apenas quando ele tiver se imbuído da fama dos homens, e se santificado pelos seus feitos; apenas quando suas paredes tiverem presenciado o sofrimento, e seus pilares ascenderem da sombra da morte – sua existência, mais duradoura do que a dos objetos naturais do mundo ao seu redor, poderá ser agraciada com os mesmos dons de linguagem e de vida que esses possuem (RUSKIN, 2008 : 68).

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Theóphilo Ribeiro de. *Subsídios à História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S. A., 1973, vol. 1.
- ANDRADE, Theóphilo R de. *Subsídios à História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Scortecci, 2003, vol. 2.
- AZEVEDO, José Osório de Oliveira. *História Administrativa e Política de São João da Boa Vista (1896 a 1932)*. 2ª ed. São Paulo: Editora Sarandi, 2009.
- BERALDO, Sidney E. *90 anos Teatro Municipal*. São João da Boa Vista: Virtual Arte Digital, 2004.
- DURAND, José Carlos. *Política Cultural e Economia da Cultura*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.
- FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. Anais do Museu Paulista, São Paulo, vol.1, n.1, p.131-143, 1993.
- FALCONI, Rodrigo. *Logradouros de São João da Boa Vista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- JERONIMO, Luis Pedro Dragão. *Uma memória e um espaço restaurado em dois tempos: O Teatro Municipal de São João da Boa Vista no momento de sua construção (1914) e a partir de seu restauro, dos anos 1980 aos dias atuais*. 2020. 716p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- LEMONS, Carlos. *Eclétismo em São Paulo*. In: *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1987, p.69-101.
- MARTINS, Antônio Gomes. *Almanach de São João da Boa Vista para o Anno de 1901*. São João da Boa Vista, 1901.
- MARTINS, Antônio Gomes. *O Município de S. João da Boa Vista*. São João da Boa Vista, 1910.
- MENEZES, Neusa Maria Soares de. *Theatro Municipal de São João da Boa Vista – 100 anos (1914-2014)*. São João da Boa Vista, 2014.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SALOMÃO, Matildes Rezende Lopes; SILVA, Maria Leonor Alvarez. *História de São João da Boa Vista*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1976.

SPLETTSTOSER JÚNIOR, Jaime. *Alemães, Suecos, Dinamarqueses e Austríacos em São João da Boa Vista*. São João da Boa Vista: Graph Company Editora, 2003.

Biografias

**CURRÍCULOS DOS
AUTORES**

Amanda Maia Vannucci

"Professora da rede privada de ensino, Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF e graduanda em Pedagogia pela mesma instituição, amandavannucci@id.uff.br

Artemio Macedo Costa

Historiador, mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), pesquisador no Grupo de Estudo de Desenvolvimento, Política e Trabalho (GEDEPET).

Caio César Gonçalves de Souza

Docente de Sociologia da rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Doutorando em Ciência Política (UBI-Portugal), mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidades (UESB), graduado em Ciências Sociais (UESC), graduando em História (Unicesumar) e especialista em Ensino de Sociologia e Filosofia (Faculdade Alfa América).

Celia Regina Ferreira Silva

Professora

SMEC.

Daniele Câmara Veras

Graduanda do curso de licenciatura em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Igor de Mattia Buogo

Acadêmico de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: igor_buogo@outlook.com

José Anselmo da Silva

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco. Artigo apresentado como resultado do Relatório de Pesquisa em andamento, produzido no âmbito de Pós-Graduação de História da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, tendo como orientador o doutor Paulo Henrique Fontes Cadena. Servidor Público, com 35 anos de experiência no Tribunal de Justiça de Pernambuco, área de arquivamento de processos físicos na 2ª Vara da Comarca de Olinda, Graduado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, no Curso de Engenharia de Pesca e Pós-Graduado MBA em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, pela Universidade Joaquim Nabuco. E-mail: jads.anselmo@yahoo.com.br

Kauê Pisetta Garcia

Mestrando em História do Tempo Presente no PPGH/UDESC. Bolsista FAPESC.

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Professora

SMEC.

Lucas Eduardo de Souza Ferreira

Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando e bacharelado em História na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Luis Pedro Dragão Jeronimo

Bacharel e licenciado em História pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo - USP.

Marlene Costa Campos

Professora

SMEC.

Natalia Ferreira

Mestrando em História do Tempo Presente - UDESC, Florianópolis/SC. Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira

Professor da rede municipal de Itaboraí, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ e Doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ph_olliveira@yahoo.com.br

Rodrigo de Moraes Guerra

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desenvolve pesquisa acerca do Movimento Zapatista, bem como movimentos sociais em um contexto global e emergências indígenas.

Silvana de Araújo Moreira

Jornalista, Doutoranda em História – Universidade Federal de Pelotas – sissamoreira@gmail.com

Valdina de Oliveira Souza

Professora

SMEC.

Wallace Souza da Silva

Mestre em Ensino de História pela UFRJ, possui Especialização em Ensino de História, também é Bacharel e Licenciado em História pela UFRJ. É Professor da Educação Básica nas Redes Municipais de Ensino de Queimados/RJ e Rio das Ostras/RJ.



ISBN 978-65-995169-8-6



9 786599 516986



Editora
MultiAtual